



representações
discursivas
**de identidades
de gênero em
práticas sociais
brasileiras**

Maria Carmen Aires Gomes
Pauline Freire Pimenta (Orgs.)

Os textos que compõem essa obra configuram não apenas estudos de pesquisadores/as engajados/as criticamente com as questões que atravessam as identidades de gênero à luz de uma proposta acadêmico-científica e discursiva, mas apresentam ao público reflexões sobre o nosso ser e estar no mundo, partindo do princípio único que gênero somos nós; uma existência com direitos e deveres na vida em sociedade.

Em cada capítulo, o/a leitor/a encontrará explicações críticas produzidas por analistas do discurso que fazem de seus estudos e pesquisas projetos de lutas e resistências políticas com o objetivo de questionar não só a maneira como os textos são produzidos, reproduzidos, iterados e circulados em nossa sociedade, mas a forma como são lidos e interpretados.

Esta obra é voltada principalmente aos estudiosos do discurso que tem como objeto de estudo o corpo, as identidades de gênero e as relações de poder, mas também aos interessados em compreender como tais discussões são realizadas no âmbito dos estudos linguísticos.

afecto



**Representações discursivas de
identidades de gênero em
práticas sociais brasileiras**

Representações discursivas de identidades de gênero em práticas sociais brasileiras

Organizadoras:

Maria Carmen Aires Gomes

Pauline Freire Pimenta



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Helder Tobias

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

GOMES, Maria Carmen Aires; PIMENTA, Pauline Freire (Orgs.)

Representações discursivas de identidades de gênero em práticas sociais brasileiras [recurso eletrônico] / Maria Carmen Aires Gomes; Pauline Freire Pimenta (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

225 p.

ISBN - 978-85-5696-770-1

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Identidade; 2. Gênero; 3. Prática social; 4. Ética; 5. Brasil; I. Título.

CDD: 106

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociedade 106

Sumário

Apresentação	9
Maria Carmen Aires Gomes	
Pauline Freire Pimenta	
Prefácio.....	16
Carolina Gonzales	
1	19
Uma análise crítica e discursiva sobre (re)construções de representações e de identidades em relatos de mulheres gordas em blogs	
Alexandra Bittencourt de Carvalho	
Maria Carmen Aires Gomes	
2.....	36
Normatização de gênero e manutenção de assimetrias de poder em entrevistas com musicistas e músicos na <i>Roadie Crew</i>	
Gracielle Fonseca Pires	
3.....	56
Mulheres, Ciência e Tecnologia: uma análise crítico-discursiva das representações de feminilidades na Revista Marie Claire	
Carolina Duarte Garcia	
Maria Carmen Aires Gomes	
4.....	73
Uma análise discursivo-crítica do Dispositivo Amoroso e da Afetividade em relatos de mulheres do alto escalão de IFES mineiras	
Pauline Freire Pimenta	
5.....	89
A malignidade do bem no discurso contra o aborto	
Laene Mucci Daniel	

6.....	109
As representações do modo verbal silenciadas em aula de leitura	
Joseli Lira	
7.....	127
Franceses, Brancos, Jovens, Magros e Cis-Héteros: a identificação de pessoas em livros didáticos de Francês língua estrangeira em uma perspectiva dos estudos discursivos críticos	
Samira Baião Pereira e Mucci	
8	147
Análise Discursivo-Crítica do Gênero Discursivo Situado <i>Disforia de Gênero</i>: Guia Prático de Atualização	
Maria Carmen Aires Gomes	
Isabela Ferreira de Castro	
9.....	171
“Não recomendado à sociedade”: análise discursiva crítica das representações do corpo/discurso transvestigênera de Luana Muniz nas práticas midiáticas jornalísticas	
Marcelo Rodrigues de Lima	
10.....	186
Corpos que gestam sentidos: corpos femininos nas representações de ativistas (trans)feministas brasileiras	
Lorena Borges	
Viviane Vieira	
11.....	207
Análise discursiva crítica dos relatos de homens trans em práticas socioescolares de Viçosa-MG	
Samuel de Sá Ribeiro	

Apresentação

Maria Carmen Aires Gomes

Pauline Freire Pimenta

“A análise das relações de gênero nas décadas recentes nos leva, assim, as intensas transformações na produção de conhecimento, tanto quanto nas experiências cotidianas das pessoas. Em conjunto, trata-se de reconfigurações que abrangem da sexualidade às relações de trabalho, da vivência do que é percebido como íntimo e pessoal aos padrões de participação na esfera pública” (BIROLI, 2018, p.9).

“Eu não posso me dar ao luxo de lutar contra uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular.” (Audre Lorde)

Existe “uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida.” (PRECIADO, [2011]2019, p.429)

O livro *Representações discursivas de identidades de gênero em práticas sociais brasileiras* nasce com o objetivo de fazer circular os conhecimentos sobre relações de gênero, corpo, identidade de gênero em narrativas de vida e midiáticas produzidos no campo dos estudos discursivos críticos.

Nossa proposta é não só mostrar como as construções discursivas naturalizam, geralmente, posições e ideias hegemonicamente dominantes e com alto investimento ideológico por meio do consenso, mas também por meio de um trabalho ético e analítico busca desnaturalizar e desontologizar aquilo que é, por meio da linguagem, principalmente, considerado normal e natural.

O tema que atravessa os capítulos que constituem esse livro tratam de questões que permeiam as relações de gêneros sociais e das pautas trans e cis gêneros das feminilidades (violência simbólica e física, gordofobia, direitos da mulher, divisão sexual do trabalho) e das masculinidades. Como bem pontua Preciado, no prefácio, somos uma multidão de diferentes e que, por este motivo, vivemos intensamente em conflitos, negociações, aceitações e reconhecimentos embora instituições sociopolíticas tradicionais queiram nos fazer acreditar que somos universalmente representativos, que desejamos as mesmas coisas, que conhecemos ou acreditamos nas mesmas ideias, e aqueles que fogem a estes regimes de representação são diferentes ou “anormais”. Isso porque como bem problematiza Preciado ([2002]2019, p. 415): “O sistema sexo/gênero é um sistema de escritura. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados.” Podemos assumir que este arquivo orgânico, que é o corpo, se constrói discursivamente de variadas maneiras em função de articulações distintas, tais como: atividades materiais, crenças, valores, ideologias, relações sociais, ou seja, dependendo da posição em que o sujeito-corpo está naquele momento tempo-espaco ele articula determinados elementos que acabam por produzir certos discursos e não outros; certos códigos e não outros.

Resgatando as ideias de Laclau e Mouffe (1985), Chouliaraki e Fairclough (1999) apontam para a existência do que os pesquisadores denominam de “campo de discursividade”, constituído de elementos “flutuantes”, em função da abertura (mesmo que às vezes estrangida) da vida social. As categorias identitárias, por exemplo, podem ser modificadas como resultado de uma prática articulatória (discursiva), que Laclau e Mouffe (1985, p.113) dizem fixar parcialmente os significados em função da abertura do social e da incompletude e infinitude do campo da discursividade, que articula potencialmente diferentes posições, muitas vezes,

contraditórias, gerando diversos efeitos causais e sociais. A essas diferentes posições constitutivamente discursivas, os autores chamam de “momentos”, o que nos permite compreender que não há uma fixidez (um encerramento em si mesmo), mas a presença de certos elementos se conectando a outros, se internalizando a outros, impedindo o fechamento. Ou seja: dentro de um campo de discursividade, práticas articulatórias se movimentam, dinamizam-se permitindo que discursos sejam tratados como momentos discursivos.

Neste livro, o discurso é compreendido como um “momento semiótico dialeticamente articulado a outros elementos dentro das práticas sociais.” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.126), quais sejam: *relações sociais, fenômeno mental (experiência e histórias), atividade material*. O conceito de prática social torna-se central na discussão empreendida por Chouliaraki e Fairclough (1999) pois são formas de agir habitualmente, por isso são consideradas parcialmente discursivas (na forma de ação, escrita, fala) e discursivamente representadas, uma vez que envolvem diversos mecanismos da vida.

É nesse cenário teórico-metodológico e político que essa coletânea se propõe, em seus estudos e pesquisas, realizar um trabalho ético-político de produção científica acerca não só das problematizações que cercam as relações entre mediação discursiva, discurso/corpo, relações de gêneros e gêneros dissonantes da regulação da norma binária centrada no “ser mulher e ser homem”, mas também das práticas sociodiscursivas escolares, jornalísticas, acadêmicas, políticas, médicas, que iteram de maneira citada, em suas formas de agir e interagir no interior de suas redes de práticas sociais, as experiências e vivências de identidades e relações de gênero.

No primeiro capítulo, **Alexandra B. Carvalho e Maria Carmen Aires Gomes** problematizam sobre a forma como blogs de ativismo gordo articulam novas formas de interações sociais baseadas nas (re)construções de representações e de identidades de mulheres gordas. Os relatos de si das

gordas nos blogs apresentam um discurso combativo contra as visões hegemônicas, dentre elas, da própria militância de mulheres e das ações e sentidos provocados pela gordofobia, assim que os sentidos sociais sobre as mulheres gordas são colocados em disputa, em xeque, ou pelo menos, emergidas e questionadas dentro de espaços de resistência.

No capítulo dois, **Gracielle Fonseca Pires** analisa em que medida os discursos sobre a produção artístico musical no gênero *metal* na revista especializada *Roadie Crew* são genericados e, por quais mecanismos são construídos de tal forma. As entrevistas jornalísticas, objeto de análise, podem ser entendidas como uma tecnologia do discurso que se utiliza de dispositivos vários, como: o de normatividade de gênero, para consolidar relações de poder assimétricas, como aquelas que constituem os critérios de canonicidade e pautam relações de gênero no *metal*.

No terceiro capítulo, **Carolina Duarte Garcia e Maria Carmen Aires Gomes** analisam a forma pela qual a reportagem “Stem: a nova equação do feminismo” produz conhecimentos acerca da relação entre mulher, ciência e tecnologia e como performatiza as feminilidades cientistas. Ao produzir conhecimentos sobre as mulheres no mercado de trabalho das ciências e tecnologias, a revista apresenta um discurso pouco emancipatório, excluindo inclusive alguns corpos- negros, deficientes, nordestinos, gordos, trans, entre outros-, o que colabora para a manutenção das relações de poderes desiguais e excludentes.

No capítulo quarto, **Pauline Freire Pimenta** problematiza como as construções discursivas representam a relação entre o feminino e o afeto como características naturalmente femininas nos relatos de entrevistas realizadas com reitoras/ vice-reitoras ou ex-reitoras de universidades federais do estado de Minas Gerais. A presença de elementos do afeto, dos sentimentos e das emoções no discurso das entrevistadas itera-se ainda a estrutura binária entre homens e mulheres, tão constitutivos do dispositivo do patriarcado.

No quinto capítulo, **Laene Mucci Daniel**, partindo da hipótese de que o discurso contra o aborto carrega a *malignidade do bem* (TIBURI, 2016),

analisa a forma como uma imagem bastante acessada e circulada pela internet sobre aborto é representada por grupos em favor da vida. Observa-se que há a construção de uma linguagem da intolerância e do ódio diante do que/quem vai contra os seus valores morais e religiosos, e muito pouco problematiza-se sobre os direitos das mulheres.

No capítulo sexto, **Joseli Lira**, à luz dos estudos de gênero social e das pesquisas sobre as relações de gênero no espaço escolar, em especial, nos livros didáticos, propõe, através da prática de leitura de uma tirinha, uma leitura crítica da forma como as representações sobre gênero são construídas neste gênero discursivo, extraído de um livro didático de língua portuguesa.

Problematizando a construção das representações e identificações de francófalantes em manuais didáticos de língua francesa, **Samira Baião Pereira e Mucci**, no sétimo capítulo, observa que ainda há forte representação de hegemonias culturais referindo-se à forma como falantes de francês são identificados nos livros no que tange à raça/etnia, faixa etária, tamanho/corpo e gênero/sexualidade. As poucas aberturas às diferenças encontradas ao longo das análises dos manuais são superficiais e, por não virem acompanhadas de atividades que deem seguimento a essa abertura, ficam à margem e pouco auxiliam na formação emancipatória dos estudantes.

Propondo um trabalho ético-político de produção científica, **Maria Carmen Aires Gomes e Isabela Ferreira Castro**, no oitavo capítulo, analisam, de maneira exploratória crítica, a forma como o *Disforia de Gênero, um Guia Prático de Atualização*, produzido, em junho de 2017, pelo Departamento Científico de Adolescência, da Sociedade Brasileira de Pediatria, constrói os conhecimentos, inscritos pelas relações de poder, acerca das pessoas não cis gênero. O Guia é compreendido como um tipo de gênero discursivo de governança que controla modos de agir e interagir discursivamente sobre o tema.

Seguindo as explanações feitas por Gomes e Castro sobre a produção de conhecimentos sobre a vida de pessoas trans, nos capítulos nove, dez e

onze, são explanadas e descortinadas questões importantes sobre essas identidades, suas diferenças, transversalidades das relações de poder e suas potências de vida, como nos chama atenção Preciado, no prefácio deste livro.

Marcelo Rodrigues Lima, no nono capítulo, divulga parte das discussões sobre como as práticas midiáticas jornalísticas digitais brasileiras representaram Luana Muniz. Ao representá-la, incluíram com proeminência o evento social “encontro de Luana Muniz com pe Fábio de Melo”, publicizado em uma pregação, proferida pelo sacerdote. Padre Fábio é representado como o padre que reconheceu sua “auto-hipocrisia” e superou preconceitos. Os títulos apontam para uma agência do padre em oposição a um apagamento da agência de Luana. A análise linguístico-discursiva crítica dos textos jornalísticos aponta a necessidade de ruptura com discursos que associam como relação de causalidade travesti-prostituição.

Lorena Borges e Viviane Vieira, no décimo capítulo, analisam como as ativistas (trans)feministas brasileiras estão representando o corpo feminino. As pesquisadoras apontam que o corpo feminino é (re)configurado de acordo com os diferentes lugares de fala ocupados pelas ativistas que falam sobre ele. Os textos tentam construir um outro campo de relações semânticas para os corpos, no qual eles deixam de ser vistos como algo passível de exploração e exclusão e passam a ser encarados como posse e identidade da mulher e da travesti (e de mais ninguém), passível de amor, cuidado e atenção.

O movimento de confrontos, de batalhas associadas às emoções e sentimentos, também se revela no trabalho de **Samuel de Sá Ribeiro**, no capítulo onze, que divulga os resultados de sua investigação que objetivou analisar os *relatos de si* produzidos por quatro homens trans estudantes do ensino médio de duas escolas públicas estaduais da cidade de Viçosa-MG. Para os homens trans estudantes colaboradores deste estudo, as *entrevistas individuais semiestruturadas* mostraram-se como um momento de autorreflexão sobre as suas *identidades particulares*, mas também de *desposseção*, de produzir denúncias das suas vulnerabilidades. Alguns

estudantes revelaram um potencial transformacional destacando práticas de contestação de hegemonias cristalizadas.

Esta obra reúne, pois, um conjunto de textos que se originam de pesquisas desenvolvidas no âmbito das universidades federais brasileiras, em especial os programas de pós-graduação da Letras-UFV, Linguística-UFMG, e Linguística-UnB, que atravessam diferentes práticas sociais, mas que se aproximam por abordarem as relações de gêneros, identidades de gênero e corpos-sujeitos por meio de abordagens discursivas com olhar explanatório crítico. Finalizamos com as tão provocadoras e verdadeiras palavras de Audre Lorde: *“Eu não posso me dar ao luxo de lutar contra uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular.”*

As organizadoras.

Prefácio

Carolina Gonzales

Em meados de 2016, também em meio às difíceis escolhas e caminhos que uma pesquisa doutoral alude, conheci Maria Carmen. À época, ela andava às voltas com estágio pós-doutoral e ofertava ciclo de estudos e debates sobre Discurso e corporeidades na Universidade de Brasília, minha *alma mater*. O corpo era objeto, vetor e vórtice de seu discurso e preocupações. A materialidade, a externalidade e a carne corpo dominavam debates.

Eis que tempos depois soube do grupo “Afecto”. A mesma Maria Carmen cujos debates sobre corpo e matéria e bandeira política tangível e palpável, para minha surpresa, nomeara um grupo de estudos sob sua ordenação com um nome do campo experiencial, do sentir. Antigo objeto de desejo de Spinoza, o filósofo foi capaz do alto de sua imensa *sapientia*, de equalizar em um só corpo e alma, rompendo a já consagrada dualidade que desde antigos imperava. Corpo e alma sofrem, padecem, *afectam-se* mútua e orbicularmente.

Etimologicamente, *afecto* descende do participio passado do verbo *af-ficere*, estado físico e/ou moral que coloca o espírito em alerta, aludindo tanto sentimentos (como amor, paixão, afeiçoamento- de mesmo radical) quanto *afecções*, estado anormal tanto do corpo quanto da psiquê.

Chama atenção abrir um dicionário de etimologia e perceber que abaixo do afeto, iniciadas por mesmo radical, seguem afinidade, do latim *affinitate*, também do campo corpo-experiencial, aflição, do verbo latino *affligire*, tormento e suplício que acomete corpo-espírito. Por fim e, para

mim, o mais interessante: Afrodisiáco. Embora de origem grega (*aphrodisiakós*), percebemos aí uma repetição síncrona de radicais e de acionamento de campo semântico, a saber: o campo do terno amor.

Dentre as deidades helênicas, aquela que não nasceu do coito, da relação carnal e conjugal, mas da espuma (em grego *aphrós*) formada pelas gônadas de Urano deitadas ao mar, Afrodite protagoniza o imaginário associado ao prazer, ao amor, alegria e perpetuação da vida. Nascida de um redemoinho de sangue e fluido seminal, efervescente em mar, sacralizada e eternizada na pintura do renascentista Botticelli emulando o esplendor do corpo saindo divinalmente de uma concha. Afrodite, a Vênus romana, a êxtase do corpo e o epíteto do feminino, em suma a equalização da matéria com o desejo.

A sugestão que faço é a seguinte: leiamos o *afecto* como a possibilidade de harmonizar corpo e alma. Leiamos os corpos para além de gônadas e sexos e partes, para além da sexualidade do coito, como corpos deuses nascidos da espuma.

(Re) leiamos corpos de mulheres gordas, de mulheres cientistas, *roadies*, gestoras, militantes do aborto, mulheres silenciadas, disforiadas, transfeministas, transformadas e transformadoras, para além de seus corpos, como essências unas subversoras da aparência dada.

A própria deusa do corpo e do afeto nasceu fora do coito e sua existência subverte o prazer carnal. Subversiva às normatizações de gênero, de parentesco, de disforias e de hermafroditismos. Fora da linha de parentesco e do panteão, Afrodite deusa soberana da subversão.

Do paralelismo corpo-mente que nos propôs Spinoza, à inteligibilidade de corpos nascidos de espuma de gônadas, temos em mãos uma leitura com potencial de nos afetar aumentando nossa potência de ação e transformação social.

Redijo esse prefácio em tempos de confinamento e impermanência de equilíbrio. Em que um só Deus rege a pátria amada Brasil, quando dispomos de um panteão de deusas e deuses e céus e terras, espumas, mares, ventos e mundo à nossa disposição. Em tempos obscurantistas, em que

discursos sobre corpos valem mais que corpos que sentem, e em que nos estarecemos com uma realidade que oprime o sentir, em que viver é menor que afecções ficcionais, produtos de afetações no mal sentido.

A proposta que temos em mãos, leitoras e leitores, é de uma afetação em que corpo, alma, sentidos e sentimentos sejam partes do todo que compõe o divinamente humano, num monismo subversivo.

A resposta para esses tempos é que não nos deixemos ser engolidas por eles. O afeto reprimido de que falava Lacan não nos pode sujeitar, mas libertar. Deleitem-se!

Uma análise crítica e discursiva sobre (re)construções de representações e de identidades em relatos de mulheres gordas em blogs ¹

Alexandra Bittencourt de Carvalho ²

Maria Carmen Aires Gomes ³

Considerações Iniciais

A cena contemporânea é caracterizada, dentre outros fatores, por ser uma sociedade textualmente mediada (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999), marcada por uma profunda transformação nas relações sociais que estão intrinsecamente ligadas às transformações tecnológicas. Nessas, os agentes sociais podem construir seus estilos de vidas e identidades, pois a internet possibilita acesso a uma gama de “recursos de conhecimento, práticas, formas distintas de ser, entre outros, aos quais podem fazer uso” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p.44). Dessa maneira, novos gêneros discursivos são criados, dentre eles, os blogs.

¹ O presente capítulo é um recorte da dissertação “Representações e identidades de mulheres gordas em práticas midiáticas digitais: tensões entre vozes de resistência e vozes hegemônicas”, produzida com fomento da CAPES, e se insere no grupo de pesquisa AFECTO, Abordagens Farcloughianas para Estudos sobre Corpo/Discurso Textualmente Orientados, do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa. O objetivo do grupo em questão é analisar como as diferentes mídias promovem discursos acerca do corpo e de identidades de gênero bem como suas relações com outros eixos identitários, a fim de revelar possíveis relações de poder além de compreender como tais relações configuram representações e identidades de projetos particulares que ora sustentam assimetrias, ora as combatem.

² Doutoranda da área Estudos do Texto e do Discurso da UFMG, membra do grupo de Pesquisa AFECTO da UFV, coordenado pela Prof. Dr. Maria Carmen Aires Gomes, e professora de Linguagens de Pré-Vestibular.

³ Professora Associada III do Departamento de Letras e do Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa. Professora pesquisadora colaboradora do POSLIN-UFMG. Coordena o grupo de pesquisa AFECTO-NIEG-UFV.

Este capítulo analisará, em uma perspectiva discursiva e crítica, como interações sociais mediadas pelos blogs de ativismo gordo acontecem, ou seja, como elas rearticulam relações de poder e de solidariedade, bem como quais vozes estão em disputa nas opiniões e nos comentários que blogueiras dialogam sobre as temáticas produzidas em seus textos. Além disso, analisaremos também se os sentidos gerados cooperam para manter relações assimétricas de poder ou as reestruturam. Para essa pesquisa, dois blogs foram selecionados: *Kiss the fat girl* e *Gorda e Sapatão*, blogs de resistência na perspectiva do ativismo gordo.

A divisão do capítulo inicia-se, na seção 2, com uma discussão sobre o gênero discursivo blog (AMARAL, RECUERO E MONTARDO, 2009; FAIRCLOUGH, 2003; SARTURI, 2015; SARTURI e CERQUEIRA, 2017), mais especificamente blogs de resistência, que configuram novas interações sociais nas quais representações e identidades são negociadas, em uma arena de disputas discursivas de sentidos. A seção 3 debruça-se no caráter político dos relatos (BUTLER, 2015), evidenciando as cenas de interpelação e a importância de analisarmos quem interpela os sujeitos no momento dos relatos de si. Na seção 4, discutiremos alguns pontos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003), discorrendo sobre categorias utilizadas na análise. O último momento, as seções 5 e 6, é composto pela análise dos textos e pelas reflexões sobre ela.

Os blogs como forma de produção de representações e identidades de resistência

Uma definição fixa sobre blog é tarefa impossível, pois sua configuração e funcionamento se transformam quando novas formas de interação social são constituídas na esfera digital. Fairclough (2003) já apontava o caráter mutável dos gêneros discursivos ao admitir que mudanças nas formas de comunicação social estão estreitamente ligadas às mudanças tecnológicas.

Segundo Sarturi e Cerqueira (2017), os blogs já não possuem um caráter de filtros cujo objetivo comunicativo era divulgar e colecionar links (AMARAL, RECUERO e MONTARDO, 2009), como nos seus primórdios, nem tampouco um espaço de “escrita íntima” (SCHITINNE, 2004), no qual a narração é o constituinte principal dos textos. Eles são “um instrumento aonde os usuários da WEB encontraram espaço para manifestar suas opiniões sobre diferentes temas” (SARTURI, 2015, p. 65).

O caráter opinativo que emerge nos blogs faz com que articule outros tipos de relações sociais cujos agentes participam tanto da produção e distribuição, quanto do consumo dos blogs, ou seja, atuam como “formas de ação e interação no curso dos eventos sociais” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 65). Isso quer dizer que, na análise de qualquer gênero discursivo, o importante é nos atentarmos para a forma como eles agem discursivamente nos eventos sociais e como contribuem para a construção destes. Os blogs, nessa perspectiva, produzem e atuam nas interações entre produtores e consumidores diferentemente de outros gêneros discursivos e sua forma de distribuição torna-se mais global que localizada, atingindo, assim, um potencial de consumidores tanto com quem coaduna com a temática do blog, quanto com quem a combate.

Fairclough (2003), sobre o potencial relacional dos gêneros, argumenta que varia em duas dimensões: a primeira, de poder, que se relaciona ao nível mais ou menos hierarquizado entre os agentes; a segunda, de solidariedade, que se associa à distância social, ao nível mais ou menos distanciado em relação à escala global/local. Enquanto interações *off line* tendem a ter produtores associados a instituições que distribuem gêneros discursivos em larga escala para consumidores individuais, as interações mediadas pela rede tendem a hibridizar vozes institucionais e individuais, alterando hierarquia e distância sociais contribuindo para um espaço no qual a pluralidade e os embates possam existir.

Dessa forma, ao concebermos os blogs de resistência como opinativos e geradores de novas formas de relações sociais que transformam as dimensões de poder e solidariedade, conseguimos admitir que esse espaço

digital permite expandir as vozes que dialogam diferentemente sobre um tema da realidade. Assim, “qualquer pessoa interessada na área pode compartilhar suas opiniões e ideais em blogs” (SARTURI e CERQUEIRA, 2017, p. 116), transformando nossa concepção de quem são os especialistas e democratizando os sentidos produzidos sobre a temática. É nesse ponto que blogs de resistência do ativismo gordo operam: ao trazer sentidos diferentes sobre os corpos gordos, principalmente os femininos, daqueles produzidos hegemonicamente, tais sentidos entram em maior disputa na qual vozes institucionais e individuais se mesclam para gerar identidades e representações distintas criando espaços digitais de embate e de luta social.

Os estudos sobre o corpo gordo em uma perspectiva não biomédica privilegiam posições mais interdisciplinares, cujos objetos de interesse têm sido cada vez mais investigados na literatura, nos estudos culturais e nas pesquisas midiáticas. É notável o interesse para a análise de sites que se proliferam com a temática da aceitação do corpo com distintos temas, tais como a moda para gordos, o ativismo gordo, dentre outros. A proliferação fez com que redes de práticas sociais digitais possam ser entrecruzadas e logadas em uma “gordoesfera” (*fatsphere*), assim denominada por Rothblum (2009).

Dessa forma, os blogs escolhidos para a análise desse capítulo têm como temática os corpos gordos femininos e a urgência em aceitá-los tanto individualmente quanto socialmente. Dois blogs então foram selecionados: *Kiss the fat girl* e *Gorda e Sapatão*, blogs de resistência na perspectiva do ativismo gordo. O blog *Kiss the Fat Girl* tem como objetivo trazer visibilidade do corpo gordo para questões do dia a dia e, por essa razão, possui uma intensa variedade de temáticas. A autora, Lika Gior, reitera que os corpos gordos estão visíveis no cotidiano, mas invisíveis na mídia e por isso a tônica para a visibilidade e aceitação de tais corpos. Já o blog *Gorda e Sapatão* tem como intuito estabelecer eixos de intersecção entre racismo,

lesbianidade, feminismo, gordofobia e padrões de beleza. É escrito por Jéssica Ipólito, que denomina o espaço como íntimo e solidário para mulheres, principalmente negras, gordas e lésbicas.

Tais blogs tem uma natureza opinativa pois misturam vivências sociais com militância, evidenciando seu caráter político-discursivo. Isso implica dizer que os blogs estão em relação constante com seu contexto sociohistórico, pois são espaços nos quais os significados culturais são compartilhados. Os relatos de si das gordas nos blogs apresentam um discurso combativo contra as visões hegemônicas, dentre elas, da própria militância de mulheres e das ações e sentidos provocados pela gordofobia. Dessa forma, eles são “o repositório das marcações culturais de determinados grupos e populações no ciberespaço, nos quais é possível, também, recuperar seus traçados culturais” (AMARAL, RECUERO e MONTARDO, 2009, p.4). Essa concepção dialoga com o “Relato de si” (BUTLER, 2015) nas cenas de interpelação, na qual toda narrativa de si é sempre uma resposta a instituições que, de forma explícita ou implícita, perguntam quem somos nós na reconstituição de nós mesmas. Ao problematizar padrões sociais sobre o corpo gordo de mulheres, os textos combatem vozes que as disseminam, evidenciando a importância do outro na constituição de si. Essas questões serão discutidas na próxima seção.

O caráter político do relato

Outra questão importante para a análise é o conceito de relato, pois é nesse ato de fala que se configuram os textos deste capítulo. Gordas relatam o que é ser gorda, e, dessa maneira, configuram identidades e produzem representações de seus corpos contrapondo, na maioria das vezes, as identidades e representações que outros fazem delas. Dessa maneira, é preciso compreender e problematizar como o relato de si está em constante relação com relatos de outros sobre o si, ou, em outras palavras, como a construção de si é produzida, na interação, também pelo tu.

Butler (2015) situa o relato de si como uma questão moral, ou seja, como a esfera do saber e das condutas, e salienta que tal questão surge sempre em contextos de relações sociais. Além disso, a autora problematiza que questões morais aparecem quando surgem novos comportamentos e, conseqüentemente, quando as normas destes deixam de ser óbvias. Há, portanto, um desequilíbrio entre o que é ditado com aquilo que acontece na realidade, cujo efeito é entender que questões morais nem sempre são reproduções de um *ethos* coletivo, ao contrário, geralmente surgem em contextos de tensão entre o *ethos* e a moral “tanto que o enfraquecimento daquele é condição para o aperfeiçoamento desta” (BUTLER, 2015, p.14).

Portanto, para conquistar o *status quo* que permite sua condição de *ethos* dominante, esse *ethos* coletivo utiliza-se de mecanismos violentos para se concretizar ainda como realidade presente. Nesse anacronismo, ou seja, o fato de já ser passado, mas requerer ser presente, a violência se torna um modo de se impor como realidade, uma tentativa de universalização forçada que não possui um sentido real para os sujeitos. A autora, ao trazer os estudos de Adorno a suas reflexões, enfatiza a ideia de que, para evitar a violência ética, as normas devem, necessariamente, ser apropriáveis pelos sujeitos, ou seja, essas não podem atuar como formas de exclusão de corpos.

A autora, partindo dessa visão, enfatiza a importância do contexto – da cena de interpelação – já que a ética que exclui sujeitos é uma forma de violência. O contexto, então, é elemento que deve ser analisado no momento dos relatos, pois é nele que as condições de reconhecimento de si e a possibilidade do relato de si são produzidas. A ética, então, deve ser reformulada sempre em resposta aos contextos em que está situada. Essa reformulação é o espaço de “debate democrático”, ou em termos da ADC faircloughiana, local de lutas hegemônicas. A recusa das normas, ou em outros termos, a *revisão crítica*, faz emergir as estruturas sociais que as moldam implicando trazer à tona o caráter violento destas, quando “essa violência consiste, em parte, em sua indiferença para com as condições

sociais sob as quais uma apropriação vital poderia se tornar possível” (BUTLER, 2015, p.17). Dessa maneira, o lugar e o significado do eu é a chave para a constituição da ética e da moral.

É importante destacar que a concepção de eu não se figura em uma visão subjetivista e idealista. Pelo contrário, é visto dentro de uma relação constante com as normas condicionadoras que podem moldá-lo e, por isso, não está separado destas, mesmo quando há posição de um eu nessa revisão crítica. O relato de si, desse modo, parte de um “eu” que não se encontra em si mesmo, implicando uma temporalidade social que começa antes dele, mas que o constitui. Em outras palavras, o relato de si nunca é apenas do eu, é preciso uma *desposseção* de si para entender as condições sociais que possibilitam seu relato. Assim, a apropriação da norma ou sua revisão crítica estabelecem sempre uma relação entre o eu e as condições tanto da sua constituição quanto da possibilidade de realizar a revisão. Assim, o sujeito pode negociar, reflexivamente, as normas que o orientam.

Partindo da concepção que o relato de si é sempre uma relação com o outro, a autora inicia as discussões dessa relação tendo como foco as *cenas de interpelação*. Relatamos sobre nós mesmos quando o outro pede, ou interpela, seja diretamente, seja indiretamente, admitindo, então, que nem sempre as cenas de interpelação estão situadas no sistema jurídico e enfatizando a importância de salientar outras cenas em que o sujeito é interpelado para relatar a si. É o caso do presente capítulo, no qual as cenas de interpelação são constituídas por um “tu” situado: a militância e a sociedade gordofóbica. É importante, pois, analisarmos essas cenas para se entender o que leva gordas relatarem a si mesmas, quais vozes estão implicadas nesse processo de resposta, que geram representações sobre si que não estão em si.

Segundo Butler (2015), as condições para o engendramento de si são dadas por um regime de verdade que possuem o poder de definir o que será reconhecido e o que não será. O reconhecimento de si nunca está somente no “eu”, mas sim nas relações do eu com os regimes de verdade.

Dessa forma, a relação com os regimes é, ao mesmo tempo, relações consigo mesmo e, portanto, questionar tais regimes é questionar a si mesmo, ou nas palavras da autora, toda “operação crítica não pode acontecer sem uma dimensão reflexiva” (BUTLER, 2015, p.35). Questionar um regime de verdade é questionar também a própria condição ontológica do eu o que pode gerar o risco de não ser reconhecido por tais regimes.

A filósofa salienta a importância de que, para as cenas de interpelação do relato de si, é fundamental que se faça a pergunta “quem és tu?” do que propriamente “quem sou eu?”, e que as cenas de interpelação podem abrir possibilidades de altruísmo. Em outras palavras, estas não estão calcadas na pergunta “quem fez isso a quem”, mas sim na existência de que existe um tu que não me reconhece como tal.

A autora, então, sintetiza o relato de si da seguinte forma: há uma exposição que não permite ser narrada e que estabelece minha singularidade pela experiência corporal; há relações sociais que formam identidades e representações na história da vida do “eu”; há normas que geram condições do relato de si, que gera a despossessão de si na linguagem e, finalmente, uma estrutura narrativa calcada na estrutura de interpelação. Todos esses momentos devem ser levados em conta na análise de qualquer relato de si, pois constituem tanto os significados quanto as relações de poder estabelecidas no engendramento de si.

Para tal, utilizaremos a abordagem da Análise de Discurso Crítica, cunhada por Norman Fairclough, mais precisamente os significados identificacionais e representacionais (FAIRCLOUGH, 2003) para discutirmos como identidades e representações sobre mulheres gordas são formas de produção de novos sentidos articulando novas interações sociais e (re)construindo novas formas de conceber o mundo social.

Análise de Discurso Crítica

A Análise de Discurso Crítica faircloughiana, de cunho anglo-saxã, é uma abordagem que coloca em relação dialética o discurso e a sociedade

(MAGALHÃES, 2004) atravessando as questões críticas que engendram a vida em sociedade, questões ligadas às desigualdades sociais, culturais, às relações de saber e de poder imbricadas na formação de identidades, principalmente das minorias.

Em *Analysing Discourse* (2003), Fairclough propõe um arcabouço teórico-metodológico que admite a linguagem significando práticas sociais e os textos funcionando como forma de representar e significar o mundo. Assim, ao analisar os textos, é necessário não só interconectar as três formas de significação – e como elas são realizadas dentro deles em termos linguísticos – mas também interconectá-las às redes de práticas sociais a que estão inseridas. Os três tipos de significação são assim categorizados por Fairclough (2003): o significado acional, o significado representacional e o significado identificacional.

O primeiro são formas de ação e interação social, ou seja, as maneiras como significamos a realidade através de nossas ações discursivas. É por essa razão que o significado acional está relacionado aos gêneros: são através deles que agimos discursivamente na sociedade, a partir de formas relativamente estáveis de agir e interagir no mundo. É importante frisar, também, que gêneros são construídos a partir de suas relações com as práticas sociais, ou seja, eles são moldados tanto por interesses particulares como são transformados por estes já que “são definidos pelas práticas sociais a eles relacionadas e pelas maneiras como tais práticas são articuladas, de tal modo que mudanças articulatórias em práticas sociais incluem mudanças nas formas de ação e interação” (RAMALHO e RESENDE, 2016, p.62).

O segundo são formas de representação do mundo, ou seja, como significamos a realidade a partir de processos, participantes e circunstâncias, tendo como base, principalmente, o sistema de transitividade da Linguística Sistêmico Funcional. Os enunciados dos textos, como forma de representação, assim como qualquer unidade gramatical dos eventos sociais, são, então, uma “imposição de ordem nas infinitas variações e fluxos

de eventos” (HALLIDAY e MATHIESSEN, 2004, p. 170). Esse ordenamento é chamado de transitividade.

Tal sistema tenta categorizar linguisticamente os momentos em que atores sociais expressam a sua experiência tanto exterior – o mundo material – quanto interior – o mundo da consciência – com o social. De acordo com Fuzer e Cabral (2014), a primeira constitui-se de ações, o que atores fazem ou levam outro a fazer, enquanto a segunda, de “lembranças, reações, reflexões e estados de espírito que se verificam no nível da consciência” (FUZER e CABRAL, 2014, p.39). Os elementos que constituem a transitividade são os *processos* que se desenrolam através do tempo, os *participantes* envolvidos nos processos e as *circunstâncias* associadas a estes.

O significado representacional, como dito anteriormente, se realiza em discursos que, nas palavras de Fairclough (2003), são “formas de representação de aspectos do mundo – os processos, as relações e estruturas do mundo material, do ‘mundo mental’ dos pensamentos, sentimentos, crenças, etc, e do mundo social” (FAIRCLOUGH, 2003, p.124). Dessa maneira, os significados representacionais e, portanto, os discursos, são formas de analisar como as representações do mundo são construídas, desconstruídas e ou reconstruídas e, assim, como visões de mundo carregam ideologias e relações de poder que se sustentam e legitimam práticas de marginalização.

O significado identificacional está ligado ao conceito de estilo, “o aspecto discursivo das identidades, ou seja, relacionam-se à identificação de atores sociais em textos” (RESENDE e RAMALHO, 2016, p.76). Para Fairclough (2003), a identidade, ou o que o sujeito é, está ligada a forma como os sujeitos falam, escrevem e, também, como a forma da corporeidade desses sujeitos é atribuída. A identidade está ligada ao processo de identificação, ou em outras palavras, ao processo que revela como os sujeitos se identificam e identificam outros nas práticas sociais que participam.

As modalidades epistêmicas – relacionadas ao comprometimento do autor com a verdade – (FAIRCLOUGH, 2003), estão relacionados à forma mais ou menos categórica dos enunciados em relação à troca de conhecimento. Assim, a negação é uma maneira categórica de comprometimento com a (in)verdade, ao passo que as modalizações afastam os autores da verdade, diminuindo a força e sendo menos categórica às assunções. As duas formas de comprometimento, então, geram estilos diferentes, promovendo diferentes identidades.

As modalidades deônticas – relacionadas ao comprometimento em relação à obrigação e necessidade – (FAIRCLOUGH, 2003) estão relacionadas como a forma mais ou menos categórica em relação à troca de atividades, ou seja, quando os autores demandam ou oferecem algo. Dessa forma, os imperativos são formas mais categóricas de demanda ao passo que a modalização, menos. De novo, formas diferentes de comprometimento geram estilos e identidades distintas, que podem acontecer, inclusive, ao mesmo tempo, em uma hibridização de identidades.

O objetivo de analisar criticamente os significados representacionais e identificacionais permite descrever, interpretar e explanar os discursos iterados sobre mulheres gordas enfatizando as instituições e vozes que nelas estão inseridas ou invisibilizadas, bem como os estilos e as identidades que se formam quando mulheres gordas relatam sobre si – e outras. Os diferentes discursos e identidades podem revelar como corpos gordos são representados, reconfigurados e identificados de diferentes pontos de vistas, trazendo à tona possíveis relações assimétricas e possíveis reconstruções destas.

Análise dos dados

Para Halliday e Matthiessen (2004), os processos mentais se preocupam com as representações do mundo de nossas consciências, ou seja, diferentemente das orações materiais, o nível das mentais é abstrato. Nos processos mentais, os participantes são descritos como Experienciador e

Fenômeno: o primeiro, a pessoa, instituição ou coisa (no sentido metafórico) que representa algo do mundo em sua consciência; o segundo, a representação mental feita pelos experienciadores. Estes “sentem, pensam, desejam e percebem (...). Expresso em termos gramaticais, o participante que é engajado no processo mental é aquele que é referido pelos pronomes ela ou ele, não por aquilo” (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 201). Entretanto, podemos perceber que, muitas vezes, o experienciador é nomeado a partir de instituições a que ele pertence ou a discursos a ele atribuídos. Dessa forma, a nomeação do agente social pode ser referida por “aquilo”, mas não por ser uma coisa e sim por estar representado por ela.

Os tipos de processos mentais são os perceptivos, que constroem abstratamente as representações do mundo a partir dos cinco sentidos - como ver e sentir; os cognitivos que trazem à tona a consciência do experienciador - como pensar, perceber; as emotivas que demonstram grau de afetividade sobre o objeto a ser representado - como odiar, amar e os desiderativos que indicam desejos do experienciador - como desejar e almejar. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004; FUZER e CABRAL, 2016).

A temática predominante dos processos mentais é a do empoderamento e a da representação e identidade de si frente ao mundo gordofóbico. Isso demonstra que o processo de autonomia e de resignificação está ligado a processos mentais e, por isso, predominantemente individuais. É certo que as representações individuais estão em dialética com o social, mas o que se individualiza aqui é o processo de empoderamento, ou seja, ele ainda é predominantemente mental. As ações sociais, de cunho material, são minoria nas representações do empoderamento gordo e, quando descritas materialmente, predomina-se a transformação e não a criação de representações. Essas temáticas dialogam com o que Amaral admite de “cultura do corpo” já que tanto a primeira quanto a segunda são formas de embate contra ela:

na cultura do corpo é preciso estar vigilante para todos os sinais que evocam falta de saúde, de beleza ou de magreza e, mais ainda, a falta de cuidado para

com o corpo representa tanto a responsabilidade sobre si, quanto o compromisso de não onerar os outros (AMARAL, 2014, p.142).

As temáticas evidenciam a necessidade de se amar e de enfrentar/combater/excluir as atitudes gordofóbicas da sociedade. A perspectiva é mental, pois evidencia a concepção de que empoderamento não livra as gordas das dores que as atitudes gordofóbicas geram. Em outras palavras, o empoderamento das mulheres gordas não modifica a ação da gordofobia, mas a ressignifica para aqueles que a sofrem:

1. Você pode estar pensando nesse exato momento que, se o empoderamento não nos livra de sofrer, para que então eu vou me empoderar? A resposta é bem simples na verdade. O empoderamento serve para você reconhecer o seu valor como ser humano. E ser humano, minha gente, SENTE. Todo ser humano é um ser senciente. A gente, sente, tem sentimentos, sentidos físicos. E empoderamento não serve para anestesiá-los. Serve para você compreendê-los. (Kiss the fat girl, 14 de agosto de 2016).

O excerto inicia com uma modalidade deôntica, uma pergunta que se dirige a um “você”, no caso uma potencial leitora gorda do blog. Ao admitir, de forma categórica através de uma negação, a ideia de que “o empoderamento não vai te livrar das dores”, a autora lança a pergunta que supostamente a leitora se fará: “se o empoderamento não nos livra de sofrer, para que então eu vou me empoderar?”. A partir desse questionamento, a autora configura o empoderamento em termos de processos mentais: “reconhecer” o valor como ser humano, um processo mental perceptivo, cujo experienciador é a leitora e o fenômeno o valor como ser humano. É interessante perceber que, a partir de uma presunção valorativa, o fato de se reconhecer como ser humano implica que as mulheres gordas não se reconhecem – e não são reconhecidas – como tal. A marginalização e invisibilidade das vivências gordas são representadas aqui, fazendo do corpo um “espaço de aprisionamento, na medida em que se busca a construção de uma imagem corporal, coerente com os padrões emergentes” (AMARAL, 2014, p.147). O reconhecimento de ser humano é,

então, parte do confronto dessa construção da imagem corporal hegemônica, construindo a identidade de resistência.

A partir desse reconhecimento, a autora caracteriza o ser humano como um “ser senciente”, evidenciado a esfera mental dos processos de formação/construção de si. O empoderamento, então, é tratado a partir de sua funcionalidade, marcado pelas escolhas lexicogramaticais do processo material “serve”, denotando a concepção de que o empoderamento não vai acabar com os sentimentos de dor mas vai fazer com que as mulheres os compreendam. Assim, e de novo, o empoderamento gordo está relacionado à esfera mental, ao atrelar seu conceito ao processo perceptivo “compreendê-los.

A segunda temática – o desejo da gorda sobre o mundo gordofóbico e sobre si – é marcada pela negação do desejo do outro sobre o corpo gordo, desejo este representado pela ordem do discurso médica e pela colonização (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999) desses discursos pela sociedade:

2. Eu **quero** a destruição desse discurso que patologiza TODOS os corpos. Eu **quero** o fim dessa fobia à gordura em nome de uma pseudo saúde. (Gorda e Sapatão, 2017).

O processo mental desiderativo “quero” possui o fenômeno “destruição desse discurso”, a escolha lexicogramatical “destruição” demonstra a negação em um grau máximo de combate, já que destruir significa acabar. O discurso é descrito a partir de uma oração material criativa “patologiza” que nos remete à ordem do discurso médica. A patologização é elemento da visão medicalizada do corpo que naturaliza a relação entre o corpo gordo e a insalubridade (HARJUNEN, 2009), entretanto a saliência do item lexical “TODOS” nos permite inferir que a representação médica afeta os corpos que não são gordos. É interessante analisarmos o uso do processo mental e material: enquanto a destruição do discurso está na ordem do desejo, o discurso em si está na ordem da ação. Dessa forma, o que acontece concretamente no mundo social é a patologização e o fim dessa ação ainda é abstrato, ou seja, o discurso médico é a realidade enquanto sua

desconstrução é apenas um desejo, elaborando uma identidade de projeto-resistência.

Esse é um ponto importante ao se discutir a construção da identidade da autora nesse excerto. Por mais que seja construída a partir de uma modalidade epistêmica assertiva afirmativa, o que, a princípio a torna altamente engajada na verdade que propõe, o processo mental desiderativo serve como modalizador dessa assertiva, diminuindo a força do comprometimento e engajamento, colocando a destruição do processo de medicalização que recai sobre os corpos gordos, em especial os femininos, em uma esfera do desejo, da possibilidade e não da concretude dos fatos.

A reificação do processo mental desiderativo “quero” reforça o desejo da destruição: o fenômeno “o fim dessa fobia à gordura” possui semanticamente a força de combate do item lexical “destruição”. A “fobia à gordura” é uma paráfrase de gordofobia e é desconstruída a partir do circunstanciador “em nome de” que mostra uma conformidade em relação à pseudo saúde. A desconstrução da visão medicalizada é representada pela desconstrução da concepção de saúde: o prefixo “pseudo” revela a ideia falsa de saúde propagada pela medicalização: é, portanto, e mais uma vez, uma tentativa de conceber a saúde não apenas pela saúde física, mas também a mental e social (ROTHBLUM 2009).

Reflexões sobre a análise

O presente capítulo possibilitou uma análise crítica e discursiva de como novas interações sociais são produzidas na esfera digital, mediadas pelo gênero discursivo blogs, mais especificamente, blogs de resistência de ativismo gordo. Nos excertos escolhidos, discutimos como eles rearticulam relações de poder, já que diminuem a hierarquia entre produtoras e possíveis consumidoras, assumindo um caráter de diálogo ao propor discutir tanto o empoderamento de mulheres gordas quanto as identidades produzidas sobre elas. A distância social se articula não muito diferentemente dos outros gêneros digitais: vozes individuais se mesclam a institucionais

distribuindo em grande escala as problematizações sobre o que é ser uma gorda empoderada e como as identidades produzidas sobre mulheres gordas configuram a noção de um corpo abjeto (BUTLER, 2016).

As vozes individuais confrontam vozes institucionais que não são nomeadas no texto, mas que podemos recuperá-las: o primeiro excerto problematiza - a partir da temática empoderamento - a voz da militância, ao admitir que o empoderamento de mulheres gordas possui especificidades em relação a outras mulheres, de caráter predominantemente mental, relacionadas à compreensão do que é ser humano e ao não sofrimento diante das atitudes gordofóbicas do mundo. Já o segundo excerto problematiza a questão primordial do ativismo gordo: a relação naturalizada entre o corpo gordo e a saúde e a necessidade da despatologização desses corpos.

O que a análise nos mostra é que os sentidos sociais sobre as mulheres gordas são colocados em disputa, já que vozes hegemônicas da militância e da gordofobia são colocadas em xeque, ou pelo menos, emergidas e questionadas dentro de espaços de resistência. Em outras palavras, os sentidos gerados reestruturam relações assimétricas de poder, rearticula valores sociais e podem permitir uma posição mais combativa diante os padrões sociais acerca do corpo das mulheres.

Referências

AMARAL, A; RECUERO, R.; MONTARDO, S. P. **Blogs: Mapeando um objeto**. 1. ed. São Paulo: Momento Editorial, 2009

AMARAL, Marcela. Culto ao corpo e estilo de vida: práticas estéticas e magreza entre mulheres. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas**. 1. ed. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2014. Cap. 2, p. 133-148.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**. Tradução de Renato Aguiar. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Rogério Bettoni. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2016.

- CARVALHO, ALEXANDRA B. **Representações e identidades de mulheres gordas em práticas midiáticas digitais: tensões entre vozes de resistência e vozes hegemônicas.** UFV, 2018, 138 f., Dissertação (Mestrado em Letras) - Departamento de Letras, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- CHOULIARAKI, Lillie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: Rethink critical discourse analyses: textual analysis for social research.** 1. ed. London, New York: Routledge, 1999.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: textual analysis for social research.** 1. ed. London, New York: Routledge, 2003.
- FUZER; CABRAL. **Introdução à gramática sistêmico-funcional.** 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2014.
- HALLIDAY, Michael; MATTHIESSEN, Christian. **An introduction to functional grammar.** 3. ed. Routledge, 2004.
- MAGALHÃES, Isabel. Teoria Crítica do Discurso e Texto. **Linguagem em (Dis)curso**, v.4, n.esp., p.63-77, 2004.
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. D. M. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa.** 1. ed. Campinas: Pontes, 2016.
- ROTHBLUM, Esther D. **The fat studies reader.** 1. ed. NYU Press, 2009.
- SARTURI, Letícia. **A revolução fashion: os blogs como instrumentos de consolidação da identidade plus size.** Universidade do Ninho, 2015, 153f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Arte e Cultura) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Ninho, Braga.
- SARTURI, Letícia; CERQUEIRA, Carla. Mulheres, empoderamento e autoestima: a influência dos blogs de moda na identidade plus size. **Revista Gênero & Direito**, v. 6, n. 1, p. 115-142, 2017.
- SCHITTINE, Denise. **Blog: comunicação e escrita íntima na internet.** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

Normatização de gênero e manutenção de assimetrias de poder em entrevistas com musicistas e músicos na *Roadie Crew*

Gracielle Fonseca Pires ¹

Considerações Iniciais

É possível que alguém leia a pergunta “O que você faz além de cantar, cuidar dos filhos e manter Robert na linha?” e pense que foi extraída de uma revista de celebridades. No entanto, o enunciado figura nas páginas da edição de número 181 da *Roadie Crew*, publicação brasileira especializada no gênero musical *heavy metal*. E não só essa pergunta chama a atenção de leitora(e)s atenta(o)s. Há várias outras que trazem pressuposições e representações particulares sobre mulheres, de maneiras mais ou menos explícitas, em entrevistas realizadas pela revista com mulheres musicistas cis, marcadamente heterossexuais. O entendimento, ainda que intuitivo, de tais enunciados enquanto um conjunto de iterações de ideias sobre feminilidades e masculinidades na prática particular da publicação levou à identificação do objeto da pesquisa de mestrado que resultou na dissertação “E a Bela ainda é fera: análise discursivo crítica das performatividades de gênero nas entrevistas da revista *Roadie Crew*” (PIRES, 2018)

¹ Gracielle Fonseca é formada em Comunicação Social/ Jornalismo pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestre em Estudos Discursivos pela Universidade Federal de Viçosa. É co-autora do documentário Ruído das Minas: a origem do Heavy Metal em Belo Horizonte, autora do documentário Mulheres no metal (Women In Metal), o primeiro documentário a abordar as relações assimétricas de gênero dentro da cultura do metal. Ainda, é co-fundadora e editora do site Festivalando, pioneiro no Brasil em turismo musical e viagens para festivais de música. Atualmente, trabalha no terceiro setor com projetos sociais na área de educação midiática, educação em patrimônio cultural e mobilização social.

². No presente capítulo, apresento algumas discussões e resultados das análises presentes nesta investigação transdisciplinar, de caráter qualitativo interpretativo-explanatório e de cunho emancipatório.

Discurso, música e gênero

Embora estudos embrionários sobre as relações de gênero no metal tenham apontado como o discurso e as representações dentro desta cultura³ são permeados pela ideologia dominante de uma sociedade com moldes patriarcais (WALSER, 1993, p.111), bem como a exclusão, depreciação e objetificação de determinadas feminilidades já foram reconhecidas como parte das práticas de algumas revistas especializadas em metal em Portugal (Loud!) - (MARTINS, 2011); e também no Reino Unido (Kerrang!) - (HILL, 2014, 2016), ainda era necessário olhar para o caso específico brasileiro, com intuito de refletir sobre a função das representações de feminilidades, masculinidades e outras performatividades de gênero possivelmente presentes no discurso da revista, problematizando se elas poderiam contribuir para engessar, corroborar e legitimar ou subverter e desafiar relações de gênero baseadas em assimetria, binarismo e heteronormatividade.

Além disso, seria necessário compreender em que medida os discursos sobre a produção artístico musical no gênero *metal* na *Roadie Crew* são generificados e, por quais mecanismos são construídos de tal forma. Neste sentido, a pesquisa se alinha aos princípios teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica proposta por Norman Fairclough (2001;

2A pesquisa se vincula às discussões do grupo AFECTO – Abordagens faircloughianas para estudos de corpo/discurso textualmente orientados, vinculado ao Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV/MG), sob coordenação da Professora Dra. Maria Carmen Aires Gomes.

3Muitas representações particulares e violentas contra feminilidades podem ser vistas com profusão nos vídeos, capas e materiais de divulgação de bandas de hard rock ou hair metal dos anos 80. Alguns exemplos: bandas como Motley Crue (e.g.videoclipe Girls, Girls, Girls), Helix (e.g videoclipe de Gimme, gimme good lovin), Aerosmith (e.g. videoclipe de Rag doll), mas também bandas recentes como Steel Panther (e.g. videoclipe de Fat Girl), e de bandas de outros subgêneros do metal, como Mastodon (e.g. videoclipe Motherload), Satyricon (e.g. Mother North (uncensored)), Behemoth (e.g. videoclipe Ov fire and the void), Misfits (e.g. videoclipe Helena) dentre outros possíveis exemplos destas mesmas bandas e também de outras dos mais variados subgêneros. As figuras femininas são objetificadas, sexualizadas e também alvo de escárnio em muitos destes vídeos.

2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999), pois busca entender os efeitos ideológicos que sentidos de textos possam produzir, eventualmente, na vida em sociedade. Importam aos estudos discursivos críticos, dessa forma, aqueles sentidos de texto potencialmente empreendidos “a serviço de projetos particulares de dominação e exploração, seja contribuindo para modificar ou sustentar, assimetricamente, identidades, conhecimentos, crenças, atitudes, valores (VIEIRA E RESENDE, 2016, p. 77)”.

Nesta pesquisa, também é importante dizer que o discurso é entendido como um dos momentos das práticas sociais, articulado aos demais, internalizando-os, sem se reduzir aos mesmos (CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH, 1999). Portanto, ao falar da generificação dos discursos sobre música, admito-a como um problema parcialmente discursivo, uma vez que pode envolver outras questões, por exemplo, materiais.

A opção por trabalhar com uma publicação impressa especializada em *heavy metal*⁴ se deveu ao fato de tais revistas terem desempenhado – e talvez ainda desempenhem –, em determinados contextos, papel fundamental nas comunidades de fãs do gênero musical, bem como em toda a cultura relacionada a este (WEINSTEIN, 2000). Nesta perspectiva, é importante considerar a mídia enquanto parte da própria sociedade, espaço onde indivíduos estabelecem relações complexas da tessitura social (SILVERSTONE, 2005).

Além disso, é imprescindível pensar sobre a potencial influência exercida pelos profissionais das mídias (nem sempre jornalistas graduados, no caso das publicações de *heavy metal*) na formação de opinião e constituição/ manutenção de cânones musicais (CITRON, 1993; MCCLARY, 2002; MARTINS, 2011). Muitas vezes, esses atores sociais estabelecem e fortalecem determinados mitos no meio, bem como o “estatuto de especialista” atribuído a eles acaba avalizando posicionamentos ideológicos tomados pelos mesmos diante da apreciação de produtos musicais (MARTINS, 2011, p.1). Ainda, com relação à construção de um cânone musical parcialmente

4A escolha da *Roadie Crew* para a composição do corpus se deveu ao fato de ela ser a única revista especializada em metal circulando no Brasil mensalmente na atualidade, sendo também uma das mais antigas.

generificado, Citron ressalta que “a canonicidade exerce um extremo poder cultural, uma vez que perpetua ideologias de um grupo ou de grupos” (CITRON, 1993, p.9).

Refletindo sobre o que aponta Fairclough (2001[1992]), as entrevistas podem, também, ser entendidas como uma tecnologia do discurso que se utiliza de dispositivos vários – no caso da *Roadie Crew*, o de normatividade de gênero, para consolidar relações de poder assimétricas, como aquelas que constituem os critérios de canonicidade e pautam relações de gênero no *metal*, por exemplo. Para o autor, “as tecnologias discursivas estabelecem uma ligação íntima entre o conhecimento sobre linguagem, discurso e poder” (FAIRCLOUGH, 2001[1992], p.276).

Como o cânone não é uma instituição com vida própria, mas sim algo que construímos, ele é alvo das relações sociais de poder (CITRON, 1993; MCCLARY, 2002), bem como lutas hegemônicas e movimentos em direção à (des) estabilização. No caso da *Roadie Crew*, os critérios de canonicidade são acessados de maneiras diferentes para descrever trabalhos de artistas que performatizam gêneros distintos. E, apesar de haver a presença de feminilidades⁵ na publicação, são somente aquelas que, de alguma forma, ajustam-se a padrões heteronormativos e de beleza midiática. Assim, vendem por meio da imagem e não daquilo que é produzido em termos musicais, uma vez que as artistas que performatizam tais feminilidades são sistematicamente afastadas dos critérios de canonicidade, tendo a beleza como forma topicalizada de qualificação, como será visto nas análises.

Em consonância com os estudos discursivos críticos de Chouliaraki & Fairclough (1999), Fairclough (2001; 2003), realizo uma análise discursiva crítica, textualmente orientada, apoiada nas recorrências encontradas no processamento textual via *Antconc* e também no subsistema de Atitude, a partir da teoria da Valoração (WHITE, 2004), bem como conduzo as análises suportadas em teorias sociais de Thompson (2011[2002]), sobre os

5 De 209 edições da *Roadie Crew* selecionadas para a composição do corpus da presente pesquisa, até julho de 2016, apenas 16 trazem musicistas na capa. Além disso, a maioria dos corpos presentes são ajustados, brancos, europeus, loiros, não marcadamente ou declaradamente *queer*. Geralmente, as mulheres presentes na capa corroboram com um padrão de beleza hegemônico nas sociedades ocidentais.

modos de operação das ideologias, e nos estudos sobre gênero e música (CITRON, 1993; MCCLARY, 2002; MARTINS, 2011; HILL, 2014, 2016; CLIFFORD-NAPOLEONE, 2015). Ainda, problematizo algumas ideias da musicologia feminista a partir de pontos da Teoria *Queer* e estudos de gênero (BUTLER, 2016 [1990]; SCOTT, 1990; CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2005; HALBERSTAM, 1998).

Proposta e categorias de análise

Tomo como base a abordagem teórica-metodológica proposta por Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 60) para construir os caminhos para a crítica explanatória do problema parcialmente discursivo identificado. Após a identificação do problema, da conjuntura e prática particular das revistas especializadas em metal, empreendo a leitura exploratória prévia do *corpus*, o qual é constituído por 14 entrevistas midiáticas, realizadas com mulheres e homens cis e não marcadamente *queer*, musicistas e músicos do metal. A partir disso, identifico ferramentas e categorias de análise⁶: as categorias textuais-discursivas vêm dos significados representacional e identificacional do discurso, propostas em Fairclough (2003) – observo a interdiscursividade, intertextualidade, escolhas léxico gramaticais e representações de atores sociais via sistema de transitividade; ainda, são importantes para o significado identificacional, as avaliações, metáforas e modalidades, bem como o subsistema de atitude (WHITE, 2004) – apreciação, julgamento.

Enquanto categorias sociais, foram elegidas: a Performatividade de Gênero, inspirada em Butler (2016 [1990]); a Crítica à Canonização Musical, por Citron (1993); a categoria Crítica à Canonização Musical também está intrinsecamente relacionada aos elementos de constituição canônica capacidade, vocação e tenacidade das musicistas e músicos, sendo correspondentes às categorias linguísticas advindas do subsistema de atitude

6A sistematização das categorias, bem como sua operacionalização e relação com perguntas é melhor explicada no quadro n. 7 em Pires (2018, p. 74).

(WHITE, 2004), tais como apreciação e julgamento, e também do subsistema de gradação, a força.

A partir do uso do software livre *AntConc*, especificamente as ferramentas *wordlist* e *concordancer*, são constatadas as recorrências e ausências de determinados itens léxico-gramaticais, bem como co-ocorrências de determinados enunciados, itens e expressões. O refinamento e escolha de excertos foram orientados pelo método de saturação (BAUER E GASKELL, 2017). Logo, foram identificados os temas mais presentes no conjunto de textos, os quais foram articulados segundo duas categorias⁷: “performatividades de gênero” – dividida entre os eixos feminilidade branca normativa, ligada à beleza padrão, pureza, limites e temperamento; e masculinidade branca normativa – ligada à agressividade, praticidade e competência. Na categoria “crítica ao Cânone da Música Ocidental”, relacionamos temas a eixos de proximidade e distanciamento – assim, criação, relações profissionais, + competência, + tenacidade aproximariam os artistas do cânone, enquanto a tematização da (pro)criação, relações pessoais, beleza física, -competência e – tenacidade corroborariam para o afastamento.

Performatividades de gênero normativas na *Roadie Crew*

A tendência ao reforço das performatividades de gênero normativas já era esperada como parte do discurso da *Roadie Crew*, uma vez que as e os artistas retratados nas entrevistas da publicação possuem aparência física que se encaixa nos padrões de feminilidade e masculinidade normativos próprios do metal. Toda(o)s são branca(o)s, magra(o)s, não marcadamente *queer*. Muitas vezes, foram declarada(o)s e identificada(o)s como heterossexuais. Também são artistas presumidamente cisgênero, uma vez que nunca divulgaram o contrário.

⁷Em Pires (2018, p. 75 e 76), apresento de forma esquemática os quadros com as categorias mencionadas, articuladas aos temas recorrentes e a eixos de normatividade bem como de proximidade e distanciamento do cânone da música ocidental.

Tomando tais artistas como ajustada(o)s aos padrões de aparência e normatização de gênero, os entrevistadores – todos também identificados como corpos sexuados e nomes sociais masculinos, não marcadamente ou declaradamente *queer*, seguiram, então, o roteiro de gênero que se espera na matriz de inteligibilidade heteronormativa (BUTLER, 2016). Assim, aos corpos sexuados femininos foram atribuídas características da normatividade ligadas a um padrão de beleza hegemônico midiático, desejável e destacado como importante pela publicação, bem como a expectativas de comportamento de gênero ligados à pureza, aos cuidados com a família, por exemplo. Já os corpos sexuados masculinos, foram identificados e representados discursivamente por meio de um temperamento equilibrado e persistente, bem como foi atribuída a agressividade e outras características ligadas à virilidade:

*Destruction – the **butcher** strikes back...again!*

*Arch Enemy⁸ – seleção de riffs, **agressividade** e melodia em um só álbum*

Nos dois exemplos, os léxicos “*butcher*” (açougueiro, usado no sentido de assassino, como nos filmes de terror) e “agressividade” remetem à produção de uma masculinidade heteronormativa que se apoia na virilidade, potência, e violência no ato de subjulgar e submeter o outro por meio da força (BADINTER, 1993). No entanto, no caso do exemplo do uso do léxico “*butcher*” no título da entrevista com *Destruction*, trata-se, também, da escolha fundada na intertextualidade com a produção da própria banda. Existe um EP da *Destruction* chamado *Mad Butcher*, lançado em 1987, que pode ter inspirado a criação do presente título. Portanto, não se trata apenas de uma escolha deliberada em busca da representação da agressividade, mas, também, de um processo de referência de produções anteriores. Apesar disso, a escolha ainda assim itera a agressividade e possui potencial normatizador de gênero.

⁸ A banda Arch Enemy tem a maioria de seus integrantes homens cisgênero. No entanto, sempre conta com vocalistas mulheres que cantam em gutural, canto não congruente com as expectativas de gênero para vocais cantados por mulheres, nesta sociedade.

Os processos relacionais constituem 86% do *corpus* pesquisado. Como afirmam Halliday e Mathiessen (2004), tais processos envolvem mais de um participante, e constroem, semioticamente, relações abstratas, tais como a vinculação de classe e identidade. Não obstante, é também por meio desses processos que podem ser reiteradas as “ficções reguladoras” das identidades de gênero. Como demonstrado por Butler (2016 [1990]), é impossível um sujeito “ser” um gênero, ter uma identidade em função do seu gênero, pois, segundo a autora, o gênero não é um atributo fixo e estável, apesar de não ser um conjunto de características flutuantes, uma vez que é reiterado, citado repetidamente para que se crie a aparência de identidade fixa. Assim, a ligação tanto da feminilidade quanto da masculinidade a um determinado tipo de corpo sexuado é artificial (BADINTER, 1993; HALBERSTAM, 1998; CONNEL & MESSERSCHMIDT, 2005, 2013). E os processos relacionais, como os atributivos e identificacionais, fazem parte destes mecanismos de iteração e criação de aparência e fixidez, construindo tais relações: *Doro : (é) a musa do metal ; Lita ford: e a bela ainda é fera*

Nestes excertos, Lita Ford e Doro Pesch são definidas por meio do que a revista diz que elas são, não pelo que fazem, via processos relacionais – no primeiro caso, oculto, e no segundo caso, explícito. Ambas as artistas são identificadas por meio de atributos físicos ligados a um padrão de beleza hegemônico (WOLF, 1992). Uma é “musa” e outra é “bela”, o que interdiscursivamente está relacionado a concepções presentes em dispositivos sociais normatizadores de gênero.

Cânone: Criação/criatividade, competência e tenacidade

Além de dialogar com a ordem do discurso da beleza midiática, “musa” também pertence à ordem do discurso da tradição musical clássica. “Musa”, dentre outras possibilidades de significado, é um termo usado para descrever as “mulheres” que serviam de inspiração para a criação artística, de acordo com as definições do dicionário de Língua

Portuguesa Michaelis⁹. Assim, ao representar Doro como “musa” em um processo relacional identificador, em que “musa” é a identidade única de Doro, quem escreve a entrevista apaga o papel de criadora musical da artista para destacar a sua beleza como o seu maior produto dentro do metal. Enquanto Doro serve à inspiração, *Moonspell*, banda sem quaisquer performatizações de feminilidade entre seus integrantes, é quem se inspira para produzir. Ou seja, é ator no processo criativo: *Moonspell – seguindo a inspiração*.

Para além da questão do padrão de beleza e normatização de gênero, “musa” ainda é uma escolha lexical que não aproxima Doro Pesch e sua obra dos critérios de canonização (CITRON, 1993). Afinal, um dos critérios do cânone é a criação, que depende, dentre outras coisas, da inspiração. Além disso, a forma como a revista representa Doro como “musa” diz também de uma estratégia ideológica de naturalização (THOMPSON, 2011), a qual se evidencia pela elipse do processo relacional atributivo no enunciado do título. Ao ocultar o processo, o autor não assume a declaração, colocando a informação como um conhecimento compartilhado, portanto, natural e que não precisa ser declarado. Esse efeito de conhecimento compartilhado é gerado em função do uso do artigo a que produz uma referência genérica, além ainda do uso da preposição “do metal” produzindo efeito de posse. No caso do título da entrevista com Lita Ford, “Bela”, assim como “musa”, é um atributo pertencente à ordem do discurso da beleza e da estética, a qual também atravessa a ordem do discurso das relações assimétricas e regulação de gênero, possivelmente corroborando com a lógica de objetificação e reificação de corpos femininos. À medida que a musicista não tem seu trabalho destacado, mas, em primeiro lugar, a sua beleza (topicalizada no início do título), a revista exerce um papel ativo na citação e iteração da norma sobre a feminilidade, o que pode levar a consequências na formação do cânone do metal¹⁰.

9 <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=o&f=o&t=o&palavra=musa>. Acesso em 7 mar. 2020

10 Walser (1993) foi o único autor a escrever, de maneira formal, sobre aquele que ele acredita ser o cânone do metal. Curiosamente, há apenas uma mulher na lista, Lita Ford. Apesar de não haver outros espaços em livros que versem sobre a questão, espaços mais ou menos formais de canonização o metal existem, tais como a lista dos 100 discos

Também o uso da palavra “ainda”, no título da entrevista de Lita Ford – “E a Bela ainda é fera”, como circunstância de contingência/ concessão do processo relacional atributivo “é fera” apresenta algumas potencialidades significativamente ideológicas para sustentação de dissimetrias de poder. O atributo “fera” diz respeito à capacidade musical de Lita. Desta maneira, parece exercer um papel positivo na representação da musicista, que seria representada como uma musicista competente. No entanto, a contingência, promovida por “ainda”, realça o atributo “fera”, a partir de uma presunção valorativa, como algo que não acompanha comumente o atributo “bela”. É como se as performatividades de gênero que se constituem a partir e em função da imposição de um padrão de beleza socialmente convencionado não fossem coerentes com a capacidade de executar tarefas de forma competente, ou seja, de ser “fera”. Assim, a palavra “ainda” marca uma excepcionalidade, algo que seria raro e merece destaque por assim o ser.

Nos títulos seguintes, a unidade semântica “banda” é representada pelo que os integrantes em seu conjunto são/possuem como atributo, e não por sua produção, destoando dos demais títulos do *corpus*, em que a banda aparece como ator de processos materiais de transformação. O mesmo ocorreu com títulos de entrevistas com musicistas, como visto anteriormente. Porém, nos títulos a seguir, em que as bandas são compostas unicamente por indivíduos que performatizam masculinidades normativas, a função da atribuição/identificação muda, principalmente em termos de aproximação dos padrões de canonização musical: *Morbid Angel – (são) deuses eternos do metal* ; *G3’04 - Steve Vai – (são) deuses da guitarra*

O item lexical “deuses” como identificador de ambas as bandas, em ambos os processos relacionais identificacionais, mostra uma assimetria de poder contida no significado do atributo “deuses” em comparação com “musa” e “bela”, utilizados para caracterizar Lita Ford e Doro Pesch em

outros títulos presentes neste corpus. Pois, os músicos das bandas são identificados como “deuses”, ou seja, pessoas com características sobre-humanas, ligados à perfeição, poder e à eternidade – assim sendo, estão em um posto do qual ninguém poderia tirá-los. O título da entrevista com o *Morbid Angel* mostra ainda uma intensificação, reforço desta atribuição, pois “deuses” segue acompanhado do atributo “eternos”. O pleonasma “deuses eternos” é significativo, na medida em que essa característica de eternidade é fortemente marcada para garantir o posto dos músicos aos quais se refere dentro do sistema de canonização musical no metal. Este pleonasma marcado pelo léxico “eternos” funciona, ainda, como um dos modos de operação ideológicos de reificação (THOMPSON, 2011), ou seja, a representação de uma situação transitória como permanente e natural.

Assim, como os gostos musicais, técnicas e critérios de cânone podem ser mudados, ou seja, não são eternos, a posição de *Morbid Angel* e *G3* também deveria ser passível de mudança. Porém, ao representar a banda *Morbid Angel* como deuses eternos do metal, o autor promove a eternização procurando naturalizar e perpetuar o posto daqueles artistas, apesar de todo o caráter contingencial da história, da sociedade e do próprio cânone musical. E quando o atributo de eternidade é iterado nas revistas, há grande chance de o ser, também, nas rodas de conversas entre pessoas inseridas no meio metal.

Alguns autores como Shuker (2006) apontaram a ideia de que, no rock e no metal, gêneros predominantemente produzidos por “homens”, existe a necessidade “masculina” de enaltecimento dos “iguais”, ou seja, dos outros “homens”, como parte das estratégias para manter o “domínio masculino” sobre o gênero musical (SHUKER, 2006). No entanto, não é possível afirmar que haja, de fato, uma unidade de masculinidade e de homens no meio metal, o qual já foi identificado por Clifford-Napoleone (2015) como uma cultura dotada de um *queerscape*, na qual conviveriam não somente diversas masculinidades e feminilidades, bem como uma diversidade de relações e de modos de se consumir os produtos, imagens e jeitos de ser no *metal*. Nem mesmo se pode afirmar que o mecanismo de

eternalização tenha sido utilizado unicamente para a função de dominação de “mulheres” por “homens”. Pode-se dizer, contudo, que se trata de um mecanismo por meio do qual se colocam as bandas em questão mais próximas e mais estáveis perante os critérios canônicos em comparação com as demais neste *corpus*.

Os excertos a seguir mostram como os entrevistadores da revista usam a modalidade epistêmica em declarativas assertivas sobre as competências das e dos artistas em questão para investimentos ideológicos. O primeiro foi extraído da entrevista com Floor Jansen, vocalista da banda *After Forever* e faz menção ao trabalho de voz da cantora em um cover da música *Who wants to live forever*, da banda *Queen*, que tinha como vocalista Freddie Mercury. O vocalista da *Queen* era conhecido por sua capacidade de atingir tons mais altos, como o soprano, característica comumente encontrada em performatividades de voz atreladas a feminilidades:

RC: (1) **Foi difícil cantar as linhas vocais de Freddie Mercury?** ¹¹

Floor Jansen: Bem, acho que (2) **é mais difícil para um homem do que para uma mulher!** (risos).

A pergunta (1) se inicia com o processo relacional atributivo “foi”, que liga o portador “as linhas vocais de Freddie Mercury”, o qual também é meta do processo material “cantar”, cujo ator é Floor Jansen, ao atributo “difícil”. Ao fazer esta pergunta, o entrevistador parte de uma presunção valorativa de que cantar os vocais de Freddie Mercury é difícil para Floor Jansen. Assim, concomitantemente, o entrevistador faz uma apreciação de composição (WHITE, 2004) positiva do trabalho de Freddie Mercury, enfatizando o grau de complexidade de executar as linhas vocais do cantor e um julgamento negativo sobre a capacidade de Floor, como cantora, na execução da tarefa de cantar as linhas vocais de Freddie. Tanto a apreciação como julgamento se dão por meio da escolha do item lexical “difícil”.

11 AFTER FOREVER – Revista Roadie Crew Ano 07 – n° 65/ Junho 2004, por Ricardo Campos

É como se a cantora não tivesse, a priori, capacidade de executar com facilidade as linhas vocais de Freddie Mercury. O entrevistador poderia ter perguntado “como foi fazer as linhas vocais de Freddie Mercury?”, por exemplo.

Apesar da construção de uma imagem de Floor como uma cantora com capacidades limitadas, feita pela revista ao enfatizar a presumida dificuldade de realização de uma tarefa, Floor responde como alguém que possui conhecimento musical das características vocais geralmente mais comuns em performatividades de feminilidades e masculinidades, bem como com conhecimento sobre a característica vocal de Freddie Mercury. Floor também percebe o potencial estabelecimento de relações assimétricas de gênero por seu interlocutor, formulando uma resposta de resistência, exercendo sua agência (FAIRCLOUGH, 2001, 2003) para combater o investimento ideológico parcialmente generificado em relação ao seu trabalho.

Em (2), “Bem, acho que (2) é mais difícil para um homem do que para uma mulher! (risos)”. A cantora responde à pergunta também utilizando um processo relacional atributivo para ligar a ação de cantar o vocal de Freddie Mercury ao atributo “difícil”. Porém, ela se retira da circunstância que acompanha o processo relacional. Executar aquela tarefa “é mais difícil para um homem do que para uma mulher!”, indica que ela, ao se identificar como mulher, não marcadamente *queer* e performatizando feminilidade, não teve dificuldades para executá-la. Quando Floor faz esta comparação entre “homens” e “mulheres” na circunstância que acompanha o processo relacional, ela aciona conhecimentos prévios sobre música, como altura e tonalidade de voz, para resistir ao investimento ideológico presente na pergunta feita pela revista. Assim, ela constrói um *ethos* de competência e habilidade para si.

No entanto, há ainda duas possibilidades sobre sua resposta: de que ela também esteja se utilizando de artifícios de ironia, para lidar com a pergunta, ou de que ela mesma não questiona criticamente os conhecimentos prévios que acessou, no sentido de que talvez não considere o

potencial *queer* da voz (CLIFFORD-NAPOLEONE, 2015), e o fato de que características vocais tampouco podem definir a essência do gênero social. Não se pode dizer que exista um indivíduo “mulher” ou “homem” que possua, necessariamente, certos atributos vocais como parte inalienável de si. O sexo anatômico não é a verdade das vozes, que podem ser performatizadas por indivíduos com anatomias muito distintas, com potenciais muito diferentes, estilos e tons a serem alcançados que não vão depender, necessariamente ou tão somente, da biologia. Enquanto muitas vezes as artistas possuem sua capacidade como musicista diminuída por tais investimentos ideológicos materializados nos processos relacionais que ligam suas identidades ou os produtos de seus trabalhos a determinadas características, os músicos não marcadamente *queer*, que performatizam uma masculinidade normativa no metal, muitas vezes têm suas capacidades ou valor estético de seus trabalhos enfatizados.

A tenacidade, ou seja, o engajamento e dedicação de artistas da música em trabalhos no metal também é outro ponto muito valorizado e comentado. No excerto a seguir, extraído da entrevista com a banda *Morbid Angel*, podemos observar como este elemento pode corroborar com o processo de canonização musical:

RC: Sua dedicação para (1) se tornar um grande baterista (2) parece ter sido muito intensa, principalmente nos primeiros anos de Morbid Angel (...).¹²

É comum a formulação de comentários sobre o trabalho dos artistas antes da realização da pergunta em si, nas entrevistas da *Roadie Crew*. A primeira oração (1) é relacional atributiva intensiva, em que “um grande baterista” é o atributo que caracteriza uma entidade. Nesse caso, o portador do atributo está implícito na oração, mas remete a Pete Sandoval, o baterista em questão e ao qual a pergunta é direcionada. É também importante o uso do item lexical “dedicação”, que remete ao trabalho feito

por ele para se tornar um bom músico. O uso do processo relacional “tornar-se” também envolve a presunção valorativa de que antes de se dedicar intensamente, Pete não era, necessariamente, um excelente músico. Este tipo de avaliação se alinha ao que explica Márcia Citron (1993), sobre a relação entre o cânone musical e o profissionalismo. De acordo com Citron, o profissionalismo, um dos critérios mais importantes para a construção do cânone da música ocidental, exige trabalho e dedicação exclusiva ao aprendizado e composição da música. Assim, o léxico “dedicação” reforça e serve de apoio para a manutenção de Sandoval em posição de privilégio dentro do cânone do metal, afinal, ele teria se dedicado para isso. Também funciona para reforçar essa posição a escolha do atributo “um grande músico”. Poderia ter sido escolhido “bom músico”, por exemplo. No entanto, a gradação implicada na utilização do item lexical “grande” amplia a apreciação positiva do trabalho de Pete Sandoval.

A segunda oração (2) também é relacional atributiva circunstancial de modo (grau), o processo é expresso em “parece ter sido”, o portador é “sua dedicação para se tornar um grande baterista”, “intensa” é o atributo e “muito” a circunstância de modo (grau), que torna a característica de ser intensa ainda mais forte. No subsistema de gradação da língua portuguesa, “muito” é um item lexical e mecanismo de expressão de força para a ampliação da avaliação positiva. A intensificação do item lexical “dedicação” pelo entrevistador expressa uma avaliação, um julgamento de estima social de tenacidade (WHITE, 2004), em que se coloca a capacidade de ser dedicado, de uma maneira intensa, como um ponto positivo.

Além de haver recorrente reforço das apreciações positivas no ex-certo, o autor traz a modalidade epistêmica, materializada pela declarativa-assertiva de que Pete Sandoval se esforçou para “se tornar um grande baterista”. O artista não tem que provar que fez muito para se tornar um grande baterista, pois isso já seria um consenso no meio do metal, uma informação comum, naturalizada. Quando o autor nominaliza “sua dedicação”, que de fato expressa o processo material “você se dedicou”, cuja meta é a oração relacional “para se tornar um grande baterista”, este

processo de naturalização fica mais claro, pois não é necessário fazer qualquer tipo de referência para embasar a declarativa, a qual seria uma informação dada na comunidade metal.

Ainda sobre a tematização do engajamento com a cena musical, o caso da entrevista feita com Sharon Den Adel, musicista não marcadamente *queer*, cisgênero, branca, magra, europeia e que traz, em sua aparência, a performatividade de feminilidade normativa, terá sua tenacidade no metal, bem como sua capacidade profissional, postas à prova, como veremos em excertos a seguir:

*RC: Você **chegou a ficar na dúvida** entre seguir **com** a banda **ou** concluir os estudos?*¹³

“Chegou a ficar na dúvida” é uma metáfora acional para hesitar, portanto, é um processo mental em que Sharon é experienciadora e “seguir com a banda ou concluir os estudos” seria o fenômeno fonte ou causa da hesitação da cantora. Assim, a pergunta parte de um pressuposto de que estar em uma banda talvez não fosse, de fato, a vontade de Sharon. Há, dessa forma, um julgamento de estima social de tenacidade (WHITE, 2004), materializado no enunciado. O entrevistador inquiriu sobre o quão decidida Sharon estava a ter uma banda de metal. Na própria pergunta o entrevistador coloca a suposta dúvida de Sharon entre estudar, uma atividade que seria usual para diversos sujeitos, socialmente aceita, e ter uma banda, que seria fora dos padrões “normais”, principalmente quando se atrela alguém à performatização da feminilidade normativa, dentro da lógica heteronormativa e assimétrica socialmente instituída. Além disso, há o mito de que mulheres não se aproximariam da cultura do metal para se dedicar a ela, mas sim para serem groupies (MARTINS, 2011; HILL, 2014, 2016). Ainda na mesma entrevista, percebe-se como a performatividade da feminilidade normativa muitas vezes vem atrelada a um conjunto de outros elementos, anatômicos ou não, os quais não são fixos, porém, fazem

¹³ WHITHIN TEMPTATION - Revista Roadie Crew Ano 16 - n°181/ Fevereiro 2014, por Steven Rosen

parte de representações particulares, iteradas inúmeras vezes por dispositivos e em ordens sociais de gênero.

*RC: Para encerrar: o que **você faz além de cantar, cuidar das crianças e manter Robert na linha?***

Neste trecho, o processo “faz” é material e tem Sharon como protagonista. Este processo vem seguido de outros três, também atribuídos à Sharon, por meio de uma declarativa assertiva materializada pela expressão “além de”, circunstância de acompanhamento/adição que precede as informações afirmadas pelo entrevistador, ou seja, os processos materiais que representam a informação sobre o que Sharon faz, segundo o autor – “cantar”, que é um processo material criativo e do qual Sharon seria agente; “cuidar”, um processo material transformativo de operação, cujas “crianças” são a meta e Sharon é protagonista; “manter”, processo transformativo de operação cuja meta é Robert, o marido de Sharon.

A musicista é, então, protagonista das funções tradicionalmente atribuídas à performatização de feminilidades normativas, citadas e iteradas por construções discursivas hegemônicas, atreladas à matriz binária, atributiva e hierárquica das relações sociais entre gêneros: cuidar das crianças e manter a disciplina do marido. Quando o entrevistador afirma que Sharon empreende tais ações e práticas, ele também assume que Sharon é quem cuida de crianças, e de que não haveria chances de o marido cuidar no lugar dela. Assume, da mesma maneira, que Sharon seria possessiva e ciumenta com o marido, pois “manter na linha” remete a um julgamento de sanção social de propriedade, com caráter negativo. Além disso, itera uma performatividade de gênero para as masculinidades, de que são os indivíduos tidos como masculinos aqueles que se permitem “sair da linha”, argumento muitas vezes respaldado pela biologia, fundamentado em uma suposta necessidade do indivíduo macho de fecundar o maior número de fêmeas possível.

Em relação ainda à construção do cânone do metal, a forma como o entrevistador insere “cantar” no mesmo nível que os demais processos ligados à construção típica do doméstico como lugar de feminilidade normativa (cuidar e manter na linha o marido) de maneira inclusive afirmativa, reforça preconceitos de gênero, uma vez que não é comum, neste corpus, perguntas direcionadas aos músicos que tratem de tais aspectos. Quando faz este tipo de pergunta, o entrevistador retira o “cantar” do espaço profissional, uma vez que o coloca ao lado de tarefas do “tradicional doméstico”, portanto, descredita o profissionalismo de Sharon como musicista, uma vez que este lugar doméstico não é tradicionalmente considerado terreno do profissional, ainda que hoje exista uma aceitação maior do *home office* e uma nova cultura de trabalho. Da mesma forma, “o que você faz além de” expressa uma presunção valorativa de que todas as tarefas em questão não estão em um nível profissional, uma vez que o que é profissional exige dedicação exclusiva, de acordo com as regras do Cânone da Música Ocidental (CITRON, 1993). Ao assumir que há espaço para fazer mais coisas, “além” de todos os processos ligados ao privado, o entrevistador também assume que ela não se dedica exclusivamente à música. Portanto, sugere que aquilo que ela faz não é profissional.

Considerações Finais

A partir da pesquisa foi possível entender como entrevistadores investem suas avaliações e seus textos ideologicamente, contribuindo parcialmente para a manutenção de representações particulares e normatização de gênero na cultura do metal, bem como para um cânone potencialmente excludente, generificado. Ofereço uma interpretação crítica do material constituinte do *corpus*, cujo conteúdo corrobora com representações de masculinidades e feminilidades presentes na matriz de inteligibilidade heteronormativa.

Referências

- BADINTER, Elisabeth. **XY: Sobre a identidade masculina**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Editora Vozes Limitada, 2017
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**. Rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- CITRON, Marcia J. **Gender and the musical canon**. Chicago: University of Illinois Press, 1993.
- CLIFFORD-NAPOLEONE, Amber. **Queerness in metal: metal bent**. Londres: Taylor and Francis/Routledge, 2015.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London, New York: routledge, 2003.
- HALBERSTAM, Judith. **Female Masculinity**. London: Duke university Press, 1998.
- HALLIDAY, M.A.K. MATTHIESSEN, C. **An introduction to functional grammar**. London: Edward, Arnold, 2004.
- HILL, Rosemary Lucy. **Gender, metal and the media: women fans and the gendered experience of music**. UK: Routledge, 2016
- HILL, Rosemary Lucy. Reconceptualizing hard rock and metal fans as a group: Imaginary community. **International Journal of Community Music**, v. 7, n. 2, p. 173-187, 2014.
- MARTINS, Inês Rôlo. **Mulheres entre o som e o silêncio: imagens e representações das artistas de metal na LOUD!**. 2011.

- MCCLARY, Susan. **Feminine endings: music, gender & sexuality**. Minneapolis: University of Minnesota, 2002.
- PIRES, Gracielle Fonseca. “E a bela ainda é fera”: análise discursivo-crítica das performatividades de gênero nas entrevistas da revista roadie crew. Orientador: Maria Carmen Aires Gomes. 2018. 149 f. Dissertação (mestrado) - UFV, Viçosa, MG, 2018.
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. D. M. **Análise de discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes, 2016.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: **Educação e Realidade**, v. 15, n. 2, jul./dez, 1990.
- SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** 2ª edição, São Paulo: Edições Loyolla. 2005.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- WALSER, Robert. **Running with the devil: Power, gender, and madness in heavy metal music**. Wesleyan University Press, 1993.
- WEINSTEIN, Deena. **Heavy metal: The music and its culture**. Da Capo Press, 2000.
- WHITE, P. Valoração – a linguagem da avaliação e da perspectiva. In: **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, v.4, n. esp, p. 178-205, 2004.
- WOLF, Naomi. **O mito da beleza- como as imagens da beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Mulheres, Ciência e Tecnologia: uma análise crítico-discursiva das representações de feminilidades na Revista Marie Claire ¹

Carolina Duarte Garcia ²

Maria Carmen Aires Gomes ³

Considerações Iniciais

“As mulheres podem ser tão capazes como os homens nas TIC e também ser excelentes dirigentes” (*Reem El-Dabbagh, Palestina*).

O enunciado que introduz esse capítulo foi retirado de um post veiculado no dia 27 de abril de 2018 na página oficial da rede social Facebook da ONU Mulheres Brasil. Trata-se, especificamente, de uma campanha promovida pela ONU Mulheres, em conjunto com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a empresa de análise para decisões de crédito Serasa Experian, no início do mês de

¹Esse texto é um recorte da pesquisa de Iniciação Científica “Mulheres, Ciência e Tecnologia: uma análise-crítico discursiva das representações de feminilidades à luz de abordagens interseccionais”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e desenvolvida no Departamento de Letras (DLA) da Universidade Federal de Viçosa (UFV/MG), a partir dos estudos do grupo AFECTO - Abordagens faircloughianas para estudos sobre corpo/discurso/gênero textualmente orientados.

² Graduanda no curso de Letras - Licenciatura com habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa, iniciado em 2016, na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Foi bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ), com pesquisa na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, sob a orientação da Professora Doutora Maria Carmen Aires Gomes (UFV). Atualmente, é professora de Redação e Língua Portuguesa em Viçosa (MG).

³ Professora Associada III do Departamento de Letras e do Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa. Professora pesquisadora colaboradora do POSLIN-UFMG. Coordena o grupo de pesquisa AFECTO-NIEG-UFV.

fevereiro de 2018, a fim de aumentar a participação das mulheres e meninas na ciência e tecnologia.

No encontro, intitulado “Por um Planeta 50-50 em 2030: Mulheres e Meninas na Ciência & Tecnologia”, integrantes da ONU Mulheres frisaram o potencial pouco aproveitado de meninas e mulheres nessas áreas de conhecimento: “Setenta e quatro por cento das meninas têm interesse em ciência, tecnologia, engenharia e matemática. Mas o fato é que apenas 30% das pesquisadoras do mundo são mulheres”.⁴

Essa campanha não foi a primeira iniciativa da ONU para aumentar a participação das feminilidades nos campos da ciência e da tecnologia. Em 22 de dezembro de 2015, a Assembleia das Nações Unidas aprovou o dia 11 de fevereiro como o “Dia Internacional de Mulheres e Meninas na Ciência”. De acordo com o Instituto de Estatísticas da UNESCO (UIS), apenas 28% das pesquisadoras do mundo são mulheres, já que a maioria delas continua sub-representada nos campos da ciência, tecnologia, engenharia e matemáticas⁵, o que constitui a sigla STEM (Science, Technology, Engineering e Mathematics), comumente difundida e utilizada por diversas práticas sociodiscursivas, nos mais variados contextos, para marcar o que seria a representação dessas diversas áreas do conhecimento.

Essa mesma sigla, STEM, foi utilizada pela equipe de jornalistas da revista Marie Claire para intitular uma reportagem⁶ divulgada pela revista impressa na edição de abril de 2018. Essa edição traz, como capa da revista, uma foto de cinco feminilidades, em que quatro são marcadamente brancas e apenas uma é negra, e seus corpos seguem padrões de beleza que tem o corpo magro como corpo padrão. “O feminismo do futuro” é o título desta edição que, de acordo com a revista, “apresenta a nova geração

⁴ Recorte feito a partir do discurso de Adriana Carvalho, gerente dos Princípios de Empoderamento Econômico da ONU Mulheres Brasil. Informações retiradas da seguinte notícia <https://nacoesunidas.org/onu-defende-aumentar-participacao-de-mulheres-em-ciencia-e-tecnologia/> publicada pelo portal das Nações Unidas no Brasil, no dia 15 de fevereiro de 2018.

⁵ Informações encontradas no site da UNESCO por meio do seguinte link: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural-sciences/science-and-technology/women-and-girls-in-scien-ce/>

⁶ A reportagem foi posteriormente divulgada no portal online da revista Marie Claire e pode ser encontrada no seguinte link: <https://revistamarieclaire.globo.com/Work/noticia/2018/05/stem-nova-equacao-do-feminismo.html>

de atrizes, cantoras, escritoras e ativistas que têm discurso, atitude e empatia”. Trata-se, portanto, de corpos de mulheres específicas e situados em contextos e práticas sócioidiscursivas específicos – são modelos e atrizes jovens que fizeram carreira na rede de televisão Globo.

Encontrada na seção “@work”, a reportagem “STEM: a nova equação do feminismo”, que será analisada por nós, neste texto, apresenta informações sobre mulheres, predominantemente brancas, cis (aparentemente) e pertencentes, provavelmente, às classes privilegiadas e com certo capital intelectual, que são “as mulheres que dominam o mundo da ciência, tecnologia, engenharia e matemática”, como define a própria reportagem. Logo, ao escolher essas mulheres como atores sociais para representar os discursos da revista, a equipe de produção da Marie Claire acaba por iterar e performatizar 7 certas feminilidades existentes e, conseqüentemente, naturaliza e reforça crenças, preconceitos e ideologias.

A reportagem supracitada relaciona-se à segunda edição do evento “Power Trip Summit” promovido pela equipe da revista Marie Claire, em março de 2018. Esse evento, que aconteceu no Fasano Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, é denominado pela própria revista como o “encontro com mulheres poderosas, que discutiram negócios, empoderamento, feminismo e muito mais” em “um evento feito por mulheres, para mulheres, no cenário sofisticado do Fasano Angra dos Reis, Rio de Janeiro”.⁸ Esse evento dialoga com as diversas campanhas, realizadas pela ONU Mulheres, a fim de se discutir a inserção de mulheres na “ciência e tecnologia”; como se não existissem, no mundo de hoje, mulheres na Ciência e Tecnologia.

⁷ Para Butler (2001), “a performatividade é uma reiteração de uma norma ou conjunto de normas” que regulam o gênero e que se constituem no interior da linguagem e do discurso (BUTLER, 2001, p.167). Performatização é o processo pelo qual nomeamos e atribuímos características, ou seja, performamos por meio de atos performativos, os outros (corpos dos outros) e a nós mesmo (nossos corpos). Esses atos performativos são ideologicamente investidos e pautados em uma matriz reguladora que mais se aproxima dos corpos padrões (brancos, magros, cis, entre outros); os corpos abjetos são aqueles que não importam e não existem dentro dessa matriz.

⁸ Informações retiradas do portal online da revista Marie Claire por meio do seguinte link <https://revistamari-claire.globo.com/Power-Trip-Summit/>

Após a contextualização da proposta discursiva a ser analisada, pode-se assumir que “as mulheres são parte substancial da população economicamente ativa, sobretudo nos empregos menos valorizados”, pois “em todo planeta, os homens são a maioria da força de trabalho em cargos de gestão, contabilidade, no direito e em profissões técnicas, como engenharia e postos ligados a computação” (CONNELL&PEARSE, 2015, p.32-33). Tais fatos justificam a necessidade de campanhas que incentivem, aumentem e potencializem a inserção de mulheres em certas áreas do conhecimento que, em virtude de inúmeros preconceitos e ideologias, performatizam as mulheres como feminilidades frágeis e passivas, inaptas para se afirmarem em diversas práticas sociais, como a do mercado de produção de tecnologias, principalmente as materiais, que são consideradas menos sociais e humanas.

Assim, tanto a equipe de produção de campanha da ONU Mulheres quanto a equipe de produção da revista Marie Claire produziram discursos que buscam dar visibilidade à relação entre mulher, ciência e tecnologia já existente, mas ressaltando que há muito a ser feito ainda.

Neste estudo, analisamos a forma pela qual a reportagem “Stem: a nova equação do feminismo”, elaborada pela revista Marie Claire, representa essa relação, bem como também objetivamos identificar e analisar quem são os atores sociais e as vozes inseridas (ou excluídas) no texto dessa reportagem. Trabalhos como estes importam porque mesmo sendo um fato a existência de muitas pesquisadoras nas ciências humanas, isso não é discutido ou viabilizado, o que mantém as performatizações de feminilidades frágeis e delicadas, enquanto torna-se “comum que os homens predominem na indústria ‘pesada’, na mineração, em transportes ou em qualquer trabalho que envolva uma máquina que não seja de costura”. (CONNELL&PEARSE, 2015, p.32-33).

Por isso, buscamos problematizar, à luz de uma abordagem discursivo-crítica, a forma como as práticas sociodiscursivas midiáticas produzem conhecimentos acerca da relação mulher, ciência e tecnologia e

como performatizam as feminilidades cientistas. Não obstante, analisaremos também as representações sociodiscursivas de gênero em práticas midiáticas tais como a revista Marie Claire. Para análise de problemas sociais parcialmente discursivos, essa pesquisa apresenta como referencial teórico-metodológico a Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO) amparada por Fairclough (2001, 2003); para as discussões sobre performances de feminilidades serão utilizados os estudos desenvolvidos por Butler (2010) e Connel & Pearse (2015).

A seguir, se introduz o referencial teórico, a análise da reportagem e, por fim, estão apresentadas as considerações finais.

Análise do Discurso Textualmente orientada (ADTO)

A Análise de Discurso Crítica (ADC) é “uma abordagem científica para estudos críticos da linguagem como prática social” (VIERA&RESENDE, 2016, p.14) e tem como objetivo principal entender a linguagem nas sociedades contemporâneas e “investigar como as estruturas do discurso produzem, legitimam ou mesmo desafiam as relações de poder” (GOMES, 2011, p. 14). Para Chouliaraki & Fairclough (1999) e Fairclough (2003), o conceito de prática torna-se fundamental para refletirmos acerca da crítica social, uma vez que, para os autores, a vida social se constitui de práticas sociais, que são formas habituais de agir e interagir sociodiscursivamente em locais e tempos específicos, envolvendo atividades materiais e fenômenos mentais, que se relacionam dialeticamente dentro ainda de um sistema de práticas sociais, permitindo, então, que as questões sociais possam ser problematizadas discursivamente.

O princípio discursivo-crítico de que o discurso é um dos elementos da prática social, portanto, constituinte das performatizações e (trans)formações identitárias, coaduna-se às discussões butlerianas de que “nós fazemos coisas com a linguagem, produzimos efeitos pela linguagem e nós fazemos coisas para a linguagem, mas a linguagem é também a coisa que fazemos” (BUTLER,1997, p.8).

No âmbito dos estudos discursivos críticos, Fairclough (2003, p.159) afirma que “Quando diferentes discursos entram em conflito e discursos particulares são contestados, o que é contestado é o poder destes sistemas semânticos pré-construídos que geram visões particulares do mundo que podem ter o poder performativo para sustentar ou refazer o mundo à sua imagem, por assim dizer.” Ou seja, as pessoas, em diferentes posições de poder no âmbito das estruturas sociais, podem, dependendo do grau e da natureza da abertura (ou fechamento) das práticas sociodiscursivas produzirem (ou reproduzirem) construções discursivas diversas de acordo com as interseccionalidades (raça/etnia, classe social, geografia, gênero social) a que estão expostos, interpelados, submetidos e/ou constrangidos. O que nos leva a crer que, a partir de Theo van Leeuwen (2005, p.104), “discursos não são somente sobre o que fazemos, mas sempre sobre o motivo pelo qual estamos fazendo isso”.

É assim que nas práticas sociais a linguagem se realiza discursivamente, que agimos e interagimos, representamos e identificamos a nós mesmos, os outros e os aspectos do mundo por meio da linguagem; por meio do nosso discurso e do discurso dos outros que nos performatizam e constroem a todo momento. Os discursos se realizam por meio dos significados representacional, acional e identificacional desenvolvidos por Fairclough (2003), pois ao fazermos uso da linguagem em nossas vidas cotidianas “recorremos a maneiras particulares de representar, de agir e interagir e de identificarmos o mundo e a nós mesmos/as” (VIERA&RESENDE, 2016, p.18).

Quando representamos aspectos do mundo, ou seja, dos saberes, do conhecimento e das experiências, estamos falando dos significados representacionais, cujos elementos da ordem do discurso são os discursos. Ao passo que quando avaliamos/julgamos/apreciamos o outro e a nós mesmos/as, ou identificamos o outro e a nós mesmos/as, estamos falando do significado identificacional, cuja categoria discursiva é o estilo. Neste capítulo, então, utilizaremos as categorias analíticas dos significados representacional e identificacional. De acordo com van Leeuwen (1997,

2008), “representações de práticas sociais são particulares, ou seja, construídas por pessoas particulares e a partir de determinados pontos de vista, e, por isso, representam atores envolvidos nas práticas de diferentes maneiras” (VIERA&RESENDE, 2016, p.178).

Os modos pelos quais os/as atores sociais podem ser representados nos textos podem acontecer de diversas formas; podem, por exemplo, ser excluídos e incluídos, mas também ter sua agência ofuscada. Esses modos “não estão rigorosamente relacionados a formas linguísticas, mas sim a escolhas sociosemânticas, daí o conceito de “ator social” (VAN LEEUWEN, 2008)” (VIERA&RESENDE, 2016, p.178).

Logo, por serem relacionadas a discursos particulares, discursos altamente investidos, as maneiras como atores sociais são representados/as nos textos podem performatizar gêneros de modos distintos – é o que pretendemos discutir.

Na próxima seção, apresentaremos os estudos de gênero para tratarmos as questões das representações sociodiscursivas das feminilidades.

Os Estudos Queer para análise de problemas parcialmente discursivos

Para Butler, “a performatividade é uma reiteração de uma norma ou conjunto de normas” que regulam o gênero (BUTLER, 2001, p.167) e que se constituem no interior da linguagem e do discurso, ou seja, “podemos compreender a performatividade como atos de linguagem reiterativos pelos quais o discurso produz efeitos que ele nomeia. Butler quer dizer que as palavras provocam ações e atuações” (SOUZA, 2016, p.322).

Os enunciados que performatizam o gênero, representando de forma restrita as mulheres na ciência e tecnologia, são constantemente citados e recitados em contextos situados que os reafirmam, tornando-os repetíveis e reiteráveis, intensificando a produção, manutenção ou mesmo a transformação de construções discursivamente hegemônicas: “a ideia de que todos os aspectos da feminilidade se relacionam à mulher, e a masculinidade se relaciona ao homem” (SCOTT, 2009, p.60).

Tais considerações serão fundamentais para as explanações sobre o “ser mulher e suas performances” empreendidas nessa análise, uma vez que as abordagens Queer permitirão uma profunda análise dos aspectos sociais, culturais e políticos dessas questões, que também são discursivas, já que muitas construções acerca dos aspectos de feminilidades são citadas e iteradas nas mais variadas práticas sociomidiáticas.

Seria impossível viver o gênero e seus atos performativos fora do contexto discursivo – para Butler (2002), os discursos habitam corpos; ou seja, “eles se acomodam em corpos; os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue” (BUTLER, 2002, p.4). Essas discussões serão fundamentais para empreendermos nossa análise acerca dos discursos produzidos, iterados e transformados (ou não) pelas práticas sociomidiáticas para representarem a relação entre mulheres, ciência e tecnologia, assim como para identificarem as feminilidades cientistas.

Ainda de acordo com Butler, ao construirmos identidades coerentes para nós mesmos, oprimimos outras identidades; é o que acontece quando as práticas sociomidiáticas, neste caso a revista Marie Claire, escolhem representar somente as mulheres inseridas nas ciências biológicas e exatas, ou quando escolhem vozes femininas marcadamente privilegiadas, como feminilidades brancas, cis (aparentemente), de classes sociais mais favorecidas, para representarem as mulheres na ciência e na tecnologia.

Para análise dos fatores que marcam tais privilégios na construção do ato discursivo, utilizaremos os Marcados Sociais das Diferenças, sob a abordagem Interseccional⁹, para discutirmos as diferenças entre as feminilidades, em relação ao gênero social, sexualidade, faixa etária, questão geográfica, raça, classe social e tamanho do corpo, dentre outros.

⁹Interseccionalidade ou teoria interseccional é um estudo sobre “formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcalismo”, como define a advogada americana Kimberlé Crenshaw” (CONNELL&PEARSE, p.176, 2015).

Análise

De acordo com Fairclough (2003, p. 167), “da mesma forma que há escolhas a serem feitas na representação dos processos, também há escolhas na representação dos agentes sociais”. Para análise das representações sociodiscursivas das feminilidades identificadas pela reportagem “STEM: a nova equação do feminismo”, encontrada na revista Marie Claire, partiremos das seguintes perguntas de pesquisa, articuladas às teorias sobre Representação de eventos/ agentes sociais desenvolvidas por Fairclough (2003):

- (i) Como os agentes sociais representados são incluídos ou excluídos? Que elementos incluídos são mais salientes?
- (ii) Quais possíveis representações de feminilidades e, conseqüentemente, de masculinidades ¹⁰são veiculadas/ criadas pela revista?
- (iii) Como as feminilidades são avaliadas? Ou seja: (i) que sentidos sociais essas avaliações ativam?
- (iv) Essas representações sustentam ou modificam relações de poderes assimétricas?

O texto dessa reportagem foi dividido em diferentes seções e foi marcadamente justificado por dados de pesquisas que sustentaram o discurso da autora. Na introdução, observamos a inclusão dela no texto, a partir do processo relacional “ser” (1) que estabelece uma relação de identidade e identificação:

- (1) *“Enquanto o mercado de trabalho migra para a tecnologia, ainda somos menos de 30% dessa mão de obra no mundo. Tábita, Paula, Stella e Renata, exceções a essa regra, contam à Marie Claire como brigam por respeito, salários maiores e pelo fim do assédio moral e sexual em laboratórios, escritórios e universidades.”*

Em seguida, o processo material “briga” (1) é utilizado como uma construção discursiva metafórica que representa as feminilidades como agentes no

¹⁰É importante, como observado em nossas questões, discutir também sobre as representações sociodiscursivas das masculinidades, mesmo que elas não sejam o foco da reportagem da revista Marie Claire. Isso porque as representações sociodiscursivas marcam o gênero, ou pelo menos como ele é compreendido e articulado, ou seja, se as feminilidades são identificadas de tal forma, isso implica também algumas representações para as masculinidades.

processo, ao mesmo tempo em que demonstra que elas são afetadas por relações de poderes desiguais entre gêneros, já que precisam “brigar” tendo como meta: “por respeito, salários maiores, contra o assédio”.

Após a introdução, o texto da reportagem foi articulado de forma que as informações trazidas pela autora dialogavam com as falas das entrevistadas. Quatro mulheres foram entrevistadas e cada uma delas representava um campo do conhecimento diferente, dividido de acordo com a sigla STEM: Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática.

Para melhor visualizarmos quem são essas feminilidades e mapearmos seus corpos, apresentamos o quadro-síntese abaixo:

Feminilidade	Gênero	Raça	Classe	Faixa Etária	Posição Geográfica	Tamanho	Capital Intelectual/Escolaridade	Profissão
Renata Wassermann	Cis/ Feminino	Branca		47 anos	Original: São Paulo	Corpo magro	Aluna da USP	Professora do IME (Instituto de Matemática e Estatística) da USP
Tábita Hümeier	Cis/ Feminino	Branca		39 anos	Original: Rio Grande do Sul	Corpo magro	Já ganhou prêmios pelo seu projeto pioneiro	Bióloga, especialista em genética das populações
Paula Paschoal	Cis/ Feminino	Branca		36 anos		Corpo magro	Formada em administração de empresas	Diretora-geral do PayPal no Brasil
Stella Colussi	Cis/ Feminino	Branca		30 anos		Corpo Magro	Ex-aluna de um colégio tradicional da elite paulistana Aluna da Escola Politécnica da USP	Engenheira Voluntária do fundo patrimonial da Poli

* Paula é a única feminilidade identificada como mãe.

De acordo com Bairros,

a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos. (...) Raça, gênero, classe social, orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. De acordo com o ponto de vista feminista, portanto, não existe uma identidade única, pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinadas (BAIRROS, 1995, p. 462)

Nessa perspectiva, entendemos que não podemos analisar a representação de uma feminilidade sem antes analisar como seu corpo é situado no mundo. À luz da Interseccionalidade, observamos que os marcadores sociais da diferença destacados anteriormente (gênero, raça, classe, capital intelectual, dentre outros), fazem parte da identidade de feminilidades que possuem posições de privilégios, o que, consecutivamente, afetará a forma com que são representadas e incluídas no texto dessa reportagem, além de ocasionar a exclusão de outros corpos e outros discursos que são apagados/não mencionados no texto, como os corpos e discursos das feminilidades gordas, deficientes e negras, e também pertencentes a outras ciências. Fairclough (2003), sobre isso, argumenta que “existem várias motivações para exclusão, como, por exemplo, a redundância ou a irrelevância, mas também pode ter uma conotação política” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 171).

A representação de Renata Wassermann, professora da USP, foi feita a partir de escolhas lexicogramaticais que a situavam no campo discursivo dos atributos físicos, emotivos, psicológicos e morais, como comumente é feito com as feminilidades.

- (2) “Boa aluna de matemática, Renata vibrava com as possibilidades da máquina.”
- (3) “Toda semana, ia à banca de jornal comprar um novo fascículo do manual de computação, para criar joguinhos e experimentos: os programas vinham descritos na revista, e a adolescente digitava cada número com a minúcia que lhe é peculiar.”

- (4) “Renata tem a fala pausada, baixa, e sorri enquanto conversa. “Morava numa casa bem masculina. Tive sorte por já carregar comigo a cultura do videogame.””

O processo material “vibrar” (2), acompanhado do atributo “boa” (2), traz a ideia de emoção e felicidade associada ao empenho dela com as tecnologias. Em seguida, a entrevistada é incluída e identificada como “adolescente” (3) para se referir não somente ao período no qual ela era mais nova, mas, mais do que isso, a classificação da atual professora como “adolescente” representa uma forma mais pessoalizada de identificá-la e menos profissional. Essa classificação, corroborada pelo processo material “digitava” (3), categoriza Renata por funcionalização (atores representados pelas funções que desempenham), mas intensificando as performances de feminilidades como delicadas e funcionais para apenas alguns serviços, que não demandam força, mas jeito: “com a minúcia que lhe é peculiar” (3), como se o atributo “peculiar” fosse naturalmente feminino. Observe que embora a reportagem tenha como objetivo potencializar as mulheres, reforça a visão atributiva dos gêneros.

Já no enunciado de número (4), ter a fala pausada, baixa e sorrir enquanto conversa são também atributos do campo discursivo psicológico e moral, que apresentam cargas afetivas, e são utilizados como aspectos de feminilidades assujeitadas, passivas, dóceis e frágeis. Nesse caso, a entrevistada é incluída de forma passiva, para Fairclough “quando estão na forma passiva, o que é acentuado é o seu assujeitamento ao processo, sendo afetados pelas ações dos outros” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 173), além de também endossar a “cultura do videogame”, representada pelas tecnologias, poder e ação, como um aspecto de masculinidades – “tive sorte”(4), no discurso da entrevistada, demonstra que as feminilidades não possuem os mesmos direitos que os homens -, jogar videogame, para ela, foi algo casual.

Já em relação à Tábita Hünemeier, outra feminilidade entrevistada, destacamos o seguinte enunciado:

- (5) “A bióloga gaúcha Tábita Hünemeier, 39, especializou-se numa área **dominada por homens**, a genética de populações humanas. Cresceu na carreira **desviando de** decisões pessoais que prejudicavam a profissão – isto é, das profissionais mulheres: adiou casamento e filhos e **desenvolveu um trato discreto e a fala firme e objetiva**. Na faculdade, acompanhou algumas colegas pendurarem o jaleco depois de casar ou engravidar, já que se viam **incapazes de manter o ritmo de pesquisa**. Também por ouvir tantas **histórias de desrespeito** no convívio entre veteranos e jovens pesquisadoras, acostumou-se à fama de durona.”

Nesse caso, os pesquisadores homens mais experientes são identificados como “veteranos” (5), enquanto as mulheres pesquisadoras são representadas como “jovens pesquisadoras” (5), diante de diversas outras escolhas lexicogramaticais que poderiam ser realizadas. Tratando-se de uma inclusão por identificação (representada pela idade), “jovem” representa a cientista de uma forma mais pessoalizada, íntima, podendo ser jovem de acordo com a faixa etária ou com a experiência a qual possui, de forma a desmerecê-la.

Ainda, os processos “desviar” (5) e “pendurar” (5) reforçam as escolhas lexicogramaticais que identificam Tábita como alguém pouco profissional, que só cresceu na carreira por “desenvolver” (5) habilidades que são comumente associadas às masculinidades: “fala firme e objetiva”(5), e por se comportar da forma como as feminilidades são ensinadas a performar: “discreta”(5). Nesse sentido, de acordo com Connell e Pearse (2015) “os arranjos de gênero são, ao mesmo tempo, fontes de prazer, reconhecimento e identidade, mas fontes de injustiça e dano”. (CONNELL&PEARSE, 2015, p.43)

Analisamos, também, a representação sociodiscursiva feita sobre Paula Paschoal, diretora de uma multinacional:

- (6) “Formada em administração de empresas, Paula começou na área comercial e aprendeu **na marra os traquejos** da tecnologia.
- (7) Também na prática **criou jogo de cintura** para lidar com o mundo corporativo: “Nunca me abalei pelo machismo”, diz ela, mãe de Maria, 3, e Ana, 1.”

Nesse enunciado, observamos que, a partir dos processos materiais “aprendeu” (6) e “criou”(7), acompanhado das circunstâncias “os traquejos da tecnologia”(6) e “jogo de cintura”(7), respectivamente, Paula é incluída e representada, também, de forma passiva e identificada como pouco capaz e profissional; afinal, quem “aprende na marra” os “traquejos”(6), não pode ser competente. Nesse sentido, escolhas lexicogramaticais como “jogo de cintura” (7) evidenciam performances mais relacionadas às feminilidades, pois são elas que precisam reivindicar um lugar na ordem de gênero ou responderem à um lugar que lhes é dado (CONNELL&PEARSE, 2015, p.39).

Por fim, observamos a representação sociodiscursiva construída para Stella Colussi, engenheira civil:

- (8) “Filha única e ex-aluna de um colégio tradicional da elite paulistana, assim como da concorrida Escola Politécnica da USP, ela era uma entre seis garotas – nenhuma negra – quando ingressou na faculdade, numa sala de 60.”
- (9) “Hoje, ela quer usar dessa consciência para tentar fazer a diferença. A ideia é cursar um mestrado em impacto social. Por enquanto, é voluntária do fundo patrimonial da Poli, que capta doações e aplica os recursos em projetos da faculdade, para pluralizar as oportunidades no câmpus.”

Nos enunciados destacados, Stella é incluída por meio da identificação: “filha única”, “ex-aluna” e “garota” (8), assim como por meio da funcionalização: “voluntária”(9). Essas representações, ao considerarmos, ainda, que ela é a feminilidade mais jovem entrevista pela revista Marie Claire, contribuem para identificação de Stella como uma feminilidade mais passiva – filha, garota, aluna(8) -, e bondosa – voluntária(9) -, o que contribui para construir um cenário idealizado de caridade, doação, bondade e afeto para as feminilidades, ainda que o objetivo seja o de representá-las como cientistas profissionais.

Considerações Finais

As feminilidades entrevistadas pela autora da reportagem veiculada na revista Marie Claire foram representadas por escolhas lexicogramaticais que as avaliaram de forma a manter as relações de poderes assimétricas entre feminilidades e masculinidades. As avaliações, por sua vez, trazem posicionamentos e, por isso, são investidas ideológica e politicamente, já que acarretam sentidos particulares a quem/o que é avaliado e age sobre o outro e sobre si, respectivamente.

As maneiras como as recorrências de representação das feminilidades cientistas são articuladas no texto – como sensíveis, dependentes, menos capazes, pouco profissionais, dentre outras – representam ideologias e crenças associadas às instituições particulares e são ideologicamente investidas de acordo com as práticas sociais em que estão situadas. Neste caso, apesar de esta ser uma reportagem que modifica certas ordens de poder, ao falar sobre as mulheres no mercado de trabalho das ciências e tecnologias, trata-se, ainda, de um discurso pouco emancipatório - a autora optou por excluir alguns corpos- negros, deficientes, nordestinos, gordos, trans, entre outros-, o que colabora para a manutenção das relações de poderes desiguais e excludentes.

Para Fairclough (2003), o texto é a versão final de um parágrafo que passou por várias reformulações durante um processo de negociação sobre quais vozes deveriam ser incluídas no texto e que tipo de relações elas deveriam estabelecer (FAIRCLOUGH, 2003, p.52). Nesse sentido, o texto – e as ideologias ali negociadas- não fazem parte de um processo elaborado ao acaso. Ainda assim, nas práticas sociais, os discursos negociados nos textos não têm fim, pois podem ser transformados.

Considerando, ainda, que “o gênero diz respeito ao jeito com que as sociedades humanas lidam com os corpos humanos e com sua continuidade e com a consequência desse “lidar” para nossas vidas pessoais e para nosso destino coletivo” (CONNELL&PEARSE, 2015, p.48), então podemos,

a partir dos nossos textos e dos nossos discursos, reformular e reestruturar as relações de poder assimétricas, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências

- BAIROS, L. *Nossos feminismos revisitados*. Estudos Feministas, v. 95, n. 2, 1995.
- BUTLER, J. *Excitable speech: a politics of the performative*. New York: Routledge, 1997.
- BUTLER, J. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001.
- BUTLER, J. *Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del sexo*. Buenos Aires: Paidós, 2002.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity*. Rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- CONNELL, R. & PEARSE, R. *Gênero: uma perspectiva global*. Nversos, 2015.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London; New York: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: UnB, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. *Media discourse*. London: Edward Arnold, 1995.
- GOMES, M. C. A. *Considerações sobre os estudos críticos discursivos: o projeto social discursivo de Norman Fairclough*. In: GOMES, M.C.; MELO, M.S.S.; CATALDI, C. (orgs.). *Gênero Discursivo, Mídia e Identidade*. Viçosa: Editora UFV, 2007.

- GOMES, M. C. A. et al. *Corpo na mídia impressa: analisando as representações sócio-culturais sobre o anúncio da aposentadoria do jogador Ronaldo*. Projeto de Iniciação Científica. Letras, Viçosa, MG, maio/2011.
- GOMES, M. C. A. *Violência, intolerância e corpo feminino: analisando as reações discursivas na mídia em torno da prática de amamentação*. 2017. (prelo)
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. *Análise do discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2016.
- SCOTT, J. *50 Grandes Sociólogos contemporâneos / John Scott (organizador); [tradução Renato Marques de Oliveira]*. São Paulo: Contexto, 2009.
- SOUZA, D. M. *O corpo trans nas práticas midiáticas digitais: uma análise discursivo-crítica da formação identitária de Tereza Brant*. Coisas do Gênero. Revista de estudos feministas em teologia e religião, 2016.
- THOMPSON, J. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- VAN LEEUWEN, T. *Introducing social semiotics*. New York: Routledge, 2005.
- WHITE, P. Valoração – Linguagem da Avaliação e da perspectiva. *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, 2004.

Uma análise discursivo-crítica do Dispositivo Amoroso e da Afetividade em relatos de mulheres do alto escalão de IFES mineiras

*Pauline Freire Pimenta*¹

Considerações iniciais

Nas últimas décadas, estudos sobre gênero, feminismo e patriarcado, atrelados a questões discursivo-críticas, têm alcançado patamares importantes de pesquisa. Seja utilizando-se a Análise de Discurso Crítica (ADC) ou a Análise de Discurso de origem francesa, são inúmeros os trabalhos que abordam a temática, reafirmando cada vez mais as questões abordadas pelo feminismo como uma mudança social latente e necessária.

Diante disso, e ressaltando-se o papel do discurso também como agente de mudança social, ainda há muito que se pesquisar sobre o assunto, e mesmo muitas reflexões a serem feitas. Este capítulo se encaixa nessa lacuna a ser preenchida, já que, mesmo havendo muitos estudos, há ainda uma necessidade de reflexões sobre se os discursos patriarcais são reproduzidos, como eles o são e quais representações discursivas eles reforçam, e, mais além, se nesses discursos há algum tipo de negação dessa representação discursiva.

¹ Doutora em Estudos Linguísticos pela UFMG, mestre em Letras pela UFSJ e graduada em Letras (Licenciatura em Língua Portuguesa e Bacharel em Linguística) pela UFOP. Também atua na Educação a Distância da UFLA. É secretária-executiva na UFLA desde 2008. Participa do grupo Afecto (Abordagens Farcloughianas para Estudos sobre Corpo/Discurso Textualmente Orientados), do Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa.

O principal objetivo deste capítulo é analisar como as representações discursivas, relacionando o feminino e o afeto a características femininas, aparecem nos relatos das entrevistadas de modo a naturalizar os discursos tradicionais/patriarcais. Para tal, serão analisados excertos de entrevistas realizadas com reitoras/ vice-reitoras ou ex-reitoras de universidades federais do estado de Minas Gerais, corpus que compõe uma tese de doutorado². As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas de modo a serem selecionados os excertos de acordo com as temáticas mais recorrentes, para depois serem analisadas à luz das teorias de gênero/patriarcado/feminismo e de ADC. Como resultados, percebeu-se que as reproduções discursivas patriarcais se mostram mais presentes do que se esperava em pleno século XXI, quando as mulheres já alcançaram vários direitos seja no mundo do trabalho ou no mundo privado.

O Dispositivo amoroso e a masculinidade versus a feminilidade

Um estigma há tempos combatido pelos estudos de gênero e do feminismo é considerar características tais como típicas do sexo feminino, bem como outras como do sexo masculino. Diante disso, faz-se essencial abordar temas como esses e relacioná-los com os excertos do corpus de análise para que seja possível refletir sobre como a representação da mulher como ligada ao dispositivo do patriarcado ainda se faz presente nos próprios relatos das mulheres.

Swain (2014) pontua que a “ordem patriarcal e a construção da diferença sexual apresentam-se como um tripé: a materialidade genital, no caso, o pênis; a figura simbólica do pai; e o resultado final, o poder.” (SWAIN, 2014, p. 38), esse tripé significando o dispositivo do patriarcado. Ainda segundo a autora, ligados ao dispositivo do patriarcado haveria mais

² A tese “‘Lugar de mulher é na Reitoria’: análise discursivo-crítica das formações identitárias e das relações de poder de mulheres do alto escalão nas IFES mineiras” foi defendida no ano de 2019 no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG, sob orientação da Prof. Maria Carmen Aires Gomes (UFMG/UFV).

três subsistemas, ou dispositivos que, juntos, formariam o primeiro: o **dispositivo amoroso**, atribuição de papéis socialmente destinados às mulheres; o **dispositivo da sexualidade**, corpo sexuado das mulheres, e o **dispositivo da violência**, que seriam as formas de intimidação daquelas que desafiam o controle patriarcal, tais como estupro, assassinato, dentre outras (SWAIN, 2014).

Os três dispositivos formam de maneira harmoniosa tudo aquilo que o próprio Bourdieu (2002) trata como patriarcado, bem como as definições de diversos outros autores que também englobam opressão, controle, medo. O dispositivo amoroso é reforçado ao considerar que a mulher deve ser ligada naturalmente à domesticidade, à casa, aos filhos e à maternidade, o patriarcado então, com o dispositivo amoroso, reforça os princípios de que ela deve, além dessa disposição para a esfera privada, ser “doce, amável, devotada (ou incapaz, fútil, irracional, todas iguais!) e sobretudo amorosa” (SWAIN, 2014, p. 41). Segundo Swain (2014), o reforço do local da mulher como a esfera privada já trazida por Bourdieu ocorre também quando se aborda esse dispositivo amoroso, uma vez que

o dispositivo amoroso, assim, cria mulheres dóceis e, além disso, dobra seus corpos às injunções da beleza e da sedução, guia seus pensamentos, seus comportamentos na busca de um amor ideal, que seria feito de trocas e emoções, de partilha e cumplicidade. É a busca do príncipe, a multiplicação dos casamentos e conseqüentemente dos divórcios, pois o príncipe é com frequência, apenas um sapo. E isto apenas nos países em que o divórcio é aceito (SWAIN, 2014, p. 42)

Atrelado ao dispositivo amoroso está o da sexualidade, que “(...) é orgânico, constitutivo do ser homem, de ser dotado de um pênis, seu maior apoio na materialidade do social.” (SWAIN, 2014, p. 43) e o da violência, em que o homem que age quando se sente ameaçado. Violência doméstica e estupro são os dois maiores exemplos da prática desse dispositivo, que, segundo a autora, significam que “violência sem limites, sem horizontes, tudo é possível no ódio que impele os homens a atacar as mulheres, meninas e crianças, para penetrá-las com seu sexo e mostrar assim como são

poderosos e viris” (SWAIN, 2014, p. 45). Ainda segundo a autora, no patriarcado, mesmo com todo o aparato que o sustenta, “(...) o que se descortina é todo um conjunto histórico de regras, discursos, proposições, invenções, efetivadas pela violência da lei ou dos costumes, cuja única validade é a própria afirmação e sua imposição arbitrária”. O ‘patriarcado universal’ “(...) não passa de um dispositivo de controle e de poder. Um engodo, uma ficção, uma farsa, cujos efeitos, porém, são devastadores” (SWAIN, 2014, p. 39).

Esse patriarcado reforçado tanto nas teorias de Swain (2014) quanto de Bourdieu (2002) vai ao encontro do que é percebido também quando refletimos sobre a dicotomia entre feminino e masculino, bem como esfera privada e esfera. Mesmo com avanços em relação a estudos de gênero e na sociedade em si, percebe-se que essa divisão ainda se faz presente desde a infância, quando as meninas usam a cor rosa e os meninos a azul. Isso ocorre pois “os diferentes papéis de homens e mulheres têm origem em um processo de ‘condicionamento’: desde os primeiros anos, meninos e meninas são incentivados a se ajustar a identidades de gênero bem específicas” (HEYWOOD, 2010, p. 37).

O feminino e o masculino estiveram sempre de lados opostos e Oliveira (1983) reafirma essa dicotomia ao longo da história pois, “a separação entre o mundo dos homens e o mundo das mulheres, compreendidos como fazer, saber, espaço geográfico e existencial, é um dos mais nítidos temas recorrentes na história das sociedades.” (OLIVEIRA, 1983, p. 36). A afirmação reforça que cada um deve ter o seu lugar, seja nas atribuições do fazer, em que as atividades domésticas restringem-se a elas e as atividades externas a eles; seja no saber, quando por tempos foi renegado a elas o direito à educação e somente ele era detentor deste poder/saber; seja no espaço geográfico e existencial, nos quais a mulher ficava restrita ao interior de sua casa, enquanto o homem saía para trabalhar.

Devido à fragilidade e às características físicas imputadas às mulheres, além da sensibilidade também já citada como intrínseca à natureza da

mulher, caberia a ela então profissões que exigem essas características. As características físicas das mulheres; as fragilidades, constantemente lembradas e as “indisposições periódicas” causadas pela menstruação, responsáveis pelo “humor instável” (PERROT, 2005, p. 177), são citadas como exemplos da dificuldade que elas poderiam ter para realizar trabalhos pesados. Zirbel (2007) reforça a relação entre a natureza do corpo da mulher e seu destino, pois “segundo a visão binária do mundo, a causa da opressão das mulheres estava nelas mesmas, inscrita na sua “natureza”, na anatomia do corpo” (ZIRBEL, 2007, p.131). Fato que definia também o seu lugar simplesmente por sua anatomia. Isso reflete-se nas primeiras ocupações a serem exercidas por elas: tarefas relacionadas ao materno, à emoção, tais como cuidado e de atendimento, conforme Perrot (1988),

outros pontos de convergência das mulheres, os equipamentos coletivos – hospitais, igrejas, creches, escolas, cemitérios... – porque correspondem a tarefas femininas. Maternas: as mulheres levam os filhos à creche ou à escola. De atendimento: elas vão visitar os doentes no hospital. Funerárias: as mulheres, de maior longevidade, cuidam dos túmulos, velam os mortos (PERROT, 1988, p. 225)

Outro autor, Andrew Heywood, importante estudioso do feminismo, reforça o que seriam os limites das esferas limitados às mulheres e aos homens, destacando a política como um lugar renegado à mulher. Segundo ele, a esfera pública era prerrogativa do homem, envolvendo política, arte, educação e literatura, já a mulher limitava-se ao privado, à família e aos assuntos domésticos (HEYWOOD, 2010). Assim, “se a política se desenrola só na esfera pública, o papel da mulher e a questão da igualdade sexual são assuntos de pouca ou nenhuma importância política. A mulher, restrita ao papel privado de esposa e mãe, está literalmente excluída da política (HEYWOOD, 2010, p. 25)”.

Biroli (2018) também reforça essa divisão entre público como “universalidade e da razão” e o privado como “particularidade e afetos”. Dessa forma, “(...) a distinção entre as duas esferas organiza-se em um processo histórico e político no qual as identidades de gênero foram produzidas

como papéis, comportamentos e limites”. Ou seja, apesar de o lugar doméstico não mais pertencer às mulheres, “(...) seu trânsito em espaços não domésticos (profissionais, políticos) encontra hoje menos barreiras, mas ainda é desigual. Mantém-se, ainda, uma matriz que configura as relações e as identidades de gênero na forma de vantagens para os homens” (BIROLI, 2018, p. 95). Bourdieu (2002) reforça essa delimitação da mulher à esfera privada quando compara o prestígio ou não de atividades afins realizadas por homens ou por mulheres:

além do fato de que o homem não pode, sem derrogação, rebaixar-se a realizar certas tarefas socialmente designadas como inferiores (entre outras razões porque está excluída a ideia de que ele possa realizá-las), as mesmas tarefas podem ser nobres e difíceis quando são realizadas por homens, ou significantes e imperceptíveis, fáceis e fúteis, quando são realizadas por mulheres, como nos faz lembrar a diferença entre um cozinheiro e uma cozinheira, entre um costureiro e a costureira, basta que os homens assumam tarefas reputadas femininas e as realizem fora da esfera privada para que elas se vejam com isso enobrecidas e transfiguradas (BOURDIEU, 2002, p. 75).

A seguir abordaremos os principais conceitos da Análise de Discurso Crítica, para enfim analisar os excertos à luz dos temas abordados.

Análise de Discurso Crítica: os significados representacional e identificacional como categorias analíticas

Como embasamento teórico-metodológico deste capítulo, serão utilizados os estudos discursivo-críticos e explanatórios da forma como Norman Fairclough (2003) e Lilie Chouliaraki; Norman Fairclough (1999) problematizam, bem como as categorias de análise advindas dos significados representacional e identificacional. Fairclough (2003) apresenta três significados (acional, representacional e identificacional). O significado acional teria relação com os modos de agir discursivamente, reforçando a ideia de legitimação da ação por meio das relações entre os sujeitos; o representacional seria relacionado a modos de representação de aspectos do

mundo e o significado identificacional, construindo ou negociando identidades, seria a maneira como as identidades são representadas (RESENDE; RAMALHO, 2006). No caso deste capítulo, nos interessam o significado representacional, com o Sistema de Transitividade, e o significado identificacional, com a Modalidade.

O significado representacional tem como categoria o discurso. De acordo com Fairclough (2003), “o que pode ser representado em orações inclui aspectos do mundo físico (processos, objetos, relações, parâmetros espaciais e temporais), aspectos do ‘mundo mental’ de pensamentos, sentimentos e assim por diante, e aspectos do mundo social” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 134).

Os discursos, então, “representam alguma parte particular do mundo” (FAIRCLOUGH, 2003, p.129) e, na representação de nosso corpus de pesquisa, as reitoras representam esse grupo particular do mundo do qual fazem parte, pois são mulheres gestoras, ocupando cargos máximos de gestão nas universidades em que atuam como professoras/pesquisadoras.

Categoria linguística importante para analisar-se nos discursos é o Sistema de Transitividade, que permite identificar e descrever de que maneira os atores sociais, eventos e ações são representados por meio de processos, participantes e circunstâncias (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Os tipos de processos (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004) são: materiais, relacionais, mentais, verbais, comportamentais e existenciais.

Outro significado relevante para este artigo é o identificacional, diretamente ligado ao Estilo, que busca analisar as identidades, as maneiras de ser. Segundo Fairclough (2003, p. 159),

estilos são o aspecto discursivo de maneiras de ser, identidades. Quem você é é parte da questão de como você fala, como você escreve, bem como é uma questão de personificação – como você parece, como você se comporta, como se move, e outros mais. Estilos são ligados com identificação – usando a nominalização ao invés do nome ‘identidade’ enfatizando o processo de

identificação, como as pessoas identificam a si mesmas e são identificadas por outras³ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 159, tradução nossa).

Dentro do significado identificacional temos a *modalidade*, que “pode ser vista como a questão de quanto as pessoas comprometem-se quando fazem afirmações, perguntas, demandas ou ofertas⁴” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 165). Para Fairclough (2003), “o quanto você compromete-se é a parte significativa do que você é – então escolhas de modalidade em textos podem ser vistas como parte do processo de textualização de auto-identidades” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 166) e, ainda segundo o autor, “(...) o que as pessoas comprometem em seus textos é uma parte importante de parte de suas identidades, no processo de tessitura de suas identidades⁵” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 164).

Segundo Fairclough (2003, p. 167), há dois tipos de *modalidade*: a modalidade epistêmica (modalização), ligada à troca de conhecimento, trazendo a afirmação e o questionamento e a modalidade deôntica (modulação), ligada a troca de atividades e serviços, trazendo a oferta e a demanda.

A modalidade deôntica realiza-se por meio de “verbo modalizador (deve, deveria), adjuntos modais (necessariamente, obrigatoriamente, voluntariamente, alegremente), expressões como é necessário, é preciso, é esperado, está inclinado a, está disposto a” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 115). Já a modalidade epistêmica realiza-se por meio de:

verbos modais (pode, deve), adjuntos modais (possivelmente, talvez, certamente, seguramente, usualmente, frequentemente, sempre, normalmente, raramente, ocasionalmente, eventualmente), grupos adverbiais (sem dúvida,

³Tradução nossa do trecho: Styles are the discursual aspect of ways of being, identities. Who you are is partly a matter of how you speak, how you write, as well as a matter of embodiment – how you look, how you hold yourself, how you move, and so forth. Styles are linked to identification – using the nominalization rather than the noun ‘identities’ emphasizes the process of identifying, how people identify themselves and are identified by others (FAIRCLOUGH, 2003, p. 159).

⁴The question of modality can be seen as the question of what people commit themselves to when they make Statements, ask Questions, make Demands or Offers.

⁵My assumption is that what people commit themselves to in texts is an important part of how they identify themselves, the texturing of identities.

com certeza, às vezes, com frequência) e expressões como é possível, é provável, é certo, é costume (FUZER; CABRAL, 2014, p. 115).

Ambos os significados e as categorias elencadas nos remetem às escolhas linguísticas das entrevistadas e nos mostrarão de que forma as representações discursivas que reforçam o afeto como característica feminina e mesmo a dicotomia masculino x feminina, além das características do dispositivo amoroso.

Afeto como característica feminina: análise dos excertos

Pensar a feminilidade como intrínseco à mulher é uma representação discursiva recorrente em nossa análise que acontece pois “a feminilidade é uma espécie de "infância contínua" que afasta a mulher do "tipo ideal da raça". Essa infantilidade biológica traduz-se por uma fraqueza intelectual”, ou seja, “(...)o papel desse ser puramente afetivo é o de esposa e dona de casa; ela não poderia entrar em concorrência com o homem: "nem a direção nem a educação lhe convém" (BEAUVOIR, 1970, p. 144). Vejamos abaixo de que maneira o feminino mostra-se como latente e naturalizado nos discursos das entrevistadas:

(1) R3: você tem uma ou duas reitoras no meio de um monte de homem, diante de uma autoridade, muitas vezes, assim, *por mais que às vezes você possa até ser cumprimentada primeiro, porque você é mulher, então as damas primeiro*, mas a atenção é dada, na hora assim, naquela questão assim, no papo sério, a coisa assim, sabe, são mínimos detalhes, (...) *agora eu acho que a gente também sabe muito bem usar as nossas questões femininas pra poder convencer o que os homens não conseguem, acho que você muito bem pode usar um determinado tipo de autoridade afetiva e convencer um grupo de um argumento*, por exemplo, né, acho que sem dúvida que a gente também sabe usar, não é, assim, *esse lugar da mãe, o lugar da pacificadora, o lugar da verdadeira*, né, da que pode-se confiar, né? Então lógico que a gente também tem que lançar mão dessas coisas e fazer bom uso.

No fragmento acima, percebemos uma recorrência de elementos do campo semântico da *afetividade*. No excerto 1, em “acho que você muito bem pode usar um determinado *tipo de autoridade afetiva* e convencer um grupo de um argumento”, a entrevistada faz menção à “autoridade afetiva”, como se fosse um atributo da ordem do feminino; um argumento de autoridade, reforçado pela construção discursiva de posse: “esse lugar da mãe, o lugar da pacificadora, o lugar da verdadeira”, como se fossem fixos e essencialistas, como se as feminilidades não pudessem ter outros atributos. Além disso, percebemos uma reprodução do dispositivo amoroso quando é afirmado que a mulher pode ser cumprimentada primeiro refletindo um senso comum do patriarcado. A modalidade epistêmica está presente na afirmativa: “a mulher *pode* usar um tipo de autoridade” e em “poder convencer”, mostrando de que maneira o significado identificacional se faz presente e como a Identidade da mulher atrelada ao feminino, visto inclusive como algo positivo para conseguir convencer (processo mental) alguém de algo é visto como naturalizado.

No trecho abaixo temos novamente a afetividade manifestada:

(2) ER4: *E a mulher pode, e eu até acho que deve, usar do que é feminino para garantir um tipo de amenidade na relação que pode facilitar o entendimento. Por exemplo, a gente pode abraçar um colega, ou a colega, a gente pode manifestar afetividade, a gente pode tocar no lado emocional, a gente pode chorar, não como manipulação, mas se você tiver profundamente emocionada por uma situação e você chorar é muito mais aceitável, mesmo você estando num alto cargo de gestão do que se você fosse homem. Não é totalmente aceito, mas é menos desaceito, né, mas você pode manifestar sentimento, você pode manifestar afetividade, acho que a mulher tem uma tendência não biológica, mas cultural, cultural é de tanto tempo que passa quase que parecer natural sem ser, mas a gente tem que ter uma atitude agregadora, família, a mulher, então existe esse lado no modo de ser repito, não é essência, é cultura, mas que a cultura nos habituou a certos comportamentos, né, então eu acho que isso também (incompreensível) com o tempo, eu acho que isso também facilita. E acho, eu não acredito que mulheres são mais sensíveis do que homens, mas eu acho que mulheres se dão mais ao direito de serem sensíveis que os homens, então o fato da gente poder ser, ajuda,(...)*

Também em 2, temos o uso da afetividade como estratégia de poder, quando ela afirma que *“E acho, eu não acredito que mulheres são mais sensíveis do que homens, mas eu acho que mulheres se dão mais ao direito de serem sensíveis que os homens, então o fato da gente poder ser, ajuda”*. Aqui, essa representação discursiva relacionada à sensibilidade como feminino e, mais ainda, como vantagem ser mulher e sensível, reforça ainda mais o dispositivo amoroso (SWAIN, 2014), como propõe-nos Swain, pois a mulher ainda precisa ser *“doce, amável, devotada (ou incapaz, fútil, irracional, todas iguais) e sobretudo amorosa”* (SWAIN, 2014, p. 41), como no trecho: *“manifestar afetividade, a gente pode tocar no lado emocional, a gente pode chorar”*. (excerto 2)

Ao afirmar que “pode” (modalidade epistêmica) fazer performances atribuídas ao feminino, assim como também pode não fazê-las, talvez, esteja problematizando a distinção entre o biológico e o cultural, enquanto aquele é o sexo, este é gênero. Além disso, no trecho *“gente pode manifestar afetividade, a gente pode tocar no lado emocional, a gente pode chorar”*, a modalidade epistêmica “pode” reforça por três vezes algo que a mulher tem o direito de fazer, puro e simplesmente por ser do sexo feminino, sempre ligado ao emocional. De alguma maneira, ela justifica o que culturalmente é atribuído à mulher: emoção, natureza e a solidariedade, ao afirmar *“mas a gente tem que ter uma atitude agregadora, família, a mulher”*. Aqui, a construção modalizadora deôntica “tem que ter” reitera um senso comum de que a mulher precisa ser de um jeito que o discurso patriarcal espera, tais como o que é trazido por Bourdieu abaixo, em três princípios que convém às mulheres, que

(...) põem em ação em suas escolhas: de acordo com o primeiro destes princípios, as funções que convém às mulheres se situam no prolongamento das funções domésticas: ensino, cuidados, serviço; segundo, que uma mulher não pode ter autoridade sobre homens e tem, portanto, todas as possibilidades de, sendo todas as coisas em tudo iguais, ver-se preterida por um homem para uma posição de autoridade ou de ser relegada a funções subordinadas, de auxiliar; o terceiro confere ao homem o monopólio da manutenção dos objetos técnicos e das máquinas (BOURDIEU, 2002, p. 113).

Vejamos o fragmento 3 abaixo:

(3) VR5: *E eu vejo da mulher é a facilidade que ela tem de conectar todas as informações, o homem eu vejo que ele é muito mais centrado, em determinada ação, a mulher, além dela centrar na ação, ela consegue rodear e ver tudo que pode acontecer naquele momento e o que isso vai repercutir no futuro, então eu vejo a mulher com uma visão muito mais aberta, muito mais global do que o homem, não querendo me desfazer do homem, mas até pelo fato de nós em casa, a gente sabe disso, né, marido e mulher, a gente consegue controlar muito mais a casa, e o esposo, do que ele a casa e a esposa, porque ele não tem uma visão do todo, ele é mais centrado em determinadas coisas então eu acho que isso tem permitido que a mulher, ela ocupe determinados espaços porque ela passou a ser vista de uma forma pra contribuir melhor, sabe, ela contribui melhor na área social, ela contribui melhor na área afetiva, hoje a gente consegue resolver muitos problemas ouvindo, simplesmente as pessoas, e você, com a vivência, né, da mulher, ela às vezes ela traz a solução, uma solução mais prática, do que o homem, até pelo fato da gente ser mãe, a gente ter passado por situações em casa, situações familiares, (...), mas você tem um outro lado que fala mais alto que é o lado sentimental, que você tem mais paciência, pra estar ouvindo e até tentando ajudar de uma melhor forma, as pessoas, o homem ele é mais assim, ele é mais centrado e ele não é muito sentimental, ele trata as questões bem mais duramente, do que a mulher, a mulher já tem uma outra visão (...)*

Há léxicos e representações discursivas interessantes, ainda no fragmento 3, tais como: “isso tem permitido que a mulher, ela ocupe determinados espaços porque ela passou a ser vista de uma forma pra contribuir melhor, sabe, ela contribui melhor na área social”, que remetem ao processo “tem permitido” e mesmo “contribui” que significam o consenso de alguém para que a mulher ocupe esse lugar na esfera privada, e ainda pelo fato de ela colaborar, pois se não fosse assim, se não houvesse benefícios, será que essa permissão não lhe seria concedida?

Ainda na reprodução das representações discursivas patriarcais, há o reforço de que bom empenho (experiência) na esfera privada se “transporta” para a pública, vejamos: “até pelo fato da gente ser mãe, a gente ter passado por situações em casa, situações familiares, você transporta isso

pro seu ambiente profissional”, reproduzindo um discurso sexista explicitamente. Por fim, ainda reforçando o feminino x masculino, ela traz que “homem ele é mais assim, ele é mais centrado e ele não é muito sentimental”, e a mulher, não é centrada? Ela é somente sentimental? Aqui, é reforçada essa dicotomia e mais ainda a característica feminina do afeto. Além disso, ao utilizar o processo relacional no trecho “ele é mais centrado”, é reforçada essa representação discursiva de características masculinas e femininas conforme já citado.

Essa destinação do que é feminino e do afeto à mulher aparece também em Proudhon, filósofo francês do século XIX, citado por Perrot, que também adere ao discurso médico sobre a inferioridade física da mulher. O autor afirma que as funções destas limitam-se a “uma vagina para receber, um ventre para carregar, seios para amamentar – como os pedaços dos melões – marcam seu destino, feito pelo homem e pelo filho. Nenhum lugar além do lar” (PERROT, 2005, p. 173). O que se reforça em:

- (3): “ela contribui melhor na *área afetiva*”;
- (3): “marido e mulher, a gente consegue *controlar muito mais a casa, e o esposo*, do que ele a casa e a esposa, porque ele não tem uma visão do todo” e
- (4): “alguns teóricos até dizem que a mulher ela tem um pouco disso, talvez afluído do que no homem, essa *intuição*, essa capacidade de ser *colocar no lugar do outro* e tentar perceber as coisas como os outros percebem, então se isso é *alguma coisa inerente ao sexo feminino*”.

Essa presença dos elementos do afeto, dos sentimentos e das emoções no discurso das entrevistadas itera-se a estrutura binária entre homens e mulheres, presente no dispositivo do patriarcado (SWAIN, 2014). Segundo Del Priore (1998), destinaria às mulheres a emoção e aos homens, a razão. Sobre isso, Perrot afirma que “aos homens, o cérebro (muito mais importante que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos” (PERROT, 1988, p. 177).

Um retorno à reafirmação do dispositivo amoroso está presente ainda no fragmento 4, quando há duas problematizações sobre a dicotomia capacidade x intuição.

(4)R2: (...)eu acho que as minhas características pessoais são mais importantes nessa questão do que o fato de ser mulher, então essa capacidade que eu acredito que eu tenho, de manter bons relacionamentos, uma boa comunicação, saber ouvir, procurar entender, me colocar no lugar do outro, *alguns teóricos até dizem que a mulher ela tem um pouco disso, talvez aflorado do que no homem, essa intuição, essa capacidade de ser colocar no lugar do outro e tentar perceber as coisas como os outros percebem, então se isso é alguma coisa inerente ao sexo feminino* então eu acredito que isso talvez tenha me ajudado sim, porque eu tenho essa capacidade, eu acredito que eu tenho.

Ao afirmar que as mulheres tem capacidades das mais diversas, ela se afasta da discussão de que homem é x, mulher é y, porém, mais à frente, ela traz novamente o léxico capacidade relacionando-o a intuição, ao afirmar que “essa intuição, essa capacidade de ser colocar no lugar do outro e tentar perceber as coisas como os outros percebem, então se isso é alguma coisa inerente ao sexo feminino”, contradizendo explicitamente seu discurso anterior. Afinal, a capacidade é ligada à intuição, que é feminina, ou não se relaciona a essa dicotomia e é inerente ao ser humano? Esse discurso contraditório nele mesmo reforça as grandes questões do feminismo e patriarcado, pois, por mais que elas por vezes reproduzam discursos de resistência ao dispositivo do patriarcado, por vezes eles insistem em fazer parte de seus discursos.

Considerações finais

Após refletirmos sobre a reprodução dos discursos patriarcais e mais especificamente sobre o afeto como característica feminina e à dicotomia masculino x feminino, cabe fazer algumas considerações.

Percebe-se, nas análises dos excertos, uma força ainda latente do patriarcado e do tradicionalismo, que por vezes se mostra naturalizada nos discursos analisados, já que não há, em momento algum, pelo menos neste grupo de excertos, qualquer negação dessa representação discursiva que destina à mulher, ao feminino, tudo que seja dócil, frágil, que envolva cuidado,

sentimento, coração, esfera privada, enfim, tudo aquilo que já é naturalmente destinado à mulher. E isso nos preocupa pelo fato de que mesmo com o grande avanço da luta feminista e com inúmeras conquistas das mulheres, os relatos ainda reproduzem de forma latente aqueles discursos que há anos foram combatidos: de que a mulher é afetuosa por ser mulher e que há características específicas do feminino e outras do masculino.

Essa discussão é importante pois não leva em conta que as mulheres não precisam ser o tempo todo afetuosas ou mesmo os homens não são proibidos de demonstrar afeto. Pelo contrário: homem pode sim chorar e a mulher pode também ser dura quando lhe convier. A luta há tempos travada pelos direitos das mulheres e mais ainda pela quebra de estereótipos que mantenham a mulher na esfera privada e o homem na esfera pública, quando não deveria ser reproduzido por mulheres que representam mulheres de sucesso na carreira de gestão, que são as mulheres do alto escalão das IFEs mineiras, ainda se mantém fortes devido ao fato de ainda estarem naturalizados em nossa sociedade.

Este capítulo nos faz perceber o quanto a discussão patriarcado x feminismo ainda é necessária, e mais ainda, o quanto as mulheres ainda precisam desnaturalizar seus próprios discursos. Por meio da Análise de Discurso Crítica, que busca a relação entre linguagem e sociedade como essencial, foi possível perceber quais as formas de reprodução desses discursos.

Referências

- BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades. Limites da Democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

DEL PRIORE, M. **História das Mulheres: as vozes do silêncio**. In: historiografia Brasileira em Perspectiva/ Marcos Cezar de Freitas (org.). – São Paulo: Contexto, 1998.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London; New York: Routledge, 2003.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Campinas: Mercado de Letras, 2014. 228p.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 2004.

HEYWOOD, A. **Ideologias políticas: do feminismo ao multiculturalismo**. São Paulo: Ática, 2010.

OLIVEIRA, R. As pedras no bolso do feminismo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, vol. 2, 3, nov. 1983

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru- SP: Edusc, 2005

_____, M. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RESENDE, V. M & RAMALHO, V. S. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SWAIN, T. N. **Por falar em Liberdade...** In: Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas [livro eletrônico] / organizadoras Cristina Stevens, Susane Rodrigues de Oliveira e Valeska Zanello. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014.

ZIRBEL, I. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2007.

A malignidade do bem no discurso contra o aborto ¹

Laene Mucci Daniel ²

Considerações iniciais

Em tempos atuais de golpes contra a democracia, em que o próprio Estado viola os direitos conquistados do povo brasileiro; nesta época que evoca o chumbo da disseminação do ódio e revive o amargo da impunidade, a violência ecoa em praticamente todos os cantos, cenários e manifestações da vida cotidiana, presente, portanto, no tecido discursivo da contemporaneidade.

A atuação da violência na vida contemporânea brasileira, tratada pela obra *Linguagem da violência* (2000), é paradoxal. De um lado a violência pode ser compreendida como “ameaça à convivência pública e democrática”, e de outro como “semente de rearticulação sociopolítico-cultural” (PEREIRA ET AL, 2000, p. 14). Adotamos neste trabalho a perspectiva da violência como um fato alheio e hostil a quaisquer tentativas democratizantes da sociedade.

A hostilidade dos homens e mulheres não é fenômeno de agora. Histórias, relatos, registros, depoimentos, testemunhos e estudos retratam – e tratam – a violência na sociedade humana desde que o mundo existe.

¹ Trabalho apresentado no VII Colóquio e II Instituto da Aled-Brasil. *Discurso, Políticas e Direitos: Por uma análise de discurso comprometida*, na UnB, em outubro de 2018.

² Doutora em Estudos linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professora do curso de Jornalismo, no Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV), membro do grupo *Abordagens faircloughianas para estudos sobre corpo/discurso textualmente orientados* (Afecto).

Sabemos que a violência não surge agora e não é sua ontologia, origem, fatores causais e consequências que pretendemos discutir neste trabalho. O que chama a atenção neste momento brasileiro é o escancaramento dos discursos violentos. Se antes, “vivemos muito” tempo, a ‘ilusão’ de que o Brasil (...) habitado por um ‘povo pacífico’, estava livre das marcas mais profundas do conflito e da violência (PEREIRA ET AL, 2000, p. 19), atualmente, as pessoas, nos mais variados lugares, públicos ou privados, não têm controlado os gritos, xingos, agressões verbais contra os que se mostram diferentes, seja na etnia, no gênero, na religião, na opinião sobre o mundo.

Não apenas essa presença *evidente e cotidiana* da violência representa uma novidade como também os seus modos de manifestação constituem algo que deixa a sociedade (especialmente certos segmentos sociais) bastante perplexa. É uma violência que *surpreende*, que parece *vir de toda parte*, poder atingir os mais diferenciados segmentos sociais e acontecer em praticamente qualquer contexto (PEREIRA, 2000, p. 121).

Dessa “onipresença da violência na sociedade brasileira contemporânea” (PEREIRA, 2000, p. 121) espalham-se discursos que afirmam e incitam comportamentos violentos nos ambientes de trabalho, lazer e domiciliar. Amigos coxinhas e metralhas³ *batem boca* e desfazem relacionamentos antigos; familiares heterossexuais e homossexuais trocam ofensas e socos; professores assediam alunos; banheiros de universidade são pixados com insultos racistas⁴. A imprensa, as redes sociais e os aplicativos digitais têm mostrado: deputados ofendendo minorias e trocando insultos em plenários, entrevistas e palestras, ao vivo e a cores; policiais disparando tiros de borracha e gases lacrimogêneos contra pessoas em passeatas; prefeituras apagando a arte dos muros e acordando moradores de rua com jatos de água fria em pleno inverno; governos deixando universidades à míngua. Câmeras de segurança e celulares gravam

³ Nomes pejorativos dados aos adeptos e militantes dos partidos PT e PSDB, respectivamente.

⁴ Testemunhamos todas as manifestações aqui citadas.

atos de crueldade de seres humanos contra animais e contra seres humanos. Ou seja, “emergem comportamentos marcadamente violentos que muitas vezes buscam impor diferenças (...) impeditivos da existência mesma da convivência entre formas sociais plurais” (PEREIRA *ET AL*, 2000, p. 14).

A partir do pressuposto de que a violência possui uma centralidade subterrânea – isto é, “apesar de não ser frequentemente visível, sempre esteve presente em qualquer coletividade” (HERSCHMANN, 2000, p. 170) – e de inferirmos que os grupos contra o aborto trazem a linguagem da intolerância e do ódio diante do que/quem vai contra os seus valores morais e religiosos, propomos iniciar uma reflexão sobre a violência em discursos aparentemente não violentos, que se auto propagam “a favor da vida”. Partindo, portanto da hipótese de que o discurso contra o aborto carrega a *malignidade do bem* (TIBURI, 2016), pretendemos analisar o discurso específico de imagens disseminadas pela Internet.

Para analisar metodologicamente o discurso verbo-icônico da imagem mais recorrente na Internet, através do site de pesquisas *Google.com.*, em outubro de 2017, que ilustra posicionamentos (em sites brasileiros) contra o aborto na Internet, vamos acessar a *Grade de análise de imagens* que nos possibilita pensar o verbal e o icônico de forma conjunta, através da Semiologia e da Retórica (MENDES, 2013). É importante esclarecer que a imagem que constitui o nosso *corpus* de análise esteve presente em 19 sites, dentre os 23 contrários ao aborto, encontrados em uma primeira varredura. Além da sua recorrência, observamos que trazia o mesmo significado das outras encontradas (bebês mortos e despedaçados), relacionando o aborto à violência.

A violência e a mídia

Atos violentos são transmitidos, comentados e compartilhados, cada vez mais, pela televisão, rádio, *Facebook* e *Whatsapp*. Presenciamos de forma banal e diária a violência representada na mídia.

Sob a perspectiva da violência representada, a circulação na mídia de atos violentos torna-os produtos culturais mais amplamente consumidos por um público fascinado⁵. Os que clamam por menos violência chocante na mídia – a que explicita práticas cruéis – não se opõem e até aceitam “como fruição prazerosa uma outra violência estilizada por processos de modificação, supressão, substituição e acréscimos, mecanismos próprios de edição fotográfica” (PEREIRA *ET AL*, 2000, p. 18). Essa banalização do mal⁶ a que presenciamos diariamente na mídia e também nos espaços privados e públicos já vem sendo estudada teoricamente e discutida por diversas áreas da sociedade.

Contrera (2002) considera a presença da violência nas situações comunicativas da mídia contemporânea como uma obsessão temática e critica a maioria das abordagens contemporâneas que reflete a relação entre violência e mídia por ela (a maioria) tratar a violência como se estivesse presente na mídia apenas sob a forma de tema, de assunto. “As discussões sobre a violência na mídia se atêm, em sua grande maioria, à análise dos temas considerados violentos, mantendo a discussão sobre a violência longe da dimensão da representação, da linguagem” (CONTRERA, 2002, p. 98). Para Herschmann (2000), a violência “é uma forma de linguagem/comunicação, estando relacionada às diferenças, à heterogeneidade presente em cada sociedade” (HERSCHMANN, 2000, p. 169). Consideramos, portanto, a violência como um tipo de linguagem emissora de conflitos. Ela pode estar representada e simbolizada pelos discursos visuais e verbais que argumentam através dela. É o caso do nosso *corpus* a ser apresentado posteriormente. Apesar de não propormos uma definição e/ou, uma discussão filosófica sobre a violência e sua banalidade, pensamos na sua presença disfarçada e estilizada. Para além da violência banalizada, o que nos chama atenção é a violência invisível propagada pela mídia brasileira.

⁵ Susan Sontag em sua obra “Diante da dor dos outros” traça iconografia sobre a representação da violência nas imagens e aprofunda-se nesse tema.

⁶ A expressão, cunhada pela filósofa Hannah Arendt, refere-se ao mal feito pelo ser humano comum que não se responsabiliza pelos seus atos e não pensa nas consequências (WYLLYS, 2016).

Se a violência é linguagem, ela também compõe o sistema simbólico da sociedade e é também um instrumento de manutenção do poder simbólico. “Este poder é invisível, escondido nas entrelinhas, estando por toda parte” (SARDENBERG, 2011, p. 3); exercido sem que os sujeitos saibam que o estão exercendo ou a ele submetidos (SARDENBERG, 2011; BOURDIEU, 1989). Nesse sentido, precisamos descobrir o discurso invisível da violência simbólica.

A violência simbólica

Diante do controle da informação e supervisão das práticas sociais pelo Estado e outras organizações, “é preciso então, prestar mais atenção à pluralidade das formas de violência e, sobretudo às diferentes maneiras de aceitá-las” (MARTUCCELLI, 1999, p. 163). Vislumbramos na sociedade diferenciadas formas de manifestação da violência e poucas tipologias existentes. A Organização Mundial de Saúde (OMS), em seu relatório sobre violência e saúde, define violência como “o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação” (DAHLBERG; KRUG, 2002, p. 1165-66). O mesmo relatório aponta que os atos violentos podem ser de natureza física, sexual, psicológica ou relacionada à privação ou ao abandono. Entrelaçada com a violência física, a violência simbólica é sutil, mascarada, disfarçada e eficaz (TIBURI, 2016; SARDENBERG, 2011).

Violência simbólica, violência suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 1999, p.7-8).

Nem sempre suaves são as imagens que propagam ideologias religiosas ou até mesmo políticas. Quando chegam à mídia, pelos sistemas

simbólicos das instituições (igreja, escola, família, Estado), tornam-se formadoras de opinião. E como atos de fala constituem-se em violência verbal. “Definimos violência simbólica como o poder de fazer com que a legitimidade (a validade) de significados mediante signos seja tão efetiva que outros se identifiquem com eles” (HARRY PROSS, 1989, p. 71). A perpetuação das relações de dominação entre grupos sociais é o que naturaliza a violência, considerada natural no estabelecimento da ordem social. A dominação masculina, por exemplo, é uma fonte de naturalização da violência simbólica, fazendo com que esse tipo de violência seja um dos elencados quando se discute a violência contra a mulher e a violência de gênero. A violência simbólica confere poder aos meios de comunicação para reproduzirem o estereótipo patriarcal que relega uma posição de inferioridade à mulher.

A violência contra a mulher

Inicialmente é importante distinguirmos a violência contra a mulher e a violência de gênero. Enquanto mulher refere-se à diferença anatômica corporal, gênero indica a construção social, material e simbólica dos seres humanos (SACRAMENTO; REZENDE, 2006). Segundo a Lei Maria da Penha (11.340/2006), que trata da violência doméstica e familiar, a violência contra a mulher implica em qualquer conduta de discriminação, agressão ou coerção ocasionada pelo simples fato da vítima ser mulher. Já a violência de gênero, segundo a mesma lei, implica em “violência sofrida pelo fato de se ser mulher, sem distinção de raça, classe social, religião, idade ou qualquer outra condição, produto de um sistema social que subordina o sexo feminino” (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA). Essa violência de gênero é causada por uma ideologia que define a condição feminina como inferior à masculina (CHAUÍ, 1985, p. 43). Discursos refletem essa ideologia e incidem até sobre o corpo da mulher.

⁷ No original: Definimos violência simbólica como el poder hacer que la validez de significados mediante signos sea tan efectiva que otra gente se identifique con ellos. (TRADUÇÃO NOSSA).

A discussão sobre o aborto

A discussão sobre o aborto é antiga. O filósofo grego Platão defendia o direito da mãe sobre essa decisão. A União Soviética, em 1920, foi o primeiro país a legalizar a prática do aborto, de forma gratuita, até o primeiro trimestre de gestação. Durante a década de 30, o aborto foi legalizado na Islândia, Dinamarca e Suécia; e no México e Polônia somente em caso de gravidez decorrente de estupro e de risco de vida para a mãe. No decorrer do século XX, leis foram avançando na permissão ao aborto, principalmente na América do Norte, Europa e Ásia (MARIA, 2015). Nas América Latina, Uruguai é o único país que permite a prática em qualquer circunstância. No Brasil, o aborto é considerado crime, podendo levar à prisão tanto a grávida quanto a equipe médica que a auxilia no procedimento. O Código Penal brasileiro de 1940 somente permite o aborto em caso de estupro e risco para a vida da gestante. Em 2012, entretanto, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o procedimento seria também permitido nos casos de anencefalia fetal⁸.

Segundo um estudo realizado pelo *Instituto Guttmacher* e pela *Organização Mundial de Saúde* (OMS), cerca de 56 milhões de abortos são realizados por ano no mundo e, desse total, 21,6 milhões são procedimentos realizados de forma insegura, resultando na morte de aproximadamente 47 mil mulheres (ROCELLO, 2014). Essa mortalidade é apontada pela *Organização das Nações Unidas* (ONU) como consequência das leis que restringem o procedimento pelo mundo. Por outro lado, os especialistas ainda opinam que as leis permissivas ao aborto são parte de uma estrutura maior que também garante acesso ao planejamento familiar, à saúde e à informação. Esse mesmo estudo aponta que a América do Sul registrou uma alta significativa no número de abortos realizados entre 1990 e 2014 (CHADE, 2016). Somente o Brasil, já em 1991, representava

⁸ *Anencefalia* é uma doença causada pela má formação do cérebro do *feto* na gestação, incompatível com a vida extra-uterina em 100%.

quase metade dos abortos da América Latina. Em 2013, foram realizados um milhão de abortos inseguros⁹ no Brasil.

Para além das informações objetivas de dados e estatísticas, as tomadas de posição em relação à legalidade ou não do aborto dividem-se inicialmente sobre a decisão. Ou seja, os a favor do procedimento não determinam sobre a decisão da mulher e não pré-julgam o ato nem o sujeito (a mulher grávida), já os que são contra o procedimento pré-julgam (e mal) o ato em si e quem quer realizá-lo, determinando que a decisão, portanto, não cabe à mulher. Essa é a questão levantada, por exemplo, pelo médico e escritor Dráuzio Varela (2015). Segundo ele, “a questão do aborto está mal posta. Não é verdade que alguns sejam a favor e outros contrários a ele. Todos são contra esse tipo de solução”, entretanto, “não há princípios morais ou filosóficos que justifiquem o sofrimento e morte de tantas meninas e mães de famílias de baixa renda no Brasil” (VARELA, 2015, s/p). O médico afirma que a Lei brasileira não pode esperar o consenso de todos os brasileiros, precisa encarar o aborto como um problema de saúde pública. Outros médicos, tais como o obstetra Jefferson Drezett, coordenador do Serviço de Violência Sexual e Aborto Legal do Pérola Byington, hospital público do estado de São Paulo, também defendem o direito da mulher em decidir e realizar o aborto, como prevê a Lei (FARIAS 2015).

Os discursos contrários ao aborto reforçados pela lei brasileira que considera crime a prática do aborto fora das condições legais previstas condenam o procedimento e quando entrelaçados a discursos institucionais (família e religião) não aceitam o aborto nem mesmo em casos previstos pela lei (estupro, risco de vida da gestante, fetos anencéfalos). Esses discursos, baseados na defesa da ilegalidade e da criminalização, têm como argumento central a defesa da vida.

⁹ Aborto inseguro, segundo a OMS, é a interrupção da gravidez praticada por um indivíduo sem prática, habilidade e conhecimentos necessários ou em ambiente sem condições de higiene (DIP, 2013).

A malignidade do bem

Ao ouvir uma médica, que era contra o aborto, narrar, de forma vangloriosa, um atendimento a uma mulher de 35 anos de idade que iria parir o nono filho numa condição de pobreza, desempregada, e moradora de periferia, como se tivesse proporcionando a felicidade de sua paciente ao realizar-se novamente como mãe, a filósofa Márcia Tiburi (2016) compreendeu que a médica, mesmo sem saber, praticava “um tipo bem perverso de bondade. Aquela bondade que, na verdade, acoberta uma maldade sem igual. A bondade entre aspas, que causa efeitos maléficos e que não se responsabiliza pelo que faz” (TIBURI, 2016, p. 118-119). Foi então que a filósofa, contrapondo o conceito de Hannah Arendt (banalidade do mal), cunhou a noção de *malignidade do bem*. Pessoas bem intencionadas que falam e decidem em nome do outro, sem considerar o outro. A partir da ideologia da maternidade, a médica argumentava em nome de uma paciente, acreditando e pregando o que deveria ser a felicidade para a gestante. Tiburi (2016) considera essas atitudes acobertadas ideologicamente e promovidas por uma linguagem cínica.

Acreditamos que esse é o caso do nosso *corpus*. Pessoas de bem, a partir de valores e ideologias, defendem a ilegalidade do aborto, sem (re) conhecer de fato a realidade das mulheres que podem escolher praticar o aborto e até mesmo sem considerar as condições legais para a realização da prática.

Procedimentos metodológicos

Nosso trabalho propõe a problematização do discurso contra o aborto, a partir da análise das macrodimensões retórico-discursivas dos elementos icônicos e dos elementos verbais, de acordo com Mendes (2013), na imagem mais recorrente em artigos que se posicionam contra o aborto na Internet. Pretendemos demonstrar como o imaginário sociodiscursivo da bondade cristã que perpassa o discurso verbo-icônico a ser analisado

carrega em si o conceito da malignidade do bem (TIBURI, 2016) e auxilia na construção do *ethos* negativo da mulher.

O conceito de *ethos* (plural *ethé*), segundo Amossy, (2008), que remonta à retórica clássica, diz respeito às imagens de si construídas pelo orador (ou enunciador) a fim de obter adesão do auditório àquilo que apresenta. Ao ser produzido e, também, ao ser interpretado, o discurso da foto em questão constrói uma imagem de quem o produz e também sobre quem/o quê ele fala (AMOSSY, 2008; LIMA, 2011).

É importante destacar o lugar que ocupamos neste trabalho: de analistas do discurso e também de espectadores da fotoilustração¹⁰ em questão. Esclarecemos que, como analistas do discurso icônico, ocupamos um contexto social, histórico e discursivo que nos impele a analisar alguns aspectos que, para nós, são importantes na análise do discurso brasileiro contra o aborto.

Antes de iniciarmos a análise, consideramos importante apresentar nosso aporte teórico metodológico, justamente por se tratar de um discurso verbo icônico que optamos pela metodologia *Grade de análise de imagens fixas* que propõe a análise de forma conjunta dos estratos verbal e icônico. Não propomos completar toda a grade, já que cabe ao analista a escolha das ferramentas de acordo com os objetivos do trabalho (MENDES, 2013). Na *Macrodimensão retórico-situacional*, identificamos os dados das condições de produção da imagem. Na *Macrodimensão retórico-discursiva dos elementos icônicos*, observamos os elementos técnicos da imagem fixa (elementos plásticos, planos e ângulos), a dimensão discursiva e de efeitos. Na *Macrodimensão retórico-discursiva*, estudamos a dimensão discursiva e de efeitos (modo de organização, imaginários sociodiscursivos, elementos etóticos e efeitos patêmicos).

Nossa problematização se apoia em uma categoria da grade, no conceito de imaginários sociodiscursivos. Presentes nos intertextos dos enunciados que circulam na comunidade social (CHARAUDEAU, 2006; 2010), “eles têm a função de retratar os discursos que circulam em certos

¹⁰ Subgênero da fotografia que é um gênero do Fotojornalismo (BUITONI, 2011).

grupos sociais, uma vez que servem para demonstrar as visões de mundo de um determinado grupo social” (GUIMARÃES, 2013). Fazem parte, portanto, das significações que identificam o grupo. Se a imagem também pode trazer indícios de como são representadas várias questões e também expressa imaginários sociodiscursivos, eles [os imaginários sociodiscursivos] são, portanto, verbo-icônicos (MENDES, 2013). É sobre os imaginários sociodiscursivos que o discurso argumenta e o faz pela imagem de si (*ethos*) e pelos argumentos patêmicos (*pathos*), relacionados às emoções suscitadas no auditório (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004).

O corpus e a Análise

Diante da variedade de discursos verbo-icônicos na Internet, selecionamos aquele que aparece com mais frequência, em exatamente 19 páginas, entre sites e blogs¹¹. Nosso *corpus* foi escolhido em pesquisa realizada no site de pesquisas *Google.com*, em outubro de 2017. Ao pesquisarmos sobre campanhas contra o aborto, a fotoilustração que compõe nosso corpus aparece em 19 páginas, dentre as 23 encontradas numa primeira varredura. Desse total, 63%, (12 páginas) são blogs ligados a pessoas físicas ou movimentos organizados e 36,8% (sete páginas) são sites ligados a instituições. Dentre as 19 páginas, encontramos uma que se

¹¹<https://brasil.babycenter.com/thread/2259283/ele-quer-que-eu-aborte;> [https://cristianderosa.wordpress.com/2016/02/04/a-vitima-do-aborto-nao-e-a-mulher/;](https://cristianderosa.wordpress.com/2016/02/04/a-vitima-do-aborto-nao-e-a-mulher/) <http://consciencia.blog.br/2014/07/60-perolas-de-paginas-de-direita-facebook-15.html> [http://www.amormariano.com.br/aborto/o-aborto-e-falacia-dos-numeros-apresentados-pela-midia/;](http://www.amormariano.com.br/aborto/o-aborto-e-falacia-dos-numeros-apresentados-pela-midia/) [http://estudosnacionais.com/a-vitima-do-aborto-nao-e-a-mulher/;](http://estudosnacionais.com/a-vitima-do-aborto-nao-e-a-mulher/) [https://sociedadecadente.wordpress.com/2016/03/11/matar-o-proprio-filho-as-mulheres-tem-o-direito-de-decidir-diz-bachelet-sobre-aborto/;](https://sociedadecadente.wordpress.com/2016/03/11/matar-o-proprio-filho-as-mulheres-tem-o-direito-de-decidir-diz-bachelet-sobre-aborto/) <https://ludheyner.jusbrasil.com.br/artigos/379115198/o-aborto-e-suas-implicacoes-juridicas?ref=amp;> [https://devotosdorosario.blogspot.com.br/2016/08/celebridades-e-o-aborto.html;](https://devotosdorosario.blogspot.com.br/2016/08/celebridades-e-o-aborto.html) [https://evertonsouzablog.wordpress.com/2016/12/02/licenca-para-matar/;](https://evertonsouzablog.wordpress.com/2016/12/02/licenca-para-matar/) [http://blogdoeiltoncajuhy.com.br/site/opiniao-aborto-a-vitoria-dos-opressores-contr-a-os-inocentes/;](http://blogdoeiltoncajuhy.com.br/site/opiniao-aborto-a-vitoria-dos-opressores-contr-a-os-inocentes/) <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR96268;> [http://www.brasilcontraacorpcao.com.br/2016/02/;](http://www.brasilcontraacorpcao.com.br/2016/02/) [http://familiadomdeus.blogspot.com.br/2016/09/;](http://familiadomdeus.blogspot.com.br/2016/09/) [http://vitimasdoins.blogspot.com.br/2014/08/politicos-corruptos-e-ladoes-nao-fazem.html;](http://vitimasdoins.blogspot.com.br/2014/08/politicos-corruptos-e-ladoes-nao-fazem.html) [https://sociedadecadente.wordpress.com/2016/12/05/bebes-assassinados-em-2015-meio-milhao-de-brasileiras-passaram-por-aborto-ilegal-diz-estudo/;](https://sociedadecadente.wordpress.com/2016/12/05/bebes-assassinados-em-2015-meio-milhao-de-brasileiras-passaram-por-aborto-ilegal-diz-estudo/) [http://oseias46a.blogspot.com.br/2016/03/imagem-aborto.html;](http://oseias46a.blogspot.com.br/2016/03/imagem-aborto.html) [https://campanhacontraoaborto.wordpress.com/;](https://campanhacontraoaborto.wordpress.com/) [http://pastoraadmep.blogspot.com.br/2016/05/apos-aborto-voltar-discussao.html;](http://pastoraadmep.blogspot.com.br/2016/05/apos-aborto-voltar-discussao.html) http://www.imgrum.org/user/resgatarvalores/1711720204/1289898801330599423_1711720204

posiciona a favor do aborto, a partir de uma entrevista com a presidente do Chile. Portanto, a grande maioria, 94, 73%, é totalmente contrária ao aborto, nem em casos previstos por lei. E além do discurso anti-aborto, quase a metade do total de páginas, 47,36% (9 páginas) representam também um discurso religioso (cristão). A foto com legenda, figura 1, que vamos analisar, portanto, carrega imaginários sociodiscursivos ligados à moral cristã.

Antes de detalhar a análise que faremos através da metodologia proposta por Mendes da *Grade de imagens*, julgamos procedente a descrição e contextualização do *corpus*. A fotografia apresenta um revólver apontado para um bebê branco que chora. Entre aspas vermelhas, a frase *O aborto é a pena de morte para quem não cometeu crime algum* é atribuída a Orlando Fedeli, professor e historiador católico. Ao conferir, entretanto, nos sites de frases *Pensador e Ditados*¹² não encontramos, nem no site da Associação Cultural Montfort¹³ da qual o professor Fedeli era presidente. Mas, curiosamente ela se encontra no site de frases de santos católicos¹⁴. Apesar da autoria não ser informada em todas as ocasiões em que a fotografia aparece, consideramos que foi criada por um homem que presidia uma fundação cujos textos são embasados por uma ideologia católica e conservadora.

¹² https://www.pensador.com/autor/orlando_fedeli/ ; <http://www.ditados.com.br/autor.asp?autor=Orlando%20Fedeli> e <http://www.ditados.com.br/autor.asp?autor=Orlando%20Fedeli>.

¹³ “A Associação Cultural Montfort é uma entidade civil de orientação católica que tem como finalidade, entre outras, a difusão do ensinamento tradicional da Igreja e da cultura desenvolvida pela civilização cristã ocidental” (<http://www.montfort.org.br/bra/cartas/>)

¹⁴<http://frasesdesantos.tumblr.com/post/110072187694/o-aborto-%C3%A9-a-pena-de-morte-para-quem-n%C3%A3o-comete>

Figura 1: imagem contra o aborto



Fonte: Internet

Macrodimensão retórico-situacional – gênero e estatuto de discurso

Dentro dessa dimensão, elencamos caracterizar o gênero/estatuto do *corpus*. Essa caracterização é importante porque ela determina a leitura que faremos da imagem. Sabemos que se trata de uma fotografia que acompanha artigos contra o aborto encontrados na Internet, ligados, em sua maioria, a pessoas, movimentos ou instituições propagadores da ideologia cristã. O *corpus* pertence ao gênero fotoilustração¹⁵ (BUITONI, 2011) do fotojornalismo. A fotoilustração tem como função esclarecer o conteúdo da notícia ou artigo jornalístico e possui forte caráter opinativo. No caso analisado, ela apresenta claramente uma montagem de imagens: um revólver apontado para um bebê chorando. É ancorada numa legenda que de forma clara argumenta contra a legalização do aborto. Possui estatuto factual por ser uma fotografia acompanhada por uma frase dita por alguém, entretanto, traz uma ficcionalidade colaborativa, já que foi montada e acompanha artigos propagadores de opinião/ideais.

¹⁵ Denominação do fotojornalismo para as fotos que, produzidas de modo ficcional, ilustram matérias noticiosas ou opinativas.

Macrodimensão retórico-discursiva dos elementos icônicos – elementos técnicos da imagem¹⁶

Nesse momento, detalharemos a descrição da fotoilustração, observando a composição da imagem retangular. Ocupando mais da metade do lado direito do retângulo, em primeiro plano um bebê chora. Do lado esquerdo do retângulo, uma mão segura uma arma apontada para ele. A não totalidade da mão e da arma sugere o movimento: a arma está apontando. Uma mancha branca esfumada na parede apaga as linhas de rejunte dos azulejos, sugerindo que algo foi escondido. Isso ocorre, quando a imagem é digitalizada e manipulada por programas gráficos com a intenção de que o espectador não veja a imagem de fato e se concentre somente no que se quer “informar”, propagar. Dessa forma, somem espinhas, celulites e rugas, pessoas se rejuvenescem, mudam de cara e de cor. O plano total fechado destaca o bebê e a arma. O que importa é o que acontece e não o local da cena. Em segundo plano, uma parede de azulejos brancos contrasta com o negro da arma. Logo abaixo da imagem negra, aspas grandes em cor vermelha chamam a atenção para a frase composta em três linhas, com as palavras *aborto* e *morte* em corpo maior de letra. A simbologia do vermelho quase sempre é associada a do sangue e do fogo. Na cultura cristã, a cor vermelha, tomada negativamente, é símbolo de impureza, violência e pecado (PASTOREAU, 1993). O bebê branco em posição vertical contrasta com a arma negra disposta horizontalmente.

Pela tipologia proposta por Mucci Daniel (2017), observamos na fotoilustração contrastes de cor (vermelho e branco, branco e preto, preto e vermelho, claro e escuro), de posição (direita e esquerda, horizontal e vertical) e de representação de ideias/conceitos: a arma impura contrasta com a pureza do bebê. Guerra *versus* paz, pecado *versus* virtude. Fundamento do design gráfico e princípio da composição visual, o contraste é uma ferramenta na construção de *ethos* e na provocação de *pathos* que funciona

¹⁶ Os elementos técnicos da imagem, tais como os pontos de vista e as cores, contribuem para a construção do *ethos*.

como uma forma “de valor argumentativo para despertar e ajudar na adesão à mensagem apresentada” (MUCCI DANIEL, 2017, p. 70).

Macrodimensão retórico-discursiva – dimensão discursiva e de efeitos

O discurso verbo-icônico da fotoilustração é visivelmente organizado de modo argumentativo. A frase atribuída ao historiador Orlando Fedeli não só afirma que o aborto é uma pena de morte, como também o julga um ato injusto (“para quem não cometeu crime algum”). O argumento verbal se fortalece no discurso icônico. Não há argumentos que justifiquem a pena de morte de um bebê. A metáfora visual é uma marca explícita da argumentação contra a legalização e a prática do aborto: Aceitar o aborto é apontar uma arma para um ser inocente. Praticar o aborto é um crime.

A argumentação no discurso contrário ao aborto é construída a partir de imaginários sociodiscursivos cristalizados e engendrados a partir dos saberes de crença. A moral cristã e a soberania masculina determinando o que a mulher deve fazer. Leis sociais e mandamentos religiosos limitando temas a tabus. O tema do aborto não é discutido de forma racional e realista. Seu discurso parte da crença de que combater o aborto é uma atitude bondosa. Por mais que mulheres não tenham condições reais de conceber e criar um filho, seja por motivos socioeconômicos ou de saúde, elas não devem abrir mão da maternidade. O ideal de ser mãe é sagrado. Toda mulher somente se realiza em plenitude quando se torna mãe é um imaginário sóciodiscursivo conservado há tempos pela sociedade cristã ocidental.

Tais imaginários sociodiscursivos, que constroem a argumentação da fotoilustração estudada, geram também elementos etóicos e efeitos patêmicos. Como sabemos que o *ethos* é construído no discurso e observando a foto junto com sua mensagem verbal, podemos inferir que o *ethos* que mais nos chama a atenção é aquele projetado sobre a mulher que opta pelo aborto. Ou seja, o discurso, a partir da argumentação sobre o *ethos* de

quem pratica o que a mensagem verbo-icônica diz, quer persuadir não somente o auditório em geral (pessoas de quem deseja a adesão), mas também a mulher que por algum motivo não é contra o aborto. Desta forma, o *ethos* construído é o da mulher pecadora, injusta. Já os produtores do discurso argumentativo constroem seu *ethos* (a imagem de si) de pessoas do bem, virtuosas, que se importam com a vida. Dessa forma são visados os efeitos patêmicos da pena, da indignação e da raiva. “O ódio no discurso contra a legalização do aborto defende ocultamente a morte das mulheres pobres ou desamparadas legalmente no seu ato comum de abortar” (TIBURI, 2016. p. 115). A fotoilustração, portanto, além de pré-julgar negativamente a mulher, dissemina e fortalece o ódio contra os que são a favor da legalização do aborto.

Considerações finais

Independentemente de como a vimos, a violência perpassa o tecido discursivo da contemporaneidade. Presente nas relações interpessoais e coletivas, ela marca a transposição de limites, a ausência de alteridade, o desrespeito à diversidade e à autonomia. Confirmamos nossa hipótese de que o imaginário sociodiscursivo da bondade cristã constitui-se em *malig-nidade do bem*.

Por trás da defesa à vida do discurso verbo-icônico estudado rasteja um discurso perverso que impõe, julga e não considera a morte da mulher que aborta. Os produtores do discurso antiaborto são cristãos bem intencionados ao divulgarem e decidirem o que “é bom” para a vida da mulher, entretanto, não a consideram. A escolha por uma fotografia de um bebê já crescido foge à realidade do tempo do aborto e pré-condena a mulher que escolhe abortar. O seu discurso é perverso porque ao defender a vida, impõe, julga e não considera a vida e a morte da própria mulher.

Referências

- AMOSSY, Ruth (org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *Dominação Masculina*. Tradução de Maria Helena Küher. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.
- BUITONI, Dulcília S. *Fotografia e Jornalismo: a informação pela imagem*. São Paulo: Saraiva, 2011.
- CHADE, Jamil. *Países que liberaram aborto têm taxas mais baixas de casos do que aqueles que o proibem*. 11/05/2016. In: *Jornal O Estado de São Paulo*. Disponível em: <http://saude.estadao.com.br/noticias/geral.países-que-liberaram-aborto-tem-taxas-mais-baixas-de-casos-que-aqueles-que-o-proibem.10000050484>. Acesso em: 06 out. 2017.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAIGUENEAU, Dominique. Argumentação. In: *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004. p. 52, 58.
- CHARAUDEAU, Patrick. A patemização da televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia (Org.). *As emoções no discurso*. Campinas: Mercado das Letras, 2010, v. 2. p. 23-56.
- _____. *Discurso político*. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: CHAUÍ, M.; CARDOSO, R.; PAOLI, M. C. (Org.). *Perspectivas antropológicas da mulher: sobre mulher e violência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. v. 4, p. 25-62.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia>. Acesso em: 03 out. 2017.

CONTRERA, Malena Segura. Mídia e violência. In: *Mídia e pânico: Saturação da informação, violência e crise cultural na mídia*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002. p. 87-102.

DAHLBERG, Linda L; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. In: *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. OMS, Organização Mundial de Saúde. Genebra: OMS; 2002. p. 1163-1178. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0>. Acesso em: 04 out. 2017.

DIP, Andrea . Clandestinas. In: *Agencia de reportagem e jornalismo investigativo Publica*. 17 set 2013. Disponível em: <https://apublica.org/2013/09/um-milhao-de-mulheres/>. Acesso em: 04 out. 2017.

FARIAS, Adriana. O obstetra Jefferson Drezett fez mais de 600 abortos legais. In: *Veja São Paulo - Cidades*. 06/11/2015. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/aborto-jefferson-drezett-perola-byington/>. Acesso em: 02 out. 2017.

GUIMARÃES, Máira. A religiosidade como estratégia de argumentação no discurso icônico. In: MENDES *et al.* (Org.). *Imagem e discurso*. Belo Horizonte: NETI/FALE-UFGM, 2013. p. 323-340.

HERSCHMANN, Micael. As imagens das galeras funk na imprensa. In: PEREIRA *et al.* (Org.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000 p. 163-196.

LIMA, Helcira. M.R. Figurações de poder e emoção em um processo penal: uma análise do boletim de ocorrência. In: EMEDIATO, W; LARA G.M.P. (Org.). *Análises do Discurso Hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, v. 4, p. 124-145.

MARIA, Iaci. Aborto legal x aborto ilegal: a realidade pelo mundo afora. In: *Esquerda Diário - Gênero e Sexualidade*. 14 no. 2015. Disponível em: <http://www.esquerdadiao.com.br/Aborto-legal-x-aborto-ilegal-a-realidade-pelo-mundo-afora>. Acesso em: 06 out. 2017.

MARTUCCELLI, Danilo. Reflexões sobre a violência na condição moderna. *Tempo social. Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 11 (1): p. 157-175, maio de 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v11n1/v11n1a08.pdf>. Acesso em 31 jul. 2017.

- MENDES, Emília. Análise do discurso e iconicidade: uma proposta teórico-metodológica. In: _____ et al. (Org.). *Imagem e discurso*. Belo Horizonte: NETI/FALE-UFMG, 2013. p. 125-156.
- DANIEL, Laene. A figura de retórica Quiasma aplicada à argumentação visual. In: *Tabuleiro das Letras*, Salvador, Vol.: 11; n. 01, p. 69-85, junho de 2017. Disponível em <https://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/3534/2415> Acesso em 16 nov. 2017.
- PASTOREAU, Michel. *Dicionário das cores do nosso tempo*. Simbólica e sociedade. Tradução de Maria José Figueiredo. Lisboa: Editorial estampa, 1993.
- PEREIRA et all. Introdução. In: *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p.13-22.
- PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O Brasil do sertão e a mídia televisa. In: PEREIRA et all (Org.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000 p. 113-143.
- PROSS, Harry. *La violencia de los símbolos sociales*. Barcelona: Anthropos, 1989.
- ROCCOLO, Mariane. Saiba como o aborto é regulamentado em sete países. In: *Opera Mundi* São Paulo - 28/04/2014 . Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/35023/saiba+como+o+aborto+e+regulamentado+em+sete+países.shtml>. Acesso em: 06 out. 2017.
- SAADI TOSI, Lamia Jorge. A banalização da violência e o pensamento de Hannah Arendt: um debate ou um combate? In: *Revista LEVS*, Marília, SP: UNESP, Ed. 19, Maio, 2017, p. 131-159. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/7022/4507> Acesso em 20 jul. 2017.
- SACRAMENTO, Livia de Tartari; REZENDE, Manuel Morgado. Violências: lembrando alguns conceitos. *Aletheia*, Canoas , n. 24, p. 95-104, dez. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942006000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 out. 2017.
- SARDENBERG, Cecília. M. B. A violência simbólica de gênero e a lei “antibaixaria” na Bahia. In: *Observe- Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha*. NEIM/UFBA. 2011. Disponível em: <http://www.observe.ufba.br/noticias/exibir/344> Acesso em: 17 abr. 2017.

TIBURI, Márcia. A postura a favor da ilegalidade. In: *Como conversar com um fascista*. 6 ed. Rio de Janeiro: Record: 2016. p. 118-119.

_____. A violência e os meios de comunicação. In: *Como conversar com um fascista*. 6 ed. Rio de Janeiro: Record: 2016. p. 77-78.

WYLLYS, Jean. Prefácio: Este livro é para o que nasce. In: *Como conversar com um fascista*. 6 ed. Rio de Janeiro: Record: 2016. p. 17-21.

Sites:

<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia>

<https://www.google.com.br/search?q=orlando+fedeli&oq=orlando+fedeli&aqs=chrome..69i57j0l5.10575j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>

<https://drauziovarella.com.br/mulher-2/gravidez/a-questao-do-aborto/>

<https://sergioluizbarroso.jusbrasil.com.br/artigos/414032349/aborto-o-que-e-em-quais-paises-este-procedimento-e-permitido-sob-quais-condicoes>

As representações do modo verbal silenciadas em aula de leitura

*Joseli Lira*¹

As imagens são usadas na linguagem humana como representação social em todos os momentos da história. No entanto, com o advento da escrita, a comunicação imagética e oral perdeu valor na sociedade. Daí em diante, a escrita alfabética foi e ainda é privilegiada em detrimento da modalidade de comunicação visual.

Quando crianças, lemos livros com desenhos/imagens e, quando adultos, nossos livros não possuem imagens ou desenhos, o que mostra o desenvolvimento de nossa habilidade em um único modo semiótico de leitura. Isso não condiz com a habilidade de leitura e escrita dos tempos atuais. A evolução tecnológica da informação proporcionou uma grande mudança na comunicação humana. Esse fenômeno trouxe novos suportes para os gêneros discursivos, cujos recursos possibilitaram o uso de múltiplos signos em um só texto, como imagem, som, cores e movimento.

No entanto, a maioria das escolas brasileiras públicas não acompanhou essa evolução. Nelas, não há uma prática pedagógica com objetivo de desenvolver a elaboração de gêneros discursivos com vários modos semióticos. Vários aspectos inibem essa transformação nas escolas. Uma

¹ Joseli Lira é doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Estudos Linguísticos também pela UFMG. Graduada em Letras pela Universidade Vale do Rio Doce. Bacharel com dupla habilitação: Jornalismo e Publicidade e Propaganda pela Universidade Vale do Rio Doce. Atualmente é professora de Língua Portuguesa no IFSudeste MG- Campus Barbacena, onde é também coordenadora dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio. Joseli tem pesquisa na área de Análise do Discurso Crítica, Gramática do Design Visual e gênero social.

delas é o fato da internet, onde circulam e são produzidos a maioria dos gêneros discursivos atualmente, ainda ser de alto custo no Brasil. As escolas não disponibilizam redes de forma satisfatória e nem computadores com esse recurso. Os alunos possuem o celular, mas o acesso à internet é restrito pelo alto custo. A formação continuada dos professores, principalmente os de Língua Portuguesa, ainda não possibilitam o conhecimento para o professor trabalhar em sala de aula a habilidade de elaboração de gêneros discursivos multimodais.

Desde os anos 1960, os livros didáticos de língua portuguesa (LDP) trazem, cada vez mais, textos com cores, imagens, fotos, desenhos. Mesmo assim, não há uma devida preocupação com as interpretações de imagens nas atividades de leitura propostas em sala de aula. O que é exposto no modo visual é lido pelo aluno sem orientação crítica necessária. E em 2020, com todo avanço tecnológico da informação, quando diariamente os alunos elaboram gêneros discursivos lançando mão de variados modos semióticos (som, imagem, cores, movimentos e escrita), as aulas de produção de texto nas escolas ainda focam somente na escrita alfabética.

Mesmo com esse foco no modo verbal em aulas de leitura e interpretação, os alunos e alunas do Brasil continuam com baixo rendimento em leitura e escrita em Língua Portuguesa. Antes de resolvermos a alfabetização escrita, privilegiando apenas o modo verbal, veio a necessidade da leitura e produção de textos com variados modos semióticos.

O objetivo deste capítulo é demonstrar como a leitura pode ser mais ampla e crítica em sala de aula. A leitura dos vários modos semióticos em um mesmo texto pode contribuir para o desenvolvimento da habilidade de leitura crítica dos alunos e das alunas; proporcionando reflexões sobre os diversos temas que atravessam os discursos expostos nos livros didáticos. Um deles, por exemplo, é a representação de gênero social construídas nas imagens presentes nos livros didáticos de Língua Portuguesa (LDLP).. Não ler as imagens, que trazem à tona esse tema e outros que atravessam as práticas escolares, é se calar sobre a vida que pulsa nas salas de aula do ensino fundamental e médio.

Multimodalidade no livro didático

Antes de continuar, devo esclarecer que os textos sempre foram multimodais, tendo ou não imagens em seu conteúdo. Além disso, “modo” é “um recurso material moldado socialmente, o qual torna a produção de sentido evidente; ele é um meio de ‘capturar’ ou ‘transcrever’ o mundo” visual ou verbal (KRESS, 2015, p. 11). Portanto, qualquer texto sempre é composto por multimodos, sendo, portanto, multimodal. O texto escrito, por exemplo, é “disposto de uma determinada forma; é produzido, utilizando um tipo específico de fonte, tamanho e espaçamento; é apresentado num certo papel (com qualidades distintas)”. O autor afirma que há situações em que o ambiente escolar valoriza outras características do texto. Por exemplo, “‘Como você teve coragem de apresentar sua redação nesse pedaço de papel todo rasgado?’ ou ‘O trabalho está lindo, você vai ganhar total no quesito apresentação!’” (KRESS, 2006, p.26). No entanto, essas práticas são insipientes diante da necessidade atual.

Dionísio (2011) diz que, atualmente, é necessário um letramento que envolve habilidades mais amplas de leitura que outrora, pois o desenvolvimento tecnológico influencia as formas de interação. Por isso, o letramento como habilidade de ler e escrever não abrange mais os diferentes tipos de representação do conhecimento existentes em nossa sociedade. Já que, atualmente, uma pessoa letrada deve ser alguém capaz de atribuir e produzir sentidos incorporando múltiplas fontes de linguagem.

Sobre a importância do letramento visual, Pimenta (2007) explica que, até recentemente, a pedagogia do letramento era projeto cuidadosamente restrito; restrito a formas de linguagem monolíngues, monoculturais e monomodais orientadas por regras. Todavia, em consequência do fato de que, nas sociedades pós-modernas, a maioria das pessoas passa seu tempo vendo telas de TV, telas de computadores gráficos digitais, ilustrações (muito presentes hoje na mídia impressa e nos livros

didáticos) e outros tipos de apresentações visuais, isso mudou. Muitos pesquisadores e profissionais da educação já advogam a necessidade de um sistema educacional com mais ênfase na modalidade visual, mais focada no letramento visual, ou seja, na comunicação e na recepção de mensagens visuais (PIMENTA, 2007, p. 152).

Nascimento, Bezerra e Heberle (2011) também discutem e pesquisam esse letramento mais amplo. Eles partem da “premissa básica de que não existem textos monomodais ou monosemióticos, já que, mesmo em textos predominantemente verbais, utilizamos recursos visuais, tais como tipografia e formatação” (NASCIMENTO; BEZERRA; HEBERLE, 2011, p. 530). As autoras e o autor dão exemplos como a distribuição do texto em colunas, o uso de linhas e marcas gráficas quando “são utilizados para evidenciar a distribuição da informação em blocos temáticos e orientar a leitura” (HEBERLE, *op. cit.*). Também citam os recursos tipográficos, como fonte, negrito ou cor, servindo para “salientar determinados elementos ou criar efeitos de sentido particulares: por exemplo, fontes serifadas, como a Times New Roman, podem remeter a contextos jornalísticos” (HEBERLE, *op. cit.*), e as escolhas na cor da fonte podem estabelecer relações ou afiliações com determinados grupos sociais. Esses aspectos expostos pelos autores corroboram com Kress (2006, 2015) mostrando uma possibilidade vasta de leitura de variados modos semióticos em um só texto.

Nascimento, Bezerra e Heberle (2011, p. 548) discutem e apresentam as categorias da Gramática do *Design* Visual com função educacional, ressaltando o papel da escola em oferecer formação teórica, com ferramentas de análise para além do senso comum. Desenvolvendo a capacidade de relacionar significados a contextos sociais particulares e de buscar modos alternativos de representação, se necessário. Destacam “a importância do trabalho com a multimodalidade em sala de aula, em consequência da nova configuração de práticas textuais que exigem formação atualizada dos professores” (NASCIMENTO *et. al.*, 2011, p. 549), só assim poderão ter capacidades para desenvolver a competência comunicativa multimodal de

seus alunos e alunas. Complementam, ainda, que “a utilização dessa perspectiva não se restringe à sala de aula de língua portuguesa ou estrangeira, visto que a linguagem é um elemento que permeia todas as disciplinas” (NASCIMENTO; BEZERRA; HEBERLE, 2011, p. 549).

No contexto escolar brasileiro, o principal recurso didático para o trabalho com o ensino da leitura e produção de texto nas escolas públicas é quase que somente o livro didático. Em minha experiência na docência (Ensino Fundamental, Ensino Médio), percebi o quanto os alunos e alunas de todas as faixas etárias gostam de ler textos em que o modo visual é predominante. No entanto, pesquisas como a de Maroun (2006) comprovam que textos multimodais são usados como pretextos somente para atividades como nomenclaturas de termos gramaticais. Essa pesquisa mostrou como o texto é explorado no LDP e concluiu que as imagens começaram a ser consideradas como elementos de análise nas interpretações dos textos. Porém, o que elas representam não são interpretados em aulas de leitura propostas pelos livros. Alguns textos analisados pela autora

apresentam os sintagmas visuais tratados como se fossem relativamente “legíveis” sem maiores problemas, o que não se confirma totalmente, pois esses sintagmas trazem consigo carga semântico-ideológica que, na maioria das vezes, não é percebida pelos leitores (MOURON, 2006, p.112).

Desta forma, o livro didático (LD) não contribui para uma leitura e produção de gêneros discursivos multimodais.

Tendo em vista esta breve exposição sobre como a leitura de textos com vários modos semióticos é importante e urgente nas escolas, pretendo contribuir com as pesquisas em multimodalidade e ensino.

Representações de gênero social no contexto escolar

A escola é um espaço em que a vida pulsa e não há como ignorar todos os discursos presentes nesse cotidiano. A economia, a política, a religiosidade, a família, as diferenças de classe, de etnia, de gênero, as diferentes

experiências de vida e sentimentos variados; tudo isso atravessa os discursos escolares e o processo ensino/aprendizagem.

A hierarquização e valorização entre as diferenças são um fato social, discuti-las quando aparecem no texto e proporcionar uma leitura crítica desse discurso nem sempre faz parte da prática pedagógica, principalmente, quando se trata de gênero social e imagem. Louro (2003) afirma que a escola, desde sua criação, é lugar de diferenças, distinções e desigualdades se incumbindo de separar os sujeitos,

tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas (LOURO, 2003, p.57)

É na escola que meninos e meninas têm uma separação marcada por filas, jogos, competições, grupos de estudo, cores e brinquedos. Há, na escola, uma aprendizagem orientada de como olhar os outros e como se olhar. Lá se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir. “Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheçam os sons, os cheiros e os sabores "bons" e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar” (LOURO, 2003, p. 61). Toda a rotina escolar faz com que os alunos e alunas tenham algumas habilidades e não outras, como todas as lições são atravessadas pelas diferenças, elas confirmam e também produzem desigualdades. A prática da escola deveria ser incentivar a aceitação das diferenças, criando espaço para relações com equidade. “Evidentemente, os sujeitos não são passivos receptores de imposições externas. Ativamente eles se envolvem e são envolvidos nessas aprendizagens – reagem, respondem, recusam ou as assumem inteiramente” (LOURO, 2003, p.61), o que gera conflitos, muitas vezes silenciados.

Nesse contexto, a escola produz a desigualdade por marcar as diferenças de forma excludente e hierarquizada em relação a gênero

reproduzindo um discurso sexista e desigual. Essa postura ainda é predominante nas escolas, sendo necessário um olhar mais aberto para essa problematização tão complexa. Urge lidar, necessariamente, com as múltiplas combinações de gênero, sexualidade, classe, raça, etnia. Essas dimensões estão presentes em todos os arranjos escolares inclusive nos livros didáticos de língua portuguesa (LDP). E “se estamos nós próprias/os envolvidas/os nesses arranjos, não há como negar que essa é uma tarefa difícil. Trata-se de pôr em questão relações de poder que compartilhamos, relações nas quais estamos enredadas/os e que, portanto, também nos dizem respeito” (LOURO, 2003, p.64).

Portanto, se a escola produz, além de conhecimentos, sujeitos e identidades, é preciso questionar, discutir e reagir para que essas identidades não sejam produzidas em relações desiguais. Apesar da instituição escolar no Brasil ter sido primeiramente masculina e religiosa, ela pode ser transformada e subvertida. Sabemos que a sociedade não se transforma de forma fácil nem somente a partir da escola, no entanto há como adotar uma atitude vigilante e contínua no sentido de procurar desestabilizar as divisões e problematizar a conformidade com o "natural". Nesse sentido, Louro (2003) conclui que para subverter os arranjos tradicionais de gênero na sala de aula podemos tentar inventar formas novas de dividir os grupos para os jogos ou para os trabalhos; promovendo discussões sobre as representações encontradas nos livros didáticos.

Desde 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) expõem e orientam sobre o trabalho com gêneros nas escolas. No documento, o tema é tratado como Orientação Sexual e considera a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. “Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista” (BRASIL, 1997b, p. 287).

Apesar de ser evidente que as relações de dominância entre homens (masculinidades) e mulheres (feminilidades) causam conflitos sociais em várias situações na sociedade e também no cotidiano escolar, a Orientação sexual não é uma realidade na maioria das escolas. A falta de informações por parte da família e também dos professores, mais as interferências religiosas e culturais de cada região têm dificultado que esse trabalho se efetive nas escolas.

Esses conflitos e temas são presentes nos discursos dos vários gêneros discursivos envolvidos no processo ensino/aprendizagem de leitura e nas relações interpessoais entre alunos e alunas e docentes e alunas(os). Apesar das discussões sobre gênero e identidade terem sido pauta em teorias sociais, o assunto nem sempre faz parte do universo discursivo dos professores de escolas públicas com embasamento teórico adequado.

Além disso, e nem sempre percebido pelos profissionais do universo escolar, o LDP traz a representação de gêneros sociais que precisam ser analisadas e discutidas para contribuir com a Educação Sexual nas escolas públicas. Esse tema não é responsabilidade de uma ou duas disciplinas, mas deve fazer parte de todas em seu devido momento. Várias teorias de gêneros podem ser usadas para embasar as análises de textos em sala de aulas e várias outras teorias embasam outros temas relevantes a serem discutidos nas aulas. Porém, vamos usar a representação de gênero social nos LDP para delimitarmos um tema específico na exemplificação de análise a seguir.

Gênero social

Butler afirmou, em entrevista² (2002), que a identidade de gênero social é categorizada pela sociedade que permite o reconhecimento de certos humanos e produz uma impossibilidade para outros. Para a autora, o sistema binário sexual não é neutro, ele privilegia o homem heterossexual

² PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. Tradução de Susana Bornéo Funck. *Revista de Estudos Feministas*, ano 10, v.1, 1º semestre de 2002, p.155 – 167.

monogâmico, que tem o status de identidade majoritária. Outras identidades são excluídas e consideradas marginais. Muitas vezes, outras identidades de gênero tentam se aproximar do que é ser masculino para obterem o reconhecimento e o status valorizado. O problema não são as diferenças existentes entre as pessoas, mas a hierarquização entre elas. Ser masculino, ser feminino, os dois ou outro não deve marcar valor, mas diferenças que devem ser preservadas, o que deve ser um tema de discussão em aulas de leitura de textos, nos quais há a representação das relações de gênero.

O conceito de patriarcado é também importante para abordagem de discussões sobre gênero. Saffioti (2011) propõe a não exclusividade do uso de conceito de gênero nas pesquisas; é preciso usar também o termo patriarcado que deixa explícita a relação de dominação-exploração do homem pela mulher. Os dois conceitos se completam. O conceito de gênero possui o aspecto neutro, imprescindível para eliminar o determinismo biológico e o conceito de patriarcado, para explicitar a relação de dominação-exploração da feminilidade pela masculinidade.

Conforme Saffioti, gênero diz respeito

às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas. Ou seja, como pensar o masculino sem evocar o feminino? Parece impossível, mesmo quando se projeta uma sociedade não ideologizada por dicotomias, por oposições simples, mas em que masculino e feminino são apenas diferentes (SAFFIOTI, 2011, p.116).

Essa delimitação é marcada pelo conceito de patriarcado que diz respeito à “dominação-exploração no plano social, econômico e político do homem sobre a mulher” (SAFFIOTI, 2011, p. 56), especificando as relações de gêneros nas relações de poder no tempo moderno e pós-moderno ocidental.

Nas relações de gênero estão imbricadas as relações de poder. O conceito de gênero implica uma relação em que feminino e masculino são pautados em hierarquias diferenciadoras. Butler (2003, p.59) esclarece

que a “univocidade do sexo, a coerência interna do gênero e a estrutura binária para o sexo e o gênero são sempre consideradas como ficções reguladoras que consolidam e naturalizam regimes de poder convergentes de opressão masculina e heterossexista”. Sobre a opressão masculina, o pensamento de Saffioti (2011) corrobora com o de Connell (2005, 2013) e Butler (2003) no sentido de que a masculinidade se transforma, assim como o patriarcado, mas coexiste com outras relações de poder na sociedade ainda hoje.

Saffioti (2011) explicita exemplos de como ambos os sexos sofrem com as imposições de comportamentos por discursos hegemônicos também na conquista. O ideal seria que tanto homens como mulheres fossem igualmente desenvolvidos, pois isto resultaria em seres humanos bem equilibrados. No entanto, a sociedade estimula o homem a desenvolver seu *animus*³ (princípio masculino), desencorajando-o a desenvolver sua *anima* (princípio feminino), procedendo de maneira exatamente inversa com a mulher. Em consequência, segundo Saffioti (2011, p.36), há, de uma parte, “homens prontos a transformar a agressividade em agressão; e mulheres, de outra parte, sensíveis, mas frágeis para enfrentar a vida competitiva. O desequilíbrio reside justamente num *animus* atrofiado nas mulheres e numa *anima* igualmente pouco desenvolvida nos homens”. Esse fato social de gênero atinge diretamente o terreno político, já que o núcleo central de *animus* é o poder, tem-se homens aptos ao seu desempenho, e mulheres não-treinadas para exercê-lo.

O patriarcado é resultado desse desequilíbrio, e afeta ainda hoje as relações de poder no público e no privado. Houve uma primazia masculina bem maior no passado, mas como todo fenômeno social, o patriarcado está em constante transformação, assim como a masculinidade, mas não desapareceu. “Tanto as relações patriarcais, quanto suas hierarquias, sua

³ Saffioti (2011) usa os termos de Jung (1992), para ele, tanto homens quanto mulheres são dotados de animus e anima, sendo o primeiro o princípio masculino e a segunda, o princípio feminino.

estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado” (SAFFIOTI, 2011, p. 54).

As relações de gênero organizam a sociedade e se organizam na sociedade principalmente pela família, pelo trabalho e pela política. Essas instituições e também outras, como a igreja, a escola e a justiça, expressam aquilo que as normas e os valores querem dizer. Essa organização das relações de gênero é representada na sociedade por imagens, músicas, lendas, histórias de cordel, romances, filmes e a mídia em geral, formando, assim, símbolos dessas sociedades. As normas, os valores, os símbolos, o funcionamento das instituições e as práticas discursivas constroem a subjetividade dos indivíduos, criando desejos, medos, sonhos e esperanças. Os textos publicados no LDP são uma dessas práticas discursivas que representam as relações de gênero organizadas pela sociedade, muitas vezes confirmando os valores e normas estabelecidos, outras vezes, contestando-os. O que também acontece com outros temas de relevância social, que devem ser lidos nas aulas de língua.

Butler (2003, p. 8) descreve e propõe “uma série de práticas parodísticas baseadas numa teoria performativa de atos de gênero que rompem as categorias de corpo, sexo, gênero e sexualidade” criando uma resignificação subversiva e uma proliferação para além da estrutura binária. Dessa forma, a autora descaracteriza e dá novo significado às categorias corporais. Para isso, ela discute o feminismo partindo da noção singular de identidade. Butler (2003) afirma que as estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem o campo contemporâneo do poder. A partir desse pressuposto, a autora afirma ser tarefa a formulação, “no interior dessa estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e mobilizam”. É tempo de empreender uma crítica, “que busque libertar a teoria feminista da necessidade de construir uma base única e permanente” de identidade. (BUTLER, 2003, p. 23).

Para Butler (2003, p. 48), “o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente”. Portanto “não há identidade de gênero atrás de expressões de gênero; essa identidade é performativamente constituída pelas próprias expressões tidas como seus resultados”. Gênero é uma *performance*, é o que fazemos em situações e formas diferentes. Butler (2003) afirma que o gênero não se limita ao que somos ou ao que temos, mas se estende ao efeito produzido pelo que fazemos, ou seja, é uma *performance*. Isso significa dizer que nós andamos ou falamos nas mais diversas formas que consolidam a impressão de ser um homem ou uma mulher, essa impressão parece ser o que somos. Mas, na verdade, para a autora, é algo produzido e reproduzido todo o tempo. Portanto, dizer que o gênero é performativo é dizer que ninguém pertence a um gênero desde sempre.

Dessa forma, Butler (2003) defende que o gênero é formado culturalmente, mas é também um domínio de liberdade, em que se deve resistir à violência que é imposta pelas normas ideais de gênero, principalmente contra as pessoas que são diferentes em relação ao gênero ou desviantes na sua apresentação de gênero.

Os estudos sobre gênero social devem embasar as práticas de leitura de textos em que os gêneros sociais são representados. O que pode ser uma oportunidade para os alunos, ou seja, a masculinidade empoderada refletir sobre as relações de gênero, pois a participação de homens e meninos na construção social da igualdade de gênero é muito importante também nas escolas. Por isso, o homem foi envolvido necessariamente nessa construção ao longo da elaboração atual do conceito de masculinidade. Mas não basta somente o envolvimento de homens e mulheres para a igualdade de gênero acontecer. Isso requer amplo apoio social e transformações profundas em instituições, assim como a mudança na conduta do dia-a-dia das pessoas (CONNELL, 2005, p.1802).

Nos últimos anos, tem havido uma preocupação com questões sobre homens e meninos no mundo. Connell (2005) destaca pesquisas em escolas que mostram casos em que meninos afirmam o controle da vida social

com hostilidade direta contra as meninas e meninos percebidos como sendo diferentes. O *status quo* é defendido a todo momento entre adolescentes nas escolas. Alguns homens aceitam mudanças, mas, na prática, ainda atribuem o trabalho doméstico e o cuidado das crianças apenas às mulheres. É imprescindível envolver os homens na luta pela igualdade de gêneros e isso deve começar a ser feito na formação básica de meninos e meninas. Apesar dessa necessidade de uma formação que busque a igualdade de gênero, pesquisas mostram que há escolas onde a formação da masculinidade está ligada a padrões como poder, autoridade, força e competência com as quais não combinam a demonstração de sentimento. Por outro lado, os signos de fraqueza são associados ao universo feminino (SWAIN, 2005, p. 216).

Os currículos escolares têm forte influência na formação da masculinidade, quando somente os garotos são incentivados a terem sucesso em alguns tipos de esportes e as meninas não. Os meninos são também mais incentivados a prepararem seus corpos para parecerem fortes e poderosos. Nos jogos escolares, a disputa entre os meninos é incentivada como uma linguagem metafórica de guerra. Os grupos de meninos na escola influenciam mais na construção da identidade masculina que os pais. (SWAIN, 2005). O autor conclui que é papel da escola mostrar formas alternativas para um status de masculinidade mais colaborativa e compreensiva, para evitar a homofobia, a misoginia e ações violentas por parte de homens.

Apresento a seguir uma possibilidade de análise da representação de gênero social em texto multimodal de forma sintetizada, tomando como base a Gramática do Design Visual de Kress e van Leeuwen (2006) e as categorias da Análise do Discurso Crítica de Fairclough (2001, 2003) e os estudos de Lira (2016).

FIGURA 1 - Tirinha

Exercícios

1. Leia esta tira, de Fernando Gonsales:



(Níquel Náusea – Tédio no chiqueiro. São Paulo: Devir, 2006, p. 10.)

Na frase do 1º quadrinho da tira, há três adjuntos adverbiais. Destaque-os e indique o valor semântico de cada um.
 não: negação; muito: intensidade; em cem mil anos: tempo.

2. Observe os adjuntos adverbiais destacados nas frases:

- Ele ficou sozinho no meio da praça.
- Ontem, fui de metrô ao colégio com meu melhor amigo.
- Consegui abrir a caixa de madeira com um canivete.
- No segundo bimestre, não haverá mudanças muito radicais na fábrica.
- Hoje, despertei preguiçosamente às dez horas.

Em que frase o adjunto adverbial expressa o valor semântico:

- de instrumento? Na frase c.
- de companhia? Na frase b (com meu melhor amigo).



A tirinha possui somente dois quadros: no primeiro, vemos um rato, o personagem Níquel Náusea, criado pelo cartunista Fernando Gonsales, representando a voz da masculinidade hegemônica, se referindo à mulher de forma implícita, pois o leitor só descobrirá no próximo quadrinho. No segundo, aparece uma cena de um casal remetendo à época em que o homem vivia na caverna. O rato, representando o homem, diz à mulher “Você não precisa de um casaco de peles!” e a rata, representando a mulher, responde “Mas eu quero”. Esse discurso pode ser elemento de identificação para o leitor/aluno (PI) ao ser relacionado de forma **interdiscursiva** com outros discursos que ele escuta na sociedade atual, como: o que as mulheres desejam são coisas fúteis, minimizando, assim, os desejos femininos em detrimento dos desejos masculinos e confirmando a hierarquização entre homem e mulher. Esse discurso de que as coisas não mudaram representa as relações de gênero de forma a confirmar, mais uma vez, o binarismo sexista.

Essa perspectiva de normatização do ser feminino e masculino e a reprodução das características sexistas possibilitam uma leitura crítica em sala de aula. Para Butler (2001, p. 128), entendermos a consciência como reflexividade preexistente (uma volta sobre si mesmo realizada por um sujeito pré-fabricado), como um ato de reflexão, possibilitará a condição de uma verdadeira construção do sujeito. A autora destaca que, ao se formar em instituições de ensino, por exemplo, o sujeito aprende e reproduz as relações sociais existentes antes dele. Porém, mesmo se constituindo nas relações sociais que não são materiais, mas subjetivas, o sujeito pode, em alguns momentos e dependendo do seu contexto de vida, decidir seu destino e continuar ou não reproduzindo as relações de poder e os rituais sociais. O que lhe garante isso é o ato da reflexividade ou consciência de si mesmo.

No entanto, há um discurso com a ideia da não mudança do mundo ao longo de cem mil anos, presente na tirinha, sugerindo uma estratégia de poder que pretende engessar as identidades de gênero sem uma perspectiva de mudança das mesmas. O texto reforça a ideia de que o gênero é algo natural e inerente ao humano, e por isso mesmo imutável. No quadro abaixo, há os aspectos mais relevantes da linguagem visual e verbal que podem ser abordados em aula de leitura.

QUADRO 1: Orquestração de significados do texto

Significados	Recursos Semióticos	Orquestração de significados
Mulher e consumo (beleza)	-Estrutura narrativa: processo de ação não-transacional, bidirecional e processo verbal - Balões de fala -Saliência (Mulher) -Interdiscurso	- Não mudança das características femininas ao longo do tempo - Mulher representada como consumista e sem argumentação para seus desejos, além de dependência financeira. - A mulher confirma o discurso hegemônico de feminilidade ligada à futilidade e beleza.
Relação entre os PR e PI	- Olhar de demanda e oferta -enquadramento médio e aberto - Ângulo no nível do olhar	- Distância média mais pessoal no primeiro quadrinho - Distanciamento entre o PR e o PI no segundo quadrinho - Relação de igualdade entre PR e PI

Considerações Finais

O discurso hegemônico sexista que perpetua a valorização de identidades hegemônicas de gênero, a do homem heterossexual e empoderado, e a da mulher como mãe, esposa, preocupada com a beleza e com os afazeres domésticos em detrimento de outros estão presentes no LDP. Assim como outros temas que circulam nas salas de aulas, não devem ser silenciados por não fazerem parte da escrita alfabética.

O problema dessas representações se agrava, quando sabemos que os alunos e alunas do Brasil não possuem habilidade de leitura suficiente para criticarem e, conscientes, rejeitarem ou aceitarem esses discursos. As imagens são lidas como algo certo, dado e inquestionável, na maioria das aulas de leitura, pois não há um esforço para desenvolver a habilidade de leitura e escrita usando imagens e outros modos semióticos. A representação é definida como um processo no qual o produtor de um signo tenta buscar a representação de um objeto ou entidade, seja físico ou semiótico para uma comunicação. Sendo assim, alunas e alunos devem ter habilidade em relação à escolha dos mais variados signos para interpretar, elaborarem e reproduzirem seus discursos.

Referências

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. PCN – **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual**. MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997b.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. **Mecanismos psíquicos del poder: teorías sobre la sujeción**. Trad. Jacqueline Cruz. Madrid: Ediciones Cátedra Universitat de València Instituto de la mujer. p. 119-145, 2001
- CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. **Português: linguagens**. Ensino Médio: volume 2. Ed. 7. São Paulo: Saraiva, 2010.

- CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. In: **Revista Estudos feministas**. Vol. 21, nº. 1, Florianópolis, janeiro-abril/2013. Disponível em <http://educa.fcc.org.br>. Acessado em 13 de setembro de 2014.
- _____. Change among the Gatekeepers: Men, Masculinities, and Gender Equality in the Global Arena. In: **Signs: Journal of Women in Culture and Society**. Vol. 30, nº. 3, The University of Chicago, p. 1802-1819, 2005. Disponível em <http://www.jstor.org>. Acessado em 19 de setembro de 2014.
- DIONÍSIO, Ângela Paiva. Gêneros textuais e multimodalidade. In: Karwoski, Acir M., GAYDECZKA, Beatriz e BRITO, Karim S. (organização). **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. 4 ed. São Paulo: Parábola, 2011, p.137- 152.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Trad. MAGALHÃES I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- KRESS, G. Semiotic work Applied Linguistics and a social semiotic account of Multimodality. **AILA Review** 28, 49-71, 2015.
- KRESS, G e LEEUWEN, Theo van. **Reading images: the grammar of visual Design** . 2nd ed. London e New York: Routledge, 2006.
- LIRA, Joseli Ferreira. **Representações de gêneros sociais: análise multimodal de textos da coleção de livros didáticos de língua portuguesa mais adotada no Ensino Médio no triênio 2012/2014**. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. 2016. 180 f
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade, educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- MAROUN, Cristiane Ribeiro Gomes Bou. **A multimodalidade textual no livro didático de português**. (Dissertação de mestrado), Brasília: UNB, 2006.
- NASCIMENTO, Roseli do; BEZERRA, Fábio; HEBERLE, Viviane. Multiletramentos: iniciação à análise de imagens. In: **Linguagem & Ensino**. Pelotas, v.14, n.2, p. 529-552, jul./dez. 2011.

PIMENTA, Sônia M. O.; A., Carolina D. A. Santana. Multimodalidade e semiótica social: o estado da arte. In: **Lingua(gem), texto, discurso**, v. 2: entre a reflexão e a prática. Ana Cristina F. Matte. (org.). Rio de Janeiro: Lucena; Belo Horizonte, MG: FALE/UFMG, 2007, p. 152 -174.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SWAIN, Jon. Masculinities in education. IN: KIMMEL, M.S., HEARN, J.; CONNELL, R.W. (orgs.). **Handbook of studies on men e masculinities**. Thousand Oaks, California: Sage Publications, p. 213- 229, 2005.

**Franceses, Brancos, Jovens, Magros e Cis-Héteros:
a identificação de pessoas em livros didáticos
de Francês língua estrangeira em uma perspectiva
dos estudos discursivos críticos**

Samira Baião Pereira e Mucci¹

Considerações Iniciais

Este capítulo apresenta os resultados de uma pesquisa de mestrado, realizada no Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais. Acreditamos que a sala de aula ainda é um espaço em que representações “fixas” e naturalizadas de pessoas e onde certos discursos hegemônicos sociais prevalecem e são legitimados. No que diz respeito ao ensino de Francês língua estrangeira (doravante FLE), podemos observar – e partimos desta hipótese – que nos manuais didáticos ainda há forte representação de hegemonias culturais referindo-se à forma como falantes de francês são identificados nos livros no que tange à raça/etnia, faixa etária, tamanho/corpo e gênero/sexualidade.

A perspectiva possivelmente enviesada do livro didático de Francês língua estrangeira (LDFLE) pode promover um desserviço à sociedade, considerando que o aprendiz é um agente social. Essas hegemonias dizem respeito a uma possível assimetria existente na identificação de francofalantes nos LDFLE, na qual brancos, homens cis, magros, formações

¹ Mestra em Letras – Estudos do Texto e do Discurso pelo Programa de Pós-graduação em letras da Universidade Federal de Viçosa.

familiares e casais heterossexuais e pessoas pertencentes à classe média e que exercem profissões, como advogados, empresários, dentre outras, representam as pessoas falantes dessa língua, o que não abarca a pluralidade que existe em meio as 136 milhões de pessoas no mundo que falam francês como língua nativa e cerca de 500 milhões² que o falam enquanto segunda língua.

Com base em Bakhtin (1997) e em Bunzen (2005), consideramos o LDFLE como um tipo de gênero discursivo multimodal. Gênero discursivo porque se insere em diferentes esferas da atividade humana pertencentes a um momento sócio-histórico, buscando “refletir as condições específicas e as finalidades de cada uma das suas esferas de origem e de circulação” (BUNZEN, 2005, p. 27), além de possuir uma unidade discursiva que é resultado de elementos que caracterizam os gêneros como tais, como afirmam Bunzen e Rojo (2005). Multimodal por apresentar distintas formas e modos semióticos na construção da mensagem, como palavras, imagens, formatos, traços tipográficos, disposição gráfica etc., sendo todos esses elementos atravessados pelos nossos valores, preconceitos, ideologias e crenças.

Para Vieira e Silvestre (2015), só é possível ler produtiva e criticamente em diferentes modos semióticos se formos capazes de realizar uma leitura multimodal, por meio de abordagens que contemplem tanto a cultura local quanto a global, como é o caso da Teoria Multimodal do Discurso (KRESS; VAN LEEUWEN, 2001, 2006, [1996]; VAN LEEUWEN, 2005) que defende ser o significado da linguagem representado pelas diversas semiotes. Segundo Kress e van Leeuwen (2006), as imagens podem desenvolver diferentes funções a depender da área de interesse em que estão inseridas. Assim, os LDFLE trazem imagens potencialmente impregnadas de sentido e têm ampla visibilidade no contexto de ensino/aprendizagem de FLE e, para compreender e analisar essas imagens, os autores apresentam um suporte teórico-prático intitulado

²Dado informado pelo Observatório da Língua Francesa da Organização Internacional da Francofonia, disponível em: <http://www.axl.cefan.ulaval.ca/francophonie/OIF-francophones-est2005.htm>. Acesso em: 18 de março de 2019.

Gramática do *Design Visual*. Esse aporte nos permite uma sistematização do processo de compreensão e análise das imagens dos LDFLE, buscando evidenciar seus elementos constitutivos, assim como sua propriedade intrínseca de construir sentidos.

Paralelo a isso, e ainda pautada nas discussões propostas por Kress e van Leeuwen, consideramos importante entender a que se prestam as imagens apresentadas nos livros e o que as atividades e/ou textos relacionados a elas objetivam fazer. Assim, para observar se o LDFLE propõe questionar, refletir, contra argumentar ou iterar os significados expressados nas imagens escolhidas para o compor, faz-se necessário analisar os textos verbais que as cercam. Para isso, nos pautamos na Teoria Social do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001) e em discussões propostas posteriormente, em Fairclough (2003).

Ambas as teorias dialogam entre elas e com a Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994) que, de forma sintética, oferece-nos um aporte teórico-descritivo gramatical, nos permitindo compreender de que forma e por que uma língua varia a partir da relação de falantes e de contextos de uso. Dessa maneira, “Halliday desenvolve a ideia de que, enquanto potencial de significado, a língua se organiza em torno de redes relativamente independentes de escolhas e que tais redes correspondem a certas funções básicas da linguagem” (GOUVEIA, 2009, p. 15).

Assim, esta pesquisa problematiza as escolhas discursivas feitas pelos LDFLE na medida em que identifica pessoas falantes de francês a partir de valores, crenças, saberes, características físicas e atividades ali produzidas, procurando, assim, compreender o porquê e como se privilegiam identificar como francofalantes determinadas pessoas, com determinadas características e funções sociais e não outras. Para isso, faz-se necessário mapear e discutir tais identificações em uma perspectiva multimodal mediante a perspectiva do modelo tridimensional da Teoria Social do Discurso, que concebe o discurso como texto, prática discursiva e prática social; e da Gramática do Design Visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006),

que compreende que os recursos semióticos não só produzem realidades, como também podem iterá-las ou transformá-las.

No recorte feito para a construção deste capítulo, nos baseamos apenas na análise de imagens, levando em consideração a categoria *modalidade* (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006), onde observamos se as imagens são naturalísticas, abstratas ou parcialmente naturalísticas, visto que outras modalidades não foram encontradas. Além disso, observamos a cor dos participantes das imagens, o gênero, o tamanho/corpo, as vestimentas atribuídas a esses participantes e o espaço físico em que eles se encontram. Tais dados nos permitiram observar a recorrência de fatores que identificam pessoas francofalantes nos LDFLE. Além disso, convém mencionar que as imagens analisadas se encontram nas unidades que tratam de temas relacionados às relações interpessoais desses sujeitos, sendo elas: amorosas, familiares e de amizade, como indica o Quadro 1:

Quadro 1 – Configuração do corpus

Livro	Editora	Tema	Páginas
<i>Alter Ego +1</i>	<i>Hachette</i>	Relações amorosas/de amizade/familiares	66-69; 26-27; 70-73
<i>Alter Ego +2</i>	<i>Hachette</i>	Relações amorosas/de amizade/familiares	24-27; 16-22; 56
<i>Le Nouvel Édito B1</i>	<i>Didier</i>	Relações amorosas/de amizade/familiares	76-77; 83; 67-74

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Dessa forma, com o objetivo de fazer uma análise multimodal sobre a forma como falantes de língua francesa são identificados nos três livros didáticos de FLE utilizados no curso de Letras Português/Francês da Universidade Federal de Viçosa, o presente trabalho será dividido em 4 partes. Na primeira, apresentaremos algumas reflexões sobre os LDFLE analisados e suas editoras. Na segunda, faremos um percurso sobre outros estudos que já se debruçaram sobre livros didáticos (LD) e diferentes identificações hegemônicas. Por fim, apresentaremos alguns resultados da análise e as conclusões desta pesquisa.

Alter Ego + A1/A2 E Le Nouvel Edito: Algumas reflexões sobre as editoras

A editora *Hachette*, produtora dos dois primeiros livros que compõem o *corpus* desta pesquisa – *Alter Ego + A1* e *Alter Ego + A2* –, foi fundada em 1826 por Louis Hachette, em Paris. A empresa se tornou a primeira editora europeia especializada na produção de materiais didáticos, em 1864, monopolizando quase todo o mercado. Durante a Segunda Guerra Mundial, a empresa teve uma queda considerável na produção e lucro, mas retomou seu posto, no final do século, com a distribuição de livros e de jornais na França.

Anos mais tarde, em 1981, a editora entrou para a organização multinacional *Lagardère*, que atua em diferentes domínios além do ramo editorial, tais como i) o varejo de viagens, responsável por *dutyfrees* e *fastfoods* em aeroportos europeus; ii) o ramo de esportes e entretenimento, sendo a líder francesa em gerenciamento de academias, direitos de marketing esportivo e gerenciamento de salas multifuncionais como o *Bataclan*³ e, por fim; iii) o ramo da mídia, sendo a responsável pelas revistas *Paris Match*, *Le journal du dimanche*, pelas emissoras de rádio *Europe 1*, *Virgin Radio* e *RFM*, e pelas produtoras audiovisuais *GMT Productions* e *Image & Compagnie*⁴.

De acordo com o site oficial da editora *Hachette*, a empresa contabiliza, atualmente, um catálogo com mais de 900 obras de material pedagógico, compreendendo manuais didáticos, dicionários, gramáticas, etc., destinado ao ensino de língua francesa para o público não francófono. A empresa é considerada uma referência para professores de FLE, oferecendo às escolas, universidades e cursos livres de francês manuais didáticos mundialmente reconhecidos, como *Super Max*, *Les Loustics* e *Les Petits Loustics*, para o público infantil, *Adomania*, *Adosphère* et *Le Mag'*,

³ O *Bataclan* é uma célebre sala de espetáculos localizada em Paris, na França.

⁴ Outras informações podem ser encontradas no site oficial da organização multinacional *Lagardère*: <https://www.lagardere.com/groupe/page-accueil-fr-234.html>.

para o público adolescente, *Objectif Express Nouvelle Edition* e *Objectif Diplomatie* para o público que busca uma aprendizagem intensiva e profissional e, por fim, *Le Nouveau Taxi!*, *Agenda* e, mais recentemente *Totem*, *Cosmopolite*⁵ e *Alter Ego +*.

O manual *Alter Ego +*, de acordo com o site da editora, já conta com 1,5 milhões de exemplares vendidos em todos os continentes do mundo, contabilizando os 4 livros da coleção: *Alter Ego + 1*, *Alter Ego + 2*, *Alter Ego + 3* e *Alter Ego + 4*. O manual em questão propõe uma abordagem acional reforçada que, em poucas palavras, compreende o aprendiz enquanto um ator social que age no mundo, oferecendo ao aluno numerosas tarefas e um projeto a ser realizado no final de cada unidade. Além disso, o livro propõe um estudo da língua em contexto, oferecendo um léxico temático por unidade, atividades fonéticas, um aporte gramatical e algumas noções culturais ligadas à língua francesa. O manual também propõe uma progressão fluida dos conteúdos abordados, com páginas destinadas à avaliação DELF⁶, além de exercícios e a transcrição de todos os áudios presentes no manual⁷.

A editora *Didier*, por sua vez, é responsável pela edição do terceiro manual didático que compõe o *corpus* desta pesquisa: *Le Nouvel Edito B1*. A editora em questão foi fundada em 1898 e é filiada ao grupo Alexandre Haitier, uma das divisões da editora *Hachette* desde 1996. *Didier* é especializada em manuais didáticos e paradidáticos nas disciplinas de línguas estrangeiras, tais como Francês, Alemão, Árabe, Inglês, Chinês e Espanhol; bem como para as disciplinas de ciências, matemática e francês, como língua materna. A editora colabora ainda com o Conselho da Europa, instituição responsável pelo Quadro Europeu de Referências para as Línguas, e com o CIEP, Centro Internacional de Estudos Pedagógicos,

⁵ Manual didático implementado no Curso de Extensão em Língua Francesa (CELIF) da Universidade Federal de Viçosa.

⁶ Exame de proficiência oficial em língua francesa, exigido por universidades e outras instituições da França a fim de atestar suficiência e fluência na língua em questão.

⁷ Todas as informações foram retiradas do site oficial da editora *Hachette*: <https://www.hachettefle.com/>.

instituição pública francesa responsável pela gestão de projetos internacionais ligados à educação geral do país e das línguas, gerenciando as certificações e avaliações em francês, línguas estrangeiras e mobilidades.

A editora *Didier*, responsável pela difusão do Quadro Europeu de Referência para as Línguas em 2001, conta com mais de 200 obras em seu catálogo, de acordo com o site oficial⁸. Dentre elas, o manual didático de FLE intitulado *Le Nouvel Editio B1*, que propõe, de acordo com o site da editora, uma organização pedagógica aberta e estruturante, oferecendo ao público jovem e adulto múltiplos documentos autênticos⁹ e atuais sobre a francofonia. O manual tem ainda como objetivo proporcionar um trabalho aprofundado e estruturado sobre o léxico e facilitar a apropriação gramatical da língua francesa, através de três momentos intitulados como *aquecimento*, *funcionamento* e *treinamento*. Além disso, também associado à abordagem acional, o manual oferece oficinas ao final de cada unidade, a fim de que os aprendizes realizem tarefas em grupos.

Dialogando com Foucault (1979), o poder dessas editoras, em contraste com o poder que consideramos soberano, não sai de um ponto central, mas se divide através dos capilares da sociedade. Não se trata, portanto, de um poder repressivo, mas sim

[...] de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos (FOUCAULT, 1979, p. 182).

Esse poder editorial, portanto, ligado a grandes multinacionais, como podemos constatar através dos sites oficiais das editoras, é um poder que se dá através da produção e da intensificação de saberes. Exercendo-se,

⁸ Site oficial da editora *Didier*: <https://www.editionsdidier.com/fr>.

⁹ De forma resumida, são considerados documentos autênticos textos, áudios, imagens, etc., produzido por e para francófonos, sem fins pedagógicos. São valorizados no ensino de língua estrangeira por permitirem aos aprendizes o contato com a língua real utilizada por falantes nativos da língua-alvo.

portanto, não contra o conhecimento, mas através dele, moldando assim as possibilidades para as formas de pensar e agir socialmente, como itera o filósofo ao dizer que

temos que admitir que o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem a constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem ser analisadas a partir de um pessoa de conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o pessoa que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento (FOUCAULT, 1975, p. 161).

Quando mencionamos o poder soberano, pensamos no governo Estatal, esse que é visto, no senso comum, como um poder global e centralizado na mão de poucas pessoas, que criam as leis, para que sejam empregadas na sociedade. Entretanto, para o autor, o poder não pode ser visto apenas dessa maneira, uma vez que ele, na verdade, funciona efetivamente quando é empregado através de uma rede de dispositivos que atravessa toda a sociedade, como por exemplo, os manuais didáticos de FLE presentes nas universidades, escolas e cursos livres de francês, visto que o ambiente escolar – a escola – é uma das instituições centrais da sociedade do nosso tempo, uma vez que se responsabiliza pela formação das massas.

A partir disso, podemos nos alinhar à Foucault (1979) ao considerarmos que, dessa forma, o poder em si, não existe na forma de uma coisa que pertence a alguém. O que existe, de fato, são práticas de poder que se efetuam estrategicamente através das práticas sociais e através das construções de saberes.

Marcos epistemológicos hegemônicos em livros didáticos

Apresentamos agora uma discussão acerca dos marcos epistemológicos hegemônicos, focalizando aspectos como sexualidade/gênero, raça/etnia, tamanho e faixa etária, tendo como base estudos que também já se debruçaram sobre livros didáticos de mais diversas disciplinas. Essa discussão contextualizará a conjuntura e dará respaldo teórico para compreender os resultados das análises.

Diversas pesquisas (MARTINS; HOFFMANN, 2007; LIONÇO; DINIZ, 2008; VIANNA; DINIZ, 2008; GONÇALVES; PINTO; BORGES, 2013; JUNIOR, 2014; SOUZA; SANTOS 2013; OLIVEIRA, DINIZ 2014; MARCUSCHI; LEDO, 2015; OLIVEIRA, 2017) já se atentaram para relações assimétricas de poder ligadas ao gênero social em livros didáticos. As pesquisas denunciam os marcos epistemológicos hegemônicos de sexualidade e gênero em LDs de diversas áreas de ensino. Martins e Hoffman (2007) realizam uma leitura sobre identidades de gênero em livros didáticos de Ciências e discutem sobre o que elas chamam de “invenções identitárias” de gênero. As autoras se atentam às divisões do mundo masculino e do feminino, descrevendo e problematizando a sexualização de espaços domésticos e do mercado de trabalho e concluem que os livros didáticos reproduzem uma separação territorial entre homens e mulheres, os colocando em espaços opostos, iterando assim uma hierarquia socioeconômica entre eles.

Dentro dessa análise, as autoras observam as vestimentas e as consideram como uma das mais importantes linguagens não verbalizadas, considerando que as pessoas se comunicam e integram socialmente por meio delas, podendo ser ainda um meio de controle e até mesmo de exclusão social. O que as autoras encontram, portanto, é a recorrência de meninas vestindo roupas de cores suaves, com predominância para a cor rosa e meninos usando majoritariamente a cor azul. Com isso, elas afirmam que os “livros podem estar contribuindo para determinar comportamentos por meio da diferenciação das roupas de meninos e de

meninas, transmitindo a forma ‘adequada’ como cada sexo deve se vestir e agir” (MARTINS; HOFFMANN, 2007, p. 4-5). As autoras trazem, portanto, a reflexão de que, apesar de todos os progressos realizados pelas mulheres até aqui, a diferenciação de gêneros sociais nos LDs de Ciências pouco se difere do que é encontrado em décadas anteriores à realização da pesquisa. O que indica que, em uma cultura discursiva de subordinação da mulher, LDs exercem o papel de contribuir para a manutenção do controle patriarcal, iterando relações assimétricas de gênero de forma a legitimar estruturas de poder já existentes na nossa sociedade.

Lionço e Diniz (2008), por sua vez, analisaram 67 livros didáticos e dicionários distribuídos pelo PNLD e PNLEM, em uso nos anos 2007 e 2008. As autoras se dedicaram, sobretudo, a compreender de que forma a sexualidade era expressa nesses materiais didáticos e concluíram que esses documentos veiculavam afirmações expressamente homofóbicas bem como o silenciamento da diversidade sexual, naturalizando a heterossexualidade e o binarismo de gênero. O que as autoras pontuam, caro à análise que propomos neste capítulo, é que há dois grandes desafios para que a homofobia seja combatida nas práticas socioescolares, sendo o primeiro deles romper com o silêncio dos LDs sobre a existência da diversidade sexual e, em segundo lugar, encontrar mecanismos discursivos para que essa diversidade seja apresentada de forma a promover uma representatividade mais igualitária e próxima da realidade da vida social.

Dialogando com Butler (2003), podemos dizer que nossa sociedade não é naturalmente heterossexual, mas sim marcadamente heteronormativa, e os LDs analisados por Lionço e Diniz (2008) comprovam esse caráter reducionista no que tange às representações de gênero e de organizações familiares, bem como os discursos sobre o afeto e à completa ausência do tema da diversidade sexual. As autoras pontuam que, muito cedo, as crianças começam a apreender o mundo em que vivem através da dicotomia de gênero e que, dentro dos LDs, não há materializações que fogem a esse binarismo de gênero, por isso assuntos como homossexualidade, bissexualidade, transgeneridade e transexualidade não têm espaço

dentro desses discursos. Assim, o que se pode identificar é que “o silêncio é a estratégia discursiva dominante, tornando nebulosa a fronteira entre heteronormatividade e homofobia” (LIONÇO; DINIZ, 2008, p. 312).

Vianna e Diniz (2008) também apontam que as práticas escolares abrigam a homofobia e iteram discursos heterossexistas, apresentando pouca abertura para a promoção da diversidade sexual nos LDs brasileiros distribuídos nas escolas públicas, apesar da menção a essa necessidade por parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais. As autoras afirmam que ainda hoje os LDs consideram as “orientações sexuais não-heterossexuais e a diversidade de gênero avessas à linearidade da determinação do sexo biológico sobre as apresentações sociais do feminino ou do masculino” (VIANNA; DINIZ, 2008, p. 305).

Austin (1976) é abordado por Gonçalves, Pinto e Borges (2013) para que as autoras façam uma reflexão sobre enunciados que não servem para descrever, mas sim para fazer, dentro dos LDs. Essa concepção de língua, linguagem, ato e sujeito é levada em consideração pelos estudos sobre sexualidade e gênero por compreenderem a linguagem como performativa, produzindo e operando relações de poder a partir de enunciados. Assim, o que as autoras pontuam é que os LDs, ao se utilizarem de certas operações linguísticas e não de outras, instauram sujeitos na iterabilidade do ato, através da repetição e da historicidade, se servindo, ao mesmo tempo, de um momento único de realização para ter o efeito de sentido desejado. As autoras analisam de forma multimodal 41 livros didáticos, mostrando que 39% deles não mencionam qualquer marca que opera a sexualidade, indicando o silenciamento como um ato de fala. Os demais livros, que apresentam o tema, o fazem articulando homofobia e sexismo, na medida em que apresentam uma heterossexualidade compulsória no espectro familiar, iterando práticas hegemônicas ao silenciar qualquer outra sexualidade não-heterossexual.

A questão da historicidade também está presente no trabalho realizado por Oliveira (2017). Se debruçando sobre seis LDs de História, a autora denuncia a violência no dispositivo amoroso e o constrangimento

de mulheres aos discursos desses materiais, afirmando que, ao difundir sentido para as relações afetivas e matrimoniais entre homens e mulheres no passado, os LDs fazem circular representações naturalizadas que sustentam a inferiorização e as diversas formas de violências contra a mulher. Através de sua análise multimodal, a autora afirma que através das subjetividades das relações amorosas entre homens e mulheres, os LDs de História perpetuam “uma ordem discursiva cristã, patriarcal, evolucionista e colonialista sobre o passado” (OLIVEIRA, 2017, p. 24), bem como naturalizam a heterossexualidade, a maternidade, silenciando a diversidade e as outras formas de existência de mulheres no passado.

Junior (2014), tendo como base os estudos bakhtianos, a Gramática do Design Visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006) e a teoria *queer* (LOURO, 2004; RUFFOLO, 2009; MISKOLCI, 2012), investiga a forma como sexualidades são abordadas em LDs de inglês. O autor também considera que o fato de sexualidades homoeróticas não serem abordadas em nenhum momento faz com que os discursos presentes nos LDs de inglês perpetuem homofobia, sobretudo considerando que o espaço de ensino e aprendizagem de língua estrangeiras constitui um ambiente em que significados são negociados nas interações discursivas nas quais os sujeitos-aprendizes se engajam. Souza e Santos (2013), voltados para LDs de Ciências, encontram resultados semelhantes às demais pesquisas mencionadas até aqui, apontando a presença de padrões de gêneros que iteram a oposição dicotômica e binária mulher-homem de submissão-dominação nos LDs de Ciências, bem como a heterossexualidade como referência e padrão para a sexualidade.

Oliveira e Diniz (2014) também denunciam uma injustiça epistêmica em LDs no que tange ao marco heteronormativo. As autoras pontuam que criar condições para que se reconheça a diversidade e para que se combata os modos de hierarquização e precarização da vida é um desafio que deve ser colocado às políticas educacionais, levando em consideração assuntos como gênero e sexualidade. Ainda, ao se debruçarem sobre LDs de Língua Portuguesa utilizados em escolas públicas brasileiras, Marcuschi e Ledo

(2015) apontam que há uma grande lacuna entre o que está discursivamente presente nesses manuais e as reflexões do contexto atual no que tange a essas temáticas, uma vez que os LDs apresentem uma abordagem única e repetitiva da sexualidade hétero, excluindo e silenciando outras possibilidades de afeto.

Ainda sobre discursos hegemônicos, mas no que tange à raça/etnia, o estudo de Rosemberg, Bazili e Silva (2003) aponta os caminhos já traçados nas pesquisas que abrangem essa temática relacionada a livros didáticos no Brasil. Partindo do questionamento sobre qual a importância efetiva do livro didático na produção e manutenção do racismo, os autores indicam aspectos comuns dentre as análises já realizadas, apontando também as lacunas e a diversidade de enfoques teóricos e metodológicos dessas pesquisas. Os autores afirmam que a maioria dos trabalhos que se preocupam com o discurso racista de livros didáticos no Brasil referem-se a negros e indígenas, não dando espaço para outras etnias que também são silenciadas nesses manuais, como árabes, ciganos, japoneses, judeus, dentre outras. A maioria desses estudos focalizam ainda livros didáticos destinados ao ensino fundamental, sendo raros portanto estudos que se dedicam a analisar livros didáticos dedicados à educação infantil, à educação de jovens e adultos ou a superior, como é o caso desta pesquisa. As disciplinas privilegiadas são, principalmente, História e Língua Portuguesa, sendo raros os estudos que se debruçam sobre LDs de outras disciplinas, como os de língua estrangeira.

Os quadros teóricos, metodológicos e conceituais, de acordo com os autores, privilegiam sobretudo a Sociologia, o estudo das relações raciais no Brasil, a Análise de Conteúdo e a Análise do Discurso, sendo essa última apresentada apenas em estudos mais recentes, aparecendo somente no início da década de 1990 até o momento atual. Essas pesquisas vêm apontando a multiplicidade de discursos, através de quebras, incongruências e contradições internas, bem como estratégias discursivas que situam negros (e indígenas) em determinados espaços sociais, focalizando temas como trabalho e exploração capitalista.

Os resultados dessas pesquisas denunciam a indicação de pessoas brancas como representantes da espécie humana (PINTO, 1987; SILVA, 1987, 1988A, 1988B) e a baixa modalidade, isto é, a baixa frequência de pessoas negras nas ilustrações, sendo elas, quando identificadas, sem nomes, ao passo que brancos são nomeados (PINTO, 1987; SILVA 1988A). No que toca ao contexto familiar, também é identificada uma baixa modalidade de pessoas negras (PINTO, 1987; SILVA, 1987, 1988A, 2000, 2001A) e, quando representadas, caracterizam famílias pobres. Além disso, os personagens negros desempenham um número menor de funções sociais, indicando menos prestígio para as atividades que realizam (PINTO, 1987; SILVA, 1987, 1988A, 2000, 2001A). Outra característica comum da representação de pessoas negras diz respeito às narrativas. Em muitas pesquisas, essas pessoas se encontram em posições coadjuvantes ou como meta da ação de outro personagem, com pouca possibilidade de atuação e autonomia discursiva (PINTO, 1987, CHINELLATO, 1996).

Outras duas características nos chamam a atenção por seu viés ideológico em LDs: o tamanho e a faixa etária. Nenhum trabalho que trata especificamente da ausência de pessoas gordas em LDs foi encontrado, entretanto, Fioritti (2019), ao tratar da intolerância religiosa na educação básica, faz menção ao fato de que essa opressão pode, por vezes, se manifestar “junto com o racismo e também junto com outros preconceitos como: a homofobia e a gordofobia” (FIORITTI, 2019, p. 223). Rocha-Lima e Narciso (2018), por sua vez, ao investigar quais corpos são representados nas imagens de dez LDs de Ciências e Biologia aprovados pelo PNLD (2011-2017), levando em consideração raça, idade, peso, gênero e orientação sexual, indicam uma baixa modalidade de pessoas não-brancas, a escassez de pessoas gordas – mesmo quando o tema era obesidade, como eles mesmos pontuam –, a presença significativa de pessoas jovens e uma baixa modalidade de pessoas velhas e, ainda, uma vantagem numérica de homens sobre mulheres, com a presença de pessoas LGBTQI em apenas dois LDs e a completa ausência de pessoas transgêneros. Dessa forma, o que se

revela é uma prática discursiva pedagógica que se ampara no silenciamento de pessoas que não fazem parte dos grupos hegemônicos no que tange também a aspectos como tamanho e faixa etária, excluindo assim gordos e velhos.

A seguir, passaremos para os resultados das análises, divididas em três categorias macrossemânticas que colocam em evidência as relações interpessoais e conseqüentemente a identificação de pessoas francófalantes nos LDFLE analisados, sendo elas: relações amorosas, relações de amizade e relações familiares.

Resultado das Análises

A partir de imagens, realizamos análises que englobaram a multimodalidade dos LDFLE, considerando não somente seus significados, mas também os textos que estão em torno delas, para entender a que elas se prestam. Podemos, então, observar que os LDFLE generalizam as pessoas francófalantes inseridas na temática *relações amorosas* enquanto casais formados entre um homem e uma mulher, excluindo, assim, outras maneiras de viver e possibilidades de experiências, como se houvesse, de acordo com Mélo (2012), uma forma predeterminada de agir com o corpo feminino e masculino. Ainda de acordo com o autor, tal perspectiva, a de que “a heterossexualidade é o modelo de normalidade” (MÉLLO, 2012, p. 199), se comprova quando os LDFLE qualificam outras formas de ser como formas abjetas, o que justifica sua completa exclusão ou a sua aparição periférica ou modalizada. Temos, portanto, as seguintes recorrências dentro desta categoria macrossemântica no que diz respeito aos três LDFLE e suas multimodalidades:

Quadro 2 - Recorrências dos LDFLE na categoria relações amorosas

Livros	Modalidade das imagens	Cor dos participantes	Gênero	Tamanho	Vestimentas	Espaços físicos representados
<i>Alter Ego +1</i>	Parcialmente naturalísticas	Branco	Casais formados entre homens e mulheres	Magros	Saia, salto, cor rosa para mulheres. Roupas escuras para homens.	França/Paris: Galeria Lafaiete
<i>Alter Ego +2</i>	Naturalísticas	Branco	Casais formados entre homens e mulheres	Magros	Decote para mulheres, gravata para homens	França/Paris: Aeroportos, metrô
<i>Le Nouvel Édito B1</i>	Naturalísticas	Branco	Casais formados entre homens e mulheres	Magros	Vestidos, cor rosa para mulheres. Roupas escuras para homens.	França

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Poderemos observar de que forma os LDFLE apresentam formas generalizadas de identificar essas pessoas, no que diz respeito à raça, ao gênero, ao tamanho, às vestimentas – ligadas a classes e funções sociais e aos espaços físicos que ocupam. Temos assim, a partir das produções semióticas dos LDFLE, as seguintes recorrências na categoria macrossemântica *relações de amizade*:

Quadro 3 - Recorrências dos LDFLE na categoria relações de amizade

Livros	Modalidade das imagens	Cor dos participantes	Gênero	Tamanho	Vestimentas	Espaços físicos representados
<i>Alter Ego +1</i>	Parcialmente naturalísticas	Branco	Homens	Magros	Casuais, sem diferenciação de gênero marcada	França
<i>Alter Ego +2</i>	Naturalísticas	Branco	Homens	Magros	Casuais, sem diferenciação de gênero marcada	França
<i>Le Nouvel Édito B1</i>	Naturalísticas	Branco	Homens	Magros	Casuais, sem diferenciação de gênero marcada	Países francófonos, sem especificação

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O que pudemos compreender nessas imagens analisadas, com base em Pinto (1987), é que é atribuída a cor branca ao estatuto da normalidade e universalidade. As pessoas francofalantes negras identificadas nas amostras discursivas analisadas dentro dessa categoria macrossemântica não têm nome, não exercem atividades de prestígio social e não realizam ações verbais, ou seja, não lhes é dada voz para que se autoconstituam enquanto pessoas.

A partir de imagens que identificam pessoas francofalantes inseridas no contexto familiar, realizamos análises que também englobaram a multimodalidade dos LDFLE. Os LDFLE generalizaram pessoas francofalantes inseridas na temática relações familiares de forma semelhante ao que ocorreu nas relações amorosas, pautada na heterossexualidade e na reprodução, como indica o Quadro 4:

Quadro 4 - Recorrências dos LDFLE na categoria relações amorosas

Livros	Modalidade das imagens	Cor dos participantes	Gênero	Tamanho	Vestimentas	Espaços físicos representados
<i>Alter Ego</i> +1	Naturalísticas	Branco	Famílias formadas a partir de um casal composto por um homem e uma mulher	Magros	Vestimentas associadas ao casamento. Cores claras para mulheres e escuras para homens.	França
<i>Alter Ego</i> +2	Naturalísticas	Branco	Famílias formadas a partir de um casal composto por um homem e uma mulher	Magros	Roupas casuais	França
<i>Le Nouvel Édito B1</i>	Naturalísticas	Branco	Famílias formadas a partir de um casal composto por um homem e uma mulher	Magros	Roupas casuais	França

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Essas noções são produzidas “precisamente pelas práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas de

gênero coerentes” (BUTLER, 2003, p. 38). Essa heterossexualização das famílias “institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre ‘feminino’ e ‘masculino’, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de ‘macho’ e de ‘fêmea’” (BUTLER, 2003, p. 38-39).

No que tange às relações familiares, encontramos, novamente, alta modalidade de identificação desse tipo de padrão hegemônico, sobretudo no que tange à sexualidade das pessoas que compõem ou que irão formar uma família. Não há identificação de outras possibilidades de formações sexuais para o que os LDFLE identificam como famílias francofalantes, uma vez que seu discurso multimodal é pautado no caráter biologizante e reprodutor da família, bem como aponta Butler (2003), quando afirma que o arranjo social da heterossexualidade reprodutora serve como base para manter a estrutura simbólica hegemônica do casal homem-mulher. De acordo com a autora, é o coito heterossexual que dará origem a uma criança e essa origem tem uma alta força simbólica na sociedade.

Considerações Finais

A forma como as pessoas francofalantes são identificadas – ganhando umas mais visibilidade e status do que outras – nos LDFLE está diretamente relacionada a investimentos ideológicos e de relações de poder. Isso se justifica na medida em que grupos dominantes, homens brancos cis heteros jovens e magros, possuem mais acesso aos meios de comunicação e, conseqüentemente, maior chance de reprodução e perpetuação de suas formas de ser e agir no mundo, sendo assim o padrão a ser seguido, excluindo pessoas que não estão dentro deste “padrão de normalidade”.

Os excertos analisados nesta pesquisa nos mostram que tais produções sociodiscursivas hegemônicas são mantidas, repetidas e iteradas ao longo dos três LDFLE, que perpassam todo o ensino-aprendizagem de FLE do curso de Letras Português/Francês da Universidade Federal de Viçosa. As poucas aberturas às diferenças encontradas ao longo das análises são

superficiais e, por não virem acompanhadas de atividades que deem seguimento a essa abertura, ficam à margem e pouco auxiliam na formação emancipatória dos alunos.

Referências

- BUNZEN, C. O livro didático de língua portuguesa: um gênero do discurso. 2005. 170f. 2005. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Letras)-Universidade Federal de Campinas, Campinas.
- _____; ROJO, R. Livro didático de língua portuguesa como gênero do discurso: autoria e estilo. In: COSTA VAL, MARCUSCHI (orgs.). *Livros didáticos de língua portuguesa: letramento e cidadania*. Belo Horizonte: CEALE, autêntica, 2005.
- BUTLER, J. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. *Cadernos pagu*, n. 21, p. 219-260, 2003.
- DINIZ, D.; LIONÇO, T.; CARRIÃO, V. *Laicidade e Ensino Religioso no Brasil*. Brasília: Unesco; LetrasLivres: Ed. UnB, 2010.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: UnB, 2001[1992].
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.
- FOUCAULT, M. *Surveiller et punir*. Paris, v. 1, 1975.
- GONÇALVES, E.; PINTO, J. P.; BORGES, L. S. Imagens que falam, silêncios que organizam: Sexualidade e marcas de homofobia em livros didáticos brasileiros. *Currículo sem Fronteiras*, v. 13, n. 1, p. 35-61, 2013.
- GOUVEIA, C. A. M. Texto e gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional. *Matraga-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, v. 16, n. 24, 2009.
- JUNIOR, E. M. D. S. Qual a Sexualidade Do Livro Didático De Inglês?: Novos Letramentos E Ensino De Línguas Na Contemporaneidade. *Pesquisas Em Discurso Pedagógico*, v. 2014, n. Especial, 2014.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. London: Routledge, 2006.

LIONÇO, T.; DINIZ, D. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. *Revista Psicologia Política*, v. 8, n. 16, p. 307-324, 2008.

MARCUSCHI, E.; LEDO, A. C. DE O. Representações de gênero social em livros didáticos de língua portuguesa. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 15, n. 1, p. 149-178, 2015.

MARTINS, E. da F.; HOFFMANN, Z. *Os papéis de gênero nos livros didáticos de ciências*. Ensaio, v. 9, n. 1, 2007.

MELLO, L. Familismo (anti) homossexual e regulação da cidadania no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 2, p. 497-508, 2006.

OLIVEIRA, R. M.; DINIZ, . *Materiais didáticos escolares e injustiça epistêmica: sobre o marco heteronormativo*. Educação & Realidade, v. 39, n. 1, p. 241-256, 2014.

OLIVEIRA, S. R. *A violência do dispositivo amoroso e assujeitamento das mulheres nos livros didáticos de história*. p. 1-10, 2017.

ROSEMBERG, F.; BAZILLI, C.; SILVA, P. V. B. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. *Educação e pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 125-146, 2003.

SANTOS, M. S. A construção de identidades no livro didático de língua estrangeira: uma perspectiva crítica. *Brasília: Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília*, v. 239, 2013.

VIANNA, C.; DINIZ, D. Em foco: homofobia nos livros ditáticos, um desafio ao silêncio. *Psicologia Política*, v. 8, n. 16, p. 305-306, 2008.

VIEIRA, J.; SILVESTRE, C. *Introdução à multimodalidade: contribuições da gramática sistêmico-funcional, análise de discurso crítica, semiótica social*. Brasília, DF: J. Antunes Vieira, p. 8, 2015.

Análise Discursivo-Crítica do Gênero Discursivo Situado *Disforia de Gênero*: Guia Prático de Atualização

*Maria Carmen Aires Gomes*¹

*Isabela Ferreira de Castro*²

Considerações Iniciais

Embora, nos últimos anos, tenham sido muitas as conquistas jurídico-políticas da comunidade LGBTQs, além de uma maior visibilidade midiática das identidades de gênero e atitudes sociais mais humanizadas, observa-se ainda uma dificuldade no processo de reconhecimento das identidades dissidentes no âmbito da esfera pública. Preciado³ (2018), citando Philippe Descola, afirma que “os processos de reconhecimento de gênero e sexo não estão na luta entre natureza e cultura, mas entre dois (ou mais) registros culturais da diferença sexual: um normativo e outro dissidente.” (tradução nossa). Pesquisas tem demonstrado que essa falta de reconhecimento ocorre em função, na maioria das vezes, da iteração de construções discursivas produzidas pelas ordens discursivas médicas, biológicas, religiosas e psicológicas que regulam por meio das normas a

¹ Professora Associada III do Departamento de Letras e do Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa. Professora pesquisadora colaboradora do POSLIN-UFMG. Coordena o grupo de pesquisa AFECTO-NIEG-UFV.

² Professora Auxiliar do Departamento de Medicina da UFV e Mestra pelo Programa de Mestrado Profissional em Ciências da Saúde da mesma instituição. Médica endócrino-pediatra.

³https://www.ara.cat/es/opinion/Paul-B-Preciado-Llamame-por-mi-otro-nombre_o_19738o282o.html. Acesso 18 abr.2018.

performatização dos corpos/discursos/gêneros (BENTO, 2016; 2017; BENTO, PELÚCIO, 2012; PRECIADO, 2018; CONNELL & PEARSE, 2015; CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013; PADILHA, FACIOLI, 2015; ALMEIDA, 2012).

Este texto faz parte de um trabalho ético-político de produção científica acerca não só das problematizações que cercam as relações entre mediação discursiva, discurso/corpo e gêneros dissonantes da regulação da norma binária centrada no “ser mulher e ser homem”, mas também das práticas sociodiscursivo-médicas que iteram de maneira citada, em suas formas de agir e interagir no interior de suas redes de práticas sociais, as experiências dissidentes de gênero como categoria diagnóstica psicopatológica. Este capítulo traz problematizações não só desenvolvidas no âmbito do projeto “*Corpo, diferença e vulnerabilidade social: estudos discursivos explanatórios críticos de narrativas de vida e midiáticas*” (GOMES, 2015), desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa (UFV/MG) no grupo de pesquisa AFECTO, mas também reflexões acerca da formação profissional e humana das práticas discursivo-médicas do Curso de Medicina da Ufv.

Nosso objetivo é analisar a forma como o **Disforia de Gênero**, um *Guia Prático de Atualização*, produzido, em junho de 2017, pelo Departamento Científico de Adolescência, da Sociedade Brasileira de Pediatria, constrói os conhecimentos, inscritos pelas relações de poder, acerca das pessoas não cis gênero. Dessa forma, analisaremos o Guia, como um tipo de gênero discursivo resultante das práticas sociodiscursivas médicas, portanto um modo de agir e interagir discursivamente desta comunidade discursiva, compreendendo-o ainda como um tipo de gênero mediado. Se vivemos numa sociedade mediada, então nossas relações sociais, nossos processos sociais, nossas relações entre saberes e poderes são também resignificadas a todo momento.

A ideia de se analisar o Guia surgiu quando Maria Carmen Gomes foi convidada pela Profa. Isabela Ferreira de Castro, do Curso de Medicina da Ufv/MG, para que, em conjunto, ministrassem, em 2017, uma aula na

disciplina **MED351- Saúde da mulher, da criança e adolescente II**, cujo tema era a proposta de uma abordagem humanizada sobre pacientes trans. A aula foi planejada a partir da leitura desconstruída discursivamente do texto do Guia ora pela perspectiva discursiva técnica da Medicina ora por um olhar mais sociológico, filosófico acerca das práticas identitárias de gênero, compreendendo que gênero “não é uma propriedade psíquica ou física do sujeito, nem uma identidade natural, mas uma relação de poder submetida a um constante processo coletivo de sujeição – ao mesmo tempo de suporte e de controle – de subjetivação e de submissão⁴” (PRECIADO, 2018). Dessa experiência, extremamente significativa, tanto para uma pesquisadora em Análise do Discurso quanto para uma professora-médica do curso de Medicina surgiu a ideia não só de sempre darmos essa aula juntas⁵, mas de produzirmos um artigo acerca desta leitura crítica empreendida junto aos/às alunos/as em formação.

O objetivo aqui é propor um exercício ético de levar as pessoas a repensarem a epistemologia médica, que se baseia no modelo biomédico pautado na doença, para a ideia de cuidado, concordando com a discussão ensejada por Leite (2015, p.331) ao propor que este deslocamento da doença para o cuidado possibilitaria “um exercício ético do médico de se colocar como instrumento para o outro, e não de transformar o outro em instrumento, um exercício que pode ser transposto, para pensar as relações da medicina com outras possibilidades de existir.” Segundo o pesquisador, essa maneira epistemológica de se produzir os saberes médicos abriria um horizonte de “possibilidades potentes de se encenar dentro do próprio aparato médico movimentações para a despatologização das experiências trans.” (LEITE, 2015, p.328)

4Tradução nossa

⁵ Desde 2017 até o momento, temos ministrado a aula juntas à luz de uma proposta metodológica constituída de três momentos: momento 1, os/as estudantes assistem a um filme que retrata a vida trans; no momento 2, respondem algumas perguntas provocativas sobre o uso de termos técnicos e sobre a situação evidenciada nos filmes; no momento 3, na aula, são confrontados com as situações descritas nos filmes e com a leitura desconstruída e crítica do GUIA.

Falar sobre as identidades de gênero requer uma compreensão mais complexa sobre a ontologia do ser porque somos constantemente reinterpretados, submetidos a normas e regulações de como ser, o que ser e como ser, e invariavelmente essas práticas são produzidas e circuladas por meio da negação das diferenças. Silva (2001, p.87) afirma que “a diferença não é uma característica natural: ela é discursivamente produzida” [...] é-se diferente relativamente a alguma outra coisa, considerada precisamente como ‘não-diferente’”. No entanto, problematizar acerca das diferenças socioculturais e políticas requer pensá-las não só como problemáticas discursivas, mas também como não-discursivas, já que são atravessadas por questões econômicas, estruturais. Não podemos limitar a discussão sobre diferença, intolerância e violência apenas às questões da linguagem e do discurso, já que se trata de um emaranhado complexo que envolve fatores econômicos, estruturais, políticos, além do olhar enviesado dos investimentos morais e éticos (BUTLER, 2015).

Fato é que nossas construções discursivas, na maioria das vezes, abreviam, orientam, condensam e simplificam nossos modos e estilos de viver e ser; no entanto, mesmo que o sujeito tenha sido alocado em um dispositivo moral e ético, ele não deixa de negociar, de maneira vital e reflexiva, o seu *locus* dentro do campo ontológico (BUTLER, 2015, p.21). Para a filósofa, “o sujeito luta invariavelmente com as condições de vida que não poderia ter escolhido. Se nessa luta a capacidade de ação, ou melhor, a liberdade funciona de alguma maneira, é dentro de um campo facilitador e limitante de restrições. Essa ação ética não é totalmente determinada nem radicalmente livre.” (BUTLER, 2015, p.31). Neste sentido, a forma como reconheço o outro, ou a mim mesma, é uma luta contínua, pois as normas que me fazem reconhecer o outro, ou que governam quem eu sou, não são só minhas ou do outro, “mas são sociais e excede cada troca diádica que condicionam.” (BUTLER, 2015, p.37).

Embora estejamos constrangidos por um horizonte normativo, no qual eu me vejo, me escuto e me percebo (e ao outro), há uma fissura, um

deslocamento, neste dispositivo normativo que me permite não reconhecer o outro (aquele que não se conforma, ou se conforma menos às regras). Ao colocarmos em xeque tais questões, é preciso que olhemos para o corpo, para o corpo do outro, como *locus* de possibilidades identitárias, mas antes de tudo devemos olhar para a forma como as práticas sociais, culturais e históricas se estruturam (ou estão se estruturando), pois são elas que, de forma ou outra, produzem/iteram/negociam conhecimentos/saberes e relações de poder sobre os gêneros/corpos/discursos.

Nas seções que se seguem, apresentaremos alguns princípios e fundamentos da abordagem discursivo-crítica utilizada para a análise, para em seguida configurarmos o gênero discursivo Guia Disforia de Gênero à luz das categorias propostas por Norman Fairclough (2001, 2003), para analisarmos discursivamente os investimentos ideológicos acerca das relações entre gênero, sexo e sexualidade, principalmente quanto à categoria social transgênero.

Princípios da ontologia discursiva: das relações entre linguagem e sociedade

A Análise discursiva textualmente orientada (ADTO) tem um caráter posicionado, crítico, emancipatório, que busca não só a descrição linguístico-textual minuciosa de um documento-objeto, mas também a interpretação explanatória crítica dos fenômenos sociopolíticos, que se apresentam em instituições sociais, com determinadas formações ideológico-discursivas, e as respectivas relações de poder entre elas. Sobre a agenda política e o trabalho crítico, Fairclough (1985, p.747) diz que “em questões humanas, as interconexões e as redes de causa e efeito podem ser distorcidas a ponto de saírem do campo de visão. Assim, a atividade crítica consiste, essencialmente, em tornar visível a natureza interligada das coisas”, ou seja, a suposta coerência ou efeito causal entre x e y. A principal tarefa dos estudos discursivos críticos é então mapear conexões entre semiose e sociedade, com o objetivo de, primeiro, localizar mecanismos

semióticos, e suas causas e efeitos de sentido potencialmente ideológicos, para, em seguida, suscitar possíveis maneiras de superar relações assimétricas de poder parcialmente sustentadas pela linguagem. O trabalho ético (e crítico) busca, como aponta Souza Santos (2000), expor as inconsistências, contradições e dilemas, já que todo pensamento crítico é centrífugo e subversivo na medida em que visa a criar desfamiliarização em relação ao que está estabelecido e convencionalmente aceito.

O objetivo desse estudo é compreender como os textos podem naturalizar as relações de poder e a construção de saberes tecendo significados em facetas discursivas aparentemente adequadas às instituições e estruturas a que se vinculam, a fim de posicionar os leitores/as leitoras em construções discursivas particulares. Sobre a suposta coerência narrativa textual e naturalização, Figueiredo (2009, p.739) afirma que “é através dos textos que circulam em suas comunidades que os sujeitos sociais se familiarizam com os modelos narrativos e representacionais presentes na cultura...”. Dessa forma, alguns aspectos discursivos, em práticas sociais contextualizadas, podem implicar a legitimação de ações particulares e determinar modos de conduta e atitudes. Isso ocorre porque textualmente podemos construir/representar/imaginar o mundo social em perspectivas específicas (FAIRCLOUGH, 2003, p.8) por meio “das combinações particulares de gêneros, discursos e estilos, que constituem o aspecto discursivo de redes de práticas sociais.” (FAIRCLOUGH, 2003, p.220); a esse espaço de combinações Fairclough nomeia de *ordens do discurso* cujo objetivo é gerar conhecimentos/saberes sobre o funcionamento social da linguagem.

Para Chouliaraki & Fairclough (1999) e Fairclough (2003), o conceito de prática torna-se fundamental para refletirmos acerca da crítica social, uma vez que, para os autores, a vida social se constitui de práticas sociais⁶, que são formas habituais de agir e interagir sociodiscursivamente em locais e tempos específicos, envolvendo atividades materiais e fenômenos

6Os autores retomam o conceito de prática social desenvolvido por David Harvey (1986), para quem práticas sociais se constituem de relações sociais, poder, práticas materiais, crenças, desejos e valores.

mentais, que se relacionam dialeticamente dentro ainda de um sistema de práticas sociais, permitindo então que as questões sociais possam ser problematizadas discursivamente.

A vida social, segundo Fairclough (2003) e Fairclough e Fairclough (2012), pode ser analisada e conceitualizada como uma ação recíproca entre três níveis da realidade social: *estruturas* e *eventos* são mediados pelas *práticas*, que são relativamente estáveis (e duráveis). Para circunscrever a significação de prática discursiva como prática social, Chouliaraki & Fairclough (1999) afirmam que é no quadro das instituições e estruturas sociais que as práticas têm relativa permanência, já que estas estão expostas às mudanças e transformações dos modos de ação produzidas por aquelas. No entanto, as relações entre eles são mais complexas: práticas ajudam/colaboram, mas não determinam acontecimentos, e as mudanças nos eventos podem, cumulativamente, levar a mudanças nas práticas, que podem levar a mudanças nas estruturas. É nesta esteira que Fairclough problematiza que a realidade social, conceitualmente mediada por poderes, nos mostra “como não é, como poderia ser e como poderia tornar-se”, o que implica dizer que ela (a realidade) “não pode ser reduzida ao nosso conhecimento sobre a mesma, o qual é parcial e mutável” (FAIRCLOUGH, 2003, p.14).

O princípio discursivo-crítico de que o discurso é um dos elementos da prática social, portanto, constituinte das performatizações e (trans)formações identitárias, coaduna-se às discussões butlerianas de que “nós fazemos coisas com a linguagem, produzimos efeitos pela linguagem e nós fazemos coisas para a linguagem, mas a linguagem é também a coisa que fazemos” (BUTLER,1997, p.8), e vai ao encontro também do que afirma Fairclough (2001[1992]), retomando as discussões de Halliday, que “a linguagem à qual as pessoas têm acesso depende de sua posição no sistema social.” (p.47). Ou seja: as pessoas em diferentes posições de poder no âmbito das estruturas sociais podem, dependendo do grau e da natureza da abertura (ou fechamento) das práticas sociodiscursivas produzirem (ou

reproduzirem) construções discursivas diversas de acordo com as interseccionalidades (raça/etnia, classe social, geografia, gênero social, tamanho) a que estão expostos, interpelados, submetidos e/ou constrangidos.

Para Fairclough (2003), como já foi dito, as ordens do discurso são “o potencial semiótico estruturado que possibilita e regula nossas ações discursivas” (RAMALHO, RESENDE, 2011, p.45) e se figura semioticamente nas mais variadas práticas sociais e em redes de práticas por meio de três ações discursivas (e não por léxicos e orações, embora possibilitadas por elas): (i) formas de agir e interagir socialmente/gênero discursivo, (ii) formas de representar ou “construir algum aspecto da realidade de uma perspectiva particular”/discurso e (iii) forma de significar, identificar (-se) discursivamente/estilo. Metodologicamente, Fairclough (2003) denomina esses três modos de agir discursivamente de significados: acional/relacional é o gênero; o representacional, o discurso e o identificacional, o estilo.

Neste estudo, analisaremos o *Guia Disforia de Gênero* como uma das formas de agir e interagir das práticas sociais médicas que se articulam com as práticas socioacadêmicas e científicas, ou seja, é por meio do Guia que a sociedade pediátrica, constituída de especialistas, agirá e interagirá com os/as médico/as e fará circular os conhecimentos ali gerados/produzidos e/ou iterados acerca das questões sobre crianças e adolescentes não cis gênero. Metodologicamente, analisaremos o Guia à luz das categorias dos significados acional/gênero e do representacional/discurso já que buscamos analisar a forma como esse gênero “controla o que pode ser usado e em que ordem, incluindo configuração e ordenação de discursos” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p.144) sobre crianças e adolescentes trans. Para análise do Guia, usaremos as categorias: gênero de governança, gênero situado (atividade, relações sociais, tecnologias da comunicação), interdiscursividade (quais discursos são articulados e como são articulados), representação do transgênero e transgeneridade e como os produtores do Guia se comprometem com o que dizem sobre o tema.

Guia Prático de Disforia de Gênero: gênero de governança e vigilância

Como pontua Fairclough (2003, p.65), “gêneros constituem o aspecto especificamente discursivo de maneiras de ação e interação no decorrer de eventos sociais”. Esse potencial acional, e também interacional, do gênero discursivo, nos permite compreender que o *Guia Disforia de Gênero* trata-se de um tipo de mecanismo articulatório que controla aquilo que deve ser pensado, experienciado, problematizado sobre pessoas não cis gênero. Em função desta atividade de controlar o que é dito, como é dito e produzido, há ações de injunção e prescrição que tornam o seu texto uma faceta regulatória dos discursos construídos pelos membros desta Sociedade Médica.

O Guia, então, atua, a princípio, em uma escala local, considerando que foi produzido pelo Departamento Científico de Adolescência, da Sociedade Brasileira de Pediatria, portanto trata-se de uma prática sociodiscursiva relativamente limitada. No entanto, é importante considerar que as práticas médicas, técnicas e científicas desenvolvidas na Sociedade Brasileira de Pediatria fazem parte de outras redes de práticas sociais médicas (e outras também que não pertencem à medicina), o que nos leva à compreensão de que o Guia pode ser lido por outros agentes sociais que não apenas a classe médica (ou mesmo a classe pediátrica), atuando e circulando numa escala também global, como nas midiáticas, acadêmicas (FAIRCLOUGH, 2003). Embora tenha uma atuação, prioritariamente, local, com o objetivo de atualizar os/as médicos/as pediatras acerca dos conhecimentos/saberes sobre como pensar e experienciar os diagnósticos em crianças e adolescentes não cis gênero, poderá atuar numa escala global em outras redes de práticas sociais, tais como: midiáticas, educacionais, jurídicas, dentre outras.

O Guia de *Disforia de Gênero* apresenta, então, certos elementos lexicogramaticais e textuais, próprios das maneiras de agir discursivamente

da prática social médica: uso de terminologias científicas, dados estatísticos, exemplificações com casos e pesquisas, descrições de sintomas, prescrições e injunções de como proceder diante de casos de crianças e adolescentes não cis gêneros. O documento é um tipo de gênero discursivo de governança já que opera como um importante mecanismo de sustentação de ideologias, de relações de poder e de saberes da estrutura institucional da medicina pediátrica por meio de suas práticas especializadas. Ou seja: é um mecanismo discursivo regulador das formas de agir e interagir discursivamente sobre as identidades de gênero, o que legitimará e dará credibilidade às práticas pediátricas no que tange a tal temática.

Esse aparato de governança (o Guia) nos mostra a forma pela qual a sociedade pediátrica exerce o seu poder diante de seus membros, ou seja, a sua governamentabilidade: identifica um problema crítico (pediatras terão dificuldades de diagnosticar essas pessoas), propõe os recursos adequados para o enfrentamento deste problema (produção do Guia). O Guia assume portanto uma importante dimensão política, pois age de maneira instrumental através de ações estratégicas acerca dos saberes construídos e circulados sobre crianças e adolescentes não cis gênero, ou seja, por meio do texto, busca “influenciar, dirigir ou modificar o comportamento dos/as receptores/as mascaradas como trocas de conhecimentos, ou ações comunicativas” (FIGUEIREDO, 2009, p.745).

Ainda que o documento seja designado como um guia pela sociedade pediátrica, pode ser configurado também como um tipo de manual já que contém orientações, instruções e estruturas de aconselhamento (COSTA, 2008). Observamos estas questões ao analisarmos os propósitos comunicativos, pois orienta, direciona ações e práticas e sugere indicações de leitura e de centros de tratamento. Pretende-se ser, então, um manual/guia prático de conhecimentos divulgativos sobre a forma como Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM-5) reclassificou o que seria “Transtorno de Identidade de Gênero” para “Disforia de Gênero” e como a comunidade discursiva médica pediátrica deverá experienciar os diagnósticos à luz dessa nova forma de se pensar corpos

dissidentes ou pessoas não cis gêneros. O documento tem, assim, características injuntivas, pois explica conceitos, as maneiras de agir à luz de novos procedimentos necessários para realização das ações, mas também é prescritivo já que tem caráter coercitivo, de controle e ordenamento.

Na seção dedicada aos objetivos do documento, observamos certos usos lexicogramaticais que o caracteriza enquanto um texto orientador e regulador:

1. O pediatra poderá ser o primeiro profissional a ser procurado para conversar sobre a **sexualidade** e **eventualmente sobre as variações de gênero das crianças e adolescentes**, e **deve estar** capacitado para tal. Este documento científico foi elaborado com o objetivo **de atualizar** o pediatra sobre questões relacionadas a gênero, abordando o que hoje é designado como **disforia de gênero**, no intuito de **informar e assegurar o seguimento adequado** desses indivíduos e suas famílias, sobretudo enfatizando **a necessidade de ouvi-los** de modo individualizado e encaminhá-los **quando necessário** para um serviço de referência. (GUIA..p.1)

O uso de recursos da ordem do deôntico/da ordem (*deve estar, necessidade de ouvi-los, quando necessário*), e de processos materiais/de ação (*assegurar, atualizar*) e verbal (*informar*) deixa claro para o/a leitor/a qual o propósito do documento, que é classificado como “científico”, o que contribui para a legitimidade e veracidade das informações ali divulgadas e a necessidade de elas serem seguidas para se efetuar uma prática pediátrica mais humanizada (*a necessidade de ouvi-los de modo individualizado*), deixando subentendido que essa não era uma prática adotada até então. Podemos dizer que o Guia pretende orientar seus/suas leitores/as a fazerem uma prática médica mais humanizada, baseada no modelo de mundo da vida, por meio de ações mais comunicativas e menos instrumentais/estratégicas (Cf.Habermas), conversando com o/a paciente e sua família, propondo um deslocamento de corpo/sintoma/caso para um corpo complexo que tem desejos, sentimentos, aflições e, claro, sintomas. Aconselha que seja construída então uma prática médica humana de aconselhamento, solidariedade e menos técnica. Ou seja: o Guia aconselha que

os/as pediatras tornem-se bons ouvintes, que sejam amáveis, compreensíveis, um tipo de “conversa terapêutica” em que “o aconselhamento enfatiza a concessão aos pacientes (ou clientes) do espaço para falar, mostrando empatia em relação a seus relatos...” (FAIRCLOUGH, 2001[1992], p.187).

Dessa forma, a própria natureza do documento – um guia prático de atualização – predispõe (ou deveria) os/as pediatras a entenderem o tema de maneira sintética e seletiva, já que o conhecimento produzido será enviesado antes pela praticidade do que pela profundidade e densidade temática. Ou seja: o texto orientará as interpretações e as formas de agir dos/as pediatras em relação às pessoas não cis gênero e às famílias delas. Nosso propósito é, à luz da perspectiva discursivo-crítica, analisar a simplificação e condensação de conceitos usados, de modo a mostrar as naturalizadas relações de causa e efeitos ideológicos existentes nas práticas médicas acerca das pessoas não cis gênero.

Uma interpretação discursiva para além da representação discursiva da patologização

A maneira como o Guia produz os conhecimentos e os divulga já nos sinaliza para certas contradições discursivas e até mesmo confusões conceituais que marcam a arena discursiva travada no interior desta prática sociodiscursiva. Neste momento, analisaremos o texto considerando as categorias analíticas do significado representacional: interdiscursividade, representação dos conceitos e o modo como são construídas as articulações discursivas.

Na seção **Objetivo**: “O pediatra *poderá ser* o primeiro profissional a ser procurado *para conversar* sobre a *sexualidade* e *eventualmente sobre as variações de gênero das crianças e adolescentes*, e *deve estar capacitado* para tal.”, o texto do Guia coloca a sexualidade em primeiro plano temático, para depois introduzir, de fato, o assunto, de maneira ainda modalizada: *eventualmente sobre as variações de gênero*. Ao colocar

a ênfase em sexualidade (que se trata do desejo, das práticas eróticas e sexuais, ou seja, da orientação sexual das pessoas), parece supor ou uma confusão entre os termos (gênero e sexualidade), ou uma descrença na categoria do gênero como uma construção histórico, cultural e política. Mostra a dificuldade em se compreender a identidade de gênero como “efeito, isto é, como produzida ou gerada, abrindo possibilidades de “ação” que são insidiosamente excluídas pelas posturas que tomam as categorias da identidade como fundantes e fixas.” (BUTLER, 2010, p.211).

Essa potencialidade acional das identidades, como efeitos ficcionais ou parodísticos, refuta a tese da essencialidade atributiva, hierárquica, determinística, artificial e arbitrária, conforme as normas tentam nos imputar acerca do binarismo centrado no caráter biologizante e cromossômico. O uso da modalidade epistêmica “eventualmente” pressupõe aos/às pediatras/leitores/as que situações como essas não são usuais, portanto, normais. Observe ainda o uso da finalidade da procura pelo pediatra: “para conversar” e não para consultar, o que reforça o caráter humanizado proposto pelo Guia.

Perucchi (2017, p.149), no âmbito dos estudos da Psicologia, problematiza a dificuldade de pensarmos na ficcional relação entre normalidade e anormalidade, ou mesmo entre normalidade e patologia, em experiências não cis gêneros, já que entendemos, principalmente na contemporaneidade, que o modelo binário feminino versus masculino trata-se tão-somente de uma “realidade discursiva” fabricada, projetada por determinadas instituições para atender a determinados fins morais, cristãos ou biológicos. Como bem problematiza a pesquisadora, figura-se como um discurso/corpo “inventado por um imperativo moral de reinterpretção do corpo” que o “torna como algo experienciado, vivido e aprendido como essencial, autêntico e original; quando, na realidade, não o é.” (PERUCCHI, 2017 p.152).

O texto do Guia ainda tematiza a performatização do gênero (ou a forma como a pessoa reivindica certa identidade para si) pelo viés da perspectiva da variação. Em *eventualmente sobre as variações de gênero*, há

uma presunção valorativa em que há certo tipo de gênero estável e fixo e que dele partem as variantes, e essa presunção constitui um elemento avaliador implícito que itera a ideia da essencialidade de um substantivo que pode parecer inerte e que teria uma escala e/ou graus variados de gênero. A questão é: de qual gênero estamos falando? Qual seria o ponto de partida desta variação? Quais seriam as variantes deste padrão? Há um padrão a ser seguido? (Cf. BUTLER, 2010; COLLING, 2017). Como afirma Bento (2017), “não existe uma essência interior, pensada como um 'desde sempre', que cada sujeito tem e é posta em ação nos encontros. São os encontros que nos interpelam a agir. Os encontros não têm por finalidade 'descobrir' quem eu sou, mas fazer-se.” (p.15).

A construção discursiva também se repete (se reforça) em outro momento do texto, ainda com um agravante de se pressupor pessoas como objetos/coisificação “*maior exposição de variantes de gênero*”, ou seja, não se trata de reconhecer a pessoa não cis gênero como uma pessoa, mas como se estivéssemos expostos a algo que não nos pertence, que não faz parte de nossa ontologia, o que pode iterar a ideia de abjeção, monstruosidade:

2. Nos últimos anos tem-se observado um aumento do número de crianças e adolescentes que buscam avaliação médica devido à **não conformidade de gênero**. Os principais fatores responsáveis **por essa tendência** são: maior acesso a informações por meio da internet, **maior exposição de variantes de gênero** na mídia e mais diálogo entre pais e seus filhos sobre essas questões. (GUIA...p.2)

Além disso, a forma como o Guia justifica o porquê do aumento da procura por crianças e adolescentes e suas famílias por tal avaliação médica reforça a incredulidade no reconhecimento desta identidade, pois representa como uma “tendência”, isto é, uma inclinação ou preferência, como se fosse apenas uma questão comportamental, do desejo, algo que está sendo seguido, uma moda e não algo da ontologia do ser. Ao fazer isso, o Guia deslegitima toda complexidade histórico-cultural corpo/gênero, reduzindo e simplificando mais uma vez transgêneridade à ideia de

opção, escolha, ou seja, do âmbito do comportamento, e não “das afirmações de sua vontade e sua lei: afirmação de si” (BENTO, 2017, p.18)

Ainda que o Guia use o termo gênero, e mesmo identidade de gênero, pressupõe existir, para o leitor, apenas duas categorias sociais: “ser mulher e ser homem”, como se observa abaixo:

3. As crianças entre 6 e 9 meses são capazes de diferenciar, quanto ao gênero, vozes e faces. Aos 12 meses, associam vozes *masculinas e femininas* a determinados objetos *tidos como típicos de cada gênero*. Embora mais nítido aos 2 anos, crianças de 17 a 21 meses de vida têm *habilidade de se identificar como meninos ou meninas e apresentam brincadeiras relacionadas ao gênero*. A *identidade de gênero* tem início entre 2-3 anos de idade. Entre 6-7 anos, a criança tem consciência de que seu gênero permanecerá o mesmo.

Ao usar os enunciados “*tidos como típicos de cada gênero; habilidade de se identificar como meninos e meninas; relacionadas ao gênero*”, podemos nos perguntar de qual gênero o Guia está se referindo: de quais feminilidades e quais masculinidades? O uso de léxicos vagos e esvaziados também podem gerar confusões conceituais no/a leitor/a, como por exemplo: “habilidade de se identificar”; se entendermos que o conceito de habilidade está ligado ao de competência, então o que será colocado em prática é o que se aprendeu habitualmente ao longo da vida por meio das práticas em que estão inserido/as. Ou seja: novamente há uma presunção de gênero como algo estável, fixo que se reproduz comportamentalmente de maneira naturalizada.

A forma como o texto é produzido presume-se que o gênero é inerte, fixado na historicidade e na cultura, centrado numa estrutura singularmente binária, repetida e citada da mesma forma em variados contextos. Se, desde pequenas, as crianças tem acesso apenas a objetos/brincadeiras/roupas/cores que tenham suposta coerência ou congruência com o sexo com o qual nasceram, se homens, objetos de ação, e cores no tom azul; se mulheres, bonecas e cores na tonalidade rosa, há então um condicionamento a se pensar, experienciar e agir desta forma, já que a “suposta

coerência” é invocada sistematicamente por meio de regras, normas e regulações culturais, que “refletem interesses sociais particulares e partem de modos de vida específicos” (CONNELL; PEARSE, 2015, p.172).

Ao usar, por exemplo, “*como típicos de cada gênero e apresentam brincadeiras relacionadas ao gênero*”, pressupõem estas serem ações naturais, determinadas por uma “suposta natureza” amparada em questões biológicas, neurais, cromossômicas, ou mesmo interações de socialização, além disso, produz-se o conhecimento sobre gênero à luz do conceito de “papeis sociais”, cujo uso não é problematizado pelos que recebem as classificações e atribuições, ou seja, há uma conformação e adaptação aos comportamentos socializados no coletivo como se fossem naturais. Dessa forma, estabelece-se antes a construção de uma identidade coletiva, do que uma identidade de gênero, reivindicada política e historicamente para si.

A forma como o Guia representa lexicogramaticalmente as pessoas não cisgênero também potencializa ideologicamente certas significações discursivas:

4. Entretanto, em alguns indivíduos existe uma ***incongruência entre o sexo biológico e a identidade de gênero***. O estresse, sofrimento e desconforto causados por essa discrepância é chamado de disforia de gênero. (p.2)
5. Crianças e adolescentes que ***apresentam discordância entre o sexo biológico e a identidade de gênero*** podem ser alvos de bullying, rejeição, violência física ou verbal e ostracismo social, repercutindo negativamente na qualidade de vida e no bem-estar psicológico. (p.3)
6. Pessoas ***cujas identidades de gênero não correspondem aos sexos biológicos atribuídos ao nascimento são nomeadas como transgêneros ou transexuais***. Trata-se de um ***fenômeno heterogêneo*** que pode ganhar ***diferentes coloridos*** de acordo com a realidade psíquica, social e cultural de cada um. (p.2)
7. Nos (as) adolescentes, ***a inconformidade com o sexo biológico***, evidenciada com as mudanças corporais da puberdade, pode desencadear problemas psicossociais. ***Dependendo do grau da incongruência*** e da forma como ela é socialmente acolhida, o quadro pode estar associado a algumas manifestações como ansiedade, depressão, tentativa de suicídio, automutilação e isolamento social. (p.4)

Os itens lexicais “*Incongruência, inconformidade, não corresponde, discordância*” são uma faceta e fator de investimentos discursivamente ideológicos, que geram certos efeitos causais aos/as leitores/as deste texto técnico-científico, já que estão vinculados ao que a 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5)⁷, da Associação Americana de Psiquiatria (APA) denomina como a categoria *disforia de gênero*. Ou seja, o Guia, aqui analisado, faz parte de uma cadeia de gêneros discursivos, pois recontextualiza as informações produzidas no DSM-5. Para Bento (2016, p.499):

O DSM é um manual da Associação de Psiquiatria Norte-Americana. O caráter de associação nacional, no entanto, não impede que haja um desejo expresso de que seus achados clínicos, por seu suposto caráter científico, tenham um alcance global. Conforme tentarei sugerir, esta busca de verdade universal pode ser interpretada como parte de um projeto epistemológico colonizador, uma vez que não é possível universalizar concepções locais de gênero (que no contexto estadunidense são atravessadas pela visão medicalizante e psiquiatrizante da vida) para as múltiplas expressões de gênero inseridas em culturas diversas.

A escolha, portanto, dos itens lexicais supracitados iteram as perspectivas particulares do domínio da experiência da psicopatologia, pois reforça a tese de que há uma patologização do gênero que coloca a pessoa não cis gênero como um doente em tratamento. Embora as pessoas não cis gênero não sejam mais categorizadas como doentes mentais expostos a tratamentos mentais, da forma como se designava no antigo DMS: “transtorno mental”, designar a pessoa trans como alguém que, em função de uma condição necessite de tratamento, ainda deixa-se subentender que se trata de uma categoria patológica. Essas classificações ou nomeações produzem “perspectivas diferentes sobre os domínios de experiência” implicando formas distintas de explicar essas identidades de gênero.

⁷“O DSM-5, oficialmente publicado em 18 de maio de 2013, é a mais nova edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Psiquiátrica Americana. [...] O objetivo final foi o de garantir que a nova classificação, com a inclusão, reformulação e exclusão de diagnósticos, fornecesse uma fonte segura e cientificamente embasada para aplicação em pesquisa e na prática clínica.” (ARAUJO, NETO, 2014, p.1). http://pep-sic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452014000100007

A incongruência ou não conformação a um gênero nos leva novamente a problematizar: de qual gênero estou falando? De qual norma de gênero? O que é ser ou não ser congruente, se, como bem afirma Perucchi (2017, p.152),

“se pessoas cis vivem determinadas experiências de coerência entre designação - fabricada pelas ciência, pela cultura, pelos saberes-poderes - das genitálias de um corpo com seu gênero, é porque o sistema normativo binário de gênero operou de forma bem-sucedida, na história de vida destas pessoas, na fabricação e na execução da norma binária; e não por ser essa percepção de coerência algo essencialmente coerente, verdadeiro ou essencial.” (p.152)

Assim que “transtorno de identidade”, “disforia de gênero” e “transsexualismo” são designações que iteram a performatização de pessoas não cis gênero como doentes, o que implica dizer que precisariam de tratamento médico. No entanto é essa designação “perversa” - classificação psicopatológica - “que tem permitido a pessoas transexuais o acesso ao processo transexualizador pelo SUS”, no Brasil. (PERUCCHI, 2017, p.153). Ou seja o acesso à saúde é “tutelado” por um diagnóstico atrelado a problemas psicológicos. No caso do diagnóstico de “disforia de gênero”, este está vinculado a um tipo de sentimento de insatisfação, ansiedade e inquietação, mas se, de fato, é esse o diagnóstico, então o que deveria ser “tratado” nas pessoas não cis gêneros seria a ansiedade, a depressão, o estresse, e não precisaria portanto de um CID psiquiátrico, ou seja, de um diagnóstico, pois estaria olhando para a pessoa não pelo modelo biomédico pautado na doença, mas no cuidado. Butler (2009, p.95), discutindo sobre a desdiagnósticação do gênero, afirma que “receber o diagnóstico de transtorno de identidade de gênero - TIG - é ser, de certa maneira, considerado doente, errado, disfuncional, anormal e sofrer uma certa estigmatização em consequência desse diagnóstico.”

Em termos discursivo-críticos, a mudança de designação de “transtorno de gênero” para “disforia de gênero” apresenta uma diferença potencialmente significativa entre os itens lexicais *transtorno e disforia*.

No entanto, em um contexto sociocultural e político conservador, os léxicos poderão ser compreendidos como sinônimos, em função da densidade significativa relativa que os termos evocam. A relexicalização desta “patologia” não passa de uma alternativa atenuada para parecer menos agressiva e hostil, já que assim como transtorno, disforia ainda continua sendo uma “questão clínica e não identitária”, como bem problematiza Bento (2016, p.524): “Parece-me que estamos diante de um jogo perverso de palavras. Qualquer pessoa pode ter (e não “ser”, visto que não é um problema identitário) disforia de gênero? Por esta definição, sim. Eu acordaria um dia e sentiria algo que, pelos sintomas, poderia ser diagnosticado como “disforia de gênero”.

Bento (2016, p.515), sobre a faceta regulatória do gênero discursivo DSM, afirma que “... o DSM é um documento utilizado para definir os parâmetros de quem poderá ter acesso às cirurgias de transgenitalização, e/ou tomar hormônios, e/ou pedir as alterações legais nos documentos.” Observe que o Brasil toma essa regulação, desenvolvida para a cultura norte-americana, para uma cultura específica, como parâmetro para as condições ontológicas, médicas, culturais brasileiras. Bento (2016, p.510) chama atenção ainda para o que o DMS-5 denomina de cultura de sofrimento, pois ressalta o fato de o Manual ser o retrato da cultura estadunidense e por este motivo ela questiona como os outros países e culturas lidariam com essa construção epistemológica, principalmente culturas que reconhecem gêneros sem considerar o binarismo. Para a pesquisadora, isso não passa de um tipo de “violência epistemológica”, ou seja, um esvaziamento da diferença, da diversidade. Fato é que o Guia, aqui analisado, dialoga cientificamente e politicamente com os saberes científicos produzidos pelo DMS-5, e, ao fazer isso, coloca-se como um documento legítimo, confiável, já que é chancelado pelos saberes/poderes de uma cultura dita hegemonicamente potente, efetiva e tecnicamente produtiva (USA), mas que acaba invisibilizando a própria cultura, a brasileira.

Embora o Guia se proponha, na medida do possível, a tentar trazer contribuições epistemológicas importantes e atuais sobre o conceito de

identidade de gênero, inclusive citando os estudos de Judith Butler, ainda assim esbarra nas terminologias que tratam das pessoas não cis gênero como doentes, ao nomear, por exemplo, a transexualidade ou transgêneridade como “transexualismo”, como se observa no excerto abaixo;

8. A 10^a Classificação Internacional de Doenças (CID10) categoriza o **transexualismo** como uma entidade nosológica pertencente aos transtornos de identidade de gênero (codificada como F64, F64.2 quando se trata de crianças ou F64.9 quando se trata de adolescentes). Na 5^a edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), a Associação Americana de Psiquiatria (APA), reconhecendo as controvérsias relacionadas à sexualidade, criou uma categoria própria denominada disforia de gênero. (GUIA...p.2)

Para um/a leitor/a que ainda não compreenda exatamente as problematizações sobre o gênero à luz de uma perspectiva histórica e política, ao ler o item lexical “transexualismo” irá iterar o conhecimento/saber sobre pessoas não cis gênero como doentes, já que o sufixo -ismo evoca tal potencialidade significativa, e dessa forma repetirá a norma regulatória e compulsória do gênero: de que os dissidentes são abjetos e anormais. Fairclough (2001[1992]), mostrando a potencialidade semiótica dos textos, problematiza que “os textos podem estar abertos a diferentes interpretações, dependendo do contexto e do(a) intérprete, o que significa que os sentidos sociais do discurso (bem como ideologias) não podem ser simplesmente extraídos do texto sem considerar padrões e variações na distribuição, no consumo e na interpretação social do texto.”, pois os investimentos ideológicos podem ser habituais para leitores/as não-críticos, e podem ser investidos política e ideologicamente de formas particulares em função dos diferentes discursos produzidos em diferentes instituições.

Essa visível confusão lexical, que também é uma confusão conceitualmente política, deve-se ao fato de que antes de ser nomeado como **Transtorno de Identidade de Gênero**, em 1994, no DSM-IV, a designação patológica para pessoas não cis gênero era o termo **Transexualismo**. Então, houve uma relexicalização de **Transexualismo** => **Transtorno de Identidade de Gênero** => **Disforia de Gênero**. Embora cada mudança

léxico-discursiva tenha sido ocasionada por embates discursivo-políticos e epistemológicos, ainda assim hoje há claramente a presunção patológica, mas devemos reafirmar que a transexualidade ou transgeneridade não é uma questão patológica, mas sim identitária. Para Leite (2015, p.322) é “como se as relações entre medicina e as experiências de gênero se resumissem e esgotassem nos procedimentos – endocrinológicos, cirúrgicos e psiquiátricos – que a medicina encena sobre os corpos dessas pessoas.”

Considerações Finais

O texto do *Disforia de Gênero*, um Guia Prático de Atualização, dialoga com os discursos científicos (seus saberes e conhecimentos) produzidos pelo DMS-V acerca das questões sobre identidade de gênero por meio do saber disforia de Gênero, e, ao fazer isso, itera, no contexto brasileiro, que gênero ainda é compreendido à luz de uma perspectiva binária, relacional, e interacional, reforçada ainda pela ideia de que há papéis fixos para feminilidades e masculinidades. Ao agir e interagir assim discursivamente com os/as seus/suas possíveis intérpretes, questões morais e éticas serão condicionadas em função destes modos de interpelação universais, baseados na heterossexualidade compulsória, isso implica pensar, segundo Butler (2015, p.169), que “o si-mesmo em questão é claramente ‘formado’ dentro de um conjunto de convenções sociais que suscitam a pergunta sobre se é possível ter uma boa vida dentro de uma má, e se deveríamos, ao nos reinventarmos com o outro e pelo outro, participar da recriação das condições sociais.” (BUTLER, 2015, p.170). Ou seja: como fazer os/as pediatras pensarem nas pessoas não cis gêneros de maneira mais humanizada, ética e moralmente digna se o Guia que os/as ajudaria tratam o gênero ainda de maneira confusa, politicamente perversa e violentamente patológica? Observamos estas questões no excerto abaixo:

9. No DSM-5, a identidade de gênero é reconhecida **como um conceito fluido**, que engloba sentimentos sobre o corpo, sobre os **papéis sociais relacionados**,

identificação de gênero e sexualidade, abrindo espaço para **identidades alternativas** que não se restringem ao estereótipo binário homem-mulher. (GUIA...p.3)

Dessa forma, ao escolher os itens lexicais “conceito fluido”, “papeis sociais relacionados” e “identidades alternativas”, tendo como documento norteador o texto do DSM-5, o Guia itera a ordem compulsória entre sexo, gênero e desejo como verdades naturalizadas e pré-discursivas, como efeitos ficcionais binários, que atendem a uma norma regulatória de que gêneros sociais inteligíveis são aqueles deterministicamente e cromossomicamente designados como macho/pênis e fêmea/vagina, e que, portanto, aqueles que fogem a esta matriz, ou dissidem, são performatizados à luz do binômio saúde/doença, atravessados ainda por “regimes de verdades” científico/médico, jurídico e religioso-cristão que os colocam/constituem como desviantes, monstros e abjetos vulnerabilizando-os e colocando-os em situações de violência ética, simbólica e física.

É o que Leite (2015, p.329) problematiza em sua pesquisa: “se a medicina parte de um modelo de gênero calcado na cisnorma [...] como critérios diagnósticos para produzir evidências sobre os “transtornos de gênero”, é porque o próprio sistema médico – especialmente a psiquiatria – está enredado nas teias das (cis)normatividades de gênero.” É preciso então que exercícios ético-políticos sejam empreendidos, principalmente, em cursos de Medicina, de forma a repensarem as epistemologias acerca não só do modelo biomédico mas o próprio conceito complexo de corpo.

Referências

- ALMEIDA, G. ‘Homens trans’: novos matizes na aquarela das masculinidades? Estudos Feministas. Florianópolis. 20(2):256.maio-agosto. 2012, 513-517.
- BENTO, B. O avesso da tristeza: luta e resistência em João Nery. In: JESUS, D.M.; CARBONIERI, D.; NIGRO, C.M.C. Estudos sobre gênero: identidades, discurso e educação. Homenagem a João W. Nery. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. p.15-30.

- BENTO, B. Disforia de gênero: geopolítica de uma categoria psiquiátrica. **Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, 2016, p. 496-536.
- BENTO, B.; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, 2012.
- BUTLER, J. **Desdiagnosticando o gênero**. Translated by André Rios. *Physis* [online]. 2009, vol.19, n.1, pp.95-126.
- BUTLER, J. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BUTLER, J. Relatar a si mesmo: crítica da violência ética. Tradução Rogério Bettoni. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. Discourse in late modernity. *Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- COLLING, L. Impactos e tretas dos Estudos Queer. In: FERRARI, A.; CASTRO, R.P. Diversidades sexuais e de gêneros: desafios e potencialidades de um campo de pesquisa e conhecimento. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.p.33-50.
- CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, J.W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis. 21(1): 424. Jan-abril, 2013, 241-282.
- CAMARGO JR, Kenneth. A Biomedicina. *Physis*, Rio de Janeiro, v.7, n. 1, p. 45-68, 1997.
- FAIRCLOUGH, N. Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis. *Journal of Pragmatics* 9. 1985. p.739-763
- _____. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- _____. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London; New York: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, I; FAIRCLOUGH, N. *Political discourse analysis. A method for advanced students*. London: Routledge, 2012.
- FIGUEIREDO, D. LINGUAGEM E GÊNERO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E DA LINGÜÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL. D.E.L.T.A., 25:ESPECIAL. 2009, p. 732-753.

GOMES, M.C.A. Identidades de gênero no movimento funk: um estudo explanatório crítico de notícias jornalísticas brasileiras. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8026.2016v6n1p183>

GOMES, M.C.A. Violência, intolerância e corpo feminino: analisando as reações discursivas na mídia em torno da prática de amamentação. Cadernos de Linguagem e Sociedade. v. 18, n. 2 .2017, p.175-194.

JUNIOR, J.L. Transitar para onde? Monstruosidade, (Des)patologização, (In)segurança social e Identidades Transgêneras. Estudos Feministas. Florianópolis. 20(2):256.maio-agosto. 2012, 559-568.

JESUS, D.M.; CARBONIERI, D.; NIGRO, C.M.C. Estudos sobre gênero: identidades, discurso e educação. Homenagem a João W. Nery. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. p.07-12.

LEITE, A.F. dos S. Pode a medicina (re)inventar-se ante o transfeminismo? Cadernos de gênero e diversidade. V.1.n1. 2015, p. 321-333.

PADILHA, F.; FACIOLI, L. É o queer tem pra hoje? Conversando sobre as potencialidades e apropriações da Teoria Queer ao sul do Equador. Entrevista com Berenice Bento. Áskesis. V.4. n.1. jan.jun.2015, 143-155.

PERUCCHI, J. Se vidas importam, a cisnormatividade deve ser problematizada. In: FERRARI, A.; CASTRO, R.P. Diversidades sexuais e de gêneros: desafios e potencialidades de um campo de pesquisa e conhecimento. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.p.149-164.

RAMALHO, V; RESENDE, V.M. Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

RESENDE, V.M. Análise de discurso crítica e Realismo Crítico. Implicações interdisciplinares. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

SALIH, S. Judith Butler e a Teoria Queer. Tradução e notas Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SOUZA SANTOS, B. **A crítica da razão indolente**. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

**“Não recomendado à sociedade”¹:
análise discursiva crítica das representações
do corpo/discurso transvestigêner² de Luana Muniz
nas práticas midiáticas jornalísticas**

Marcelo Rodrigues de Lima ³

Considerações iniciais

Vivemos em uma sociedade midiaticizada. As práticas midiáticas instituem significados que sustentam práticas sociais e (re)orientam a vida dos sujeitos. Além disso, desempenham um papel relevante nas discussões de Gênero, pois, como afirma Gomes (2013, p. 175), além de configurarem-se como um instrumento de mediação entre a vida social e as ações dos sujeitos, “intermedeiam a estrutura social e as ações sociais colocando, de maneira atravessada, contestada, ou mesmo cristalizada, muitas vezes, as diversas dimensões da vida social e suas contingentes práticas sociais, em xeque”.

¹ Alusão à música “Não recomendado”, composição de Caio Prado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aq5yOS_XtNU>. Acesso em: 10 mar. 2020.

² Por posicionamento político, adotamos o léxico “transvestigêner” como um termo guarda-chuva para fazer menção aos corpos/discursos de travestis e transexuais. Esse termo foi criado pela ativista transvestigêner Indianare Siqueira em uma conversa de botequim com a militante transvestigêner Erika Hilton.

³ Marcelo Rodrigues de Lima - Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Viçosa. Atua na Rede Estadual de Educação, em Viçosa, Minas Gerais, como professor de Língua Portuguesa e Literatura. Membro do grupo de pesquisa AFECTO Pesquisa: discurso midiático e representações do corpo/discurso transvestigêner; análise de discurso crítica e ensino; letramento crítico. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5292667678757960> ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7318-9148> E-mail: marcelorlima@outlook.com.br

Nas próximas páginas, apresentamos⁴ um recorte das análises e explicações desenvolvidas na pesquisa de Mestrado⁵, intitulada *A Rainha da Lapa – uma análise discursivo-crítica das representações sociodiscursivas de Luana Muniz nas práticas midiáticas digitais brasileiras*, desenvolvida no Programa de Graduação em Letras, da Universidade Federal de Viçosa, sob a orientação da prof.^a Dra. Maria Carmen Aires Gomes.

Com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUG, 2010, 2003; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), das discussões sobre Discurso e Gênero Social (GOMES, 2016, 2015, 2014a, 2014b, 2013; BORBA, 2015; BORBA, OSTERMANN, 2008; GOMES; GOMES, 2015; FABRÍCIO; MOITA LOPES, 2003) e das teorias Queer/Cuir/Transviad@s (BENTO, 2017, 2008, 2006; BUTLER, 2003 [1990]; CONELL; PEARSE, 2015; PRECIADO, 2014), foram analisadas as representações sociodiscursivas da ativista travesti Luana Muniz nas práticas midiáticas brasileiras, do momento da primeira publicação midiática, ao participar do programa jornalístico *Profissão Repórter* (2010), até a repercussão do falecimento da ativista (6 de maio de 2017).

Neste capítulo, divulgamos parte das discussões desenvolvidas no segundo momento da pesquisa, no qual investigamos como as práticas midiáticas jornalísticas digitais brasileiras representaram Luana Muniz. Analisamos, primeiramente, as representações de Luana em 46 títulos de textos jornalísticos publicados entre 6 de dezembro de 2015 a 6 de maio de 2017.

Na figura a seguir, destacamos o recorte do *corpus*⁶:

⁴ Ao produzir esse texto na 1ª pessoa do plural, reconheço que as pesquisas são produzidas na coletividade e agradeço ao grupo de pesquisa AFECTO – Abordagens faircloughianas para estudos sobre corpo/discurso textualmente orientadas (UFV) – pelas proveitosas discussões e reflexões durante o desenvolvimento da pesquisa de Mestrado.

⁵ Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Viçosa, com modificações para esta publicação. A pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

⁶ O processo metodológico de construção do *corpus* encontra-se disponível em Lima (2019, p. 32-35).

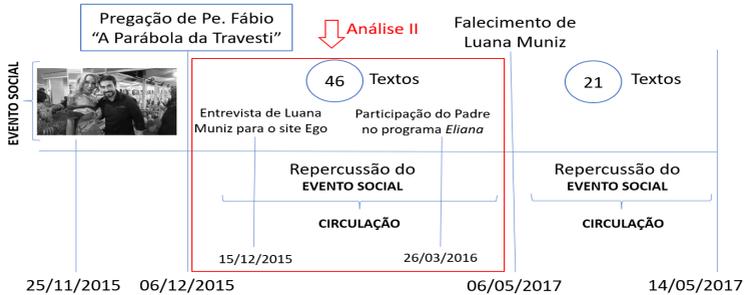


Figura 1 – Delimitação do Corpus – Recorte II
 Fonte: LIMA (2019, p. 62)

As práticas midiáticas, ao representar Luana Muniz, incluíram com proeminência o evento social “encontro de Luana Muniz com pe. Fábio de Melo”, publicizado em uma pregação⁷, proferida pelo sacerdote – representante de um Instituição social, com suas práticas e discursos particulares – no evento católico *Hosana Brasil 2015*, televisionado pela rede Canção Nova, em 6 de dezembro de 2015.

A ativista Luana Muniz ficou conhecida como a “Rainha da Lapa” no cotidiano carioca. Proprietária do popular “Casarão Rosa”, na Lapa, em 2002, fundou a Associação dos Profissionais do Sexo do Gênero Travesti, Transexual e Transformistas do Rio de Janeiro (AGENTTLES). Em sua ONG, acolhia dezenas de travestis e mulheres transgêneros que buscavam moradia ou outro tipo de ajuda. Além de presidir a associação, cuidava do comportamento, prevenção e documentação das travestis e mulheres transgêneros. Foi agente importante, também, na implementação do Projeto Travesti e Cidadania (CIEDS) e fundou o Projeto Damas, em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro, com o objetivo de capacitar transvesti-gêneros para o mercado de trabalho. Com sua militância social, Luana Muniz conquistou o respeito da comunidade da Lapa.

Além de seu trabalho como profissional do sexo, Luana abrilhantou as noites cariocas por quase quatro décadas com suas performances artísticas. Participou de peças teatrais, filmes, espetáculos e shows. Travesti

⁷ Análise crítica da narrativa de pe. Fábio em: Lima (2020), no prelo.

empoderada, corpo/discurso político, Luana Muniz foi uma importante interlocutora entre a comunidade transvestigênera e a sociedade em geral. Sua performatividade subversiva contribuiu com a desnaturalização da matriz binária e hierárquica de Gênero. A narrativa de vida e a importância social de Luana Muniz são “justificativas empíricas” (BERTAUX,1997) para este estudo.

Análises e explicações das representações de Luana Muniz nos títulos jornalísticos

Na primeira etapa da análise linguístico-discursiva dos textos publicados após a narrativa do pe. Fábio de Melo, foram analisados os títulos dos textos jornalísticos – recorte disponibilizado neste capítulo. Segundo o Manual de Redação da Folha de São Paulo (2006), os leitores, geralmente, leem apenas o título da maior parte dos textos publicados. Dessa forma, o título torna-se tudo o que o leitor lerá sobre o assunto ou, em uma hipótese mais otimista, o elemento que poderá motivá-lo a continuar a leitura. Por sua vez, os subtítulos, ou linha-fina, têm a função de completar o sentido do título ou dar mais informações. Além disso, vale aqui apontar que, no contexto do consumo de informações em ambiente digital, às vezes, o texto é posto em circulação, compartilhado e comentado em ambientes digitais, como em redes sociais, apenas com base na leitura do título. Esse fato comprova o potencial dos títulos na construção de representações socio-discursivas.

Após a leitura e análise dos 46 títulos, destacam-se algumas recorrências significativas. O primeiro aspecto observado foi a estrutura temática. Como apontam Fuzer e Cabral (2014, p. 130-131), por meio das escolhas feitas na organização da estrutura textual do título, é possível encontrar traços sobre o possível desenvolvimento do texto.

(1) **Padre Fábio de Melo** relata encontro com travesti: “É um tapa na cara da gente”. (IG – 10/12/2015)

- (2) **Padre Fábio de Melo** se emociona ao lembrar amizade com travesti Luana Muniz. (News Rondônia – 28/03/2016)
- (3) **Padre Fábio de Melo** supera “auto-hipocrisia” e tira foto com travesti. (Correio da Amazônia – 11/12/2015)

Em 32 títulos, pe. Fábio de Melo apareceu como assunto na posição temática. Essa constatação indicou que as narrativas jornalísticas seriam construídas a partir do discurso do sacerdote. É ele quem relata o encontro com Luana Muniz na quadra da Mangueira e as afetações que esse evento, parcialmente discurso, acarretou em sua vida.

Por sua vez, Luana Muniz aparece como assunto na estrutura temática somente em 7 títulos. Ao contrário do sacerdote, que é nomeado, Luana é referida, em alguns títulos, apenas pelo léxico travesti. Como aponta Lima (2020, no prelo), a escolha lexical “travesti” (4), nas notícias analisadas, de forma recorrente, não está relacionada ao Gênero social, mas a “um processo de funcionalização ‘profissão-travesti’, resultado dos discursos particulares que associam, em uma relação causal, travestis à prostituição”. Essa naturalização travesti-prostituição contribui com a permanência da vulnerabilidade do corpo/discurso transvestigênera frente à matriz heteronormativa compulsória.

- (4) **Travesti que fez selfie com padre Fábio de Melo** fala sobre encontro: “Dá visibilidade à causa LGBT”. (Cena Pop – 11/12/2015)
- (5) **Travesti Luana Muniz** diz que Padre Fábio de Melo lhe ofereceu ajuda. (Nossa Senhora Cuida de Mim – 12/12/2015)

Em (4), por exemplo, Luana é identificada por meio da oração intercalada “que fez selfie com padre Fábio de Melo”. Já no título (5), a prática midiática *Nossa Senhora Cuida de Mim*, de viés religioso, traz o léxico “travesti” em posição temática e a identifica pelo seu nome. Entretanto, o que ganha proeminência na construção é a ação de pe. Fábio: “[...] lhe ofereceu uma ajuda”. O discurso de Luana é incluído para corroborar com a construção positiva da imagem do sacerdote que, após conhecer seu trabalho social, se dispõe a contribuir com a causa. Por outro lado, o que torna o

fato notícia não é a ação de um padre contribuir em uma causa social, mas o marcador social da diferença: “travesti”.

Com base na categoria analítica Representação dos Eventos Sociais, foram analisados os processos e os agentes sociais incluídos nos títulos. Os processos mais recorrentes foram: posar (6 ocorrências), relatar (5 ocorrências), (se) emocionar (5 ocorrências), dizer (5 ocorrências), trabalhar (4 ocorrências) e chorar (3 ocorrências). Os processos verbais relatar (5 ocorrências), dizer (5 ocorrências), contar (2 ocorrências) e falar (2 ocorrências) foram os mais recorrentes:

- (6) Padre cis Fábio de Melo **relata** encontro transformador com a travesti Luana Muniz. (NLUcon - 10/12/2015)
- (7) Padre Fábio de Melo **conta** sobre foto com travesti: “Um tapa na cara da gente”. (FM93 - 10/12/2015)
- (8) Travesti **diz** que padre Fábio de Melo comprou briga. (Diário online - 11/12/2015)

No título (6), percebemos uma ocorrência única no *corpus*: a escolha por marcar a identidade de gênero do pe. Fábio ao empregar o léxico “cis”. Essa materialidade linguística da cisgeneridade do sacerdote, que pode parecer desnecessária em um primeiro momento, considerando que no contexto da Igreja Católica Apostólica Romana só são ordenados ao ministério presbiteral homens não transvestigêneres, é importante no entendimento do léxico “travesti”, na mesma construção temática, como um marcador de gênero social, desassociando a forma lexical dos discursos particulares que relacionam travesti-prostituição.

Além disso, a escolha pelo emprego do termo “cis” justifica-se pelo viés transvestigêner-ativista da prática midiática *NLUcon*. Os textos publicados nesse espaço digital são assinados pelo jornalista transexual Neto Lucon. De acordo com informações do endereço eletrônico dessa prática midiática⁸, Lucon é “conhecido por defender as causas trans - tendo o trabalho reconhecido pelo movimento social de travestis, mulheres

⁸ Disponível em: <<https://nlucon.com/quem-e-neto-lucon/>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

transexuais do Estado de São Paulo” [sic.]. Cabe ressaltar que o termo “cisgênero”, ou “cis”, começou a ser usado pela militância transvestigênera por volta da década de 90 para se referir aos indivíduos que se identificavam com o sexo biológico com o qual haviam nascido e com a identidade feminina/masculina definida pela norma binária de gênero: pênis-homem-masculino/vagina-mulher-feminino.

As vozes de Luana e pe. Fábio são incluídas, por meio do discurso direto, em alguns títulos. Com relação ao sacerdote, dois discursos são inseridos de forma recorrente: “É um tapa na cara da gente” e “Não cabe julgamento”. Pe. Fábio constrói discursivamente a descoberta da humanidade de uma travesti como algo inesperado. Ao escolher a expressão “da gente”, incluindo a assembleia de fiéis em seu discurso, indica que o fato de uma travesti ter atitudes cristãs seria um dado novo para todos que escutavam sua pregação. As ações de Luana confrontam discursos e crenças naturalizadas que constroem a travesti como um corpo/discurso que não produz o bem. Luana personifica a Maria Madalena do Evangelho. Ao olhar para a prostituta – aquela que só deve ser julgada por aquele que nenhum pecado tem, mas que não deve frequentar o mesmo espaço que os cidadãos de “boa moral” –, ao ter conhecimento que é aquele corpo/discurso produzido como abjeto que acolhe, dá banho, dá alimento àqueles que são marginalizados, àqueles pelos quais os cristãos passam e não veem, pe. Fábio e seus seguidores são confrontados pela hipocrisia – marcada por ele em seu discurso: “Hipocrisia religiosa está cheia. E as nossas hipocrisias podem até fazer parecer que é fé, mas na hora da caridade é que nós reconhecemos os verdadeiros”⁹. A história de Luana Muniz sensibiliza os fiéis. É a prostituta ensinando, na prática, os ensinamentos da Instituição representada pelo sacerdote. Ao sensibilizar pe. Fábio, ao ser o “tapa na cara” que mexe nos lugares de conforto, nos lugares de privilégio, Luana provoca no sacerdote uma nova experiência no mundo em que a ontologia do corpo travesti passa a ter existência.

⁹ Fragmento da pregação de pe. Fábio de Melo. Cf. Lima (2019), Anexo 1.

Já a voz de Luana Muniz – “Dá visibilidade à causa LGBT” – é incluída por duas práticas midiáticas: *Cena Pop* – com pautas sobre o mundo dos famosos – e *Visão Ampla Notícia*. A inclusão da voz de Luana indica a possibilidade de os textos apresentarem potencialidades para uma mudança discursiva nas representações do corpo/discurso travesti. Ao escolher pela voz de Luana Muniz no título, em detrimento da voz de pe. Fábio, proporciona credibilidade a Luana. Apesar de os enunciados serem precedidos pelo processo verbal neutro “dizer”, contribuem para a criação de uma nova narrativa sobre a experiência vivida por Luana e pe. Fábio.

Além da recorrência dos processos verbais, consideramos o emprego de quatro outros processos como significativos para nossa discussão: (se) emocionar (5 ocorrências), trabalhar (4 recorrências), chorar (3 ocorrências) e superar (2 ocorrências). Esses processos foram recorrentes em títulos de notícias publicadas após o dia vinte e seis de março de dois mil e dezesseis – nessa data, o pe. Fábio participou do programa Eliana e comentou sobre o momento em que conheceu Luana Muniz e sobre a repercussão após a narrativa do encontro na pregação proferida na Canção Nova.

- (9) Padre Fábio de Melo **se emociona** ao lembrar amizade com travesti Luana Muniz. (Tv e Famosos – 27/03/2016)
- (10) Padre Fábio de Melo **chora** ao falar de relação com travesti Luana Muniz. (Blasting News – 27/03/2016)
- (11) Padre Fábio de Melo **supera** o preconceito e **vai trabalhar** em ação social com travesti Luana Muniz (Diário Gaúcho – 30/03/2016)

Padre Fábio de Melo → se emocionar → chorar → superar → trabalhar
 Emoção → Superação → Ação

Na narrativa, identificamos uma mudança de comportamento pela recorrência dos processos. Pe. Fábio experiencia o encontro com aquela que, no primeiro momento, causa um desconforto. Contudo, as práticas sociais de Luana colocam em conflito os seus sentimentos: desconforto *versus* admiração. Essa experiência é materializada no processo “se emocionou”. As orações mentais demonstram uma mudança na percepção que

se tem da realidade. O “chora”, processo comportamental, comprova a afetação de Luana na experiência do padre. Essa afetação implicou no processo seguinte de “superar” os preconceitos, no âmbito do mental para um desdobramento no âmbito material “trabalhar” – somente após superar o preconceito, mudar a percepção sobre Luana, o sacerdote passa para a etapa do agir, do fazer/acontecer, estabelecendo mudança no fluxo dos eventos (CABRAL; FUZER, 2014, p. 76). O “trabalhar” com Luana afeta também a percepção que os seus seguidores têm da travesti. De alguma forma, contribui com o processo de humanização daquele corpo que, na pregação, foi produzido como desimportante.

Em se tratando dos agentes sociais, somente Luana e pe. Fábio são materializados textualmente. Outros agentes envolvidos no evento primário, como Alcione e sua irmã Maria Helena, não ganham destaque nos títulos. Pe. Fábio, além de aparecer na posição tema, é representado, em maior recorrência, pelo léxico “padre” acompanhado por seu nome social “Fábio de Melo” – Fábio José de Melo Silva. Além de marcar a função social de pe. Fábio, esse léxico atribui credibilidade e legitimidade à sua narrativa.

Já Luana Muniz, em 31 títulos, é representada apenas pelo léxico “travesti”. Em 8 títulos é referida como “travesti Luana Muniz”. A prática midiática *Ego*, excerto (14), optou por representá-la somente pelo nome “Luana Muniz”, excluindo do título o marcador da identidade de gênero – “travesti”. Essa escolha pode ser considerada progressista considerando que pessoas transvestigêneres são representadas, com frequência, com alusão à sua identidade de Gênero.

(12) Após foto com **travesti**, padre Fábio de Melo é criticado. (O Sul – 11/125/2016)

(13) Padre Fábio de Melo vai trabalhar junto com **travesti Luana Muniz** em prol aos necessitados. (Guará Notícias – 30/03/2016)

(14) **Luana Muniz** conta os bastidores do encontro com padre Fábio de Melo. (*Ego* – 15/12/2015)

(15) Padre Fábio de Melo relata encontro com **transexual**: “É um tapa na cara”. (O Dia – 10/12/2015).

Já a prática midiática *O Dia*, excerto (15), referiu-se à Luana Muniz por meio do léxico “transexual”. É comum nas práticas midiáticas encontrar o uso alternado dos léxicos “transexual” e “travesti”. Esse último, por muito tempo, esteve vinculado a relação travesti-prostituição. Entretanto, há transvestigêneres que preferem se identificar como mulher travesti. Para a pesquisadora travesti Amara Moira, os léxicos “travesti” e “mulher trans/transexual” podem ser considerados sinônimos, entretanto, faz-se necessário pontuar que:

Cada uma [palavra “travesti”/ “mulher transexual”] tem sua história e, ao ser acionada, ativa uma série muito particular de sentidos: transexual é palavra criada pelo saber médico, que responsabiliza o corpo e desculpa o indivíduo (“corpo errado”, “mente feminina”, “sofrimento”, etc.), tornando mais fácil sua aceitação pela sociedade, ao passo que travesti ainda está muito associada ao universo da prostituição precária, da marginalização, da exclusão social, tudo isso pura e simplesmente por “escolha”, “pouca vergonha” ou “falta do que fazer” (como se sua causa não tivesse a justificativa nobre inventada pela medicina para a transexual). (MOIRA, 2017)

Compreendemos, na mesma linha de pensamento da ativista, que ao invés de propor uma distinção entre travesti e mulher transexual, o caminho seja uma desconstrução dos sentidos ideológicos investidos em cada um desses léxicos, ou seja, buscar desassociar o léxico “travesti” dos discursos particulares de prostituição e marginalização. Além disso, a ausência da ordem do discurso da medicina nas representações de Luana Muniz vão ao encontro da fala de Moira (2017). O corpo produzido discursivamente como transexual recebe uma rejeição menor na sociedade, por ter sido considerado, até 2018, pela Organização Mundial da Saúde, como uma patologia. Já o corpo transcrito como travesti é associado, geralmente, ao corpo que “escolhe” viver a prostituição, produzindo uma marginalização das identidades travestis. Por consequência, essa marginalização e associação travesti-prostituição restringe as possibilidades de escolhas desses corpos que não são livres, contudo, constrangidos socialmente.

Além de ser negado a esse corpo o reconhecimento de sua ontologia, direitos básicos como educação, moradia, segurança e emprego dificilmente são garantidos a essa população. Pesquisa desenvolvida pelo presidente da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), defensor público João Paulo Dias, apontou que “o país concentre 82% de evasão escolar de travestis e transexuais, uma situação que aumenta a vulnerabilidade dessa população e favorece os altos índices de violência que ela sofre”¹⁰. Esse dado contribui para a constatação de que a travestifobia da não aceitação e a falta de políticas inclusivas faz com que essa população subterfuja para a prostituição ou desemprego.

Por fim, dos 46 textos, apenas 4 tematizam Luana Muniz sem fazer referência ao pe. Fábio de Melo no título. As práticas midiáticas *Super Pride*, *A Coisa Toda* e *Socialista Morena*, a partir do viés político adotado e das informações disponíveis em suas respectivas páginas em ambiente digital, podem ser consideradas como integrantes do midiativismo – um movimento social de mídia independente que utiliza os meios midiáticos para discutir pautas sociais e contrapor as narrativas das mídias hegemônicas de referência.

(16) **Luana**, a grande diva do humanismo. (*Super Pride* – 15/01/2016)

(17) Conheça a **atriz e rainha da Lapa, Luana Muniz**. (Acessa.com – 13/01/2016)

(18) **travestis** e trans brasileiras que você precisa conhecer. (*A coisa toda* – 29/01/2016)

(19) **Luana, a rainha da Lapa**: “A copa e as olimpíadas foram excelentes para fazer dinheiro. (*Socialista Morena* – 09/10/2016)

Cabe ressaltar que *Socialista Morena* e *A Coisa Toda* são as únicas práticas midiáticas do *corpus* que tematizaram e representaram Luana Muniz sem fazer nenhuma alusão ao evento social em que Luana Muniz conhece o pe. Fábio de Melo.

Constatamos, ainda, com a análise dos títulos, que as matérias publicadas após o dia vinte e seis de março, data da participação do pe. Fábio

¹⁰ Disponível em: <<http://especiais.correio braziliense.com.br/violencia-e-discriminacao-roubam-de-transexuais-o-direito-ao-estudo>>. Acesso em: 21 set. 2018.

de Melo no programa dominical *Eliana*, trazem um discurso de pe. Fábio implicado pela circulação e repercussão inicial de sua pregação nas práticas midiáticas digitais. Além de representar um sacerdote que relata/conta – processos verbais recorrentes no *corpus* – a experiência de ter posado para uma foto com uma travesti, matérias posteriores a essa data constroem a representação de um sujeito afetado e suas emoções. A circulação inicial demandou do sacerdote um novo posicionamento, considerando novos elementos e momentos discursivos, como sua aproximação com a travesti Luana Muniz fora dos holofotes e a crítica por parte de internautas referente ao tratamento da travesti no masculino. Padre Fábio é representado como o padre que reconheceu sua “auto-hipocrisia” e superou preconceitos. Os títulos apontam para uma agência do padre em oposição a um apagamento da agência de Luana. Na recontextualização do evento sociodiscursivo, processos como Luana agindo em direção ao padre, tomando atitude de se aproximar e pedir uma fotografia são excluídos. Com exceção da prática midiática *Super Pride* que traz o título “Luana, a grande diva do humanismo”, as ações sociais de Luana, fator que implicou no reconhecimento de sua humanidade na narrativa do pe. Fábio e no motivo de proximidade entre os dois agentes sociais, também não são incluídas.

Algumas considerações finais

As Mídias exercem um importante papel na contemporaneidade. Recontextualizam os fatos, circulam interpretações da realidade, contribuem para a manutenção/ruptura de práticas sociais, por intermédio de suas práticas midiáticas. Por meio dos discursos, as realidades são vivenciadas. Dessa forma, as representações sociodiscursivas do corpo/discurso transvestigênera contribuem para uma manutenção e/ou ruptura com práticas sociais naturalizadas.

Após a análise linguístico-discursiva crítica dos títulos de textos jornalísticos, apontamos a necessidade de ruptura com discursos que associam como relação de causalidade travesti-prostituição. Enfatizamos

a necessidade da desconstrução dos sentidos ideológicos investidos no léxico “travesti” e da promoção de políticas públicas que proporcionem condições de reflexividade e agência às transvestigêneres possibilitando a escolha livre por uma profissão e avalizem o direito à ontologia e à existência digna.

Referências

- BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Natal: Garamond, 2006.
- _____. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2. ed. 2008.
- _____. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017.
- BORBA, Rodrigo. Linguística Queer: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. **Entrelinhas (UNISINOS. Online)**, v. 9, p. 91-107, 2015.
- BORBA, R.; OSTERMANN, A. C. Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramática. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 409-432, ago. 2008.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990].
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**: Rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero**: uma perspectiva global. Tradução e revisão técnica de Marília Moschkovich. São Paulo: inVersos, 2015.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Tradução de Izabel Magalhães (Coordenadora da Tradução). 2. ed. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, 2016 [1992].
- _____. **Analysing discourse**: Textual analysis for social research. New York: Routledge, 2003.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual da Redação**. São Paulo: Publifolha, 2006.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em Língua Portuguesa**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.

GOMES, M. C. A. “Eu não me sinto fora do eixo, fora do tom, fora de nada”: analisando as construções identitárias no discurso midiático. **Cadernos Discursivos**, Catalão – GO, v.1, n. 1, p. 174-188, 2013. Disponível em: https://cadis.letras.catalao.ufg.br/up/595/o/Maria_Carmen_Aires_Gomes.pdf. Acesso em: 31 out. 2016.

_____. Corpo em trânsito: Problematizando as Questões de Gênero em Narrativas Jornalísticas. **Gláuks: Revista de Letras**. V. 14, n.1. p. 1-17, 2014a. Disponível em: <http://www.revistaglauks.ufv.br/artigo/320>. Acesso em: 31 out. 2016.

_____. O Corpo é Meu: Analisando narrativas jornalísticas e o desenquadre do gênero. **Agália**, Santiago de Compostela (Galiza), v. 110, p. 77-102, 2014b. Disponível em: <https://agalia.net/Agalia/110.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2019.

_____. Estudo explanatório-crítico de narrativas jornalísticas e a problematização de gêneros. **Calidoscópio**, v.13, n.2, p.140-151, 2015. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2015.132.01>>. Acesso em: 31 out. 2019.

GOMES, R.; GOMES, M. C. A. G. O Discurso como Prática Social: “Valdemar Morreu! Eu Sou Valéria Vasques, a Bandida!” – a Construção Identitária Transexual no Programa Zorra Total. **Revista Bagoas**, Porto Alegre, v. 9, n. 13, p. 377-399, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/9663>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

LIMA, M. R. **A Rainha da Lapa e o padre**: uma análise discursivo-crítica das representações sociodiscursivas de Luana Muniz nas práticas midiáticas digitais brasileiras. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Viçosa. 2019. Disponível em: <<https://locus.ufv.br/handle/123456789/26604>>. Acesso em: 10 set. 2019.

_____. Análise discursiva da divulgação científica do conhecimento “transgeneridade” nas revistas *Mente & Cérebro* e *Galileu*. **Revista Forproll**. Diamantina, Vol. 03, n. 02, p. 42-59, jul/dez, 2019.

_____. A Rainha da Lapa e o padre – representações do corpo/discurso travesti na recontextualização do encontro de Luana Muniz com pe. Fábio de Melo. In: GOMES, M. C.

A.; VIEIRA, V. C.; CARVALHO, A. B. **Práticas Sociais, Discurso, Gênero Social: Explanções Críticas Sobre a Vida Social**. Editora Appris, 2020. No prelo.

LIMA, M. R.; MACHADO, T. R.; GOMES, M. C. A. “Travesti Não é Bagunça”: Uma Análise Discursivo-Crítica das Representações de Luana Muniz nas Práticas Midiáticas Jornalísticas Digitais. **Gláuks**, Viçosa, v. 17, n. 01, p. 170-188, 2017. Disponível em: <<https://www.revistaglauks.ufv.br/index.php/Glauks/article/view/9>>. Acesso em: 27 set. 2018.

MOIRA, Amara. Travesti ou mulher trans: tem diferença?. **Mídia Ninja**. São Paulo, 7 ago. 2017. Disponível em: <<http://midianinja.org/amaramoira/travesti-ou-mulher-trans-tem-diferenca>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

PRECIADO, [Paul] B. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014 [2002].

Corpos que gestam sentidos: corpos femininos nas representações de ativistas (trans)feministas brasileiras

Lorena Borges ¹

Viviane Vieira ²

O corpo sempre foi uma questão importante para o pensamento desenvolvido pelas intelectuais feministas. Interessadas nas maneiras como o corpo feminino era pensado, falado, classificado, disciplinado, invalidado, alterado, decorado, elas procuraram entender como essa materialidade interferia nas leituras sociais que eram feitas daquelas que o possuíam. “De certa forma, todo pensamento feminista pode ser descrito como um engajamento, de um tipo ou de outro, com o que significa ser e ser percebida como um corpo feminino” (BROOK, 1999, p. 2, tradução nossa). Para além disso, essas pensadoras estiveram (e continuam) engajadas em compreender as diferentes maneiras por meio das quais esse corpo constrói e escreve ativamente a *nós mesmas* – aquilo que somos,

¹ Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (2015-2018). Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás (2013-2015). Atua como professora substituta no Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília, ministrando disciplinas de Introdução à Linguística, Oficina de Produção de Textos e Redação Oficial.

E-mail: lorena.aoborges@gmail.com Orcid: 0000-0003-4402-1359

² Professora associada da Universidade de Brasília, departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Linguística. Editora do periódico *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. Vice-coordenadora do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELIS-UnB) e do Grupo de pesquisa Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC-UnB/CNPq). Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão com o projeto Estudos Críticos do Discurso nas práticas de aprendizagem de português como língua materna.

E-mail: vivi@unb.br Orcid: 0000-0003-4148-5414

como nos percebemos e como atuamos nas práticas sociais nas quais estamos situadas –, produzindo *insights* importantes em tópicos como subjetividades, corporeidades e identidades.

Este capítulo se inscreve nessa percepção, buscando compreender como o corpo feminino vem sendo representado discursivamente por ativistas (trans)feministas brasileiras nos últimos anos. Para tanto, fundamentaremos a análise apresentada aqui nos Estudos Críticos do Discurso, sobretudo na proposta analítica de Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003; 2010; 2016), que, ao assumir o discurso como uma dimensão importante das práticas que compõem a vida social, disponibiliza um amplo cabedal metodológico que permite o estudo da conexão entre as escolhas linguísticas das atoras sociais e as relações de poder que atravessam a sociedade. As análises estão fundamentadas também no pensamento decolonial feminista que vem sendo desenvolvido na América Latina (VIEIRA, 2019).

A análise apresentada aqui integra a pesquisa de doutoramento “*Meu corpo, minhas regras*”: representações e identidades de gênero nos discursos de ativistas (trans)feministas³, realizada sob orientação da Profa. Dra. Izabel Magalhães, junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília. Os textos analisados foram coletados por meio de pesquisa documental realizada em sites de ativistas (trans)feministas. Para investigarmos como as ativistas (trans)feministas brasileiras estão representando o corpo feminino, mobilizamos a categoria de análise *relações semânticas*, que foi amparada pela descrição do Sistema da Transitividade proposto pela Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, MATTHIESSEN, 2014).

Estudos Críticos do Discurso

Os Estudos Críticos do Discurso constituem um campo heterogêneo e transdisciplinar situado numa tradição crítica dos estudos linguísticos e estabelece-se como um campo voltado para a análise dos modos como o poder, a

³ A tese, defendida em dezembro de 2018, está disponível no Repositório Institucional da Universidade de Brasília.

dominância e a iniquidade são ativados, iterados, legitimados ou contestados por meio de textos (VAN DIJK, 2001). O discurso, nessa perspectiva, é entendido como o uso social da linguagem, um momento das práticas sociais, presente em todos os níveis da vida social e dialeticamente articulado com os demais momentos, ou seja, com as relações sociais, com o mundo material e com pessoas, e suas crenças, valores, histórias. Dessa forma, entende-se que o discurso tanto tem efeito sobre ações, relações, saberes, poderes, identidades. como por eles é constituído (FAIRCLOUGH, 2003).

Com esse aporte, buscamos tecer a crítica social situada de práticas sociais envolvidas nos diferentes modos de representar (e respectivos modos dialéticos de inter-agir e identificar-se) o corpo feminino. Com isso, entendemos que o discurso (se)constitui dialeticamente (n)as práticas sociais, nos principais modos relativamente estáveis como *agimos e interagimos* no mundo (em gêneros discursivos, nas relações de poder que nos constituem como agentes atuando com pessoas e sobre elas); *representamos* e projetamos o mundo (em discursos particulares, em relação às representações que nos constituem como agentes de conhecimento), e, por fim, *identificamo-nos e identificamos* a outrem (em estilos, nas relações éticas que constituem nossos agenciamentos como seres de ação moral) (GOMES, 2016; VIEIRA, 2017).

Nosso esforço nessa abordagem é tercer a crítica sobre os modos como a linguagem pode ser usada para a criação e manutenção de *ideologias* (ou seja, para a criação e manutenção de sentidos a serviço da opressão) nas relações de poder, nas ciências, nos saberes, nos modos de ser, e os problemas sociais a ele atrelados, enfocando, assim, portanto, os processos de (de)colonização do poder, do saber e do ser.

Várias ideologias (que são *representações*, portanto discursos particulares a serviço de opressões) estão atreladas ao “mito do eurocentrismo/etnocentrismo” e precisam, defendemos, ser investigadas em busca da crítica e da conscientização (ou, mais apropriado, da de-colonização) de crenças, valores, normas, discursos, comportamentos que sustentam a colonialidade do poder, do saber e do ser nas práticas sociais e vivências no

sistema-mundo moderno/ colonial, tal como teorizado nas ciências sociais (Ballestrin, 2013). Nos termos de Grosfoguel (2008, p. 113), um “sistema mundo europeu/ euro-norte-americano moderno/ capitalista/ colonial/ patriarcal”, sustentado também por ideologias ligadas a relações de gênero-sexualidade.

A ideologia do corpo como objeto de dominação e exploração dissimula a sua constituição social como um marcador central para a distribuição na estratificação social, como observa Berenice Bento (Dias, 2014). Todas as vivências do corpo e seus marcadores sociais (pele, raça, sexo, “a-normalidades” e capacidades físicas e mentais, etnia, classe social, idade/geração, performatividades) perpassam e constituem nossos agenciamentos como pessoas (re)produtoras de conhecimento, de relações de poder e de ação moral na vida social.

Retomando o que discutimos em Vieira e Gonzales (2017), os processos identificacionais constituem-se nas vivências e experiências corporais que as pessoas desenvolvem, o que não é de modo algum apenas um fato biológico, mas sim um processo social complexo e contínuo de produção de significados e normas sobre sexualidades, estilos de vida, performatividades, inter-subjetividades, práticas, modos de ser, desejos e atitudes, negociados e (re)produzidos em lutas hegemônicas.

Preciado (2005, citada por Pereira, 2008) observa que atualmente o dispositivo da sexualidade funciona por meio da “sexopolítica”, a configuração dominante da ação biopolítica no capitalismo. O sexo (órgãos sexuais, práticas sexuais e códigos binários de masculinidade e feminilidade) e as tecnologias de normatização (fluxos de técnicas cirúrgicas, hormônios, fluxos de representação) das identidades sexuais são agentes do atual regime político de administração dos corpos e de controle e gestão da vida voltados para produzir a “normalidade” heterossexual, patriarcal e reprodutiva.

As regras discursivas da heteronormatividade produzem, segundo Pereira (2008, p. 505), performatividades de gênero binárias, baseadas nas diferenças de sexo, que são reiteradas e citadas, obscurecendo a “multiplicidade, a plasticidade e a pluralidade de expressões que não podem se

reduzir ao masculino e feminino”, ou aos tipos de agenciamento definidos nessa compreensão binária. Por outro lado, a sexopolítica mostra-se também como o espaço de uma criação onde se sucedem e se justapõem homossexuais, movimentos feministas, transexuais, intersexuais, transgêneros. Nesse equilíbrio instável de criação e mudança, os agenciamentos dos corpos desestabilizam a heterossexualidade e o próprio poder, e “as tecnologias de normatização são ressignificadas abrindo espaço para resistências a práticas e estratégias heteronormativas” (Pereira, 2008, p. 505).

Nessa direção, dialogamos com Lugones (2007), que propõe construir um feminismo decolonial capaz de construir categorias representativas dos não-ditos da modernidade-colonialidade no que diz respeito ao gênero social, fazendo a intersecção entre raça-classe-gênero-colonialidade e propondo o conceito de *sistema colonial/moderno de gênero*, como parte da colonialidade do poder. Entendemos que, dessa forma, a autora dá ênfase na problematização de como a (de)colonialidade do poder tem impacto na (de)colonialidade do ser, e vice-versa, ou seja, em como a (de)colonialidade do ser funciona como um meio subjetivo para se exercer a (de)colonialidade do poder. A autora, assim, defende a intersecção da categoria de gênero com outras categorias como ecologia, política, organização do trabalho, economia, logrando alcançar mulheres “não-brancas” e outras representações/ identidades de gênero não-binárias e não heteronormativas, como transexuais, transgêneros, intersexuais etc., além de questões políticas importantes que envolvem agenciamentos de mulheres em diferentes espaços/práticas sociais (Lugones, 2007, p. 194).

Por isso, a noção de *práticas sociais* é fundamental para nossa perspectiva teórica, devendo ser entendida como “[...] modos habituais, vinculados a momentos e lugares particulares, nos quais as pessoas aplicam recursos (material ou simbólico) para atuarem juntas no mundo” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21, tradução nossa). As práticas sociais se constituem como uma entidade intermediária, situada entre as

estruturas sociais – em que a linguagem figura como um sistema semiótico e, portanto, mais abstrato – e os eventos – nos quais a linguagem se manifesta em textos particulares (VIEIRA; RESENDE, 2016). De acordo com Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 22), as práticas sociais possuem três características essenciais: i) são *formas de produção da vida social*, pois uma determinada prática envolve a configuração de vários elementos sociais e, portanto, de diversos mecanismos gerativos; ii) uma prática, qualquer que seja ela, estabelece uma *relação dialética com outras práticas* com as quais se relaciona em rede; iii) toda prática possui uma *dimensão reflexiva*, isto é, os indivíduos sempre produzem representações daquilo que eles fazem, motivo pelo qual o discurso possui grande relevância na vida social, ainda que esta não possa jamais ser reduzida a ele.

Em suma, a linguagem em uso, ou seja, discurso, participa das práticas sociais como modos de (inter)agir, modos de representar e modos de se identificar, correlacionando -se aos três *significados do discurso*: acional, representacional e identificacional (FAIRCLOUGH, 2003). O *significado acional* remete ao estudo do gênero discursivo, que corresponde à ação e à interação que o texto exerce nos eventos sociais, o que significa reconhecer que os textos produzem efeitos que podem alterar os conhecimentos, as crenças, os valores e as atitudes das atoras sociais. O *significado representacional* alude aos diferentes modos de representação do mundo material, mental e social, uma vez que diferentes discursos implicam diferentes maneiras de se relacionar e de representar o mundo que nos rodeia. Por fim, o *significado identificacional* relaciona-se aos estilos, que remetem ao movimento que o indivíduo faz para identificar a si e a outrem por meio dos discursos. Esses significados manifestam-se simultaneamente nos textos, estabelecendo uma relação dialética: discursos (significados representacionais) são ordenados em gêneros (significados acionais) e inculcados nos estilos (significados identificacionais) na mesma medida em que as ações e as identidades são representadas nos discursos (FAIRCLOUGH, 2003).

Construindo discursos nas relações semânticas

Inicialmente, do ponto de vista representacional (isto é, dos diferentes modos de representação do mundo material, mental e social), a linguagem cria campos semânticos por meio da seleção vocabular, da gramática e da sintaxe que são mobilizados ao longo do processo de construção de sentidos. Conforme Fairclough (2003) aponta, esses sentidos entram em disputa dentro de lutas mais amplas. “[Q]uero sugerir que as estruturas particulares das relações entre as palavras e das relações entre os sentidos de uma palavra são formas de hegemonia” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 105). Isso possibilita o estudo das formas como os sentidos são produzidos nas relações sociais e culturais e como eles se manifestam linguística/discursivamente.

Para Fairclough (2003), as relações entre os sentidos de uma palavra constituem-se como formas de hegemonia, entrando em disputa dentro de lutas mais amplas pelo poder. Exatamente por isso, a preocupação da ADC está voltada para analisar como os sentidos são produzidos nas relações sociais, como eles se manifestam linguisticamente e que relações de poder eles (des)legitimam.

Quando discursos diferentes entram em conflito e discursos particulares são contestados, o que é centralmente contestado é o poder desses sistemas semânticos pré-construídos de gerar visões particulares de mundo que podem ter poder performativo para sustentar ou refazer o mundo à sua imagem, por assim dizer (FAIRCLOUGH, 2003, 130, tradução nossa).

Assim, a seleção de um determinado vocabulário implica a posição em um discurso específico. Desse modo, ainda que a mesma palavra seja usada por diferentes discursos, ela será usada diferentemente, o que pode ser verificado por meio da análise das relações semânticas que são identificadas no texto.

Nesse sentido, a análise de diferentes expressões usadas para representar a mesma entidade, isto é, com quais elementos ela estabelece

equivalência ou sinonímia, permite elucidar quais são os diferentes discursos mobilizados pelo texto e como eles são articulados entre si. Isso porque “[a]s características distintivas mais óbvias de um discurso são, provavelmente, aspectos de vocabulário – discursos ‘palavreiam’ ou ‘lexicalizam’ o mundo de maneiras específicas” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 129, tradução nossa). Assim, o foco aqui recai na desestabilização dos sistemas de classificação que os diferentes discursos mobilizam para estruturar o mundo.

Os discursos também podem ser analisados a partir de aspectos gramaticais, levando em consideração como determinados elementos da oração representam as nossas experiências. Para tanto, considera-se que a sentença é constituída por três elementos principais: processos, participantes e circunstâncias (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). A maneira como esses elementos são articulados nos textos permite a construção de diferentes representações acerca de eventos sociais, objetos, pessoas, relações sociais, tempos e espaços, de modo que, por meio da análise de aspectos gramaticais é possível mapear os diferentes discursos que são articulados na representação de eventos e atoras sociais.

Para a Linguística Sistêmico Funcional, os processos, realizados gramaticalmente por meio de grupos verbais, são o elemento central da oração, indicando a experiência que se desenvolve através do tempo. Em sua gramática funcional, Halliday e Matthiessen (2014) identificam seis tipos principais de processos por meio dos quais os indivíduos representam suas experiências: três principais – Materiais, Mentais e Relacionais, – e três secundários – Verbais, Comportamentais e Existenciais.

Meu corpo feminino

A matriz discursiva analisada aqui é composta por três textos publicados em sites (trans)feministas. Com o intuito de contemplarmos diferentes percepções acerca dos corpos femininos, selecionamos textos que foram escritos por ativistas situadas em diferentes lugares de fala (RIBEIRO, 2017).

Meu corpo trans

No texto *Senão nossos corpos*⁴, escrito por Amara Moira, travesti e ativista transfeminista, e publicado em 26 de janeiro de 2016, a autora discute uma questão relevante e frequente entre o ativismo trans*: as constantes explicações cientificistas que apontam que a existência das pessoas trans* se deve a uma *falha na sintonia* entre a identidade que se forma no cérebro e o órgão sexual da pessoa. Essa concepção baseia-se no pressuposto de que só há dois gêneros disponíveis – mulher e homem – e que as identidades de gênero devem coadunar com os órgãos sexuais das pessoas – mulher é igual a vagina; homem é igual a pênis. Qualquer desvio nessa lógica é encarado como um *defeito*. O argumento de Amara se constrói no sentido contrário, apontando como a essência de uma pessoa não se localiza em seu cérebro, mas em seus corpos e como as vivências trans* dão o testemunho disso.

As relações semânticas nesse texto apontam o corpo como uma representação da identidade da pessoa trans*. Isso pode ser constatado por meio da predominância de processos relacionais identificativos, em que o corpo ocupa, predominantemente, a posição de identificador das pessoas trans, como ocorre em *‘Não importa o que digamos, se homem, se mulher, se nenhum dos dois, seremos sempre e antes de mais nada os nossos corpos’*. Enquanto identificador, o corpo indica que as pessoas trans* compreendem que elas são *senão os seus corpos*, ou seja, é por meio deles que elas se identificam – e são identificadas – no mundo. Há, assim, um grande esforço em estabelecer a equação pessoas trans são iguais aos seus corpos e, por conseguinte, que esses corpos são as pessoas trans.

Diante dessa concepção, o texto constrói as seguintes relações semânticas para o corpo trans* (Quadro 1):

⁴ Disponível em: <<https://transfeminismo.com/senao-nossos-corpos/>>. Último acesso: 09 mar. 2020.

Quadro 1. *Relações semânticas em torno do corpo trans**

Corpo trans	expulso de casa; estupro; impedido de acessar o mercado de trabalho; prostituído; lixo; pedaço de carne; alvo de violência e da transfobia; metralhado por olhares curiosos e hostis; alvo de violência verbal e física; sem direitos (de ocupar as ruas à luz do dia, ter família, frequentar escola conseguir trabalho); a zona cinzenta do rosto; o genital com que nasceram; o peito que se recusa a crescer; a cicatriz dos socos, facadas, tiros;
-------------	---

A percepção de que a pessoa trans e seu corpo são a mesma coisa também é reforçada pela escolha do advérbio de exclusão *senão*, presente no título e em várias passagens do texto, que estabelece uma construção semântica de *isso e nada mais* (ILARI; BASSO, 2014), ou seja, pessoas trans* são seus corpos e nada mais que seus corpos, excluindo qualquer possibilidade de as identidades de gênero trans* serem justificadas por meio de aspectos científicistas estabilizados, como as estruturas cerebrais.

É importante destacar, aqui, que o texto não está falando sobre o corpo biológico estabilizado, mas sobre o corpo performativo, configurado mediante atos reiterados, conforme a proposta de Butler (2003), e situado numa lógica dicotômica que só é capaz de reconhecer dicotomias e normatividades. Isso pode ser constatado no seguinte excerto: “*A metralhadora de olhares [...] tentando entender o que somos [...], ao invés de simplesmente legitimar a maneira como construímos nossos corpos*”. Nesse recorte, a autora reclama uma *legitimação* que não necessite de uma *tentativa de entendimento*, aquilo que a ciência busca fazer por meio da configuração de saberes que expliquem a existência trans*, atribuindo-a a um *desacordo* entre *cérebro* e *corpo*.

Meu corpo fora do padrão

Publicado na revista digital feminista *AzMina*, em 27 de março de 2017, o texto *Como amar um corpo fora do padrão? Três mulheres toparam esse desafio conosco*⁵, de Maria Ribeiro, inscreve-se na tentativa das ativistas de fomentarem uma outra percepção das mulheres sobre seus próprios corpos. O título, logo de início, estabelece uma relação semântica

⁵ Disponível em: <encurtador.com.br/giqw4>. Último acesso: 09 mar. 2020.

importante: a existência de corpos *fora do padrão*, o que torna o ato de amá-los um desafio.

Esse texto mobiliza uma quantidade muito grande de processos relacionais, que buscam representar não necessariamente o corpo feminino, mas a interação que estabelecemos com ele. Nesse contexto, constrói-se, com grande frequência, uma representação negativa acerca desse corpo, mostrando uma avaliação feita pela sociedade, conforme pode ser observado em “*Na sociedade em que vivemos, o corpo da mulher é o primeiro alvo de ataques*”. Assim, esse texto apresenta o corpo como algo fora do padrão, longe das expectativas até mesmo da mulher que o possui, proibido de ser e acontecer, uma vez que não se enquadra nos planejamentos pré-determinados pelos discursos hegemônicos. Enquanto corpo ‘*fora do padrão*’, ele é ‘*tabu*’, ‘*alvo de ataques*’, ‘*proibido*’, ‘*longe de ser como deveria*’, ‘*é corpo*’.

Há, também, uma grande ocorrência de processos mentais nesse texto, como em ‘*Nosso corpo merece ser amado*’. Os processos mentais são sempre emotivos – expressam sentimentos ou afeição – ou cognitivos – que focam o que é pensado pela Experienciadora. Nessas orações, o corpo aparece, majoritariamente, ocupando a posição de fenômeno, seja realizando o papel de coisa/entidade – quando ocorre em grupos nominais – ou de ato/fato – quando ocorre em orações projetadas. Assim, essas orações são mobilizadas para apontar a maneira como a mulher deve se relacionar com o seu ‘*corpo real*’, ou seja, como ele deve ser sentido, pensado ou desejado por ela. Esses processos mentais constroem, assim, novos sentidos para esse corpo no mundo da consciência, buscando modificar a percepção que as mulheres têm acerca dele.

Quando ocorre em processos materiais, as orações produzidas apresentam aquilo que o corpo pode (ou não) realizar no mundo, como *mostrar* suas *imperfeições* e *levar* a mulher a diferentes lugares, como ocorre em “[*O corpo*] *Não pode mostrar dobras, marcas, pêlos, estrias, celulites, rugas, tudo que a gente tem, que todo mundo sabe que tem*”. Nesse percurso transformativo ou criativo, o corpo ocorre, na maior parte

das vezes, na posição de ator, modificando o mundo, ou de circunstância, contribuindo para contextualizar a transformação/criação que está sendo representada pela oração.

Por meio desses três processos, esse texto configura o corpo como algo que gera *insegurança*, mas precisa ser *reconquistado*, *reencontrado*, *amado*; algo que precisa ter *direito à existência* e *à liberdade para ocupar o espaço que quiser e ser como lhe aprouver*, conforme é possível observar no Quadro 2:

Quadro 2. *Relações semânticas em torno do corpo perfeito e do corpo fora do padrão*

Corpo irreal (perfeito)	imposto por um padrão estético; inalcançável; idealizado; perfeito; sob medida para ninguém; escravizador; obediente; submisso; relacionado ao sucesso, à realização pessoal, ao merecimento, ao amor e à felicidade; sonho; ilusão; de plástico; uma mentira; boneca de cera;
Corpo real (fora do padrão)	um desafio a ser amado; possui gordura, marcas da maternidade e da paralisia; alvo de ataques; tabu; proibido; cheio de dobras, marcas, pelos, estrias, celulites e rugas; vinculado ao fracasso, à preguiça, à falta de popularidade e de afeto; envelhece; precisa de uma trégua; merece ser amado; é de verdade; amá-lo é um ato revolucionário; somos obrigadas a odiá-lo;

Como é possível perceber, o *corpo fora do padrão* é identificado como o primeiro alvo de ataques, o maior dos tabus, proibido de aparecer socialmente, o que leva as mulheres a quererem transformar seus corpos, seja para enquadrá-los nos discursos hegemônicos, seja para construir uma união com ele – implicando o corpo e a mulher como duas entidades separadas: é o corpo que age no mundo, não a mulher por meio dele. Para a autora do texto, fomos condicionadas a entender que nosso corpo não é padrão; portanto, é proibido ele se mostrar como é, com suas características, o que torna o ato de amá-lo revolucionário. Desse modo, o foco recai sobre como devemos nos comportar em relação ao nosso corpo, como devemos nos relacionar com ele. Mas esse *dever* ainda é construído apenas no campo da consciência, sem acessar, de fato, a realidade, transformando-a.

Meu corpo negro

No texto *Nós, mulheres negras, queremos o fim da GLOBELEZA*⁶, publicado na revista digital *AzMina*, em 29 de janeiro de 2016, as autoras Djamilia Ribeiro e Stephanie Ribeiro, ativistas do feminismo negro no Brasil, discutem temas relevantes para o combate ao preconceito e ao sexismo contra o corpo negro. Alguns dias antes da publicação desse texto, em 26 de janeiro de 2016, a revista digital *AzMina* tinha divulgado uma videoreportagem que gerou grande polêmica ao mostrar a reação de mulheres de New Orleans (Estados Unidos) à vinheta da *Globeleza*, com comentários que variavam desde ‘*Elas (as mulheres brasileiras) deveriam ficar ofendidas (por este comercial)*’ a ‘*É muito machista!*’, passando pela percepção de que ‘*Eles nunca fariam isso com um homem*’. O vídeo em questão teve mais de 168 mil visualizações e quase três mil compartilhamentos.

Ainda que de modo geral a ocorrência dos processos relacionais seja predominante, quando o corpo ocorre como um dos componentes da oração, a recorrência de processos mentais cognitivos vinculados à polaridade negativa chama a atenção, como em “*Não aceitaremos nossa identidade e humanidade negadas por quem ainda acredita que nosso único lugar é ligado à exploração de nosso corpo*”. Essa configuração indica a preocupação das ativistas feministas negras em construir uma mudança de percepção acerca dos corpos femininos negros a partir da negação da maneira como esse corpo é tratado. Assim, há a configuração de um corpo *selecionado, explorado, refém, agrilhado, narrado segundo o ponto de vista dos outros*, bem como a tentativa de alterar essas concepções sobre o corpo feminino negro, especialmente por meio do uso do processo mental cognitivo ‘*não aceitaremos*’. A negação, aqui, possui um papel corretivo; por meio delas, as autoras buscam contestar as opressões que são socialmente aceitas como normais em relação ao corpo feminino negro.

Quando o corpo ocorre como um dos componentes dos processos relacionais, ele é, frequentemente, representado como um corpo feminino

⁶ Disponível em: <encurtador.com.br/wKo89>. Último acesso: 09 mar. 2020.

submetido socialmente, discursivamente e, também, fisicamente. É o que podemos perceber em “*Um exemplo dos estigmas que estão sobre os corpos das mulheres negras [...] é o caso da Vênus Hotentote*”. Ou seja, os processos relacionais indicam aquilo que o corpo feminino negro é ou aquilo que é atribuído a ele socialmente e, nesse sentido, esse corpo é *estigmatizado, purpurinado, anormal e explorado*.

As relações semânticas construídas por esses processos inscrevem o corpo feminino negro na lógica de uma sociedade machista e racista que o submete, entendendo-o como menor ou possuidor de menos valor que o corpo branco, conforme podemos observar no Quadro 3:

Quadro 1. Relações semânticas em torno do corpo negro

Corpo negro	confinado a lugares específicos; superexposto; pintado de purpura; estuprado; violentado; vítima de assédio; submetido ao racismo e machismo; selecionado; estigmatizado; anormal; selvagem; explorado; não é protagonista; não é mocinha; descartado; esquecido; refém da preferência nacional; narrado segundo o ponto de vista do eurocentrismo; agrilhoado;
-------------	---

A argumentação das autoras gira em torno da submissão do corpo feminino negro que, explorado e apagado, ganha visibilidade apenas por meio de sua hiperssexualização. Esse *corpo feminino negro* é um corpo sempre refém, sempre explorado, sempre descartável, o que, na percepção delas, é claramente exemplificado pela figura da *Globeleza*, a mulata que aparece nua, com o corpo coberto de purpurina, sambando em rede televisiva nacional a qualquer hora do dia ou da noite. Nesse sentido, a argumentação delas caminha em direção a uma *não* aceitação desse ‘espaço’ que está reservado socialmente a esse corpo, buscando corrigir as percepções sociais construídas acerca do mesmo. Assim, o título *Nós, mulheres negras, queremos o fim da Globeleza* não indica, de fato, um clamor pelo fim da personagem carnavalesca da Rede Globo, mas de toda a exploração que ela representa em relação ao corpo feminino negro, agrilhoado e violentado ao longo de grande parte da história do Brasil. Aqui, a *Globeleza* representa a mulher negra que era submetida ao bel-prazer dos seus senhores; desnudada apenas para saciar os desejos destes; descartada quando o seu corpo não mais atendia aos padrões desejáveis. As pessoas

mais atentas perceberão que, nesse texto, não há uma construção discursiva em torno *do que buscamos em relação ao nosso corpo para o futuro*, mas apenas em torno do que não queremos mais, o que demonstra a urgência dessas mulheres de modificarem a forma como esses corpos são representados socialmente, indicando que a tão almejada *liberdade* desses corpos, supostamente efetivada no final do século XIX, ainda não foi alcançada de fato.

Nosso corpo feminino

Cientes das representações produzidas por ativistas (trans)feministas brasileiras situadas em diferentes lugares de fala, é possível apontar quatro categorias temáticas comuns nas quais essas representações podem ser condensadas. Vejamos cada uma delas a seguir.

Nosso corpo violentado

Em um contexto social como o brasileiro, em que, a cada hora, mais de 500 mulheres são vítimas de agressão física (FÓRUM, 2017), é praticamente impossível para os ativismos (trans)feministas absterem-se de abordar esse assunto. Nesse contexto de vulnerabilidade, existe a constatação de que o corpo feminino é repleto de agressões, considerado um bem público que está à mercê dos usos e abusos impostos pelas relações de gênero desiguais de nossa sociedade. Quando esse corpo também é atravessado pela questão racial, essa violência se acentua mais ainda, o que o leva a ser retratado como refém de uma realidade sócio-histórica que o aprisiona e explora há séculos, conforme ressalta o texto de Djamila Ribeiro e Stephanie Ribeiro (*Nós, mulheres negras, queremos o fim da GLOBELEZA*).

Entretanto, o corpo feminino não é apenas alvo de violências físicas, mas, principalmente, violentado pelos discursos sexistas que o configuram como um objeto sexual e sexualizado, à mercê dos olhares, dos toques e

das determinações impostas por outras pessoas que não as próprias mulheres, em geral, homens. Há, por parte das (trans)ativistas, uma compreensão de que elucidar essas violências, sejam elas físicas ou discursivas, é um passo significativo para combatê-las, o que justifica a frequente representação desse *corpo violentado* no discurso das ativistas (trans)feministas.

Nosso corpo posicionado

Os campos semânticos que constroem o *corpo feminino violentado* nunca aparecem sozinhos. Diante da percepção de que o corpo feminino não é reconhecido socialmente como pertencente às mulheres e às travestis, há a construção de uma batalha acerca dos mesmos. É exatamente isso que Maria Ribeiro indica no início do seu texto ao apontar que “*Por mais meu que ele seja, preciso reconquistá-lo*”. Estabelece-se, assim, uma disputa em torno do corpo feminino, em que as ativistas constroem campos semânticos que afirmam ‘*esse corpo é nosso*’ e, nesse sentido, somos nós, mulheres e travestis, que temos o direito de tomar as decisões acerca dele, sejam estas em relação a como se vestir, a como se comportar ou, até mesmo, sobre como se relacionar sexualmente. Essa percepção subjaz um *slogan* recorrente que os ativismos feministas têm utilizado: ‘*Meu corpo, minhas regras*’. O mais relevante, aqui, é a determinação do corpo feminino como algo que pertence à mulher e à travesti.

Nosso corpo amado

Uma outra *frente de batalha* dos ativismos (trans)feministas tem se voltado para a construção de novas possibilidades de relação da mulher e da travesti com esses corpos femininos. Se os discursos hegemônicos constroem relações de ódio e invisibilidade acerca dos corpos que não se enquadram socialmente – e quanto mais distante do espectro normativo,

mais vulnerável ele está a esses discursos –, há, aqui, uma busca por apresentar esses corpos como *normais* e *verdadeiros*, passíveis de amor, apesar de estarem *fora do padrão*. Como aponta Maria Ribeiro (*Como amar nossos corpos? Três mulheres toparam esse desafio conosco*), amar esses corpos é compreendido pelas (trans)ativistas como um desafio, uma vez que todas nós, mulheres e travestis, estamos imersas, desde que nascemos, em discursos que nos impelem exatamente na direção contrária. Diante dessa percepção, aceitar o corpo também passa pelo processo de (re)apropriação do mesmo, contestando os discursos masculinistas hegemônicos que buscam configurá-lo como um alvo do ódio feminino. Assim, reclamar a posse sobre o próprio corpo e o direito de representá-lo seria o primeiro passo para construir relações mais saudáveis com o próprio corpo.

Nosso corpo identidade

Para finalizar, a última categoria temática é a dos corpos femininos construídos não apenas como posses das mulheres e das travestis, mas também como as identidades delas, uma vez que é por meio de seus corpos que elas são identificadas, posicionadas e posicionam-se socialmente. Nesse caso, a identidade feminina é o corpo e o corpo é a identidade feminina, sendo por meio dessa identificação que essas mulheres e travestis são legitimadas a (inter)agirem nas práticas sociais. Conforme Amara Moira esclarece em seu texto *Senão nossos corpos*, desconsiderar o corpo desse processo de identificação é apenas mais uma forma de violência. Ainda que o *corpo identidade* apareça apenas no texto que aborda o corpo feminino trans, conforme vimos na análise, acredito que esse seja um dos daqueles *insights* do transfeminismo que, conforme Bettcher (2014) apontou, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento do pensamento feminista como um todo, trazendo novas percepções acerca do corpo, especialmente pela relação estabelecida no texto entre corpo-identidade e corpo-construção, o que nos remete para a noção de corpos fluídos que configuram as identidades performativas (BUTLER, 1990; 1993).

Algumas considerações

A análise apresentada aqui é particularmente relevante na medida em que indica como o corpo feminino é (re)configurado de acordo com os diferentes lugares de fala ocupados pelas ativistas que falam sobre ele. Nesse sentido, há uma profusão de sentidos que são atrelados a esse corpo, construindo diferentes categorias temáticas nos quais ele é inscrito. As análises textuais, realizadas com o auxílio do estudo dos processos do Sistema de Transitividade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), mostram que existe, entre as (trans)ativistas, uma necessidade de se construir relações para o corpo, seja para caracterizá-lo ou para identificá-lo. A grande quantidade de processos mentais mobilizados para construir as percepções e os sentimentos das ativistas acerca de seus corpos também chama a atenção, pois indica a necessidade premente que essas mulheres e travestis sentem de experienciar seus corpos femininos de outras maneiras que não aquelas moldadas pelos discursos masculinistas hegemônicos.

Nos textos analisados, fica claro também o embate entre percepções que configuram o corpo feminino como um local de exploração, espaço *público, deslegitimado* quando não se enquadra nas determinações biologicistas de uma ciência racionalista, *estigmatizado e agriolhado, odiado*. É contra esses discursos que as ativistas se posicionam, produzindo um outro espaço de fala, seja ele de combate ao que está estabelecido – caso dos textos de Amara Moira e de Djamila e Stephanie Ribeiro – seja para construir outras possibilidades de relação com esse corpo retalhado e rejeitado socialmente por tanto tempo – caso do texto de Maria Ribeiro.

Nesse sentido, os textos tentam construir um outro campo de relações semânticas para os corpos, no qual eles deixam de ser vistos como algo passível de exploração e exclusão e passam a ser encarados como posse e identidade da mulher e da travesti (e de mais ninguém), passível de amor, cuidado e atenção. Busca-se elucidar um discurso de ódio e abjeção acerca dos corpos femininos com o intuito de negá-los, de modo que,

por exemplo, exibir os corpos femininos fora do padrão é um enfrentamento social, uma tomada de posição em relação aos discursos já estabelecidos acerca dos corpos femininos e, portanto, uma tentativa de mudança em relação ao que está estabelecido. Os corpos femininos, sejam eles posse individual ou social, devem ser, na percepção das ativistas que assinam os textos analisados aqui, (re)conquistados nessa batalha discursiva pelos sentidos que os atravessam.

Essa percepção vai ao encontro de Fairclough (2003), que aponta que quando diferentes discursos entram em conflito, na verdade, o que está sendo contestado é o poder dos sistemas semânticos hegemônicos. Nesse sentido, ainda que mobilizem as mesmas palavras, esses discursos constroem relações semânticas distintas, que só podem ser mapeadas na conjuntura sócio-histórico-geográfica de realização/manifestação material. Assim, o *corpo violentado* aparece nos textos das (trans)ativistas apenas para ser contestado, permitindo a configuração de outros sentidos, que conclamam esses corpos a se posicionarem, a se amarem e a se identificarem fazendo frente às forças de colonização do ser, o que, por certo, reforça uma postura ética que visa superar relações de dominação sustentadas pelo sistema colonial/ moderno de gênero, como parte da colonialidade do poder. Isso, possibilitado também pela crítica do papel dos discursos nas práticas sociais que tensionam relações de manutenção-superação de assimetrias de poder.

Referências

- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Rev. Bras. Ciênc. Política*, Brasília, 11, 2013. p. 89-117.
- BETTCHER, T. M. *Trapped in the Wrong Theory: Rethinking Trans Oppression and Resistance*. *Signs* 39 (2): 43-65, 2014.
- BORGES, L. A. de O. “*Meu corpo, minhas regras*”: representações e identidades de gênero no discurso de ativistas (trans)feministas. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Letras, Universidade de Brasília. Brasília, 2018.

- BROOK, B. *Feminist perspectives on the body*. New York/London: Routledge, 1999.
- BUTLER, J. *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. New York/London: Routledge, 1993.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro: 2003.
- CHOULIARIAKI, L.; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- DIAS, D. M. Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, 2014. p. 475-497.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London, Nova York: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. *Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language*. Second Edition. London/New York: Routledge, 2010.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- Gomes, M. C. A. Agência e poderes causais: analisando o debate sobre a inclusão de ideologia de gênero e orientação sexual no plano decenal de educação – Brasil. *Polifonia*, v. 23, nº 33, 2016. p. 89-109.
- GROSFUGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 2008. p. 115-47.
- HALLIDAY, M.; MATTHIESSEN, C. *Halliday's introduction to functional grammar*. Fourth Edition. Abington/New York: Routledge, 2014.
- LUGONES, M. Heterosexualism and the Colonial/ Modern Gender System. *Hypatia*, 22(1), 2007. p. 186–209.

PEREIRA, P. P. G. Corpo, sexo e subversão: reflexões sobre duas teóricas *queer*. *Interface*, 12(26), 2008. p. 499-512.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento Justificando, 2017.

VAN DIJK, T. Critical Discourse Analysis. In.: SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi (Orgs.). *Handbook of Discourse Analysis*. Oxford: Blackwell, 2001, p. 352-371.

VIEIRA, V. Corpos e identidades: debates em Análise de Discurso Crítica e Ecofeminismo. In: MAGALHÃES, L. (org.) *Análise de Discurso Crítica e Comunicação*. Teresina: EDUFPI, 2017. p. 51-69.

VIEIRA, V.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2016.

VIEIRA, Viviane. Perspectivas decoloniais feministas do discurso na pesquisa sobre educação e gênero-sexualidade In: *Decolonizar os Estudos Críticos do Discurso*. Campinas: Pontes, 2019, v.1, p. 83-116.

VIEIRA, Viviane; GONZALES, Carolina. G. Seleção lexical e relações semânticas das ocorrências de gênero e sexualidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais. ALFA: Revista de Linguística (UNESP. ONLINE), v.63, p.153 - 180, 2019. [<http://https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/10607/8186>].

Análise discursiva crítica dos relatos de homens trans em práticas socioescolares de Viçosa-MG

*Samuel de Sá Ribeiro*¹

Considerações Iniciais

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, traz a Educação como um Direito Social, previsto no art. 6º. Em contraste a essa colocação jurídica, cabe argumentar que algumas escolas ainda se demonstram conservadoras, fechadas para o acolhimento de pessoas sexo-gênero diversas, apresentando-se, de fato, despreparadas para estabelecer relações sociais respeitosas e inclusivas com estudantes trans.

Na conjuntura brasileira, é urgente o investimento político na produção de mais pesquisas e de ações emancipatórias em prol do reconhecimento e da legitimação das vidas trans em variados contextos sociais, incluindo instituições escolares. Afinal, são poucos os estudos e as políticas públicas voltadas para essas ontologias, principalmente para as transmasculinidades, identidades não raramente invisibilizadas e violentadas.

Produzido pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania (NUH-UFMG) e coordenado pela Antropóloga e Profa. Dra. Érica Souza, o *Relatório Descritivo do Projeto Transexualidades e Saúde Pública no Brasil*:

¹ Mestre em Letras pela Universidade Federal de Viçosa. Pesquisador vinculado ao grupo AFECTO (Abordagens fair-cloughianas para estudos/pesquisas do corpo/discurso textualmente orientados. Este estudo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Apresento aqui a pesquisa desenvolvida no mestrado e, em alguns momentos, recorro a partes do texto original da dissertação, que poderá ser encontrado para leitura integral em < <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/1> >.

*entre invisibilidade e demandas para homens trans*² (2015) aponta que, dos 28 respondentes de uma pergunta relacionada à ideia suicida, 25% declararam que já haviam tentado suicídio. Entre esses colaboradores, 28,6% ocasionalmente pensam nessa possibilidade. Se as escolas tendem a ser espaços públicos de produção de violências de gênero contra pessoas trans, podem ainda assolar a saúde mental dessas vidas, fomentando casos de suicídio.

Em *FTM, transhomens, homens trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo*, Simone Nunes de Ávila (2014), pesquisadora brasileira, identificou a emergência de masculinidades produzidas por homens trans. De acordo com essa autora, não há uma performance universal de *transmasculinidade*, para ela, **transmasculinidades são plurais**, umas mais vulneráveis que outras.

Conforme situamos acima, algumas instituições escolares são negligentes com as demandas de estudantes LGTBQI+. Alguns efeitos disso são: a intensificação e a manutenção da homolesbotransfobia no espaço educacional e, ainda, o alto índice de evasão escolar desse grupo historicamente marginalizado – 82% das pessoas que abandonam os estudos no Brasil são trans, de acordo com uma notícia³ do portal Flacso.

Ávila (2014, p.113) comprova como homens trans relatam a vida escolar evidenciando a violência e o limitado bem-estar social neste espaço público:

Jeferson, 34 anos, conta que era “**muito torturante**” ser chamado pelo **nome de registro** pelos/as **professores/as e colegas**. Naquela época não havia ainda nenhuma resolução sobre o uso do nome social. (grifos nossos)

Beto se sentia excluído na escola: “**eu ficava chorando num canto... não queria entrar no banheiro porque eu não sabia em que banheiro entrar...** ou melhor, saber eu sabia, mas daí fazer o que? (grifos nossos)

2 Disponível em: <<http://www.nuhufmg.com.br/homens-trans-relatorio2.pdf>> Acesso: 29 de nov. 2019.

3 Disponível em: <<http://flacso.org.br/?p=15833>> Acesso: 09 de mar. 2020.

Ao observar a difícil realidade de estudantes que experienciam relações assimétricas de poder em *práticas socioescolares*, as quais quase sempre reproduzem a cis-heteronormatividade, identificamos lacunas a serem estudadas.

No Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa – MG, desenvolvemos uma investigação *discursiva-etnográfica-crítica e transformacional* que objetivou analisar os *relatos de si* produzidos por quatro homens trans estudantes do ensino médio de duas escolas⁴ públicas estaduais da cidade de Viçosa-MG. Analisamos também, com enfoque secundário, discursos produzidos por profissionais da educação, observando as *representações* e as *identificações* acerca dos saberes ontológicos acerca do gênero social e, principalmente, da transgeneridade.

Como teoria e método, operacionalizamos com categorias linguístico-discursivas da Análise do Discurso Crítica – ADC (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2001 [1992]); FAIRCLOUGH, 2003), considerando também o Sistema de Avaliatividade (WHITE, 2004). Na explanação crítica, articulamos os dados linguísticos aos *Estudos de Gênero* (BUTLER, 2015, 2016; CONNELL, 2016) e aos conhecimentos sobre as *Masculinidades Plurais* (ÁVILA, 2014) e a outros estudos. Neste capítulo, o objetivo é apresentar um panorama da pesquisa *discursiva-etnográfica-crítica e transformacional* que desenvolvemos, evidenciando (i) como a estudos discursivos críticos contribuem para os Estudos de Gênero, (ii) o percurso metodológico que seguimos e (iii) um breve recorte analítico dos relatos de si dos homens trans estudantes e dos discursos de profissionais da educação. A seguir, discutimos um pouco sobre ADC e caracterizamos o nosso estudo salientando a importância de investigações discursivas engajadas em ações por transformações sociais.

⁴ Por questões éticas, identificamos as escolas com nomes fictícios: Escola João Nery e Escola Leonardo Peçanha. Esses nomes foram escolhidos em homenagem a dois ativistas e homens trans brasileiros.

Análise do Discurso Crítica (ADC) como lente teórico-metodológica para os Estudos de Gênero

A Análise do Discurso Crítica (ADC) tem interesse central na relação entre linguagem, sociedade e assimetrias de poder. Por isso, questões ligadas às desigualdades sociais (incluindo assimetrias identitárias) pertencem à agenda desse empreendimento discursivo investigativo crítico-explanatório, consolidado por Fairclough (2001 [1992]), Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003).

O discurso nos interessa devido à sua potencialidade semiótica de identificar, representar e de significar fenômenos sociais experienciados por agentes sociais em diversas esferas da vida, como na instituição escolar, que é um local em que diferentes pessoas acessam o capital cultural, o qual pode condicionar a posição delas na hierarquização social (BOURDIEU; PASSERON, 1997). Entretanto, enquanto alguns corpos são mais reconhecidos, legitimados e respeitados na escola, outros têm suas existências questionadas e violentadas devido às suas *identidades particulares*.

Em decorrência disso, temos a ADC de Fairclough como teoria e metodologia para a nossa investigação de base etnográfica. Isso porque nosso objetivo principal na pesquisa que desenvolvemos foi analisar *relatos de si* de homens trans estudantes do ensino médio, pessoas em situação de vulnerabilidade em relação às masculinidades cisgêneras, ditas hegemônicas.

A ADC faircloughiana é Teoria e Método tendo em vista que, além de ter consolidado princípios e conceitos linguístico-sociais, desenvolveu também um modo textualmente orientado para análises sociodiscursivas. Assim, em ADC, partimos de textos que representam/identificam problemas sociais, passando pela descrição linguística, pela interpretação e pela explanação crítica em direção às possibilidades de mudanças sociais. Para isso, na ADC de Fairclough, há uma vinculação à Gramática Sistêmico Funcional (HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004), à concepção de lutas hegemônicas (LACLAU; MOUFFEE, 2004) e, mais recentemente, em

Chouliaraki e Fairclough (1999) e em Fairclough (2003), ao Realismo Crítico (BHASKAR, 1989). Por ser transdisciplinar, o diálogo com outras áreas do conhecimento não é limitado e cabe a nós, pesquisadores/as, produzir articulações que nos auxiliem nas análises.

Ao analisar *relatos de si* de homens trans, notamos rearticulações de discursos religiosos, conservadores e pró-escola sem partido, ambos citados em práticas socioescolares e familiares para fundamentar violências contra vidas trans. Na hierarquização social, corpos de pessoas trans ainda hoje são menos inteligíveis e mais vulneráveis em uma sociedade onde a cis-heteronormatividade é, quase sempre, compreendida como compulsória, obrigatória.

Nesta abordagem discursiva, problemas sociais são analisados em textos e caminhos para modificar os poderes causadores de obstruções sociais são apresentados. Ao observar a falta de informação sobre as temáticas gênero e transgeneridade por parte de alguns profissionais da educação colaboradores da pesquisa, planejamos um minicurso de formação continuada na última etapa da pesquisa. Pensar e sugerir ações pela transformação é parte do *raciocínio dialético* de Fairclough (2019). Entretanto, com o intuito de agir ativamente na possível transformação, decidimos propor, planejar e ministrar um minicurso sobre as temáticas – por isso nosso estudo é também transformacional.

O olhar discursivo-etnográfico-crítico e transformacional

A pesquisa que desenvolvemos se vinculou aos Estudos Discursivos Críticos faircloughianos considerando, principalmente, o discurso com um dos momentos da prática social atrelado, dialeticamente, a outros, como atividades materiais, fenômenos mentais (sistema de crenças e ideologias) e relações sociais⁵. Nas análises que produzimos, investigamos como cada

⁵ Em um capítulo do livro *Práticas Sociais, Discurso, Gênero Social: Explicações Críticas Sobre a Vida Social* (2020/prelo), produzido pela editora Appris e organizado por Maria Carmen Aires Gomes, Viviane Cristina Vieira e Alexandra Bittencourt de Carvalho, discutimos mais especificamente acerca das relações sociais de homens trans estudantes com colegas e profissionais da educação em práticas socioescolares.

um desses momentos da prática pode afetar ou acolher vidas transmasculinas de estudantes do ensino médio em práticas socioescolares particulares. Metodologicamente, combinamos ferramentas para geração e coleta de dados em etnografia. Assim, realizamos *entrevistas semiestruturadas* com os estudantes homens trans e *grupos focais* com os profissionais da educação colaboradores da pesquisa. Optamos pelo grupo focal por considerar que a interação em um evento discursivo tematizando gênero social e transgeneridade na escola poderia nos revelar diferentes negociações discursivas e práticas socioescolares mais ou menos acolhedoras. O estudo foi discursivo e de base etnográfica porque os **espaços físicos** das escolas (salas de aula, banheiros, corredores, biblioteca, etc.), as **relações sociais** (entre colegas, professores e estudantes), os **fenômenos mentais** (crenças, valores, ideologias) e as **recontextualizações discursivas** diversas foram experienciados no momento da geração e da coleta dos dados e também observados no momento da análise dos discursos produzidos. Com o material semiótico gerado e gravado em áudio, fizemos as transcrições e utilizamos o software *Kit Conc 4.0*⁶ para uma análise prévia das recorrências linguísticas, o que nos auxiliou na seleção dos trechos para serem analisados discursivamente.

Por fim, o que significa produzir uma investigação discursiva-etnográfica com um olhar analítico **crítico** e **transformacional**? De acordo com Connerton, autor da sociologia crítica (1976),

‘Critique’ denota **reflexão** sobre um **sistema de constrangimentos** que são produzidos por pessoas: **distorcendo pressões pelas quais os indivíduos ou um grupo de indivíduos ou toda a raça humana sucumbe seus processos de formação do ser**. ‘Criticismo’ é feito sobre experiências cuja **‘objetividade’ pode ser questionada**; ‘criticismo’ supõe que haja um grau de deformidade que marca a realidade. Tem, portanto, o objetivo de **remover esta distorção** e assim **liberar** o que foi distorcido e **promover emancipação**. (CONNERTON, 1976, p. 20, grifos nossos).

⁶ *Kitconc* é um software concordanciador, desenvolvido pelo linguista José Lopes Moreira Filho, que reúne ferramentas utilizadas em exploração de textos em análises linguísticas.

Essa concepção de ‘criticismo’ marcada pela reflexão sobre constrangimentos e pela importância da ação humana para distorcer as opressões naturalizadas é essencial para a ADC. É a partir de *análises discursivas textualmente orientadas e questionadoras da estrutura social* que podemos visibilizar e compreender os problemas sociais, suas causas, consequências e, ainda, as possibilidades de mudança, de emancipação social (FAIRCLOUGH, 2001 [1992]).

Nesse sentido, Barros et al. (2016) argumenta que eventos e estruturas sociais são partes da realidade e, dialeticamente, são capazes de promover **transformações**. Dessa forma, somos **parcialmente** interpelados por mecanismos de controle das *práticas sociais hegemônicas de gênero e sexualidade* cis-heteronormativas instituídas histórica e culturalmente. Entretanto, nossas ações não são totalmente determinadas pela estrutura social, temos nossa agência⁷.

Durante as análises, percebemos que os discursos produzidos pelos estudantes e por professores/as, supervisoras e diretora evidenciavam, em parte, práticas socioescolares segregadoras e violentas, o que nos motivou a propor um minicurso de formação continuada sobre gêneros e sexualidades para as/os profissionais como ação transformacional. Apresentamos a seguir um breve recorte das análises.

Práticas socioescolares das Escolas João Nery e Leonardo Peçanha: relatos de si de homens trans e discursos de profissionais da educação

A *recontextualização de discursos religiosos e conservadores* em algumas escolas acaba **obstaculizando** o reconhecimento de vidas trans estudantes e **as julgando como descrentes**, conforme nos relata Bear Lukas, estudante da Escola João Nery, ao *avaliar negativamente* a prática pedagógica de uma supervisora:

⁷ **Agência** pode ser compreendida como a potencialidade de agir/ser das pessoas nas práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2003). Para Archer (2000, p.51), “teorizar sobre agência diz respeito a conceituar o agente humano como alguém que é parcialmente formado socialmente, mas que também tem a capacidade de transformar parcialmente sua sociedade”.

(1) a direção... eu acho que eles são tranquilos, **mas só a supervisora** que tem um **probleminha** com isso, **por causa da religião dela**. [...] **Ela teve bastante dificuldade** de me **chamar de Lucas**, porque **pra ela um dia eu ia**, tá lá do lad... **estar lá do lado dela pregando a palavra de Deus** e eu lembro que **ela** falou isso pra mim [...] (Bear Lukas, grifos nossos).

Das/dos profissionais que atuam na direção da escola *avaliados positivamente* (*eles são tranquilos*), a supervisora religiosa é *excluída* — o que pode ser *identificado* pelo uso da *contraexpectativa* (*mas*) seguido de *modalização* (**só** a supervisora tem um **probleminha**). Em termos de construção coesiva, “supervisora” e “probleminha” são elementos em correlação, já que o segundo termo nominal atribui ao primeiro uma característica que, no contexto da narrativa, tem *força avaliativa negativa*. O diminutivo evidencia a *dissimulação* no discurso de Bear que, por meio da *eufemização*, relativiza a *relação de dominação* entre estudante e supervisora (FAIRCLOUGH, 2003; THOMPSON, 2002).

A pedagoga *recontextualiza* o *discurso religioso* na escola, o que, ideologicamente, é um grave problema (não um probleminha!), que pode ter como *efeito causal* a obstaculização do reconhecimento da identidade de gênero dos estudantes trans, como ocorre com Bear Lukas. Tal fato é comprovado no relato de Bear, que insere a “religião” da supervisora como *poder causal* (**por causa da religião dela**) da *valoração negativa* produzida por ele acerca da prática profissional investida de ideologias religiosas em um espaço público e laico que é a escola.

Ao utilizar o *circunstanciador* “bastante” anteposto ao léxico “dificuldade”, ele intensifica sua *avaliação de estima social*, que se refere à momentânea incapacidade da supervisora de reconhecer sua transmasculinidade — fato comprovado pelo *processo verbal* “chamar” seguido do nome social do estudante — , ou seja, se houve “bastante dificuldade” para utilizar o nome que se referente à masculinidade do aluno, sua identidade de gênero foi por um tempo questionada, depreciada, renegada, o que é

comprovado pelo tempo verbal do *processo existencial* “teve”, o qual foi empregado no passado.

Bear, ao afirmar que “para ela um dia eu ia estar lá do lado dela pregando a palavra de Deus”, segue apresentando informações *intertextuais* que apontam, mais uma vez, para a presença do *discurso religioso* na prática profissional da pedagoga. Em *discurso indireto*, o estudante faz referência ao que foi dito por ela *representando* sua voz. Para isso, utiliza o *pronome pessoal* “ela” por três vezes como elemento coesivo anafórico. Ao incluir o *discurso* da pedagoga, o estudante nos possibilita *identificar* a *pressuposição* que ela faz acerca de sua desvinculação a qualquer crença religiosa.

Não é possível ser trans e pregar a palavra de Deus? De maneira opaca, ao vislumbrar um futuro em que Bear compartilhe da mesma crença religiosa que ela (*um dia / ia estar*), a supervisora produz um *julgamento de estima social* acerca da vida trans de Bear, significando que ele não tem filiação religiosa. Estaria a supervisora se alinhando a um *discurso religioso cristão* desumano que reconhece as vidas trans como descrentes-pecadoras?

Essa nos parece uma problematização pertinente, já que, conforme Butler (2015, p.206), “o enquadramento binário assume que a religião e a sexualidade determinam, singular e exaustivamente, a identidade” – por isso, temos instituídas social e historicamente duas identidades generificadas distintas e opostas, legítimas e *inteligíveis* – homem e mulher cis. A ruptura desse enquadre sexo-gênero normativo acarreta, em algumas conjunturas socioescolares, sanções sociais simbólicas, que afetam o bem-estar e a dignidade de vidas trans estudantes, como ocorre com Bear Lukas.

A supervisora pedagógica à qual Bear se refere *rearticula* discursos da *ordem do discurso pró escola sem partido* e da *ordem do discurso religiosa cristã** em sua prática pedagógica. Notamos isso no momento em que a supervisora fala, no grupo focal com outros profissionais, sobre a

abordagem dos temas gênero e sexualidades na escola. Ela argumenta que para haver a discussão desses temas,

(2) [...] **precisaria ter** uma confiança do...de um professor, que **realmente** levaria isso, é: sei lá, **sem partido**. Entendeu? De uma forma, é: a **ciência** diz isso... a... colocar pros alunos mesmo, a **religião** diz outra coisa, mas que fosse algo, **realmente**, uma **discussão que respeitasse todas as visões**. (Supervisora)⁸

Professor de Sociologia: Quanto a isso, eu **acho** que é **meio perigoso** a gente assumir, **talvez**, o papel da religião aqui dentro. Que a gente cria, também, essa questão da **laicidade**, né?

Na interlocução atravessada por uma relação assimétrica de poder, a supervisora produz uma *afirmação deôntica* (*precisaria ter*) com efeito de sentido assertivo. Enquanto autoridade, ela *representa* sua preocupação acerca do modo como os temas em discussão são apresentados às/aos estudantes: de fato (*realmente*), seriam explorados “*sem partido*”, de forma imparcial? – problematiza ela. Já o professor de sociologia aponta como experienciou o posicionamento da pedagoga ao escolher o *processo mental* “*acho*”, *modalizando* sua afirmação por meio desse *processo* e de *circunstanciadores* do eixo da possibilidade: é **meio perigoso/talvez**.

Para Fairclough (2003), *discursos* transcendem *representações* locais e concretas, já que encontramos em qualquer texto diferentes representações de aspectos do mundo. Quando a supervisora utiliza os léxicos “*sem partido*”, ela se alinha à *ordem do discurso pró escola sem partido*, uma vez que é **contrária** ao que ficou popularmente conhecido no Brasil como “**doutrinação**” – isso quando defende que gênero e sexualidades são temas para serem explorados em uma “discussão que **respeitasse todas as visões**”.

8* No questionário que pedimos para colaboradores da pesquisa preencher, a pedagoga da escola JOÃO NERY informou ser *cristã*, registrando de modo impreciso sua vinculação religiosa, já que o hiperônimo *cristã* refere-se a várias religiões – sejam evangélicas, católicas ou outras.

O *processo mental* “respeitasse”, no futuro do pretérito, estaria marcando no *discurso* da supervisora uma *pressuposição* de que, atualmente, as discussões de gênero têm sido “autoritárias”, “doutrinadoras”? Há ainda um contraponto entre ciência e religião: para ela, tanto o *discurso científico* quanto o *religioso* precisam ser iterados no espaço escolar. Apresentar apenas os conhecimentos científicos (sociologia, história, biologia, matemática, português...) seria, então, “doutrinar” por não visibilizar “todas as visões”, principalmente a perspectiva religiosa?

Qual é a função da escola na formação religiosa em um estado laico? Observemos que a supervisora emprega o léxico “religião” no singular, de modo a *universalizar* ideologicamente a sua crença religiosa ao passo que as instituições escolares devem abordar e legitimar as diferentes⁹ religiões, incluindo as menos hegemônicas, como as afro-brasileiras, que são frequentemente deslegitimadas em práticas sociais diversas (THOMPSON, 2002).

Na interação com a supervisora, o professor de sociologia problematiza a presença do *discurso religioso* na prática pedagógica da supervisora e a questiona sobre o princípio da laicidade no espaço escolar, que reflete a laicidade estatal. Esse princípio permite a cada cidadão/cidadã,

[...] individualmente, a perspectiva da escolha de ser ou não crente, de associar-se ou não a uma ou outra instituição religiosa. [...] Dessa forma, **o que se toma como referência universal não passa de uma forma de encarar a realidade social.** (VALENTE, 2018)

Nessa perspectiva, o *discurso religioso* imbricado nas práticas pedagógicas dessa supervisora, além de reiterar sua crença e de universalizá-la, estabelece um diálogo clássico e polêmico entre *ciência* e *religião*, o qual tende a contribuir para a supressão das discussões de gênero e sexualidade no âmbito escolar.

⁹ Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Ciências Humanas do Ensino médio é incluído, na disciplina de Filosofia, um tópico sobre Relações de Poder e Democracia, orientando professores dessa disciplina a abordar, inclusive, *Fundamentalismos Religiosos e Política Contemporânea* (p. 52). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>> Acesso 13 de dez 2019.

Em outro momento da entrevista, ao abordar o contexto familiar, Bear Lukas relatou o profundo sofrimento desencadeado pela conflituosa relação com sua mãe:

(3) **Pra falar a verdade**, eu já **pensei muitas vezes em me matar e muito por causa da minha mãe, também**, que fica me enchendo o saco (Bear Lukas, grifos nossos).

Bear Lukas emprega o grupo *circunstanciador* “**Pra falar a verdade**” engajando-se em alto grau com a *afirmação categórica* “**pensei muitas vezes em me matar**”. Ele retoma seus frequentes (*muitas vezes*) pensamentos suicidas quando seleciona o *processo mental* “pensei”. Conforme já analisamos anteriormente neste capítulo, os confrontos discursivos com a mãe evangélica são frequentes por ela não reconhecer e respeitar sua identidade transmasculina. Quando diz que “**muito por causa da minha mãe**”, observamos a reiteração da desafetuosa relação com sua mãe ser o motivo que assola sua saúde mental em um grau bastante significativo (muito). Entretanto, esse não é o único fator que afeta o estudante mentalmente.

O item lexical “também” ativa uma *pressuposição* de que há ainda outros motivos, mas que não foram *incluídos* por Bear. Seriam eles a insegurança e o medo que podem ser desencadeados pelo reconhecimento da vulnerabilidade de ser um homem negro trans e de viver em um país em que a cultura da transfobia é exorbitante? Seria também a desigualdade identitária que exclui vidas trans de certas escolas e as universidades? Existências trans tensionam ideologias hegemônicas cis-heteronormativas material e simbolicamente. Assim, possuem menos poder e com isso menos *agência* na estrutura social regulada pelo CISTema regulatório do gênero, são mais vulneráveis. Connell e Messersmidt (2013) assumem que:

Uma pessoa não é livre para adotar qualquer posição de gênero em interação, simplesmente como um movimento discursivo ou reflexivo. **As**

possibilidades são massivamente limitadas pelos processos de incorporação, pelas histórias institucionais, pelas forças econômicas e pelas relações familiares e pessoais. Os custos de se fazerem determinadas escolhas discursivas podem ser muito altos – como mostrado pelos **índices de suicídio** dentre pessoas envolvidas em mudanças transexuais. (CONNELL; MESSERSHIMDT, 2013, p. 258, grifos nossos).

Em decorrência do não reconhecimento identitário e de violências experienciadas na família, na escola e em outras instituições, a saída encontrada por grande parcela dos homens trans é o suicídio. De acordo com a pesquisa *Transgender Adolescent Suicide Behavior*, divulgada pelo *Official Journal of the American Academy of Pediatrics*, homens trans representam 50,8% dos casos de suicídio entre adolescentes. Esse estudo foi realizado com jovens entre 11 e 19 anos no período de 2012 a 2015 e não diz respeito à realidade brasileira. Entretanto, apresenta um dado relevante acerca das identidades transmasculinas que, na cultura ocidental, tendem a experimentar dilemas e violências mais ou menos semelhantes.

Em nosso estudo, nos deparamos também com relatos de bem-estar em práticas socioescolares acolhedoras. Durante a entrevista, ao responder a uma pergunta sobre as relações sociais com professoras/res e equipe pedagógica, Lucas, da Escola Leonardo Peçanha, aborda como sua transmasculinidade é reconhecida e respeitada:

(4) **Eu acho que me tratam de forma ótima, eu até me surpreendi**, porque eu ouvi relatos de um amigo meu que não conseguiram tratar ele, pela forma que ele se identificava. Aqui foi desde tipo, desde o primeiro momento que eu vim, que, primeiramente, eu **mudei meu nome social**. Estão **sempre** me tratando pelo **pronome certo, me chamando pelo meu nome mesmo, foi tudo certinho, eu até me surpreendi** (Lucas - grifos nossos).

O relato de Lucas, estudante da escola Leonardo Peçanha, evidencia sua satisfação com a prática pedagógica da equipe escolar. Ele se sente incluído e respeitado. Para o jovem trans, as relações sociais com os profissionais da educação ocorrem “de forma ótima”. Essa *avaliação positiva* é constituída por meio do *processo mental* “acho” (*penso*) seguido do

processo material “tratam”, os quais¹⁰ constituem sentido de forma articulada, em uma estrutura oracional encaixada. Comprendemos, então, que “tratam” tem como agentes os profissionais da educação, pois agem de modo a reconhecer a transmasculinidade de Lucas. Essas pessoas referidas por ele passaram a utilizar, com frequência (*sempre*), seu “nome social” e os “pronomes no masculino” desde quando ele “mudou o nome social” – formalização jurídica de alteração dos documentos de identificação e da matrícula escolar. Com o léxico “sempre”, Lucas produz uma *avaliação positiva* de alto engajamento acerca do comprometimento dos profissionais da escola para reconhecer e legitimar o gênero com o qual se identifica.

Apesar de ter sido “tudo certinho” com o reconhecimento identitário do estudante trans, seu discurso apresenta *presunções valorativas* marcadas por “até” em: “eu até me surpreendi”, *oração mental* reiterada por ele duas vezes. Lucas ficou surpreso com o acolhimento que a escola demonstrou – nada mais que a obrigação ética e moral dessa instituição –, uma vez que se trata de uma novidade para ele, pessoa que experencia uma vida trans em um país onde o ódio contra vidas LGBTQI+ é latente e, quando não promove agressões simbólicas ou físicas, mata. Reconhecemos, então, que em (4) há a identificação de uma vida escolar tranquila, positiva e sem grandes impasses.

Neste momento, para uma crítica explanatória, observemos um trecho do *corpus* complementar desta pesquisa em que a supervisora da instituição onde Lucas estuda relata, em grupo focal, as *relações sociais* com os estudantes trans e o processo burocrático-institucional para o reconhecimento da identidade de gênero:

(5) **Supervisora Pedagógica: Eles conversaram muito comigo essa questão de documentação** na escola. Eu **tentava** repassar aos professores e eles perguntavam como fariam pra mudar a documentação. Perguntavam pra

¹⁰Na perspectiva funcional da linguagem (HALLIDAY; MATHIESSEN, 2004), os *processos mentais* estão voltados para a apreciação humana do mundo, para as experiências da vida social. Já os materiais designam ações físicas e eventos/acontecimentos.

mim como fariam pra mudar a documentação, chegavam pra saber a informações mesmo: “Como que eu faço, onde que eu procuro e vou pra modificar minha documentação... fazer meu CPF, meu nome da identidade, porque eu tenho interesse”. Daí ele foi procurar a saber, né... da **Brenda**, como que a gente fazia isso. A primeira coisa que ele mudou foi o cartãozinho do SUS. Aí depois foi o CPF e agora ele conseguiu mudar a identidade. Foi até **nas férias. Ele sempre me mandava mensagem. Foi em 2017 que ele chegou e falou “quero que me chame de Lucas” – mas a gente não podia mudar ainda porque não tinha a opção no SIMADE para incluir o nome social, então usava [nome de registro] mesmo. Já em 2017 pra 2018 ele falou comigo: “Eu não gostaria que me chamasse mais de [nome de registro] na escola” – foi durante as férias. Foi quando ele começou a correr atrás dos documentos. “Eu sei que, eu acho que não tem a possibilidade de mudar mas tem como você conversar com os professores naquela reunião que tem no início do ano pra quando eles forem conversar comigo me chamarem de Lucas?”** Aí eu consegui mudar no SIMADE... aí já apareceu... eu mandei e-mail pra Ponte Nova perguntando como que a gente faria essa transição. Depois já **apareceu no sistema a opção do nome social. Só que o nome social não aparecia no diário.** Então quando a gente lançava o nome social dele não era possível localizar no diário (grifos nossos).

Essa supervisora busca se engajar na demanda de Lucas, estudante trans que dá grande importância para o nome social – para ele e para outras pessoas transgêneras, o nome não é apenas simbólico, é a construção de uma existência digna a qual se dá também pela linguagem, pela reivindicação da reiteração de um nome *identificador* de sua masculinidade. Ela marca em seu discurso as tentativas de diálogo com professores (*tentava*), o que evidencia, mesmo que de forma mais opaca, a resistência e a dificuldade desses profissionais em reconhecer a identidade transmasculina do estudante. Isso fica comprovado quando Lucas emprega o *operador argumentativo* “mas” em: “mas tem como você conversar com os professores...”, o que nos possibilita *pressupor* que sua transmasculinidade ainda não era legitimada. Como relatou a profissional, esse estudante parece ter buscado informações sobre o processo de alteração da identidade civil com Brenda Santunioni, vereadora trans da cidade de Viçosa-MG. Depois disso, conseguiu a alteração em seus documentos.

O discurso dessa pedagoga *representa*, ainda, por um lado, a segurança e proximidade que Lucas tem com ela, já que, no recesso escolar (*nas férias*), ele frequentemente (*sempre*) enviava mensagens. Para reconhecer e legitimar a identidade de gênero e o nome social do estudante, foi necessário aguardar um ajuste técnico no Sistema de Registro Escolar do Estado (SIMADE). Antes disso, “usava o [nome de registro] mesmo”, conforme apontou a pedagoga. Isso significa que, durante aproximadamente um ano – entre 2017 e 2018 –, o estudante não tinha sua identidade masculina legitimada e era nomeado no gênero feminino. Poderia essa *prática discursiva* contribuir para o seu mal-estar social e mental, desencadeando um caso de evasão escolar motivado *pele não reconhecimento, pela violência de gênero*? Por que a escola ainda se prende a protocolos formais e excludentes em vez de observar e agir de maneira emancipatória?

De acordo com a sugestão encontrada pelo estudante para solucionar uma demanda dele próprio, a qual *é incluída no discurso* da supervisora, uma possibilidade seria estabelecer um diálogo com a equipe de professoras/res, orientando-as/os acerca do nome social dos estudantes trans e da importância desse reconhecimento identitário. Ao propor essa solução, Lucas é protagonista da mudança discursiva e social que o reconhecimento do nome masculino implica, não a supervisora. Essa sugestão dada pelo estudante mostra-se como uma estratégia de resistência.

Outro fator problemático é o seguinte: de nada adianta um sistema informatizado de gestão educacional oferecer a opção de incluir o nome social de estudantes trans se o nome não aparece no diário de classe. Tal fato contribui para que professoras/res, talvez até mesmo sem querer, já que possuem um grande número de alunas/os, utilizem nomes de registro, contradizendo a autoidentificação em gênero de estudantes trans e constringendo-os/as em público no momento da chamada.

O sistema informatizado de gerenciamento escolar mostra-se como um obstáculo, como *poder causal do efeito causal* “não reconhecer”. Quando as práticas organizacionais pedagógicas das escolas se submetem a um sistema digital do Estado, *relações de poder* ordenam o modo como

as/os estudantes podem ou não ser cadastrados. De modo análogo, o *dispositivo do poder pedagógico* (BERNSTEIN, 1996) estabelece um controle simbólico do “pensável” e do “impensável”, das **ontologias** que **existem** e das que **resistem** às regulações sociais de gênero e sexualidade, como no caso de estudantes trans (FAIRCLOUGH, 2003).

Considerações Finais

Neste texto de apresentação da pesquisa, foi possível observar parcialmente como *transmasculinidades plurais* experienciam a vida escolar em conjunturas escolares diferentes. Embora ambas as instituições estejam localizadas na mesma cidade, em Viçosa, interior de Minas Gerais, suas práticas socioescolares são particulares. Na escola João Nery, identificamos um maior fechamento para o acolhimento das diferenças, o que é condicionado não só, mas também, à rearticulação dos discursos conservador e religioso na prática da supervisora. Por outro lado, na Leonardo Peçanha, os relatos dos estudantes e da supervisora evidenciaram práticas mais emancipatórias.

Durante as análises dos *relatos de si* gerados nas *entrevistas individuais semiestruturadas*, reconhecemos que, para os homens trans estudantes, aquele foi um momento de autorreflexão sobre as suas *identidades particulares*, mas também de *desposseção*, de produzir denúncias das suas vulnerabilidades. Percebemos também o potencial transformacional que alguns estudantes revelaram ao *narrar a si* mesmo, salientando práticas de contestação de hegemonias cristalizadas (BUTLER, 2015; FAIRCLOUGH, 2003).

A investigação discursivo-etnográfica-crítica e transformacional que produzimos pôde, ainda, visibilizar problemas sociais no nível político, como a falta de formação de profissionais da educação acerca das temáticas de gêneros sociais e de sexualidades. Ao identificar isso, reconhecemos que essa desinformação é também poder causal de violências simbólicas em práticas socioescolares. O não saber sobre os corpos e vidas trans pode

desencadear cenas de interpelações excludentes. Por isso, oferecemos uma curta formação continuada nas duas escolas onde realizamos a pesquisa.

Ao propor o minicurso *Gêneros Sociais, Sexualidades e Educação – Formação Continuada para profissionais da Educação*, além de reconhecer o potencial dialético para mudanças sociais de tal prática, consideramos ter *ajido* de forma a possibilitar o acesso a um momento discursivo reflexivo, o qual pode ter promovido fissuras em ideologias e crenças conservadoras e religiosas, *recontextualizadas* em práticas socioescolares e que se mostraram como obstáculos para o bem-estar social de estudantes LGBTQI+ (FAIRCLOUGH, 2003). Em termos metodológicos, essa atividade pode ser considerada como equivalente à *investigação de possíveis formas de ultrapassar os obstáculos*, como sugerem Chouliaraki e Fairclough (1999).

Referências

- ÁVILA, S.N. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014.
- BHASKAR, R. **The possibility of Naturalism**: a philosophical critique of the contemporary Human Sciences. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1989.
- BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico**: classe, códigos e controle. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. P. **Reproduction in Education, Society and Culture**. London: Sage, 1977.
- BUTLER, J. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto. **Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, v. 2009, p. 13-15, 2015.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Editora Record, 2016.

CHOULIARAKI, Lillie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity**: Rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CONNEL, R. **Gênero em termos reais**. São Paulo: Versos, 2016.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W.; FERNANDES, F. B. M. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

CONNERTON, P. (Ed.). **Critical sociology**. Harmondsworth: Penguin, 1976.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução de M. I. Magalhães. Brasília: UNB, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London, New York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. Análise Crítica do Discurso como raciocínio dialético: crítica, explanação e ação. Tradução de Maycon Silva Aguiar. **Policromias**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 32-50, dez. 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/29970/17853>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

HALLIDAY, M; MATTHIESSEN, C. **An introduction to functional grammar**. 3. ed. Londres: Arnold, 2004.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina. 2004.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Trad. (Coord.) Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

VALENTE, G. A. Laicidade, Ensino Religioso e religiosidade na escola pública brasileira: questionamentos e reflexões. **Pro-Posições**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 107-127, 2018.

WHITE, P. Valoração - Linguagem da Avaliação e da perspectiva. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v.4, n.esp, p.178-205, 2004.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org